

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Mahira Caixeta Pereira da Luz

**A REVISTA *CHIAPAS* E O DEBATE INTELECTUAL SOBRE A POLÍTICA
NEOLIBERAL E O MOVIMENTO ZAPATISTA NO MÉXICO (1995-2004)**

Belo Horizonte

2019

Mahira Caixeta Pereira da Luz

**A REVISTA *CHIAPAS* E O DEBATE INTELECTUAL SOBRE A POLÍTICA
NEOLIBERAL E O MOVIMENTO ZAPATISTA NO MÉXICO (1995-2004)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Profa. Dra. Adriane Vidal Costa

Belo Horizonte

2019

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível devido à contribuição de um número grande de pessoas. Agradeço aos meus pais, Doranice e Luzimar, pelo esforço e dedicação de toda a vida, pelo carinho, incentivo e por me fazerem acreditar na construção de um mundo mais justo. Dedico também um carinho à Isabel, por todo o cuidado ao longo desses anos. Ao meu irmão Bruno, pelas trocas, parceria, afeto e bom humor.

A minha orientadora e amiga Prof.^a Dr^a Adriane Vidal Costa, exemplo vivo de uma intelectual acadêmica, agradeço pela paciência, a confiança, a dedicação, pela leitura e correção atentas dos meus textos. Por ser uma excelente orientadora e professora, que nos inspira a amar a América Latina.

A Lara, que me conheceu no meio desse processo, mas o abraçou como se fosse seu e se tornou minha maior leitora e revisora. Por todo o amor, carinho, companheirismo, paciência e compreensão ao longo dessa jornada. Pelo incansável incentivo, por ser tão especial e por me fazer feliz diariamente.

A Júlia Arantes pela amizade sincera e forte e por propiciar tantos encontros agradáveis. Às queridas Lilian Vaz e Carol Fernandes, que tanto me divertem e fazem da vida algo mais leve. A Leonardo de Barros, que, mesmo longe, continua presente e sendo um importante amigo. A Mayara Laila pelos divertidos encontros e pelas conversas sem hora para acabar. A Carolina Arantes e ao Gabriel Zocrato, dois queridos que gostaria de ter mais por perto.

A Ana Lúcia pela escuta cuidadosa, pelas trocas e por me incentivar a pensar sobre mim mesma.

Aos amigos da graduação e da pós-graduação em História da UFMG, em especial Thiago Prates, Débora Rocha, Emmanuel dos Santos, Warley Gomes, Alysso Faria Costa, Raphael Coelho Neto, Carolline Andrade, Nathália Freire, Bárbara Siqueira, Henrique Rodrigues, Bruno Morais, José Queiroz, Maíra Nascimento, Stella Gontijo, Isadora Vivacqua, Kelly Morato, Camila Figueiredo. Em especial a Júlia Melo, zapatista de coração, pelas inúmeras trocas durante esse processo; a Thaís Tanure pela escuta e por sempre me lembrar da importância da leveza; e a Natália Iglésias por compartilhar angústia e um enorme incentivo em todas as etapas do mestrado; a Marcos Vinícius pela parceria e conversas sem fim; a Caroline Drummond pela longa caminhada na vida e ao lado da História.

Aos colegas da Comissão Organizadora do VI EPHIS. Aos antigos companheiros do já findo grupo de estudos *Dimensões culturais e políticas do exílio latino-americano* e aos colegas do atual Núcleo de Pesquisa em História das Américas (NUPHA/UFMG).

A todos os colegas, amigos e, sobretudo, alunos do Equalizar, que me inspiram a acreditar na educação popular.

Ao Fábio Baião, colega mexicanista, pelas trocas e pela vasta bibliografia que foi fundamental para esse trabalho.

Em terras estadunidenses, agradeço a Prof^a Dr Maura Toro-Morn, Prof.^a Dr. Patrice Olsen, Prof. M.e. Douglas Cutter, por toda a receptividade, debates e pelas trocas. Um agradecimento especial a Ashlee Diane Rousseau-Pletcher, uma amiga querida.

A Prof^a Dr. Kátia Gerab Baggio pelas excelentes aulas ao longo da graduação e pós-graduação, pela abertura ao diálogo e pelas contribuições na banca de qualificação desse trabalho. A Prof^a Dr. Natally Vieira Dias pela leitura atenta e pelas contribuições durante o exame de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de fomento à pesquisa concedida ao longo da produção deste trabalho.

Aos zapatistas que nos ensinam a resistir e a construir “um mundo onde caibam todos os mundos.”

RESUMO

A revista *Chiapas*, nosso objeto de pesquisa, foi uma coedição produzida pelo *Instituto de Investigaciones Económicas* (IIEC), da *Universidad Nacional Autónoma de México*, em parceria com as Ediciones Era. A publicação acadêmica, que contou com a direção da economista Ana Esther Ceceña, circulou no formato digital e impresso, tendo sua duração compreendida entre os anos de 1995 e 2004. A sua criação foi motivada por uma insurreição armada — ocorrida no México em 1994 — do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento social de maioria indígena. Os intelectuais que produziam a publicação tinham como objetivo inicial analisar a formação do movimento e como sua atuação afetava o estado de Chiapas e o México como um todo, escopo que, paulatinamente, foi sendo ampliado. Nosso trabalho tem por objetivo compreender de que forma a revista *Chiapas* se configurou como um espaço intelectual de resistência e embate, tanto ao neoliberalismo quanto às falhas do processo de construção da democracia no cenário político mexicano. Para isso, analisamos, por meio dos artigos publicados, a relação que a revista estabeleceu com o EZLN, com a sociedade na qual estava inserida e quais ideias circularam na publicação. Utilizamos da História Intelectual como suporte teórico, bem como do uso de revistas como fonte para o trabalho do historiador.

Palavras-chave: revista *Chiapas*, EZLN, intelectuais, México, neoliberalismo

ABSTRACT

The publication *Chiapas*, our object of research, was a co-edition published by the Instituto de Investigaciones Económicas (IIEC), of the Universidad Nacional Autónoma de México, in a partnership with Ediciones Era. The academic publication, which was directed by the economist Ana Esther Ceceña, circulated in both digital and print editions, its duration going the year 1995 to 2004. Its creation was motivated by an armed insurrection — which took place in 1994 in Mexico — of the Zapatista Army of National Liberation (EZLN), an indigenous social movement. The scholars who developed it had as a starting objective to analyze the formation of the movement and how its performance affected the state of Chiapas and Mexico as a whole, scope which was gradually widened. Our study has the goal of understanding in what ways the publication *Chiapas* configured itself as an intellectual space of resistance and opposition, both to neoliberalism and to the flaws in the process of building up democracy in the political scenario of Mexico. In order to do that, we have analyzed, through the published articles, the relationship that this publication established with the EZLN, with the society it was inserted in and what ideas surrounded the publication. We have used the Intellectual History as theoretical foundation, as well as magazines as source for the work of the historian. Our emphasis was on the analysis of the ideas that surrounded the journal and how they related to the society in which they were built.

Key-words: scientific journal, *Chiapas*, EZLN, intellectuals, Mexico, neoliberalism

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1- Participação em <i>Chiapas</i> de colaboradores internos e externos por volume.....	41
Gráfico 2- Principais colaboradores de <i>Chiapas</i>	42
Tabela 1 - Número de revistas <i>Chiapas</i> publicadas por ano (1995–2004)	55
Gráfico 3- Distribuição das seções nos volumes de <i>Chiapas</i>	56
Tabela 2 - Tiragem dos volumes de <i>Chiapas</i>	65
Gráfico 4 - Temas dos textos da seção principal de <i>Chiapas</i>	74
Gráfico 5 -Principais temas da seção principal por volume de <i>Chiapas</i>	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - A REVISTA <i>CHIAPAS</i> : CONTEXTO DE PRODUÇÃO E PROJETO EDITORIAL.....	18
1.1 México, a democracia esquiva: liberalização política, neoliberalismo e o surgimento de <i>Chiapas</i>	18
1.1.2 O neoliberalismo em questão: conceituação e breve panorama.....	20
1.1.3 Neoliberalismo a <i>la mexicana</i> : do “milagre mexicano” à falência do sistema	24
1.1.4 O Ensino superior e a guinada neoliberal: a UNAM e suas transformações.....	29
1.2 <i>Chiapas</i> e as revistas como fonte para a história intelectual	34
1.2.1 Dimensão imaterial: geografia humana.....	36
1.2.2 A revista <i>Chiapas</i> e sua dimensão material: aspectos técnicos	54
1.2.3 Dimensão material e imaterial: aspectos de conteúdo.....	66
CAPÍTULO 2- A REVISTA <i>CHIAPAS</i> E O DEBATE INTELECTUAL CONTRA O NEOLIBERALISMO	79
2.1 Neoliberalismo no México	79
2.1.1 O governo de Miguel de la Madrid e a adoção do neoliberalismo (1982–1988)....	79
2.1.2 O governo de Carlos Salinas de Gortari e a consolidação do modelo neoliberal (1988–1994)	84
2.2 A revista <i>Chiapas</i> e luta antineoliberal.....	90
CAPÍTULO 3 -A RESSONÂNCIA ZAPATISTA EM <i>CHIAPAS</i> E OS DEBATES SOBRE O MUNDO CONTEMPORÂNEO	127
3.1 Os Acordos de San Andrés (1996) em pauta na revista <i>Chiapas</i>	129
3.2 John Holloway <i>versus</i> Atilio Boron	142
3.2.1 Atilio Boron: <i>La selva y la polis</i>	142
3.2.2 John Holloway: <i>La luta de clases es asimétrica</i>	154
3.2.3 Os desdobramentos do debate Holloway-Boron	156
3.3 Os zapatistas e o <i>Império</i> de Hardt e Negri.....	178

3.4 <i>Cambiar el mundo sin tomar el poder</i> de John Holloway.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	204
a) Documentais	204
b) Bibliográficas	205

INTRODUÇÃO

A revista *Chiapas*, nosso objeto de pesquisa, criada em 1995 por intelectuais ligados à Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), foi uma coedição produzida pelo *Instituto de Investigaciones Económicas* (IIEC), da *Universidad Nacional Autónoma de México*, em parceria com as *Ediciones Era*. Circulou de forma impressa e digital¹ e foi publicada ora semestralmente, ora anualmente. Ao todo, foram publicados dezesseis volumes entre os anos de 1995 e 2004, período que delimita nosso recorte temporal. Em nosso trabalho, analisamos todos os volumes da revista, buscando compreendê-la em sua diacronia.

Inicialmente, a revista teve como objetivo analisar a formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e como sua atuação afetava o estado de Chiapas e a nação mexicana. Contudo, paulatinamente, a revista ampliou o seu debate e passou a problematizar diferentes assuntos, abrindo espaço para análises e críticas sobre os impactos do neoliberalismo no México, em outros espaços geográficos da América Latina e em outros continentes. O EZLN sempre foi um tema constante e a abordagem desse permitiu que outros movimentos sociais também fossem analisados na revista. Além disso, foi a partir da atuação e dos comunicados do movimento que um longo debate político se desenrolou nas páginas da publicação, trazendo uma rica e densa discussão a respeito do papel do Estado, do poder, da mudança social e dos movimentos sociais no mundo contemporâneo. Tendo isso em vista, nosso trabalho tem por objetivo compreender de que forma a revista *Chiapas* se configurou como um espaço intelectual de resistência e embate, tanto ao neoliberalismo quanto às falhas do processo de construção da democracia no cenário político mexicano. Para isso, analisamos, por meio dos artigos

¹ Os volumes estão disponíveis em: <http://www.revistachiapas.org/chiapas-pres.html>. O primeiro site do EZLN (<http://www.ezln.org>), criado por Justin Paulson, em 1994, também divulgava links de acesso ao site da revista.

publicados, a relação que a revista estabeleceu com o Exército Zapatista de Libertação Nacional, com a sociedade na qual estava inserida e quais ideias circularam na publicação.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional e a revista *Chiapas* mantiveram uma postura crítica e de embate ao sistema político, econômico e social do país, tendo em vista que, apesar das transformações históricas que ocorreram ao longo do século XX, a sociedade mexicana continuou sendo marcada por um sistema político pouco inclusivo e uma política econômica excludente. O surgimento da revista esteve estritamente relacionado com a insurreição do EZLN, movimento social de maioria indígena, que promoveu sua primeira aparição armada no estado mexicano de Chiapas no dia 1º de janeiro de 1994, data em que o *Tratado de Livre Comércio* (TLC) ou *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) entrou em vigor. O tratado representava a institucionalização da política neoliberal no México e consolidava uma parceria comercial com os Estados Unidos e o Canadá, configurando um dos maiores blocos econômicos mundiais. A data para o levante não foi escolhida ao acaso, já que para as populações indígenas no México, a entrada no NAFTA significava um agravamento nas precárias condições econômicas e sociais e um atentado contra suas vidas.

O movimento zapatista impactou a realidade mexicana e influenciou vários outros movimentos sociais, tanto no plano nacional como internacional, tal que Enrique Dussel o descreveu como uma das experiências culturais e políticas mundiais mais originais dos últimos anos.² Bernard Duterme, ao analisar os vinte anos de atuação do movimento, apontou que uma de suas características que merecia destaque era seu esforço constante em reformular sua agenda política, algo essencial para que ele permanecesse atuante.³

² DUSSEL, Enrique. Palabras preliminares. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 15.

³ DUTERME, Bernard. Zapatisme: la rébellion qui dure. *Alternatives Sud*. Zapatisme: la rebellion qui dure. Centre Tricontinental et Édition Syllepse. Vol. 21; 2014/2.

Objeto de pesquisa de diferentes campos de estudo — sociologia, antropologia, ciência política, história —, o movimento foi analisado por variados enfoques, dentre eles: a autonomia, a democracia, a participação feminina, o uso da internet, a questão agrária, a questão indígena, os direitos humanos, as comunidades indígenas de base.⁴ Porém, as pesquisas que enfocam o debate intelectual em torno do movimento são muito escassas. A revista *Chiapas*, por sua vez, apesar de ser frequentemente citada em diferentes pesquisas como fonte, ainda não havia sido estudada de forma aprofundada e sistemática. Nesse sentido, o nosso trabalho a utilizou como objeto de pesquisa, contribuindo, dessa maneira, para uma melhor compreensão do debate intelectual em torno do movimento zapatista.

Nossa problematização, assim, parte de alguns questionamentos básicos que são respondidos ao longo do nosso trabalho. Os pontos centrais são: compreender o projeto editorial da revista; mostrar quem são os sujeitos que estavam envolvidos em sua produção; avaliar se há espaço para uma pluralidade de ideias em suas páginas; analisar quais são os principais temas que aparecem nos artigos; mostrar o que a revista defende e repudia em termos de globalização, neoliberalismo e crise do Estado-Nação; analisar de que forma o EZLN é abordado e quais ideias sobre o movimento são defendidas.

A revista *Chiapas*, com os seus dezesseis volumes, além de ser nosso objeto de pesquisa, é a nossa principal fonte. Para além dela, utilizamos também alguns artigos de jornais,

⁴ Existe uma vasta bibliografia em torno do EZLN, com abordagens distintas. Alguns exemplos são: sobre as origens do movimento: HARVEY, Neil. *The Chiapas Rebellion: The Struggle for Land and Democracy*. Durham: Duke University Press, 1998; sobre o repertório de ação do ELZN: CRUZ, Júlia Melo Azevedo. *Armas, palavras, autonomias: o complexo repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005)*. Dissertação (Mestrado em História), FAFICH, UFMG, 2017; sobre as comunidades de base: ESTRADA SAAVEDRA, Marco. *La comunidad armada rebelde y el EZLN: un estudio histórico y sociológico sobre las bases de apoyo zapatista en las cañadas tojobales de la Selva Lacandona (1930-2005)*. México: COLMEX, 2007; sobre a questão agrária: HARVEY, Neil. *The Chiapas Rebellion: The Struggle for Land and Democracy*. Durham: Duke University Press, 1998; sobre a questão indígena e o neoliberalismo: WEINBERG, Bill. *Homage to Chiapas: The new struggles in Mexico*. New York: Verso, 2000; sobre autonomia: CAL y MAYOR, Araceli Burguete. *Una década de autonomías de facto en Chiapas (1994-2004): los límites*. In: DÁVALOS, Pablo (comp.). *Pueblos indígenas, Estado y Democracia*. Buenos Aires: CLASCO, 2005; sobre a questão feminina: ROVIRA, Guiomar. *Mujeres de Maíz*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1997; sobre o uso da internet: ROVIRA, Guiomar. *Zapatistas sin frontera: las redes de solidaridad con Chiapas y el altermundismo*. Ciudad de México: Ediciones Era, 2009.

documentos produzidos pelo EZLN e algumas entrevistas que intelectuais envolvidos em seu processo de produção concederam a outros meios de comunicação. Todas essas fontes nos auxiliaram em uma melhor compreensão da revista e de alguns sujeitos que estavam envolvidos em sua produção.

Nossa pesquisa está em diálogo com a nova história política, que, desde as décadas de 1980 e 1990, tem se renovado através da incorporação de elaborações teóricas e metodológicas das Ciências Sociais, como nos apontam René Rémond⁵ e Rodrigo Patto Sá Motta.⁶ Trabalhamos, mais especificamente, no âmbito da história intelectual, que, nas últimas décadas, vem se fortalecendo como um campo frutífero para a compreensão de diferentes sociedades do passado e do presente. A abordagem metodológica para a história intelectual remonta à produção da Escola de Cambridge, e, mais especificamente, ao trabalho de Quentin Skinner. O esforço intelectual de Skinner contribuiu para a renovação do estudo do pensamento político ao propor um método que privilegia o estudo das ideias em contexto.⁷ Concordamos com Helenice Rodrigues da Silva quando ela afirma que a função da história intelectual é a restituição de ideias: “elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais”.⁸ Ao utilizarmos a história intelectual, buscamos compreender a produção intelectual com base nos espaços profissionais e contextos históricos, na tentativa de privilegiar a leitura de um texto em relação ao seu contexto. Nesse sentido, nos interessa recuperar as ideias que circularam na revista em relação ao contexto e o local em que essas foram produzidas. Buscamos, assim, analisar como os

⁵ RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas Políticas na História: novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

⁷ SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Algés: DIFEL, 2005, p. 81-124.

⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002, p. 13.

intelectuais que colaboraram com *Chiapas* se posicionavam criticamente frente aos governos, ao projeto de Estado mexicano e também à política econômica neoliberal a nível mundial.

Definimos os autores que escreveram na revista *Chiapas* como intelectuais e, por isso, faz-se necessário definir qual concepção de intelectual foi utilizada, já que o termo “intelectual” tem caráter polissêmico e mutável, conforme a época e a sociedade que o produzem. Conforme indica Jean François Sirinelli, duas acepções podem ser compreendidas: uma ampla e sociocultural e outra mais estreita, que se baseia na noção de engajamento.⁹ Tomando como base o trabalho de Edward Said, definimos o intelectual como um indivíduo que possui um papel público na sociedade, sendo central a importância da sua ação como figura representativa: cabe a esse sujeito “dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público”¹⁰, noção próxima à segunda acepção de Sirinelli. Desse modo, os autores que escreveram na revista *Chiapas* podem ser definidos como intelectuais, uma vez que utilizavam da revista para divulgar, debater ideias e atuar de forma engajada na defesa de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao darem enfoque à problemática indígena, os colaboradores de *Chiapas* evidenciaram um tipo de opressão presente em vários países. O mesmo pode ser afirmado quando pensamos nas críticas que teceram acerca do neoliberalismo, uma política econômica excludente que acentua as desigualdades econômicas, sociais e políticas.

Ângela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen afirmam que o tratamento dado aos intelectuais vem passando por uma retomada de categorias com sentidos renovados. Acreditamos que alguns dos intelectuais de *Chiapas* conseguiram exercer uma dupla função. Além de poder ser considerados como pertencentes a uma elite intelectual, que produz bens

⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

¹⁰ SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

simbólicos, alguns desses sujeitos podem ser entendidos como intelectuais mediadores, aceção mais ampla cujas “práticas que fazem ‘circular’ os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados.”¹¹ Dessas duas maneiras, esses sujeitos conseguiram atuar e intervir no espaço político-social.

Salvo raras exceções, a produção de uma revista é um empreendimento coletivo, e pode ser também entendida como um espaço de sociabilidade intelectual,¹² cuja análise pode nos levar a entender melhor algumas relações intelectuais. Por se tratar de uma revista acadêmica, a publicização do conhecimento e os debates eram elementos centrais em *Chiapas*, de modo que sua análise nos permitiu compreender melhor a circulação de ideias.

Nossa metodologia de análise foi baseada no uso de revistas como objeto de estudo para historiadores. Em conjunto com a história intelectual, esta metodologia possibilita uma análise da publicação com o contexto que estava inserida. Usando uma perspectiva histórica para elaborar sua análise, o pesquisador desse tipo de fonte deve ter alguns cuidados metodológicos, como Regina Crespo destaca:

[...] al elegir estudiar revistas, [el investigador] tiene que localizarlas en el contexto en que circularon, buscar entender cómo interactuaron con la sociedad en que se insertaban, con qué sectores sociales pretendían dialogar y con cuáles realmente dialogaron, como intervinieron en su presente y como defendieron o combatieron determinadas posiciones políticas, culturales y estéticas.¹³

Nessa medida, uma revista deve ser lida e analisada por meio da problematização do seu diálogo com a vida social, política e cultural de uma sociedade, como afirma Pablo Rocca.¹⁴ Tornar uma revista objeto de pesquisa exige do historiador uma análise complexa e detalhada,

¹¹ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 26.

¹² Sobre sociabilidade intelectual, ver SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

¹³ CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales. Colima, Universidad de Colima, 2010, Publicación en CD-ROM, p. 9.

¹⁴ ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaliza y su función en el campo cultural latinoamericano). *Hispanica*, año XXXIII, nº 99, diciembre de 2004, p. 3-20.

para não a limitar à sua parte textual. A proposta de análise elaborada por Alexandra Pita González e Maria del Carmen Grillo foi nosso maior guia metodológico para a compreensão da revista *Chiapas*. Por se tratar de um objeto de natureza periódica, existem várias unidades que o compõem de maneira polarizada: a estabilidade e regularidade frente a variação; o individual frente ao coletivo; a singularidade frente ao todo; a harmonia frente a discordância; o linguístico frente ao não linguístico; o publicado frente ao implícito; o conceitual frente ao material.¹⁵ Essas unidades podem funcionar de forma harmônica, complementar ou até mesmo oposta e marcam o dinamismo da publicação.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, em sua primeira parte, buscamos explicitar o contexto político e as transformações econômicas que se deram nas últimas décadas no México, especialmente o processo de adoção do modelo neoliberal. Nosso intuito é o de situar nosso leitor e levá-lo a compreender melhor o contexto no qual surgiu a revista *Chiapas*. Na sua segunda parte, utilizamos a proposta metodológica de Pita González e Grillo e fizemos uma análise pormenorizada de *Chiapas*, recuperando as três categorias que dizem respeito a uma revista, sendo elas: as dimensões material, imaterial e a intermediária que compartilha aspectos de ambas.¹⁶ A análise pormenorizada destas dimensões foi feita com o intuito de compreender a revista como um todo, para entender suas características técnicas, o projeto intelectual representado pela revista — as ideias que nela circularam — e as análises que ela fez sobre a sociedade na qual estava inserida, além das pessoas que estavam envolvidas na sua elaboração.

No segundo capítulo, analisamos a implementação do modelo neoliberal no México de forma mais aprofundada. O projeto teórico, político e econômico neoliberal, de certo modo, motivou o surgimento da revista, além de ter sido um dos temas mais frequentes nas páginas de

¹⁵ PITA GONZÁLEZ, Alejandra; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. 5, n. 01, 2015, p. 6.

¹⁶ PITA GONZÁLEZ, Alejandra; GRILLO, Maria del Carmen. *Op. Cit.*

Chiapas. Inicialmente, fizemos um panorama histórico da implementação do modelo no México, abordando os governos que deram início à agenda neoliberal. A sua segunda parte ficou destinada a analisar o modo que a revista se constituiu como um veículo de embate ao neoliberalismo, mostrando quais as principais críticas que circularam em suas páginas.

No terceiro e último capítulo, nossa análise centrou-se na seção *Debate* da revista. A relação que *Chiapas* estabeleceu com o Exército Zapatista de Libertação Nacional fez com que os intelectuais que nela colaboravam, refletissem sobre o mundo contemporâneo e sua atual configuração. O objetivo desse capítulo, nesse sentido, além de analisar como os discursos e as experiências provenientes do EZLN reverberaram na publicação, foi analisar o debate intelectual em torno de algumas questões políticas candentes naquele momento, tais como: democracia; autonomia indígena; participação política; poder estatal; o papel dos movimentos sociais. Assim, nosso intuito foi demonstrar como as propostas do movimento foram postas em debate e se desdobraram em amplas discussões. Para isso, buscamos recuperar as ideias centrais dos textos dessa seção, elaborados pelos colaboradores de *Chiapas* em diálogo com os conceitos que o movimento (re)elaborou, tais como “dignidade”, “sociedade civil”, “mandar obedecendo”, entre outros.

CAPÍTULO 1

A REVISTA *CHIAPAS*: CONTEXTO DE PRODUÇÃO E PROJETO EDITORIAL

1.1 México, a democracia esquiva: liberalização política, neoliberalismo e o surgimento de *Chiapas*

A história recente do México, marcada por continuidades e rupturas das mais diversas, inicia-se no princípio do século XX, com uma revolução que abalou toda a estrutura do país e que se projetou como discurso e como prática sobre a sociedade mexicana durante décadas. A configuração política do país, que se estruturou nos anos posteriores à Revolução Mexicana¹⁷, iniciada em 1910, passou por uma série de mudanças a partir da década de 1970, processo que a historiografia normalmente denomina de “liberalização política” ou “transição democrática”.¹⁸ Chamar esse momento de “transição democrática” poderia soar estranho para um leitor desavisado, tendo em vista que desde a deposição do ditador Porfírio Díaz, em 1911, o México não teve, até a atualidade, nenhum outro regime ditatorial. Ora, isso não significa que a sociedade mexicana tenha vivido a democracia em sua potencialidade. A permanência do Partido Revolucionário Institucional (PRI) por setenta e um anos à frente da presidência do país fez com que houvesse uma simbiose entre o Partido e o Estado. Essa longa duração de sua permanência é explicada tanto pela utilização de mecanismos fraudulentos nos processos eleitorais, bem como de ações autoritárias, como o uso da violência por parte do Estado, que persegue e elimina seus opositores e, também, por consensos políticos e sociais, capazes de formar sustentáculos na sociedade, essenciais para sua permanência no poder.

¹⁷Sobre a Revolução Mexicana, Cf.: CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 16ª reimpressão, México: Era, 1991; CÓRDOVA, Arnaldo. *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A revolução Mexicana*. São Paulo: UNESP, 2010; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & LOPES, Maria Aparecida de S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. In: *História*. São Paulo: Editora UNESP, v.20, p. 163- 198, 2001.

¹⁸ Sobre o processo de transição democrática, Cf.: CANSINO, César. *La transición mexicana, 1977-2000*. México, D.F: Ediciones del Centro de Estudios de Política Comparada (CEPCOM), 2000.

Cesar Cansino, ao fazer a distinção entre “liberalização” e “democratização”, aponta que enquanto a democratização é um processo que parte de uma situação autoritária a uma democracia pluralista, a liberalização, por sua vez, indica apenas uma abertura controlada do pluralismo e concorrência, que visa a flexibilização de um regime autoritário para adaptar-se e conseguir continuar no poder.¹⁹ Segundo o autor, o caso mexicano deve ser entendido como um processo de liberalização política, que foi iniciado pelo próprio PRI em meados dos anos 1970. O intuito era gerar uma maior estabilidade ao regime, e por isso, não estabeleceu um arranjo institucional claramente democrático. No entanto, ele proporcionou um aumento da contestação e da participação política e culminou na saída do PRI do governo federal nas eleições de 2 de julho de 2000, quando perdeu o processo eleitoral para Vicente Fox, do Partido Acción Nacional (PAN), partido de direita mexicano. A configuração econômica do México, por sua vez, também assistiu a uma série de transformações desde os anos 1980.²⁰ Tais processos foram marcados tanto por rupturas, quanto por continuidades em relação ao modelo de Estado que foi formado a partir do processo revolucionário de 1910. É nesse contexto que surgem tanto o *Exército Zapatista de Libertação Nacional*, quanto a revista *Chiapas*. Ambos mantêm uma postura crítica e de embate ao sistema político, econômico e social do país, tendo em vista que, apesar das transformações que vêm se processando, a sociedade mexicana continua sendo marcada por um sistema político pouco inclusivo e uma política econômica excludente.

Em um primeiro momento, dedicaremos um olhar mais amplo sobre o neoliberalismo e sua implementação gradual no México durante as últimas décadas. Iremos explicitar, também, de que forma este impactou a Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), local de onde provém a revista *Chiapas*, bem como quais foram os efeitos do neoliberalismo sobre o

¹⁹ Cf.: CANSINO, César. *La transición mexicana, 1977-2000*. México, D.F: Ediciones del Centro de Estudios de Política Comparada (CEPCOM), 2000, p.11-12.

²⁰ José Carbonell utiliza o conceito de “liberalização” para analisar as mudanças no plano político e econômico no México. Cf.: CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002.

sistema de ensino superior mexicano. Posteriormente, passaremos para uma abordagem mais aprofundada da revista em si, onde explicitaremos quais sujeitos estavam envolvidos em sua produção, seus aspectos técnicos e seus conteúdos. Buscaremos, dessa forma, compreender a revista como um todo, na tentativa de entender de que forma ela se relacionava com a sociedade na qual estava inserida.

1.1.2 O neoliberalismo em questão: conceituação e breve panorama

Definir o neoliberalismo como a política econômica que é herdeira do liberalismo clássico do século XIX, que preza por um Estado mínimo e por um mercado livre, seria transformá-lo numa fórmula simples que ignora a dimensão política e social de atuação do mesmo. Compreender o que é o neoliberalismo é algo primordial para o nosso trabalho, contudo nossa análise não buscará traçar as continuidades e rupturas entre o liberalismo e neoliberalismo, na tentativa de compreender as bases teóricas do último.²¹ Para além de ser uma corrente econômica, acreditamos que o neoliberalismo representa um projeto político, intelectual e teórico complexo, diverso, dinâmico e resiliente, de modo que, além dos aspectos econômicos, nossa análise estará centrada nos aspectos políticos e sociais que o compreendem.

Fernando Escalante Gonzalbo defende que o neoliberalismo, enquanto um corpo de ideias, se originou na Europa a partir da discussão e críticas em torno do keynesianismo²² dos anos 1940. Contudo, sua imposição ocorreu de forma progressiva e massiva apenas a partir de 1980, prolongando seu predomínio nas décadas subsequentes.²³ O economista austríaco

²¹ Apesar de reconhecer a importância de tal exercício intelectual para a compreensão do neoliberalismo enquanto um corpo de ideias, acreditamos que já existem trabalhos bem elaborados que atendem essa perspectiva. Cf.: ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *Historia mínima del neoliberalismo*. México, D.F.: El Colegio de México, 2015; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

²² Keynesianismo é uma teoria econômica do início do século XX baseada nas ideias de John Maynard Keynes, que defendia a ação interventora do Estado na economia e que deu origem ao Estado de bem-estar social.

²³ ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *Historia mínima del neoliberalismo*. México, D.F.: El Colegio de México, 2015, p. 20.

Friedrich Von Hayek, um dos precursores do pensamento neoliberal, argumentava que os procedimentos do Estado que limitavam os mecanismos do mercado ameaçavam a liberdade econômica e política,²⁴ e, portanto, defendia que o Estado deveria se limitar a gerar as condições para o bom funcionamento do mercado.

José Francisco Puello-Socarrás define o neoliberalismo como a “fase superior” do capitalismo, marcada pela expansão dos mercados a nível mundial, por um lado, e pelos altos níveis de exploração econômica, dominação política, opressão social e alienação ideológica, por outro lado.²⁵ Essas características definem as dimensões espacial, temporal e social do capitalismo nessa fase. Tendo isso em vista, o autor defende que tratar o neoliberalismo apenas como um programa de políticas econômicas simplifica seu significado sociopolítico, afirmação que julgamos pertinente. Concordamos com Puello-Socarrás quando afirma que “ante todo, el neoliberalismo es un *proyecto* económico-político transnacional de clase (capitalista)”.²⁶ Por isso, o autor defende que ele deve ser analisado desde um ponto de vista estratégico e tático. Sua manifestação estratégica é expressada através da acumulação e baseada na produção e reprodução das relações sociais que se sujeitam ao poder e ao livre jogo das forças de mercado. A materialização da dimensão estratégica se deu posteriormente, através dos diferentes programas de políticas, como foi o caso do *Consenso de Washington* (1989) e suas variantes, que representavam sua dimensão tática e conjuntural.

Se na Europa e nos Estados Unidos as experiências precursoras do modelo neoliberal ocorreram durante o governo britânico de Margaret Thatcher (1979-1990) e no governo

²⁴ Friedrich August Von Hayek foi um economista e filósofo austríaco e é considerado um expoente do pensamento neoliberal. Em 1944, publicou sua obra mais conhecida, intitulada *O caminho da servidão*.

²⁵ PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo: Episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: ROJAS VILLAGRA, Luis [coord.]. *Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas*. Asunción: CLACSO, 2015.

²⁶ PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo: Episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: ROJAS VILLAGRA, Luis [coord.]. *Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas*. Asunción: CLACSO, 2015, p. 23.

estadunidense de Ronald Reagan (1981-1989), foi durante as décadas de 1980 e 1990 que assistimos à consolidação do neoliberalismo a nível global. Tal expansão esteve associada ao *Consenso de Washington* – na sua versão original de 1989 e versões subsequentes, controladas por organismos multilaterais de crédito como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Vale lembrar que, na década de 1980, a América Latina estava marcada por uma difícil situação econômica, em que a estagnação da economia vinha acompanhada de uma galopante inflação e um crescente aumento da dívida externa. A crise que começava a afetar os interesses dos Estados Unidos, ao reduzir a capacidade de importação dos países latino-americanos, bem como de atender o serviço da dívida externa, levou o *Institute for International Economics* a promover uma conferência na capital dos Estados Unidos, para a qual foram convidados economistas de oito países latino-americanos – Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia – com a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajustamento para a superação desses problemas econômicos, que ficou conhecido pelo nome de *Consenso de Washington*.²⁷ Partindo de três ideias principais, sendo a abertura econômica e comercial, a aplicação da economia de mercado e o controle fiscal, foram elaborados um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico que visava corrigir os desequilíbrios, controlar a inflação e estabilizar a economia dos países da América Latina.²⁸ O programa tornou-se a política oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI) e passou a ser receitado para os países que passavam por dificuldades econômicas, sendo a adoção das medidas um pré-requisito para a concessão de novos empréstimos. José Carbonell indica os dez pontos que faziam parte do

²⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 135-146, Dec. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14/09/17.

²⁸ Vale relembra que a primeira experiência sistemática de implementação do regime econômico e político neoliberal ocorreu no Chile, sob o governo ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990). Sobre o neoliberalismo no Chile, conferir FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile*. Santiago de Chile: LOM Editores, 2003.

receituário, além de demonstrar de qual forma tais regras viriam a conquistar os resultados que pretendiam.²⁹

1. *Disciplina fiscal*: es decir déficit fiscal reducido, para evitar que provocara inflación y, a su vez, fuera fácilmente financiable.
2. *Tipo de cambio*: la relación entre la moneda local y el dólar tendría que resultar competitiva para los países que adoptaran estas medidas, con la finalidad de impulsar las exportaciones, restringir las importaciones y así equilibrar la balanza comercial y de pagos.
3. *Apertura comercial*: reducir las trabas no arancelarias al comercio y trasladar esta protección hacia los aranceles, los cuales, a su vez, tenían que ir reduciéndose paulatinamente hasta situarse en torno a un diez por ciento.
4. *Liberalización financiera*: era necesario abrir el sistema financiero local, desregularlo y liberar las tasas de interés; en suma, dejarlas a la suerte del mercado.
5. *Reforma fiscal*: ampliación de la base tributaria, recorte a las tasas más altas en los impuestos directos, privilegiar la imposición indirecta y mejorar la recaudación en general.
6. *Prioridades en el gasto público*: reorientar el gasto del gobierno, abolir subsidios generalizados, focalizar las políticas sociales y dirigir la inversión pública hacia áreas de gran rentabilidad económica.
7. *Inversión extranjera directa*: eliminar las barreras para así fomentar la entrada de capital foráneo e instaurar una regulación que asegure la igualdad de oportunidades entre los inversionistas externos y los locales.
8. *Privatización*: se debía desincorporar (privatizar) la gran mayoría de empresas públicas, privilegiando —de esta forma— al mercado por encima de la intervención estatal.
9. *Desregulación*: eliminar las barreras y trabas a la libre competencia económica y al mercado.
10. *Derechos de propiedad*: reconocer y asegurar estos derechos a través del sistema legal y, a la vez, facilitar su protección.³⁰

Tais propostas não eram novas, já que, para além dos modelos aplicados nos Estados Unidos e Reino Unido, medidas similares já haviam sido colocadas em prática pelos governos militares, sobretudo no Chile, Argentina e Uruguai, como aponta Luiz Alberto Moniz Bandeira. O autor também ressalta que, ao final dos anos 1990, a situação na América Latina configurava-se ainda mais difícil do que a da década anterior, o que fez com que, paulatinamente, a cartilha neoliberal fosse adotada por diferentes países da região, através da imposição do FMI, como na Argentina sob Carlos Menem (1989-2000), o Brasil sob Fernando Henrique Cardoso (1995-

²⁹ Todas as citações em espanhol terão o original mantido, para as outras línguas as citações serão traduzidas.

³⁰ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002, p. 128-129.

2002), Venezuela sob Carlos Andrés Pérez (1989-1993), para citar alguns.³¹ O México não ficou por fora dessa realidade, de modo que analisaremos de forma mais detalhada como se deu a adoção do modelo no país.³²

1.1.3 Neoliberalismo a *la mexicana*: do “milagre mexicano” à falência do sistema

O processo revolucionário que se iniciou em 1910 foi responsável por dar uma nova configuração ao Estado mexicano, tema recorrente na historiografia.³³ De fato, a consolidação e estabilização política, social e econômica alcançadas após a Revolução, com o surgimento do Partido Revolucionário Institucional³⁴ e, principalmente, sua permanência no poder de forma ininterrupta durante setenta e um anos, tornou o caso mexicano um fenômeno peculiar quando comparado a outros países da América Latina. Ao se referir à realidade do país na década de 1980, Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer apontaram que o sistema político mexicano era marcado por uma relação de simbiose entre Partido e Estado, tendo em vista que:

[...] o México tinha um sistema partidário no papel, mas não na realidade. O férreo controle presidencial e sua dependência dos recursos governamentais faziam com que o partido no poder – PRI – não fosse realmente um partido político, mas um componente das estruturas do Governo Federal.³⁵

Além dessa relação, o regime político no México, ao longo do século XX, foi também marcado por fraudes eleitorais, pouco espaço aberto à oposição e pela violência contra os

³¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 135-146, Dec. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14/09/17.

³² A adoção do modelo neoliberal no México será analisada de forma aprofundada no Capítulo II.

³³ Existe uma extensa bibliografia que aborda esse tema, algumas obras são: AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000; CÓRDOVA, Arnaldo. *La Revolución y el Estado en México*. México, Era, 1989; GARRIDO, Luís Javier. *El partido de la Revolución institucionalizada. Medio siglo de poder político en México. La formación del nuevo Estado (1928-1945)*. México: SEP: Siglo XXI, 1986.

³⁴ Em 1929, nasce o Partido Nacional Revolucionário (PNR), o qual, após algumas alterações, recebe o nome de Partido da Revolução Mexicana (PRM) em 1938 e, posteriormente, se altera, em 1946, recebendo o nome de Partido Revolucionário Institucional (PRI).

³⁵ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 315.

opositores do regime, características que demonstram a debilidade do sistema democrático no país. A historiografia busca compreender as bases, transformações e de que forma se dava o funcionamento simbiótico entre Partido e Estado, na tentativa de compreender as especificidades do “presidencialismo mexicano”.³⁶

Uma das preocupações que nasceu junto com o Estado mexicano após o processo revolucionário iniciado em 1910 foi a de reconstruir a economia e criar as bases para um sistema que possibilitasse o crescimento e desenvolvimento da nação, tendo em vista que os conflitos armados durante a Revolução Mexicana destruíram grande parte do sistema econômico. Como bem aponta José Carbonell, a Constituição de 1917 conferiu ao Estado mexicano amplos poderes para intervir na economia, tornando-o responsável por criar instituições financeiras e crediários, desenvolver a infraestrutura, a comunicação, a saúde, a educação, a remodelação do setor agrário e impulsionar a industrialização.³⁷

Aguilar Camín e Meyer afirmam que o processo de industrialização do país promoveu um deslocamento no centro de gravidade da sociedade mexicana. O México, marcadamente rural, passou a ter seu centro de gravidade deslocado para o meio urbano, uma vez que não só as cidades cresceram, mas também o proletariado, a burguesia e a classe média.³⁸ Segundo os autores, a partir da década de 1940, o papel do Estado e sua intervenção no processo produtivo passaram a ser questionados pelos governos, o que resultou na mudança da atuação estatal no processo econômico. Assim como outras nações da América Latina, os governos mexicanos apostaram na industrialização pela via da substituição de importações, esquema criado durante o período da Segunda Guerra Mundial. Sob esse modelo, e tendo em vista a mudança na atuação

³⁶ O sistema presidencial mexicano é tido como um caso singular na América Latina e existe uma vasta historiografia sobre o assunto. Cf: CARPIZO, Jorge. *El presidencialismo mexicano*. México, Siglo XXI, 1978. KRAUZE, Enrique. *La presidencia imperial*. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

³⁷ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002, p. 29.

³⁸ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *A sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

estatal na economia dessa época, caberia ao Estado a criação e manutenção da infraestrutura da economia, uma menor intervenção nas áreas de produção direta para o mercado e um envolvimento apenas nas áreas em que a empresa privada se mostrasse desinteressada ou incapaz de manter uma presença adequada.³⁹ Enquanto o investimento público representava um terço dos investimentos totais, o setor privado ficou a cargo de dois terços desse investimento, formando uma economia mista. Entre as décadas de 1940 a 1970, o pacto mostrou-se extremamente exitoso, tal que a época passou a ser conhecida por “milagre mexicano”, tendo em vista que imperou um crescimento médio do PIB de 6% ao ano, junto com uma inflação reduzida.⁴⁰ O crescimento foi acompanhado também por uma mudança na estrutura econômica do país, já que a agricultura diminuiu sua participação no montante total, enquanto as manufaturas aumentaram.

Apesar desse crescimento, já na década de 1960, a economia mexicana demonstrava uma dependência da tecnologia e do capital estrangeiro, especialmente o estadunidense. O período de crescimento foi também marcado por uma concentração de renda entre as famílias mais ricas, fazendo com que a desigualdade social do país aumentasse. Somado a isso, existia uma preocupação em torno do modelo de substituição de importações. Camín e Meyer apontam que o parque industrial criado no decorrer de duas décadas não tinha força para sobreviver sem uma forte proteção tarifária, não era competitivo no exterior e não podia crescer no ritmo que o déficit da balança de pagamentos e o crescimento da população demandavam.⁴¹ A agricultura, por sua vez, diminuiu seu ritmo, não cumprindo com as demandas internas de alimentos e deixando de ocupar o lugar dinâmico que possuía no comércio exterior. O cenário internacional era marcado por uma prolongada crise econômica, o que dificultou a situação mexicana ainda

³⁹ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 215.

⁴⁰ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002, p. 94.

⁴¹ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *Op. Cit.*

mais na década de 1970. Como aponta Lorenzo Meyer, a inflação, a queda do crescimento econômico, bem como o crescente endividamento público externo — que buscava controlar a brecha entre importações e exportações — vieram para mostrar que o dito “milagre” não era tão milagroso, e o até então chamado “desenvolvimento estabilizador”⁴² estava desgastado e um novo modelo precisava ser pensado.⁴³

A solução temporária para a questão econômica foi encontrada em meados dos anos 1970, quando foram descobertas jazidas petrolíferas no sudeste mexicano, fazendo com que o México voltasse à condição de exportador de petróleo em um momento em que os preços internacionais dos barris estavam em alta. No entanto, as condições favoráveis petroleiras não eram suficientes para resolver o problema econômico, devido à estrutura da indústria do país, que se apresentava pouco moderna e ineficiente. Após quatro anos de crescimento apoiado no petróleo, o México voltou a uma profunda crise de financiamento e produção. A partir de 1981, quando inesperadamente o preço do petróleo despencou, o governo ficou sem receber os recursos que esperava para serem utilizados na manutenção econômica. Segundo Meyer, ao concluir o ano de 1982, a dívida externa mexicana chegava à cifra de 87 bilhões de dólares.⁴⁴ Sem os lucros provenientes do petróleo, o país teve que suspender temporariamente o pagamento da dívida e negociar empréstimos emergenciais com organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desse modo, a crise do início dos anos 1980 se mostrou ainda mais séria do que a dos anos 1970, marcada por grandes desequilíbrios fiscais, inflação acelerada, contração no investimento e uma enorme fuga de capitais, fazendo com que a elaboração de um novo plano de estabilização se fizesse urgente.

⁴² O período de 1940 até 1960, além de receber o nome de “milagre mexicano”, também ficou conhecido como o período de “desenvolvimento estabilizador”, tendo em vista que houve nessa época um crescimento econômico juntamente de uma estabilidade de preços. Cf. PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F. Editorial Diana, 1986, p. 28.

⁴³ MEYER, Lorenzo. El presidencialismo. Del populismo al neoliberalismo. *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 55, n. 2, p. 57-81, abril- jun, 1993.

⁴⁴ MEYER, Lorenzo. *Op. Cit.* p. 66.

Concordamos com Meyer quando ele afirma que o desgaste do modelo de desenvolvimento pós-revolucionário significou também a erosão de uma das bases que dava legitimidade ao sistema presidencial autoritário mexicano. O Estado dava mostra que havia perdido a capacidade de manter o crescimento e produzir os recursos necessários para dar manutenção às práticas corporativas e intervencionistas. Tais práticas satisfaziam as demandas dos diferentes setores que constituíam as bases de apoio da ação presidencial, sendo eles os operários, os camponeses organizados, a burocracia, a classe média e o grande capital privado, nacional e estrangeiro.⁴⁵

Desse modo, a partir de 1982 e nos sexênios subsequentes, se aplicou no México o projeto neoliberal, que significou o abandono do Estado interventor com a sua “responsabilidade social”. O modelo de industrialização através da substituição de importações foi removido em favor da liberalização e desregulação industrial, comercial e financeira. A partir daí, deu-se prioridade ao capital financeiro e, contrapondo a estimada soberania na política econômica, aceitaram-se as diretrizes provenientes do FMI e BM. No plano social, isso resultou em uma maior exclusão, marginalização e empobrecimento da população. Já no plano político, produziu-se uma divisão na elite prístia: a tecnocracia neoliberal ganhou lugar em favor do estruturalismo de base keynesiana. Houve um achatamento do aparato estatal através de uma série de privatizações e uma diminuição dos gastos públicos, impactando no corporativismo e no controle clientelar.⁴⁶

⁴⁵ MEYER, Lorenzo. El presidencialismo. Del populismo al neoliberalismo. *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 55, n. 2, p. 57-81, abril-jun, 1993, p. 67.

⁴⁶ SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en México. *El cotidiano*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco. Vol. 20, nº 126, julho-ago 2004. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32512604>> Acesso em 20/03/2017.

1.1.4 O Ensino superior e a guinada neoliberal: a UNAM e suas transformações

A revista Chiapas, durante todo o período em que esteve em circulação, foi produzida pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), compreender um pouco a história dessa instituição e de que modo o modelo neoliberal a impactou é algo que nos leva a uma melhor compreensão do nosso objeto de pesquisa. A UNAM foi fundada em 1910 por Porfirio Díaz (1884-1911), recebendo o nome de Universidad Nacional de México. Contudo, ela buscava vincular sua história à da Real y Pontificia Universidad de México, fundada 1551 no vice-reino da Nova Espanha, declarando ser sua herdeira tradicional. Essa vinculação não representou uma unanimidade na sua história, tendo em vista que alguns de seus fundadores pretendiam criar uma instituição superior de ensino diferente daquela que existia no período colonial. Vale pontuar que foi somente em 1929, sob o governo de Emilio Portes Gil (1928–1930), que foi decretada sua autonomia, convertendo-se em Universidad Nacional Autónoma de México, que significa a sua independência política e administrativa em relação ao Estado. A instituição é a maior e mais importante universidade do México, contando atualmente com um corpo profissional de mais de 40 mil pessoas e atendendo mais de 356 mil alunos. A UNAM conta com 3 modalidades de estudo de bacharelado,⁴⁷ 37 cursos de formação técnica-profissional, 128 cursos de licenciatura⁴⁸ e um programa de pós-graduação formado por 42 programas de especialização e 92 programas de mestrado e doutorado.⁴⁹

⁴⁷ O ensino superior no México é diferente do brasileiro. Assim, existe um nível chamado de “Educación Media Superior”, também conhecido como “Bachillerato o Preparatoria”, que corresponde a última etapa da educação obrigatória e que atende pessoas, normalmente, entre os 15 e 18 anos. O correspondente no Brasil seria o Ensino Médio.

⁴⁸ Enquanto no Brasil os cursos superiores que são licenciaturas estão voltados para a formação de professores, no México, os cursos de graduação em uma área específica, com 4 a 5 anos de duração, recebem esse nome. Fazendo um paralelo com o caso brasileiro, é como se todos os cursos aqui tidos como licenciaturas e bacharelados lá são chamados de licenciaturas. Existem, ainda, instituições de ensino superior voltadas somente para a formação de professores, as “Escuelas Normales”.

⁴⁹ As informações são referentes aos anos de 2018-2019 e foram retiradas do site da própria universidade, cf.: <http://www.estadistica.unam.mx/numeralia/>

A adoção do modelo neoliberal, que alterou a relação entre Estado, instituições e sociedade, não deixou a UNAM imune. Aliás, o ensino superior como um todo sofreu o impacto das políticas reformistas de base neoliberal, que, sob um discurso “modernizador”, trouxe alterações para todos os lados, impactando a docência, pesquisa, gestão e o seu financiamento. O projeto educativo de cunho neoliberal não vê o conhecimento como um elemento fundamental para o desenvolvimento dos países, os quais deveriam impulsioná-lo através de instituições encarregadas da sua produção e transmissão, mas sim apenas como uma mercadoria. A onipresença do mercado, nesse sentido, converte a educação em uma mercadoria, e o seu fornecimento pelo Estado, que deveria ser tido como um direito, é visto apenas como um serviço.⁵⁰ Nesse sentido, o discurso neoliberal defende que a educação deveria estar distanciada da órbita do Estado, o qual havia sido declarado como ineficiente para se conduzir a partir de mecanismos de mercado.⁵¹

Tal modelo econômico fez com que não somente o setor privado fosse incentivado a investir no setor educativo superior, mas houve também a assimilação de códigos e princípios do privado pelas instituições públicas, como a avaliação como mecanismo de regulação. Como apontam Hugo Casanova Cardiel e Juan Carlos López García, ainda que o discurso da modernização almejasse uma progressiva retirada do Estado no campo educativo, a multiplicação de mecanismos de avaliação proporcionou, na verdade, um fortalecimento do Estado, gerando uma maior presença deste em assuntos que antes eram internos ao âmbito acadêmico. Dessa forma, a busca por incentivar a qualidade e produtividade, conceitos próprios de uma gestão racional privada, fez com que houvesse uma maior fiscalização burocrática por

⁵⁰ CECEÑA, Ana Esther. Rebelión en la UNAM. *Observatorio Social de América Latina*. n°1, CLACSO: Buenos Aires, junio 2000.

⁵¹ CASANOVA CARDIEL, Hugo; LÓPEZ GARCÍA, Juan Carlos. Educación superior en México: los límites del neoliberalismo (2000-2010). *Linhas Críticas*, vol. 19, núm. 38, enero-abril, 2013, pp. 109-128 Universidade de Brasília Brasília, Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193526311008>. Acesso 05/03/2018.

parte do Estado na educação superior. A educação superior, em certa medida, perdeu um pouco da sua autonomia e os trabalhadores passaram a estar sujeitos a avaliações periódicas, em que os professores eram os mais fiscalizados. Constantemente, aliás, essas avaliações prezavam por uma produtividade quantitativa em detrimento de uma qualitativa, tornando esse aprimoramento questionável. A aplicação de tais modelos de avaliação foi a condição necessária que as universidades tiveram que se sujeitar a partir dos anos noventa para que lhes fossem outorgados financiamentos.⁵²

Hugo Casanova Cardiel e Roberto Rodríguez-Gómez, ao fazerem um balanço das políticas de educação superior no México, entre os anos de 1988 até 2006, apontam algumas tendências que foram observadas. Dentre elas, destacam que houve um aumento do âmbito estudantil, sobretudo com o crescimento do número de alunos, docentes e instituições de ensino.⁵³ Contudo, tal aumento não foi acompanhado por um maior financiamento estatal, o que significou uma redução de gasto governamental por aluno.⁵⁴ O crescimento foi acompanhado por uma recomposição da matrícula, em que o setor tecnológico universitário registrou um aumento expressivo. A formação de tecnólogos mostra-se economicamente interessante para o Estado, uma vez que os cursos demandam um menor gasto governamental – por possuírem uma duração mais curta quando comparado a um curso de graduação – e, também, por formarem profissionais técnicos para ingressarem como mão de obra barata nas transnacionais. O período foi marcado também por uma maior participação do setor privado,

⁵² LORA CAM, Jorge; RECÉNDEZ, Cristina. La universidad neoliberal y la crisis educativa: De cómo año tras año llegaron las evaluaciones. *Reflexión Política*, vol. 5, núm. 10, junio, 2003, pp. 70-79. Universidad Autónoma de Bucaramanga: Bucaramanga, Colombia. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11051006>. Acesso em 05/03/2018.

⁵³ RODRIGUEZ-GOMEZ, ROBERTO; CASANOVA CARDIEL, HUGO. Modernización incierta: Un balance de las políticas de educación superior en México. *Perfiles educativos*, México, v. 27, n. 107, p. 40-56, enero 2005. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982005000300003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 05/03/2018.

⁵⁴ CASANOVA CARDIEL, Hugo; LÓPEZ GARCÍA, Juan Carlos. Educación superior en México: los límites del neoliberalismo (2000-2010). *Linhas Críticas*, vol. 19, núm. 38, enero-abril, 2013, pp. 109-128 Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193526311008>. Acesso 05/03/2018.

que viu no ensino superior uma área rentável para seus investimentos. Houve, ainda, uma maior concentração de demanda escolar nas áreas e carreiras associadas ao setor de serviços. A pós-graduação, por sua vez, registrou um aumento expressivo, atendendo às progressivas exigências de escolaridade provenientes do mercado de trabalho.⁵⁵

Casanova Cardiel e Rodríguez-Gómez também defendem que as políticas modernizadoras no âmbito educacional no período analisado nem sempre tiveram resultados coerentes e com curso definido. Faltou um planejamento que orientasse as políticas governamentais em uma dimensão de longo prazo e que atendesse às demandas e necessidades da sociedade mexicana. As reformas privilegiaram o curto prazo e uma visão técnica dos diferentes componentes do sistema educativo superior. Assim, ignoraram as dimensões sociais dos problemas universitários no México e alguns temas fundamentais da educação superior – tais como democracia, igualdade e compensação das diferenças sociais – e ficaram submissos à retórica da modernização e da funcionalidade técnica.⁵⁶

Jorge Lora Cam e Cristina Recéndez, ao tratarem dos impactos das políticas neoliberais no ensino superior, criticam os acadêmicos universitários, uma vez que acreditam que faltou uma ação contundente de resistência desses em relação às políticas que vinham sendo implementadas:

Alguien podría preguntarse, ¿y qué ocurrió con los intelectuales críticos?, ¿con los académicos de izquierda?, ¿se han organizado, movilizado, protestado?, ¿y si no lo han hecho, por qué parecen tan satisfechos? La respuesta en torno a la resistencia es negativa. Improvisamos dos respuestas que se articulan entre sí: a) Hay una tendencia al debilitamiento del apoyo intelectual a los procesos contestatarios en gran parte debido al desconcierto inicial -después inercial- que provocó la caída del socialismo real y la fuerza del pensamiento único y del discurso de la transición democrática. Hasta las funciones intelectuales se difuminaron. b) La incapacidad de elevarse sobre las condiciones sociales de producción del trabajo intelectual y más bien el

⁵⁵ RODRIGUEZ-GOMEZ, ROBERTO; CASANOVA CARDIEL, HUGO. *Op. Cit.*

⁵⁶ RODRIGUEZ-GOMEZ, ROBERTO; CASANOVA CARDIEL, HUGO. Modernización incierta: Un balance de las políticas de educación superior en México. *Perfiles educativos*, México, v. 27, n. 107, p. 40-56, enero 2005. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982005000300003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 05/03/2018.

sometimiento a reglas de evaluación en las que no solo logran destacados puntajes sino que muchos son sus implementadores.⁵⁷

Embora concordemos que havia, sim, uma certa incapacidade por parte dos intelectuais de efetivamente quebrar com a nova lógica que lhes foi imposta, discordamos que a resistência intelectual tenha sido completamente nula. A revista *Chiapas* é um exemplo de como alguns intelectuais buscaram manter uma postura de resistência crítica ao projeto neoliberal no México e tornar públicas suas opiniões. Vale lembrar que a revista era produzida dentro do Instituto de Investigaciones Económicas (IIEC), instituição de peso dentro da área de economia no México. No entanto, é importante ressaltar que os intelectuais que estavam envolvidos com a revista não eram os únicos professores e pesquisadores que mantinham uma postura crítica em relação ao modelo neoliberal, seus impactos na educação ou a outros problemas econômicos do país. O IIEC ainda hoje busca divulgar, por meio da sua página da internet, uma autoimagem em que a postura crítica é algo que o define, o que demonstra que os acadêmicos estão a par da realidade econômica, e também, das suas implicações à academia:

El Instituto se ha caracterizado por realizar investigaciones desde una perspectiva crítica, alrededor de una visión del desarrollo económico en la búsqueda del bienestar de los sectores sociales más desfavorecidos, contribuyendo al análisis teórico y empírico de los problemas económicos torales, nacionales y mundiales.⁵⁸

Ao observarmos o *Catálogo Histórico de Publicaciones* (1930-2010), percebemos que o IIEC tem uma produção muita diversa, reunindo pesquisadores que voltam suas pesquisas para diferentes recortes temporais, bem como diferentes recortes espaciais, o que demonstra a importância acadêmica do instituto.⁵⁹ Não são poucos os livros listados nesse catálogo que

⁵⁷ LORA CAM, Jorge; RECÉNDEZ, Cristina. La universidad neoliberal y la crisis educativa. De cómo año tras año llegaron las evaluaciones *Reflexión Política*, vol. 5, núm. 10, junio, 2003, pp. 70-79. Universidad Autónoma de Bucaramanga: Bucaramanga, Colômbia. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11051006>. Acesso em 05/03/2018.

⁵⁸ Conferir <http://www.iiec.unam.mx/instituto/identidad>. Acesso 12/03/2018.

⁵⁹ Catálogo histórico de publicaciones, 1930 – 2010. 1ª edición, octubre 2010. UNAM- IIEC. Disponível em http://ru.iiec.unam.mx/93/2/CatalogoHistorico_IIEC.pdf. Acesso 22/01/2018.

marcam uma postura crítica por parte dos pesquisadores que compunham o Instituto, tendo em vista que várias obras discutem as crises econômicas, os problemas provenientes do neoliberalismo, modelos alternativos de produção, desenvolvimento sustentável, o problema da dívida externa nas nações latino-americanas, dentre outros.⁶⁰ Além da revista *Chiapas*, o IIEC produziu outras duas revistas: *Problemas de Desarrollo*, que começou a ser publicada em 1969 e *Economía UNAM*, que começou a ser publicada em 2004; ambas são produzidas ainda hoje.

1.2 *Chiapas* e as revistas como fonte para a história intelectual

A utilização da história intelectual como aporte teórico para o estudo de revistas vem se tornando, já há algumas décadas, uma prática usual no âmbito universitário latino-americano.⁶¹ Se durante muitos anos as revistas eram tidas como fontes secundárias, hoje muitos estudos as colocam em um lugar central, tornando-as objetos complexos para os historiadores. A história intelectual consegue contextualizar essas publicações, problematizando a leitura texto-contexto, tornando-as mais compreensíveis e possibilitando o melhor entendimento das sociedades que as produzem.

A revista política-intelectual tem suas particularidades no que diz respeito aos seus conteúdos e objetivos, algo que a caracteriza de maneira quase intrínseca é o fato de não ser um

⁶⁰ Algumas das obras publicadas pelo IIEC são: OLAVE CASTILLO, Patricia. *Chile: neoliberalismo, pobreza y desigualdad social*. México: IIEC, 2003; GAMBRILL, Mónica. *Diez años del TLCAN en México*. México: IIEC, 2006. Alguns livros publicados pelo IIEC por intelectuais que também colaboraram com a revista *Chiapas* são: CECEÑA MARTORELLA, Ana Esther (coord.) *La Internacionalización del capital y sus fronteras tecnológicas*. México: Ediciones El Caballito, 1995; ZARAGOZA, José. *Historia de la deuda externa de México 1823-1861*. México: Editorial Cambio XXI, 1996; CECEÑA MARTORELLA, Ana Esther (coord.) *La Tecnología como instrumento de poder*. México: Ediciones El Caballito y DGAPA, 1998; CECEÑA MARTORELLA, Ana Esther; ORNELAS, Raúl. *Nación mexicana frente a los monopolios*. México: IIEC, 2007; dentre outros.

⁶¹ Existe uma importante bibliografia sobre o uso de revista para o estudo da história intelectual e diversas pesquisas que utilizam revistas como objeto, conferir: GRANADOS, Aimer (coord.) *Las revistas en la historia intelectual de América Latina: redes, política, sociedad y cultura*. México, D.F: UAM Cuajimalpa, 2012; SOSNOWSKI, Saúl. *La cultura de un siglo*. América Latina en sus revistas. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999.

veículo de comunicação de massa.⁶² *Chiapas* pode ser entendida tanto como uma revista política intelectual, quanto como uma revista acadêmica. As revistas acadêmicas normalmente são publicações que tem seu público limitado, tendo em vista que costumam ter uma linguagem pouco acessível, conteúdos complexos e uma abordagem densa. Porém, muitas vezes os intelectuais que estão inseridos nos meios acadêmicos influenciam no debate da política institucional, fazendo com que o impacto daquilo que debatem possa influenciar na elaboração e alteração de leis, como também influenciar na opinião pública.⁶³ Nesse sentido, podemos entender essa revista como sendo dirigida a um leitor específico, aquele que deseja atuar no espaço público, já que ela define o político e a política a partir do campo da escrita, para “instalar formas de nominar la realidad y actuar sobre ella”.⁶⁴

Esse tipo de publicação é normalmente fruto de projetos coletivos, de modo que sua análise pode nos levar a perceber como redes de sociabilidade intelectual são construídas, além de compreender melhor a circulação das ideias. Beatriz Sarlo ressalta que as revistas têm por função intervir na sociedade para modificá-la, ou seja, seu tempo é o presente.⁶⁵ Concordamos também com Regina Crespo quando ela afirma que as revistas ocupam um lugar intermediário entre a transcendência dos livros e a transitoriedade dos jornais, uma vez que o tempo dessas é menos rígido e urgente.⁶⁶ Nessa medida, uma revista deve ser lida e analisada através da

⁶² MOYANO BARAHONA, Cristina; MELLA POLANCO, Marcelo. La Revista *Proposiciones*: Espacio de sociabilidad intelectual y producción de saberes en el campo intelectual de la izquierda chilena durante los 80. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, [S.l.], n. 32, p. 77-98, jan. 2018. Disponível em: <<http://revistas.uach.cl/index.php/racs/article/view/1223>>. Acesso em: 14/07/2018.

⁶³ Tomando como referência Jürgen Habermas, entendemos que a esfera pública é a dimensão na qual os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados. Tal processo culmina na formação da opinião pública, que, por sua vez, age como uma força oriunda da sociedade civil em direção aos governos no sentido de pressioná-los de acordo com seus anseios.

⁶⁴ MOYANO BARAHONA, Cristina; MELLA POLANCO, Marcelo. La Revista *Proposiciones*: Espacio de sociabilidad intelectual y producción de saberes en el campo intelectual de la izquierda chilena durante los 80. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, [S.l.], n. 32, p. 77-98, jan. 2018. ISSN 0718-1795. Disponível em: <<http://revistas.uach.cl/index.php/racs/article/view/1223>>. Acesso em: 14/07/2018.

⁶⁵ SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICCAL*. Paris, Sorbonne la Nouvelle, n 9-10, 1992, p. 9-15.

⁶⁶ CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. *Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales*. Colima, Universidad de Colima, 2010, p. 2. Publicación en CD-ROM.

problematização do seu diálogo com a vida social, política e cultural de uma sociedade, como afirma Pablo Rocca.⁶⁷

Tendo como referência a proposta de análise para o estudo de revistas elaborada conjuntamente por Alexandra Pita González e Maria del Carmen Grillo,⁶⁸ nos interessa recuperar as três categorias amplas que dizem respeito a uma revista, sendo elas: as dimensões material, imaterial e a intermediária que compartilha aspectos de ambas. A dimensão material privilegia a análise dos aspectos técnicos da revista, como o lugar de edição, formato, quantidade de páginas, quantidade de volumes, periodicidade, tiragem, zona de difusão, dentre outros. A categoria intermediária, por sua vez, privilegia a análise dos conteúdos. Mais do que analisar simplesmente o que está dito nos textos, essa categoria busca levar em consideração as escolhas de títulos, subtítulos, manifestos e notas editoriais, os temas que são frequentes, a ornamentação, dentre outros. Por último, temos a categoria que faz referência à dimensão imaterial e diz respeito ao grupo humano por trás da publicação que se conforma em uma rede intelectual: diretor, comitê editorial, colaboradores, dentre outros. A análise pormenorizada de todas estas dimensões é feita com o intuito de compreender a revista como um todo, a fim de entender o projeto intelectual representado pela revista – as ideias que nela circularam – e as análises que fez sobre a sociedade na qual estava inserida.

1.2.1 Dimensão imaterial: geografia humana

A primeira dimensão que analisaremos é a dimensão imaterial. Publicar uma revista é uma tarefa que normalmente envolve muitas pessoas que exercem diferentes funções. Nessa categoria, nos interessa analisar o grupo humano responsável pela publicação. Entendemos

⁶⁷ ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaliza y su función en el campo cultural latinoamericano). *Hispanica*, año XXXIII, nº 99, diciembre de 2004, p. 3-20.

⁶⁸ PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. 5, n. 01, 2015, p. 3-30.

esses sujeitos como intelectuais e acreditamos que suas relações se conformaram em torno de uma rede de sociabilidade intelectual. Entendemos aqui “rede de sociabilidade intelectual” por um conjunto de intelectuais que, em um dado momento, se comunicam e se relacionam em razão das suas atividades profissionais, suas perspectivas políticas e até mesmo suas relações afetivas.⁶⁹ As revistas são suportes materiais de ideias que aproximam ou repelem intelectuais, permitindo a formação de uma rede.⁷⁰ Nesse sentido, uma rede se configura em torno de *Chiapas*.

Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen afirmam que o tratamento dado aos intelectuais vem passando por uma retomada de categorias com sentidos renovados. Acreditamos que os intelectuais de *Chiapas* exerceram uma dupla função, que demonstra uma renovação do sentido e da própria prática intelectual. Em um primeiro sentido, os definimos como aqueles sujeitos históricos que se envolvem na produção de bens simbólicos, reconhecidos por uma comunidade de pares, formando, assim, um conjunto restrito que pode ser considerado uma elite intelectual. Tal acepção é facilmente percebida entre os colaboradores da revista, tendo em vista que são majoritariamente professores universitários que estavam envolvidos com uma publicação acadêmica. Além desse papel, alguns colaboradores da publicação também podem ser entendidos como intelectuais mediadores, acepção mais ampla, que possuem práticas culturais voltada para a difusão e transmissão, ou seja, “práticas que fazem ‘circular’ os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados.”⁷¹ Nesse sentido, direta ou indiretamente, esses sujeitos estão vinculados à intervenção político-social. Entendemos que essa acepção também pode ser percebida na prática intelectual de alguns dos colaboradores da publicação tendo em vista que publicavam artigos em jornais,

⁶⁹DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007, p. 30.

⁷⁰PITA GONZÁLEZ, Alexandra. (comp.) Introducción. *Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra*. México: Editorial Miguel Ángel Porrúa, Universidad de Colima, 2016.

⁷¹GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 26.

participavam de programas de rádio, de TV e, para além disso, também atuavam mediando um diálogo entre o EZLN e a sociedade mexicana.

Os autores Josep Picó e Juan Pecourt, ao fazerem um panorama dos estudos dos intelectuais, afirmam que a atuação desses vem tomando novos contornos no contexto contemporâneo.⁷² Segundo os autores, os intelectuais na contemporaneidade têm a capacidade de transcender a própria comunidade de origem e atuar como intérpretes no diálogo entre membros de diferentes culturas, sem inscrever-se completamente em nenhuma delas. Apontam, inclusive, que alguns desses vêm buscando diferentes formas de renovar o compromisso intelectual com a sociedade ao, por exemplo, se associarem aos novos movimentos sociais, afirmação que é verdadeira quando falamos dos intelectuais que colaboravam com *Chiapas*.

Podemos relacionar o projeto intelectual representado pela revista com a proposição de Pierre Rosanvalon, no modo como o cientista político concebe a relação entre trabalho intelectual e envolvimento cívico e político, na medida em que ele vê a vida acadêmica como parte integrante da experiência cívica. Rosanvalon defende que a natureza do trabalho intelectual produz um comprometimento político:

Isso conduz em direção a uma nova forma de comprometimento cívico, de um tipo mais substantivo, diferente daquele determinado pela posição do intelectual (ou seja, a autoridade conferida a ele em função de saber especializado). De certo modo, é a própria natureza do trabalho intelectual que produz esse novo comprometimento político. Se a preocupação com a vida cívica pode assumir formas outras que o combate político ordinário, ou a adesão a certos valores ou utopias, ela pode ser pensada como a capacidade de apreender de forma lúcida as antinomias decorrentes das circunstâncias em que o povo se encontra e as questões que delas podem surgir. Assim, o trabalho do historiador do político é parte e parcela desse processo cívico. O conhecimento torna-se então uma forma de ação, que torna o trabalho intelectual *per se* uma forma de prática política. [...] O trabalho intelectual não é uma forma capital disponível para ser reinvestido em outros campos graças ao grau de visibilidade assegurado pelo renome acadêmico (que confere credibilidade ao discurso político por si mesmo). Ao contrário, ele é o conteúdo mesmo do trabalho intelectual que possui uma dimensão cívica.⁷³

⁷² PICÓ, Josep; PECOURT, Juan. El estudio de los intelectuales: una reflexión. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Nº 123, p. 35- 58, 2008. Disponível em <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_123_021215166970765.pdf>. Acesso em 01/09/2017.

⁷³ ROSANVALON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 55-6.

Como afirmando anteriormente, *Chiapas* provém de um espaço acadêmico de fato, a Universidad Nacional Autónoma de México. Essa percepção do trabalho intelectual como estritamente relacionado ao envolvimento cívico e político pode também ser relacionada à postura e atuação dos intelectuais que colaboraram com a publicação. Esses sujeitos fizeram da revista um local de sociabilidade intelectual, de publicização do conhecimento e uma forma de intervir no debate público acerca das questões e dos problemas que a sociedade mexicana enfrentava no momento de sua produção. A urgência dos problemas enfrentados pela sociedade mexicana, sobretudo com a intensificação do neoliberalismo, que afetava a todos e especialmente as populações indígenas, fez com que professores universitários se articulassem para atuar no debate público, tornando a revista uma produção acadêmica e politicamente engajada.

Para entendermos melhor o funcionamento interno da revista é válido retomar às funções e os sujeitos que estavam ligados à produção da revista. A direção de *Chiapas* estava a cargo de Ana Esther Ceceña, economista e professora da UNAM. Ceceña nasceu em 1950, em New York, onde seu pai, José Luis Ceceña Gámez, economista mexicano, trabalhava na área de estudos econômicos junto às Nações Unidas. Em 1952, sua família retornou ao México, onde ela viveu sua infância e adolescência, tendo concluído sua Graduação e Mestrado em Economia pela UNAM. Posteriormente, tornou-se doutora em Relações Econômicas Internacionais pela Universidade de Paris I – Sorbonne. De 1976 a 1989, foi professora titular da Facultad de Economía da UNAM, sendo que, desde 1989, atua como pesquisadora na mesma instituição. Dentre suas linhas de pesquisa, encontram-se as áreas de economia mundial, movimentos sociais, desenvolvimento regional e estudos socioeconômicos.⁷⁴ Ceceña é autora de uma vasta produção bibliográfica e uma carreira profissional bem-sucedida, tendo sido condecorada, em

⁷⁴ Informações retiradas do site da UNAM, Disponível em: <<http://www.iiec.unam.mx/persona/cecena-martorella-ana-esther>> Acesso em 9/12/ 2015.

2013, com o *Reconocimiento Sor Juana Inés de la Cruz*, que foi outorgado às 80 acadêmicas da UNAM que se destacaram como professoras, pesquisadoras e difusoras da cultura.⁷⁵ A economista esteve à frente da direção da revista durante toda sua existência (1995-2004).

O Comitê Editorial da revista era composto por Andrés Barreda, professor da Facultad de Economía (UNAM); Armando Bartra, filósofo que foi diretor do Instituto de Estudios para el Desarrollo Rural Maya; Antonio García de León, pesquisador emérito do Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH); Cuauhtémoc González Pacheco, professor e pesquisador do Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM); John Holloway, cientista político irlandês e professor do Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP); Márgara Millán, socióloga e pesquisadora do Centro de Estudios Latinoamericanos (FCPyS – UNAM), e Enrique Rajchenberg, professor da Facultad de Economía e da Facultad de Filosofía y Letras (UNAM). A partir de 1996, o cientista político Rubén Jiménez Ricárdez⁷⁶ e Mariano Noriega, que fazia parte da Comissão Consultiva, passaram a integrar o Comitê Editorial.

A Comissão Consultiva, por sua vez, era composta por Alejandro Álvarez, economista e professor da Facultad de Economía da UNAM; Catherine Héau-Lambert, socióloga e professora da Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH); Álvaro Matute, historiador e pesquisador da UNAM; Mario Melgar,⁷⁷ jurista e professor da UNAM; Humberto Muñoz, sociólogo e professor da UNAM; Francisco Pineda, antropólogo e professor da ENAH, e pelo brasileiro Ruy Mauro Marini,⁷⁸ cientista social, que foi professor da UNAM, da Universidade

⁷⁵ Gaceta UNAM (11/03/2013) Disponível em: <http://www.inb.unam.mx/historias_noticias/2013/gaceta_sj_2013.pdf> Acesso em 09/12/2015.

⁷⁶ Rubén Jiménez Ricárdez e Ruy Mauro Marini são dois intelectuais que já haviam participado da elaboração de uma revista, a *Cuadernos Políticos*, periódico de esquerda mexicano que circulou entre os anos 1974 e 1990. Sobre *Cuadernos Políticos*, Cf.: BAYLE, Mariana. “México como escenario latinoamericano”. Dictadura, revolución y democracia en las revistas Cuadernos Políticos (1974-1999). *Cuadernos del CEL*, Vol. II, Núm. 3, 2017, pp. 300-314. Disponível em <http://www.celcuadernos.com.ar/upload/pdf/17.%20Bayle.pdf> Acesso 03/08/18.

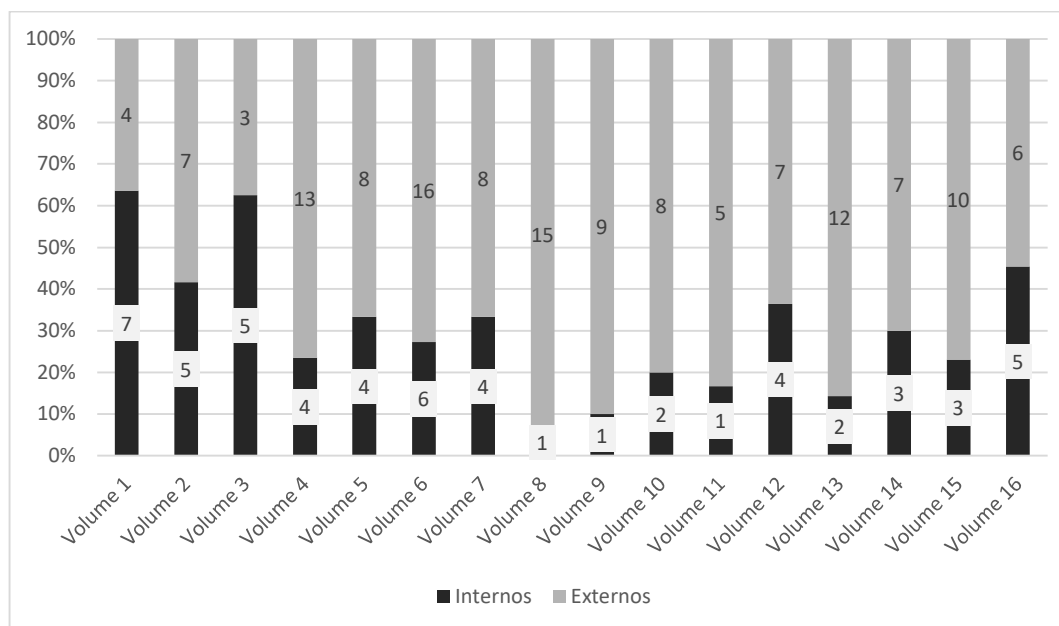
⁷⁷ Mario Melgar compôs a Comissão Editorial apenas nos volumes 1 e 2.

⁷⁸ Ruy Mauro Marini exilou-se no México em 1965. Em 1971, transferiu-se para o Chile, onde foi professor da Universidade do Chile, até a queda do governo de Salvador Allende em 1973. Retornou ao México em 1974 para

do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade de Brasília (UnB). A partir de 1996, Friedrich Katz, antropólogo e historiador mexicanista austríaco, que foi professor da University of Chicago, e Humberto Muñoz, sociólogo e pesquisador da UNAM, passaram a integrar a comissão. Em 2001, o cientista político argentino Atilio Borón, professor da Universidad de Buenos Aires integra o grupo; enquanto Emir Sader, sociólogo e cientista político brasileiro, que foi professor da Universidade de São Paulo (USP), incorporou-se em 2002.

Ainda que sejam fruto de um projeto coletivo, as revistas muitas vezes contam com uma maior colaboração de alguns intelectuais, como aponta Fernanda Beigel.⁷⁹ Em seus dezesseis volumes, mais de cem intelectuais contribuíram com a publicação. Os intelectuais que participaram de *Chiapas* podem ser separados entre colaboradores internos — aqueles que faziam parte da Comissão Consultiva ou do Comitê editorial, acima citados — e colaboradores externos, e tem sua participação representada no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Participação em *Chiapas* de colaboradores internos e externos por volume



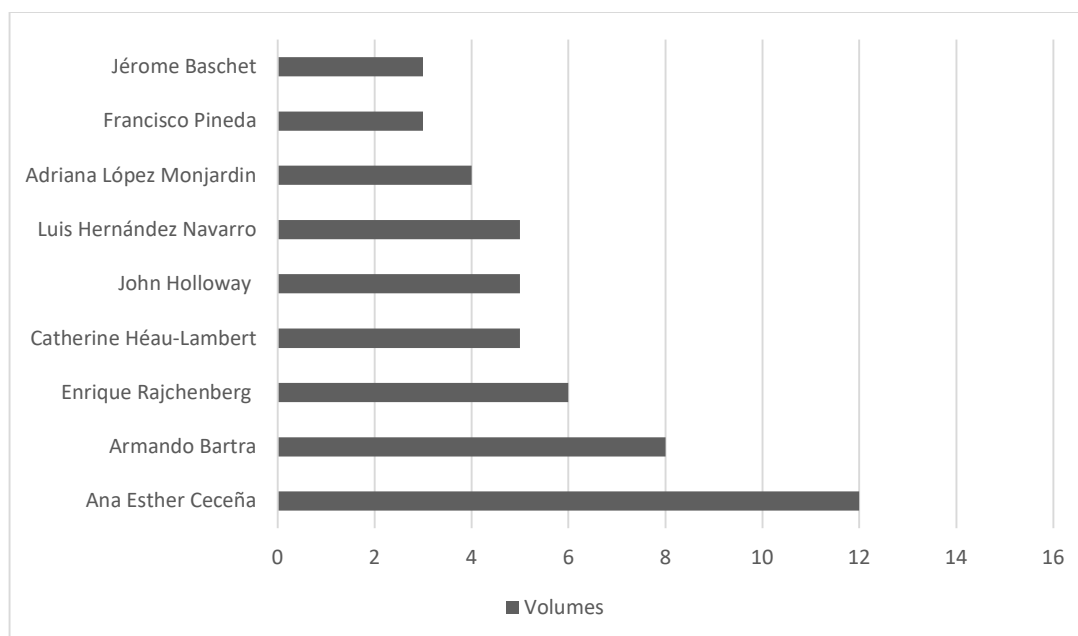
lecionar na UNAM. Marini retornou ao Brasil de forma definitiva apenas em 1996, onde faleceu em 1997, acometido por um câncer.

⁷⁹ BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia Latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Año 8, n° 20, marzo, 2003, p. 105-115.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos de *Chiapas*

Como pode-se perceber, apesar de contar com uma base de colaboradores internos, a participação de colaboradores externos foi essencial para a publicação. É importante notar que os principais colaboradores, isso é, os intelectuais que publicaram com uma maior frequência, faziam parte dos grupos internos, como é o caso de Ana Esther Ceceña, diretora da publicação, bem como Armando Bartra, Catherine Héau-Lambert, Enrique Rajchenberg e John Holloway, conforme expressa o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Principais colaboradores de *Chiapas*



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos de *Chiapas*

Acreditamos que uma rede de sociabilidade⁸⁰ se formou em torno da revista, como já afirmado anteriormente. Como salienta Altamirano: “La red nos hace ver modos de

⁸⁰ DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007, p. 30.

comunicación y circulación de ideas entre individuos y grupos localizados en diferentes lugares”.⁸¹ Nesse sentido, podemos afirmar que a rede em torno de *Chiapas* extrapolou a UNAM e até mesmo o território mexicano, uma vez que os intelectuais que colaboraram com a revista pertencem a diversos lugares, como Immanuel Wallerstein,⁸² sociólogo estadunidense; Boaventura de Sousa Santos,⁸³ sociólogo português e filósofo do direito; Jérôme Baschet,⁸⁴ historiador francês, e Luis Hernández Navarro,⁸⁵ jornalista mexicano, para citar alguns. Assim, ainda que as ideias antineoliberais que circularam em *Chiapas* tenham se originado em resposta às políticas que se encontravam em voga na sociedade mexicana, a experiência de viver sob o neoliberalismo é encontrada em outros locais, tal que seu debate tomou a configuração de uma rede transnacional.⁸⁶

Além de atuarem no debate público através da revista, alguns dos intelectuais envolvidos com ela buscavam participar de programas de rádio e escreviam para jornais. É o caso, por exemplo, da participação no programa de rádio *Momento Económico*, da UNAM. Ana Esther Ceceña e Eugenia Gutierrez conversaram com Marina Chávez Hoyos em uma entrevista

⁸¹ ALTAMIRANO, Carlos. Élités culturales en el siglo XX latinoamericano. Introducción al volumen II. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina II: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 19.

⁸² Cf.: WALLERSTEIN, Immanuel. El CNA y Sudáfrica : pasado y presente de los movimientos de liberación en el sistema-mundo. *Chiapas*, vol.7, UNAM/Era, 1999; WALLERSTEIN, Immanuel. El albatros racista. La ciencia social, Jörg Haider y la Widerstan. *Chiapas*, vol. 10. UNAM/Era, 2000.

⁸³ Cf.: SANTOS, Boaventura de Sousa. El fin de los descubrimientos imperiales. *Chiapas*, vol.11. UNAM/Era, 2001; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Nuestra America*. Reinventando un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución. *Chiapas*, vol. 12, UNAM/Era, 2001.

⁸⁴ Cf.: BASCHET, Jérôme. (Re) discutir sobre la historia. *Chiapas*, vol. 10. UNAM/Era, 2000; BASCHET, Jérôme. Los zapatista contra el império? Una invitación a debatir el libro de Michael Hardt y Toni Negri. *Chiapas*, vol. 13. UNAM/Era, 2002; BASCHET, Jérôme. ¿Más allá de la lucha por la humanidad y contra el neoliberalismo? *Chiapas*, vol. 16. UNAM/Era, 2004.

⁸⁵ Cf.: HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis. Entre la memoria y el olvido: guerrillas, movimiento indígena y reformas legales en la hora del EZLN. *Chiapas*, vol. 4. UNAM/Era, 1997; HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis. La autonomía indígena como ideal. Notas a *La rebelión zapatista y la autonomía* de Héctor Díaz-Polanco. *Chiapas*, vol. 5. UNAM/Era, 1998.

⁸⁶MATO, Daniel. *Think Tanks*, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro (Comp.) *Cultura y neoliberalismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 19-42. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100919072253/grimson.pdf>>. Acesso em: 24/05/2017.

intitulada *Chiapas: três años del levantamiento*, em 1997.⁸⁷ No ano seguinte, Ana Esther Ceceña e Ramón Vera Herrera participaram desse mesmo programa em uma entrevista intitulada *Chiapas 4 años después*.⁸⁸

A participação em jornais, por sua vez, concentrava-se especialmente no jornal *La Jornada*, que é um jornal diário de centro-esquerda mexicano e possui circulação nacional.⁸⁹ Nele, intelectuais que colaboravam com a revista, tais como Luis Hernandez Navarro, Julio Monguel, Armando Bartra, Adelfo Regino Montes, Gilberto López y Rivas, dentre outros, publicaram colunas e artigos em que abordavam o movimento zapatista e a questão indígena.⁹⁰

Tal atuação era importante, pois fazia com que o debate não atingisse apenas o público especializado que pudesse ter contato com a revista, mas o amplificava, fazendo com que diferentes grupos que compunham a sociedade tivessem contato com o debate em torno do EZLN e as bandeiras que esses intelectuais levantavam. Em cada um desses meios, a linguagem e a abordagem passavam por adaptações para facilitar a compreensão do que estava sendo dito. Gomes e Hansen, ao abordar a atuação de intelectuais mediadores, apontam a importância e o desafio dessa dupla atuação:

Essa maneira de entender e trabalhar com os intelectuais mediadores traz implicações. Uma delas é atentar que ele pode perfeitamente acumular diversas funções e posições ao longo de sua trajetória profissional. Isto é, uma pessoa pode ser, ao mesmo tempo, um cientista renomado e a figura principal de uma série de TV sobre o tema de suas pesquisas, que, assim, podem ser divulgadas para um amplo público. Isso aumentaria o conhecimento das pessoas sobre a matéria e estas poriam em prática cuidados com

⁸⁷ Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña e Eugenia Gutierrez: “Chiapas: tres años del levantamiento armado”. Programa de Rádio *Momento Económico* (10/4/1997), transcrição nossa. Disponível em : <<http://ru.iiec.unam.mx/id/eprint/391>> Acesso em 06/09/2017.

⁸⁸ Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña, Josefina Morales e Ramón Vera: “Chiapas 4 años después”. Programa de rádio *Momento Económico* (08/01/1998). Disponível em <http://ru.iiec.unam.mx/996/1/1998ENES2.mp3> Acesso em 06/09/2017.

⁸⁹ O site do jornal é <http://www.jornada.com.mx/>

⁹⁰ O livro *Chiapas: construindo a esperança* reúne textos de jornais sobre o EZLN, dentre esses mais de 20 textos foram escritos por intelectuais que também participaram de *Chiapas*, Cf.: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Cf.: HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis. Reconstrução das identidades índias. *La Jornada* (19/07/1995). In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 121; LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. A negação de San Andrés. *La Jornada* (5/04/1998). In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 267.

a saúde, a alimentação, o meio ambiente etc. Do mesmo modo, um autor de livros acadêmicos pode se dedicar a escrever livros de divulgação cultural ou livros escolares/ didáticos, que não deixam a dever ao rigor de sua ciência, assumindo somente outros suportes e linguagens, por se dirigirem a outros leitores. Quer dizer, diferentes intenções e públicos produzem outros tipos de bem cultural. O que se quer sublinhar com tais exemplos é que um mesmo intelectual pode ser “criador” e “mediador”; pode ser só “criador” ou só “mediador”; ou pode ser “mediador” em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga. Essas opções não devem ser consideradas posições fixas, do mesmo modo que não há identidades profissionais ou pessoais fixas e imutáveis.⁹¹

Em *Chiapas*, os intelectuais escreviam longos artigos e ensaios, carregados de uma linguagem acadêmica, com a utilização de conceitos e referências que tornam os textos densos. Nos jornais e nos programas de rádio, por sua vez, ainda que os assuntos fossem os mesmos, o rebuscamento acadêmico era deixado um pouco de lado, e eles recorriam a uma linguagem mais acessível, como podemos perceber em artigo do antropólogo Gilberto López y Rivas quando aborda a questão da autonomia indígena⁹²:

Os zapatistas e o movimento indígena nacional têm construído durante esses quatro anos uma proposta para a articulação democrática dos *pueblos* índios na nação, por meio das autonomias. Oxalá os afãs autoritários do atual governo não nos façam pagar um preço alto demais pela construção de uma nação pluralista e democrática.⁹³

Na já citada entrevista de rádio *Chiapas: três años del levantamiento*, ao tratar do projeto da revista, a diretora da publicação demonstra como ela foi capaz de congregiar diferentes pessoas: entre amigos e pesquisadores, a revista reuniu aqueles que estavam interessados na insurreição zapatista e nas problemáticas em torno do levante, fazendo com que esses se articulassem e formassem uma rede intelectual, que mais do que dar respostas conclusivas, buscava ser um espaço de constante debate e problematização das questões que lhes eram contemporâneos:

⁹¹ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 20.

⁹² Abordaremos sobre a questão da autonomia indígena no Capítulo III.

⁹³ LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Nação e Zapatismo. *La Jornada* (13/1/1998). IN: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Y bueno, nosotros nos reunimos, amigos, gente que trabajaba el tema. Yo, por ejemplo, siempre trabajé economía mundial, sigo trabajando economía mundial y, sin embargo, desde esta perspectiva también me interesaba responder preguntas relativas a Chiapas. Nos reunimos y empezamos a discutir, vimos que eran muchísimas más las preguntas que las respuestas, pero que algunas respuestas teníamos. Y que algunas, sobretudo, podíamos ir construyendo en este debate entre nosotros y con mucha más gente. Entonces así inicia el proyecto de la revista, o sea, un poco buscando entender, buscando acercarnos mucho más a Chiapas, al propio Ejército Zapatista, para ver lo que estaba planteando, como lo proponía, cual es la realidad, la que ellos salían, y que les había permitido un llamado de este calibre. Y bueno, estamos ahí, estamos construyendo, en realidad. Nosotros no decimos que estamos, digamos, haciendo un producto, dando una revista ya hecha, ya acabada y tienen ustedes la verdad. No. Creo que...bueno, hay muchas verdades y justamente eso es parte de lo que está buscando la revista, encontrar todas esas verdades, ponerlas todas y tratar de articularlas unas con otras. Tratar de entender porque desde diferentes perspectivas, hay también respuestas tan distintas a las mismas preguntas y, sobretudo, creo, formular más preguntas.⁹⁴

A fala de Ceceña pode ser relacionada com a visão que Beatriz Sarlo constrói acerca da atuação intelectual através de revistas. A autora aponta que, enquanto os livros normalmente têm um destino inscrito a médio e longo prazo, as revistas, como já apontamos, buscam fazer intervenções exigidas pela conjuntura, se inscrevendo, assim, no presente. Elas se inscrevem no presente, justamente porque buscam intervir nessa temporalidade para modificá-la.⁹⁵ A fala da diretora também é marcada por um certo presentismo. Além disso, o trecho acima também pode ser relacionado com os apontamentos de Pablo Rocca, quando afirma que “revista” é sinônimo de diálogo, uma vez que as inflexões de voz no diálogo/revista são múltiplas, especialmente por se configurar enquanto espaço interdisciplinar. Rocca complementa a visão de Sarlo quando afirma que, ainda que vivendo no presente, as revistas sempre apontam para o futuro. Possuem, nesse sentido, um olhar bifocal: constroem o presente e levantam a cabeça para ver o futuro.⁹⁶ Ou seja, o presente é problematizado, mas há a defesa e construção de um projeto de futuro distinto. No caso de *Chiapas*, o projeto de futuro almejado é uma sociedade

⁹⁴ Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña e Eugenia Gutierrez: “Chiapas: tres años del levantamiento armado”. Programa de Rádio *Momento Económico* (10/4/1997), transcrição nossa. Disponível em : <<http://ru.iiec.unam.mx/id/eprint/391>> Acesso em 06/09/2017.

⁹⁵ SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *America, Cahiers du CRICCAL*. Paris, Sorbonne la Nouvelle, n 9-10, 1992, p. 9-15.

⁹⁶ ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latino-americano). *Hispamerica*, año XXXIII, n° 99, diciembre de 2004, p. 3-20.

igualitária e plural, em que os povos indígenas são incluídos, ao mesmo tempo que têm suas formas de viver respeitadas.

É importante apontar que, apesar da problematização do presente ser algo recorrente, isso não significa que todos os colaboradores da revista partilharam das mesmas ideias. Carlos Altamirano nos lembra que a universidade é uma instituição complexa, onde convivem posições diferentes que se tornam mais evidentes no momento em que esses intelectuais tornam públicas suas opiniões.⁹⁷ O fato da revista ter uma seção esporádica intitulada *Debate* mostra que divulgar um embate de ideias era uma das preocupações de *Chiapas*.⁹⁸ Mais do que estabelecer consensos, o intuito dessa seção era justamente demonstrar que existem diferentes respostas para as mesmas perguntas. O debate, nesse sentido, era algo que promovia trocas de saberes e as colocavam em circulação, marcando a pluralidade de ideias dentro da publicação. Essa pluralidade, no entanto, não era ampla. Não havia espaço, por exemplo, para textos que abertamente defendessem o neoliberalismo ou que desqualificassem o EZLN. A escolha dos textos que compunham cada volume era feia de forma consciente por parte da equipe editorial, fazendo com que houvesse uma coerência dentro de cada volume e entre os volumes.

As autoras Kristine Vanden Berghe e Anne Hufschmid apontam que tanto na cena latino-americana, quanto na latino-americanista,⁹⁹ o movimento zapatista provocou o reaparecimento de atitudes, respostas e ações que acreditava-se estarem inscritas no passado. Reapareceu a figura do “companheiro de viagem”, surgiu um novo destino para os chamados “turistas revolucionários” e voltaram a surgir novas posições intelectuais, que foram tão emblemáticas no discurso comprometido com respeito à América Latina nos anos sessenta.

⁹⁷ ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación sobre una tribu inquieta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

⁹⁸ A seção *Debate* será analisada de forma aprofundada no Capítulo III.

⁹⁹ As autoras entendem por cena “latino-americana” aquela localizada geograficamente na América Latina, enquanto que a cena “latino-americanista” seria aquela que, apesar de estar geograficamente fora da América Latina, reflete e produz conhecimento sobre ela.

Berghe e Huffschnid afirmam, dessa forma, que o levante zapatista gerou um certo “reencantamento de mundo”,¹⁰⁰ tendo em vista que despertou o interesse e aproximação de muitos intelectuais, fossem eles acadêmicos, artistas ou escritores:

La aparición de los zapatistas, sus discursos y sus principios crearon múltiples alianzas y generaron infinitud de debates en grupos intelectuales, instituciones académicas y personalidades del mundo de las letras dentro y fuera de México. Como suele ocurrir, las alianzas casi nunca fueron estables o duraderas, sino frágiles y cambiantes. Algunas se rompieron después de poco tiempo, con los cambios de modas y coyunturas. Otras se mantuvieron en una distancia crítica, y muchas desaparecieron por simple desinterés. Varios intelectuales conocidos mantienen hasta hoy una actitud de solidaridad pública en combinación con un discurso de crítica interna con respecto al EZLN.¹⁰¹

A afirmativa das autoras pode ser comprovada, inclusive, pela já citada obra *Chiapas: construindo a esperança*. Além dos artigos e colunas de intelectuais que colaboraram com a revista *Chiapas*, esse livro também reúne textos em que outras figuras escreveram sobre o EZLN, como o escritor português José Saramago, o escritor espanhol Manuel Vázquez Montalbán e o crítico literário brasileiro Antonio Candido, para citar alguns.¹⁰²

As autoras também ressaltam que as reações ao movimento zapatista não foram unânimes, visto que o movimento foi capaz de mobilizar medos e esperanças, revisões críticas e o passado histórico mexicano, bem como aspectos que remontam ao passado latino-americano e mundial. De fato, a década de 1990 remonta a uma série de experiências que marcaram toda uma época, dentre elas a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o desgaste de experiências revolucionárias e socialistas — como a Revolução Cubana e a experiência nicaraguense. Esses eventos, cada um tendo um peso diferente, geraram uma perda de referências para a esquerda mundial, o que atingiu também as

¹⁰⁰ A ideia que o EZLN teria provocado um reencantamento de mundo, faz referência a uma posição apontada por Yvon Le Bot. Cf.: LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. México: Plaza y Janes, 1998.

¹⁰¹ BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne. Prólogo. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 19.

¹⁰² BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Arioaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

esquerdas latino-americanas.¹⁰³ Foi um desses momentos, como nos aponta Jean François Sirinelli, que entendemos como uma “experiência de vida compartilhada” que marcou toda uma geração.¹⁰⁴

Iván Azuara Monter ressalta que o poder da palavra levou os zapatistas a uma insurgência discursiva, por meio de jogos gramaticais e semióticos — que inclui o uso de metáforas — que foi capaz de atrair o apoio nacional e internacional de setores significativos da sociedade civil, em geral, e da comunidade acadêmica, em particular. Em um primeiro momento, o discurso zapatista se construiu com um conteúdo original que incorporou elementos simbólicos onde confluíram noções filosóficas e humanistas amplamente aceitas, como os direitos humanos, a democracia, a política do reconhecimento, o direito à diferença e o multiculturalismo.¹⁰⁵

A diretora de *Chiapas*, ao retomar esse primeiro momento, quando da aparição do levante, deixa evidente que essas reações não podem ser tidas como monolíticas. Mesmo dentro da sociedade mexicana, e especificamente entre a parcela dos intelectuais que se expressaram sobre o movimento,¹⁰⁶ houve uma grande dissonância de reações:

Las primeras reacciones fueron muy ilustrativas de lo que, incluso luego, ha ido ocurriendo. Los intelectuales más vinculados al sistema político — aún los intelectuales de izquierda — condenaron inmediatamente el levantamiento porque decían que estaba en riesgo la democracia. ¿Cuál democracia? podría preguntarse uno, pero en fin. Periódicos, como *La Jornada*, que ahora publican los comunicados zapatistas, inicialmente también estuvieron en contra del levantamiento. Hubo, no obstante, otra fracción de la intelectualidad — y de la sociedad misma — que era muy

¹⁰³ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina. O debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda, 2013.

¹⁰⁴ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

¹⁰⁵ AZUARA MONTER, Iván. Resonancias Zapatistas en el ámbito científico. ¿ Otra forma de hacer ciência es posible? BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 33-34.

¹⁰⁶ Rodolfo Uribe Iniesta analisa as repercussões que o levantamento armado do EZLN teve no imaginário intelectual nacional, especialmente as primeiras reações escritas de diferentes intelectuais de renome no país. Cf.: URIBE INIESTA, Rodolfo. El cuestionamiento de los sujetos sociales como lectura de la rebelión chiapaneca. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era. Vol.6, 1998.

crítica frente al sistema político y económico y entonces se fascinó por estos nuevos planteos y se acercó muy rápidamente a los zapatistas para ver qué estaba pasando.¹⁰⁷

Ana Esther Ceceña, enquanto intelectual, incluía-se no último grupo ao qual se refere, formado por aquela parcela da intelectualidade que se posicionava de forma bastante crítica ao sistema político e econômico do México, sendo esse um dos motivos que o levou a se aproximar do EZLN. Nesse sentido, retomamos novamente os apontamentos de Jean- Sirinelli¹⁰⁸, quando discorre acerca das estruturas de sociabilidade, e definimos a revista *Chiapas* como um espaço de sociabilidade intelectual contra o neoliberalismo e crítico ao sistema político mexicano, uma vez que a vemos como um lugar onde intelectuais reuniam-se para discutir, se aproximar, tecer críticas e apontar caminhos futuros, sejam referentes à realidade mexicana, latino-americana ou mundial. *Chiapas* é uma publicação singular para analisar o debate intelectual em torno do EZLN, tanto pela proximidade que estabeleceu com o movimento, quanto pelo seu formato multidisciplinar e pela sua duração de dez anos.

Segundo Walter Mignolo, os movimentos sociais de todos os tipos não necessitam de intelectuais de fora para defender seus interesses hoje em dia.¹⁰⁹ Ainda assim, o diálogo e aproximação desses pode ser frutífera. Ao tratar do impacto do movimento zapatista, Azuara Monter defende que houve cinco tipos de ressonâncias sobre o âmbito científico. A primeira foi a mudança na agenda científica nacional e a na concepção que prevalecia no México, em 1994, em torno do desenvolvimento nacional. A segunda foi o desenvolvimento teórico-metodológico que transformou o zapatismo em objeto de estudo nas ciências sociais, além de ter marcado a agenda temática do fim do século (identidades, movimentos sociais, autonomia,

¹⁰⁷ Entrevista com Ana Esther Ceceña: “Aprender del zapatismo”. *Lavaca*, 2/12/2003. Disponível em <<http://www.lavaca.org/notas/ana-esther-cecena-aprender-del-zapatismo/>> Acesso em 14/06/2016.

¹⁰⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

¹⁰⁹ MIGNOLO, Walter. “The geopolitics of knowledge and the colonial difference.” In: MORANA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos (editors). *Coloniality at large – Latin America and the Postcolonial Debate*. Duke University Press, 2008.

diversidade, cidadania e multiculturalismo). A terceira foi uma maior reflexão acerca das cumplicidades da ciência com o sistema político e com as corporações transnacionais, o que reforçou aquilo que o autor vê como uma quarta ressonância, que foi a relação de poder com o saber e a produção simbólica como instrumento de dominação. A quinta e última ressonância foi a busca por uma mudança de paradigma por meio da epistemologia ambiental, os saberes ambientais locais e as estratégias de restauração e conservação da natureza.¹¹⁰

Essas ressonâncias, cada uma à sua medida, podem ser percebidas nas páginas de *Chiapas*. Assim, podemos afirmar que a aproximação dos colaboradores da revista veio, principalmente, por meio de duas frentes. A primeira, em que esses intelectuais tornaram o EZLN objeto de suas reflexões, buscando, desse modo, entender o movimento — suas bases históricas, político-sociais dentro de uma longa trajetória de luta indígena, bem como analisar criticamente o desenrolar de sua atuação. Essa primeira forma de aproximação foi também uma maneira desses intelectuais se posicionarem politicamente frente a alguns dos problemas que permeavam a sociedade mexicana na época, como afirmado anteriormente. A segunda frente deu-se através de uma reflexão epistemológica do que o movimento trazia de renovador. Assim, a revista trazia não só artigos e ensaios sobre a problemática em torno do movimento, mas ela também publicava documentos que o movimento zapatista produzia, demonstrando que a revista buscou exercitar a escuta e aprender com o movimento. Dessa forma, os intelectuais envolvidos na publicação tentaram renovar a teoria e prática intelectual e trazer para a academia algumas das críticas que o movimento elaborou na sua leitura da realidade.

Ambas formas de se aproximar de um movimento social vão ao encontro dos apontamentos de Catherine Walsh, quando reflete sobre o lugar e ação dos intelectuais na

¹¹⁰ AZUARA MONTER, Iván. Resonancias Zapatistas en el ámbito científico. ¿ Otra forma de hacer ciencia es posible? BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 45-46.

contemporaneidade, em especial a latino-americana. Walsh aponta que os movimentos sociais — mais especificamente os de base indígena e afrodescendentes — através de suas ações políticas e de reivindicação, têm aberto novos espaços que possibilitam a construção de diferentes formas de se pensar e de produzir conhecimento. Assim, esses movimentos vêm influenciando a teoria e a prática intelectual, além de afetar também a política, as formas de vida e a sociedade como um todo.¹¹¹

O movimento social foi capaz de promover um deslocamento no olhar desses colaboradores e gerar uma maior atenção para a questão indígena, algo que se constitui como um problema de longa data na realidade latino-americana. Algumas questões levantadas pelo EZLN, como a “negação” à modernidade capitalista, o lugar dos indígenas na nação mexicana, o reconhecimento do direito à diferença, a luta política que não almeja a tomada do poder; e alguns conceitos como *democracia*, *igualdade*, passaram a ser repensados, o que fica evidente na fala de Ceceña:

[...] Realmente la problemática indígena quedó instalada como una de las problemáticas del siglo XXI y de eso ya no puede salir. Pero esto requiere un aprendizaje y una apertura que muchas veces el intelectual no tiene. Se supone que un intelectual de izquierda, un revolucionario del pensamiento, debería ser el más preparado para estos casos y, a veces, tiene más dificultades para acercarse y entender el discurso zapatista que una señora que es ama de casa pero que tiene la sensibilidad necesaria como para darse cuenta de lo que está ocurriendo ahí. Porque acercarse a un pensamiento tan diferente y tan complejo requiere una disposición para cambiar esquemas, para desplazarse a un terreno un poco virgen en el que hay que construir los conceptos. Es decir: hay que discutir con los zapatistas pero también hay que construir conceptos que nos permitan a nosotros apropiarnos de lo que ellos están planteando. Y no es una tarea fácil.¹¹²

A ideia de que o movimento zapatista teria promovido uma ressonância no meio intelectual acadêmico, uma vez que influenciou pesquisadores e professores a repensar conceitos, também se faz presente na própria revista, não se limitando a essa fala da diretora

¹¹¹ WALSH, Catherine. “Political epistemic insurgency social movements and the refounding of the state.” In: MORAÑA, Mabel; GUSTAFSON, Bret (eds), *Rethinking Intellectuals in Latin America*. Iberoamericana, 2010, p. 199-211.

¹¹² Entrevista com Ana Esther Ceceña: “Aprender del zapatismo”. Lavaca, 2/12/2003. Disponível em <<http://www.lavaca.org/notas/ana-esther-cecena-aprender-del-zapatismo/>>. Acesso em 14/06/2016.

publicada em uma entrevista. Um exemplo claro é o texto intitulado *El Zapatismo y las Ciencias Sociales en América Latina*, de John Holloway, politólogo irlandês. O autor também demonstra uma abertura para repensar as Ciências Sociais em diálogo com o próprio zapatismo:

La dignidad, una categoría central en el levantamiento zapatista, es el rechazo a la desilusión: el rechazo, por lo tanto, a lo que subyace el desarrollo actual de las ciencias sociales. Está claro, pues, que tomar como tema 'el zapatismo y las ciencias sociales' no implica constituir el zapatismo como objeto de las ciencias sociales, sino implica más bien entender al zapatismo como el sujeto de las ciencias sociales, el sujeto de un ataque contra la tendencia prevalente de las ciencias sociales actuales. Tratar al zapatismo como objeto de la investigación sería violentar a los zapatistas, sería negarse a escucharlos, forzarlos dentro de las categorías que ellos están desafiando, imponerles la desilusión contra la cual ellos están en revuelta.¹¹³

Tal reflexão aparece também no texto intitulado *Latifundios genéticos y existencia indígena*, que compõe o décimo quarto volume, de Carlos Walter Porto Gonçalves,¹¹⁴ geógrafo brasileiro. Nele, o autor reflete sobre de que modo diferentes comunidades indígenas no México seriam afetadas com a criação da Reserva Integral da Biosfera Montes Azules. Em uma nota de rodapé o autor declara:

Este trabajo contó con la colaboración de Glauco Bruce, Luiz Fernando Scheibe, Héctor Alimonda, Enrique Leff y Ana Esther Ceceña, que con sus comentarios críticos me hicieron mejorarlo. Todavía, es preciso decirlo, son los propios protagonistas quienes están resignificando lo real y poniendo a discusión nuevos conceptos sobre los cuales escribimos. Lo que aquí está escrito está, de cierta forma, inscrito en la realidad vivida por las comunidades a quienes devuelvo este trabajo. Este trabajo contiene un conjunto de reflexiones que reúne investigaciones científicas de varias disciplinas con el firme propósito de contribuir para que se impida la injusticia histórica pronta a cometerse contra la humanidad, particularmente contra varias comunidades que habitan en el sur de México que, directa o indirectamente, serán afectadas por la creación de una unidad de conservación ambiental cuyos presupuestos ignoran la importancia de los pueblos y de sus respectivas culturas en los cuidados de la naturaleza. En este sentido, este trabajo busca ofrecer una contextualización de la historia reciente de la constitución del campo ambiental, de tal modo que el lector pueda discernir que, detrás de discursos aparentemente semejantes, se esconden prácticas sociales distintas.¹¹⁵

¹¹³ HOLLOWAY, John. *El Zapatismo y las Ciencias Sociales en América Latina*. Chiapas, UNAM/Ediciones Era, vol. 10, 2000.

¹¹⁴ Carlos Walter Porto Gonçalves é geógrafo e professor da Universidade Federal Fluminense. Foi membro do Grupo de Trabalho Hegemonia e Emancipações do CLACSO, juntamente como Ana Esther Ceceña e Emir Sader.

¹¹⁵ Gonçalves, Carlos Walter Porto. *Latifundios genéticos y existencia indígena*. Chiapas, UNAM/Ediciones Era, vol. 14, 2002.

A fala de Ceceña, o trecho extraído do texto de Holloway e a nota no texto de Gonçalves expressam ideias próximas: a partir do levante do EZLN, a problemática indígena se fez mais urgente e, a esses intelectuais, coube o papel de repensar a atuação que tinham enquanto intelectuais acadêmicos, gerando um desdobramento epistemológico. Tais apontamentos vão ao encontro da perspectiva que acreditamos existir na atuação de muitos intelectuais no mundo contemporâneo, na medida em que esses não se veem como sujeitos que serviriam para iluminar a sociedade através de seus conhecimentos, mas sim, como afirmamos anteriormente, para atuar enquanto mediadores no diálogo entre os diferentes coletivos que convivem numa mesma sociedade.

As edições impressas e digitais disponibilizavam endereços de e-mails¹¹⁶ para que os leitores entrassem em contato com a edição da revista. No entanto, nenhum espaço para os comentários dos leitores era reservado nas páginas de *Chiapas*, o que torna difícil a análise da participação real que eles exerciam nela. Contudo, não devemos minimizar a importância que a revista dava à sua relação com seu público pretendido. Como apontam Picó e Pecourt, no mundo global, as relações entre intelectuais e seus públicos se faz através dos diferentes meios de comunicação.¹¹⁷ É interessante perceber que *Chiapas*, principalmente através de sua diretora, buscava utilizar, por exemplo, o rádio, outras revistas online, entrevistas e jornais como forma de ampliar o alcance de seu discurso, como apontado anteriormente.

1.2.2 A revista *Chiapas* e sua dimensão material: aspectos técnicos

¹¹⁶ Foram encontrados diferentes e-mails, tais como : chiapasrevista@yahoo.com, revistachiapas@hotmail.com , anae@servidor.unam.mx, anae_ce@hotmail.com

¹¹⁷ PICÓ, Josep; PECOURT, Juan. El estudio de los intelectuales: una reflexión. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Nº 123, p. 35- 58, 2008. Disponível em <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_123_021215166970765.pdf>. Acesso em 01/09/2017.

A segunda dimensão que analisaremos é a material. Recuperar os aspectos técnicos de uma publicação é algo fundamental para entendermos sua materialidade, e explorar tais aspectos nos auxilia a compreender seu contexto de produção. *Chiapas* foi uma coedição produzida pelo Instituto de Investigaciones Económicas (IIEC), da Universidad Nacional Autónoma de México, em parceria com as Ediciones Era.¹¹⁸ Circulou de forma impressa e digital¹¹⁹ e foi publicada ora semestralmente, ora anualmente. Ao todo foram publicados dezesseis volumes, entre os anos de 1995 e 2004, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1: Número de revistas *Chiapas* publicadas por ano (1995–2004)

Ano	Nº de Revistas	Ano	Nº de Revistas
1995	1	2000	2
1996	2	2001	2
1997	2	2002	2
1998	1	2003	1
1999	2	2004	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos de *Chiapas*.

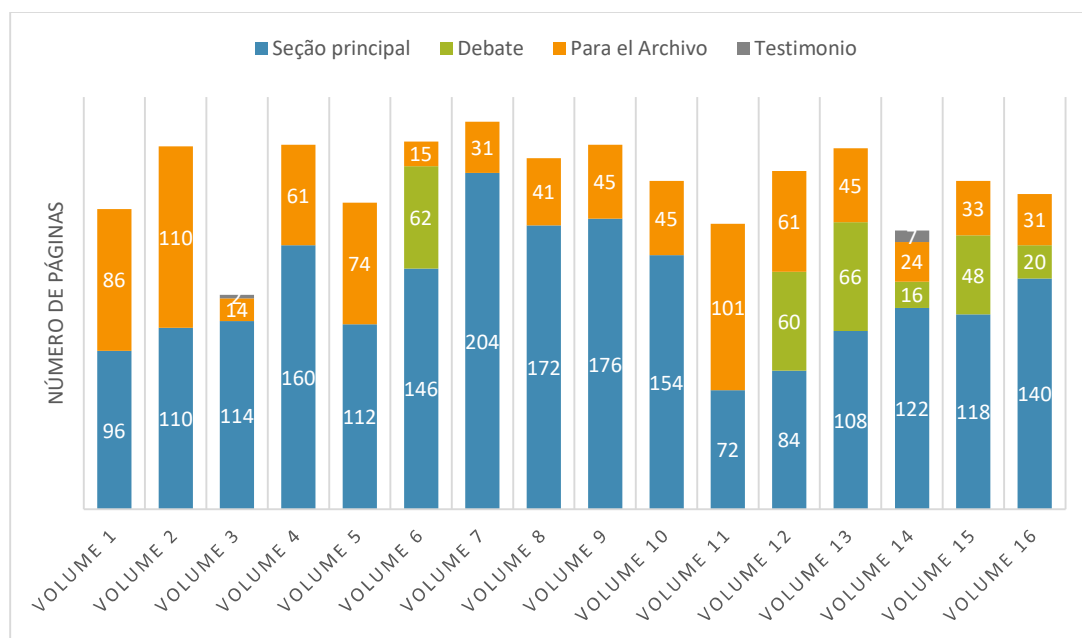
A publicação possuía duas seções permanentes: uma principal e de maior volume, sem título, iniciada por uma apresentação geral do volume, que trazia artigos, ensaios e entrevistas. E outra intitulada *Para el archivo*, na qual encontramos textos clássicos de intelectuais latino-

¹¹⁸ *Ediciones Era* é uma editora importante no cenário mexicano, tendo sido fundada em 1960 por Vicente Rojo, José Azorín e os irmãos Neus, Jordi e Quico Espresate, todos eles exilados espanhóis no México e companheiros de trabalho na imprensa Madero.

¹¹⁹ Os volumes estão disponíveis em: <http://www.revistachiapas.org/chiapas-pres.html>

americanos¹²⁰ e também documentos, normalmente produzidos por movimentos sociais e relacionados, em sua grande maioria, à realidade indígena, ao EZLN e ao neoliberalismo. Outras duas seções apareciam de forma esporádica, uma denominada *Testimonio*, presente em apenas dois volumes da publicação e, como o nome sugere, era um espaço onde intelectuais expunham relatos de suas experiências de vida que se relacionavam com os temas da revista; e outra intitulada *Debate*, onde assuntos variados eram discutidos por diferentes intelectuais como os Acordos de San Andrés,¹²¹ além de debates em que os autores criticavam textos uns dos outros.¹²² A composição de cada um dos volumes pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Distribuição das seções nos volumes de *Chiapas*



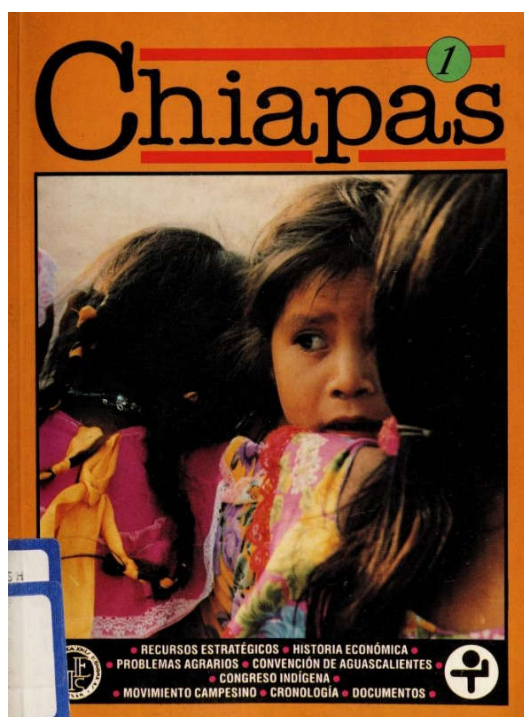
Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos de *Chiapas*.

¹²⁰ Alguns textos clássicos publicados nessa seção foram: GUEVARA, Che. Carta a Fidel. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 5, 1997; MARINI, Ruy Mauro. El concepto de trabajo productivo: nota metodológica. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 5, 1997.

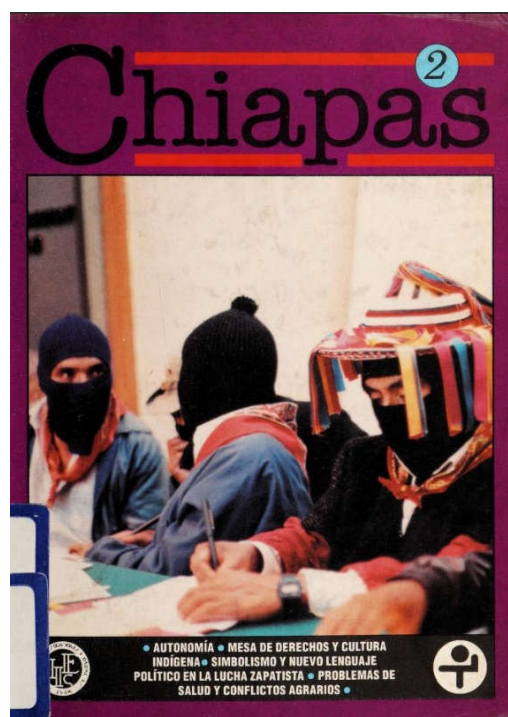
¹²¹ Os Acordos de San Andrés foram uma série de documentos assinados entre o governo do México com o Exército Zapatista de Libertação Nacional em fevereiro de 1996. Os documentos surgiram a partir de uma série de debates em que estiveram presentes o EZLN, representantes de diferentes povos indígenas do território mexicano, organizações indígenas, além de uma delegação representando o governo federal. Os documentos estabeleciam que o governo se comprometia a reconhecer os povos indígenas na Constituição, a outorgar direitos aos povos indígenas, ampliando sua participação e representação política, dentre outras modificações.

¹²² Esses debates serão analisados no Capítulo III.

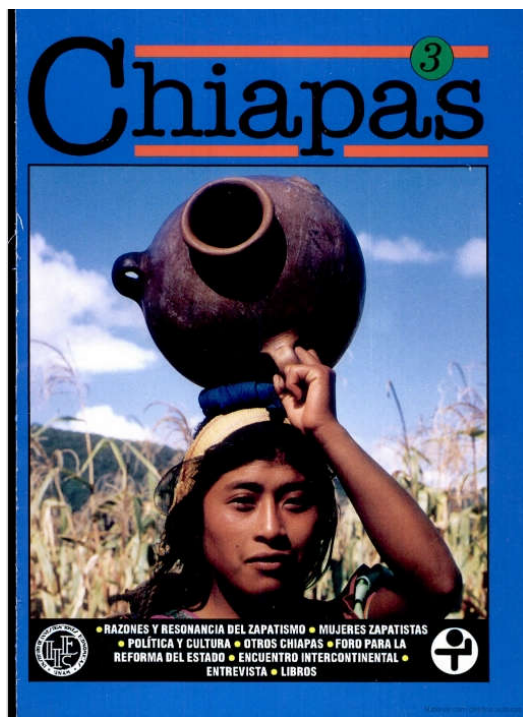
No que se refere à sua materialidade, a revista *Chiapas* era pequena, mas volumosa: possuía dimensões de 21 cm x 15,5 cm, tendo um aspecto mais próximo de um livro do que um jornal, e uma média de 205 páginas por volume. A sua capa era toda colorida, o título *Chiapas* aparecia em destaque no topo, seguido por uma fotografia — em sua maioria de indígenas — e, no final da página, vinham tópicos elencando os temas tratados naquele volume. Na quarta capa, encontrava-se um índice, com os títulos e autores dos textos reunidos no volume.



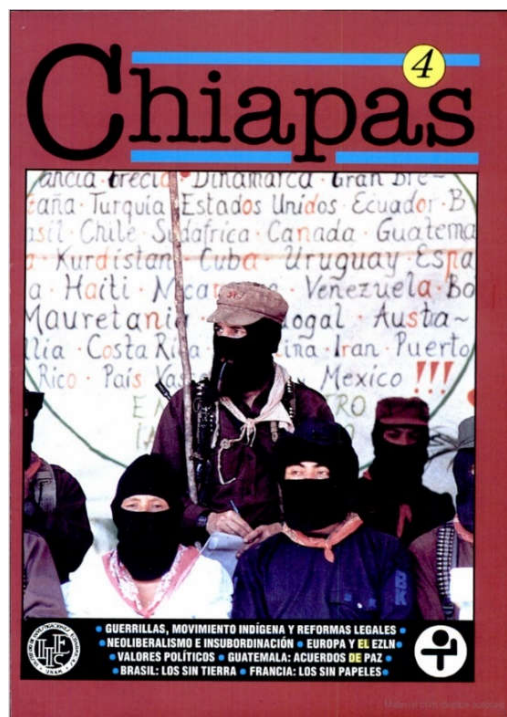
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995.



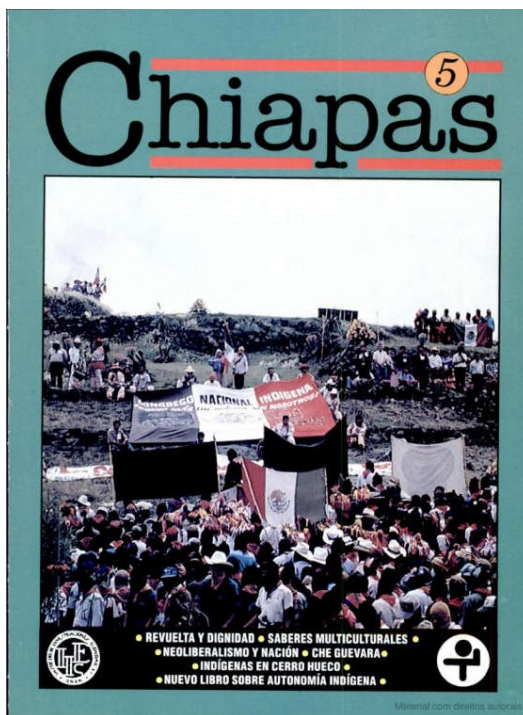
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996.



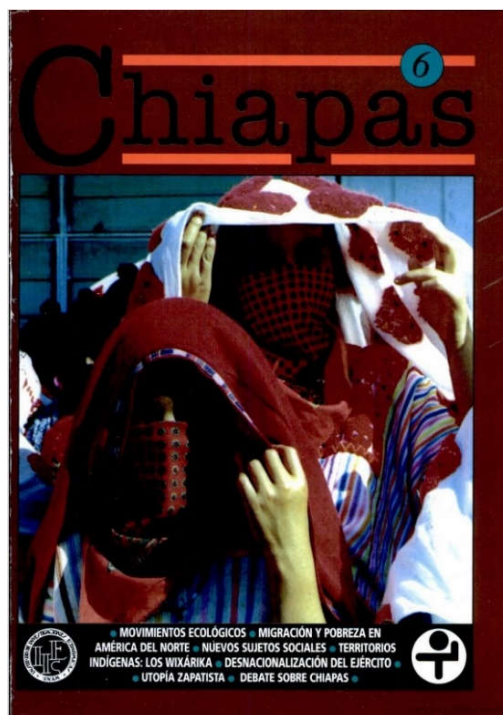
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996.



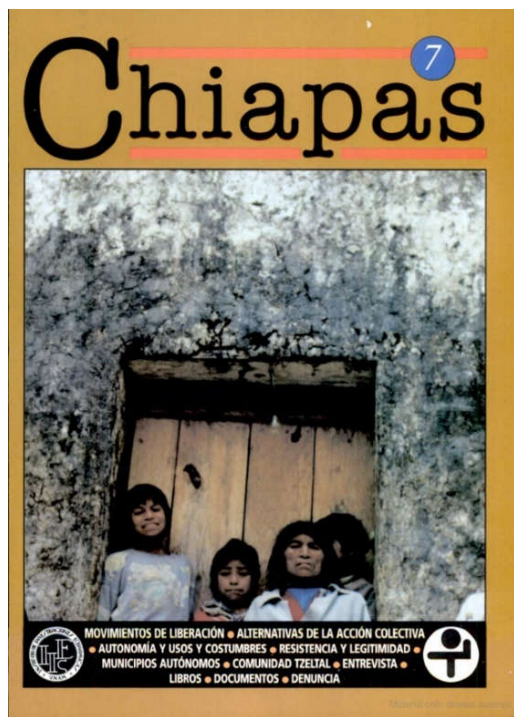
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997.



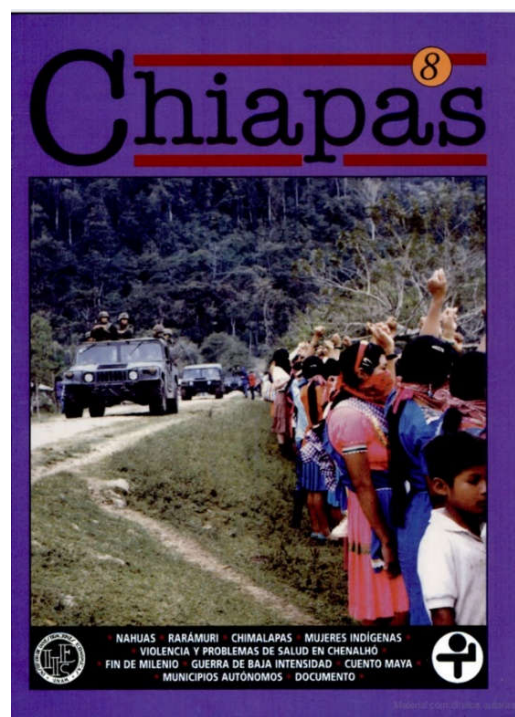
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 5, 1997.



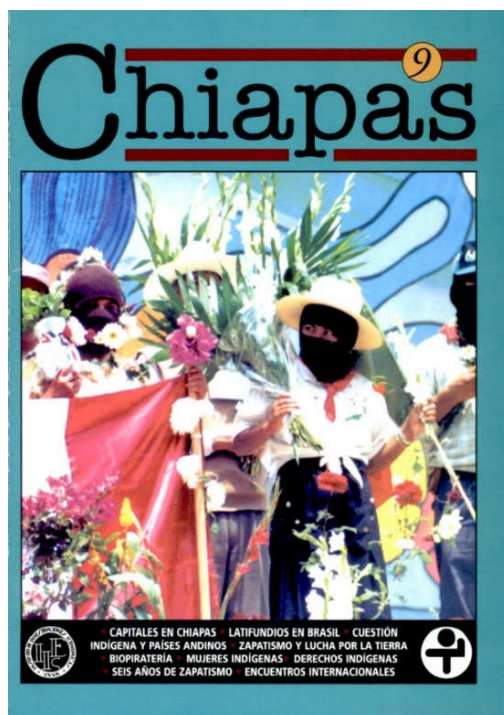
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998.



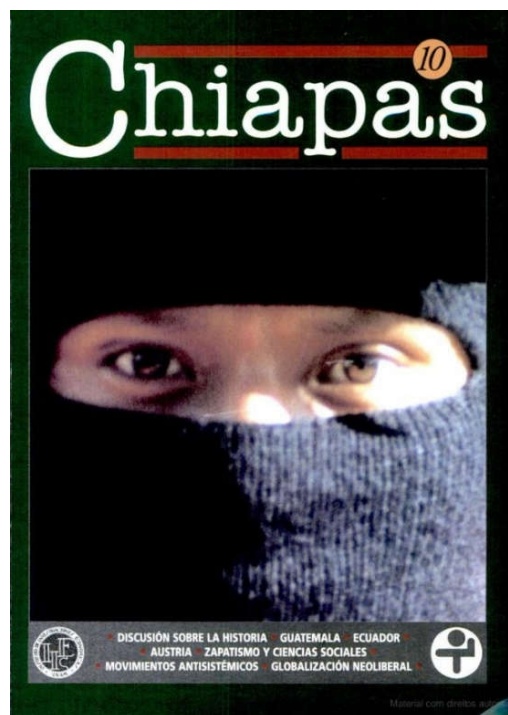
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 7, 1999.



Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 8, 1999.

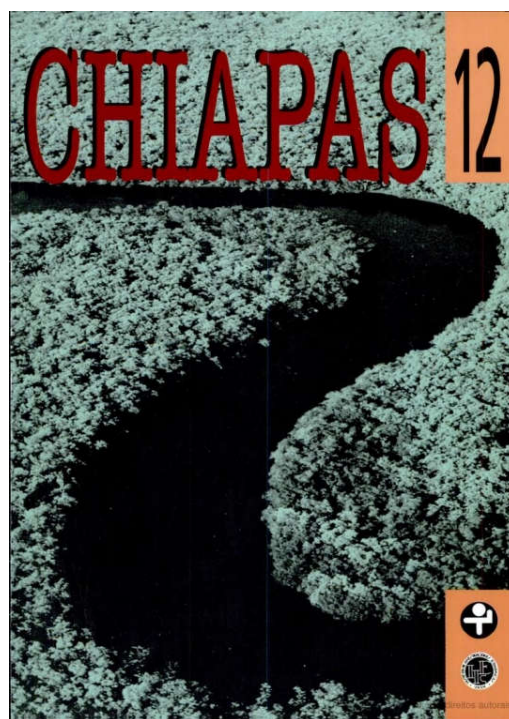
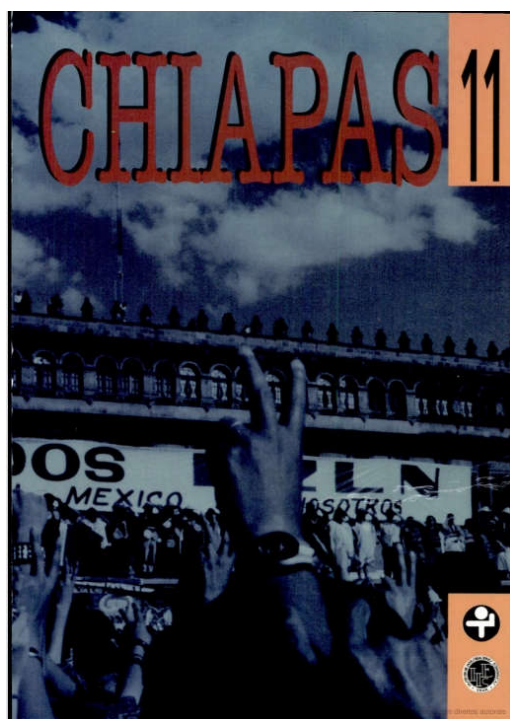


Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 9, 2000.



Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 10, 2000.

A partir do volume onze (2001), as capas mudam de estilo: o título tem seu logotipo alterado e os tópicos no pé da página são retirados. Tal mudança também pode ser percebida nas imagens¹²³ que compunham as capas: nos volumes de um a dez as imagens costumam trazer fotos de indígenas — de zapatistas, que reconhecemos pelo uso das balaclavas¹²⁴, ou não. A partir do volume onze, as imagens de indígenas/zapatistas começam a dividir o espaço com outros sujeitos e cenários, dentre eles movimentos sociais, manifestações e até mesmo uma foto somente com a natureza — provavelmente do rio Amazonas, como vemos:

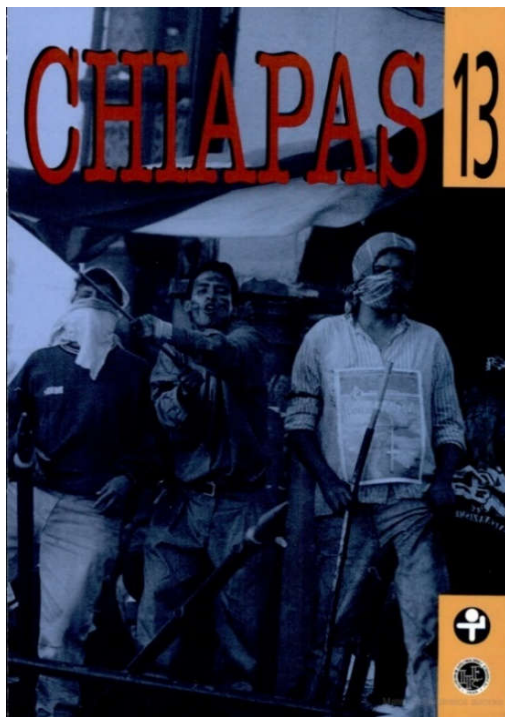


Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 11, 2001.

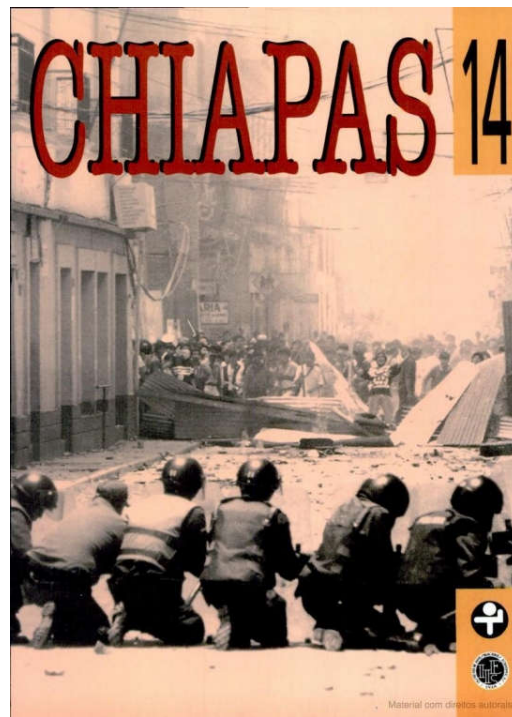
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

¹²³ As autorias das fotos das capas são as seguintes: volumes 1,2,3,4 e 7 de Perfil Urbano, um coletivo de mídia; nos volumes 5 e 6 são de Yuriria Pantoja Millán; 8 de Monica Caña; 9,10,11 de Xóchitl Zepeda; 14 de Thomas Kruse; 15 Rafael López Castro e no volume 16 de Andrés Thomas Conteris.

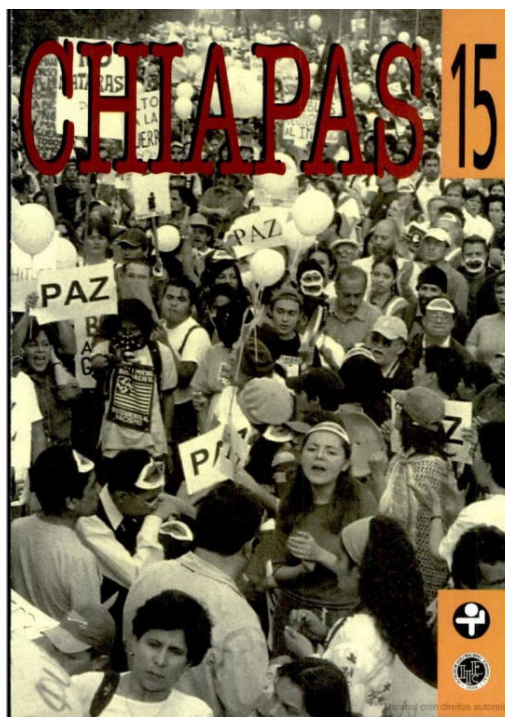
¹²⁴ Desde sua primeira aparição pública, em 1994, os zapatistas fazem uso das balaclavas para proteger suas identidades.



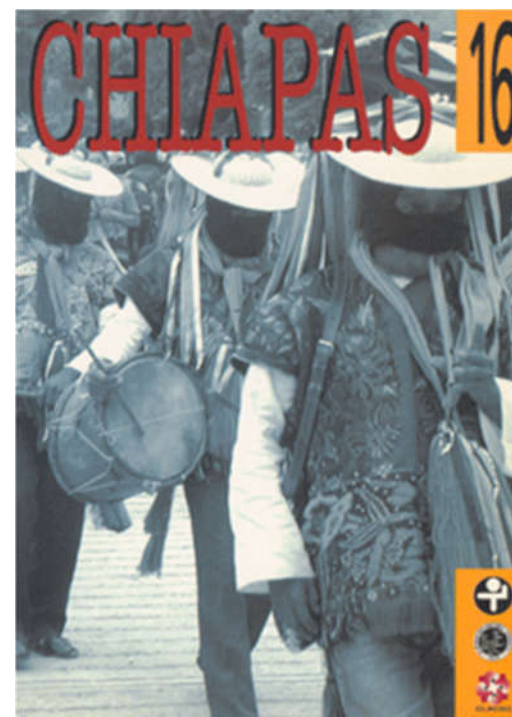
Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.



Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 14, 2002.



Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003



Capa *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 16, 2004

Através de um primeiro levantamento,¹²⁵ foi possível mapear as bibliotecas que possuem um ou vários volumes da revista. No território mexicano, além de estarem disponíveis nas bibliotecas vinculadas à UNAM — como Biblioteca Nacional de México, a Biblioteca Central e a Biblioteca del Instituto Investigaciones Económicas, encontramos exemplares no Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR), Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey – Campus Monterrey (ITESM), Universidad Autónoma de Ciudad Juárez (UACJ) e na Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP). Além disso, encontramos volumes também no Reino Unido, na University of the West of England (UWE); na França, no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine Paris III (IHEAL) e Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP); na Espanha, na Agencia Española de Cooperación para el Desarrollo (AECID) e também em diversas universidades nos Estados Unidos, como na University of Texas (UT Austin) e na University of Wisconsin (UW Madison). No Brasil, encontramos alguns volumes na biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).¹²⁶ O fato de *Chiapas* ser uma publicação acadêmica torna compreensível o porquê de diferentes instituições de ensino possuírem alguns de seus exemplares, tendo em vista que trocas de periódicos institucionais era, e continua sendo, uma prática comum internacionalmente.

Enquanto catorze de seus volumes foram editados na Cidade do México, os últimos dois contaram também com a colaboração do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e foram editados também na Argentina. O CLACSO é uma instituição internacional não-governamental, fundada em 1967, que mantém relações formais de consulta com a UNESCO. Atualmente, a instituição reúne um total de 320 centros de pesquisa e mais de 600

¹²⁵ Utilizamos a plataforma WorldCat (www.worldcat.org) para mapear as bibliotecas que possuem os volumes da revista.

¹²⁶ Apesar de ser reconhecida pelo próprio Instituto de Investigaciones Económicas como uma de suas revistas, *Chiapas* era registrada com uma numeração de ISBN, próprio de livros, e não com ISSN, próprio de revistas. Isso dificultou um mapeamento mais preciso da mesma.

programas de pós-graduação em Ciências Sociais, localizados em 25 países da América Latina, Caribe, EUA e Europa. Tem como objetivo a promoção e o desenvolvimento da pesquisa e do ensino das Ciências Sociais, bem como o intercâmbio e cooperação entre instituições e pesquisadores dentro e fora da região.¹²⁷ Em 1999, Ana Esther Ceceña passou a integrar o Grupo de Trabalho sobre Economia Internacional¹²⁸ do CLACSO, que foi fundado por Emir Sader.¹²⁹ É possível que a edição compartilhada da revista — no México e na Argentina — possa estar ligada à conexão que a diretora estabeleceu com a instituição, o que também justificaria o fato dos volumes doze (2001) ao dezesseis (2004) estarem também disponíveis no site do CLACSO.¹³⁰

Podemos separar a trajetória de *Chiapas* em duas etapas, uma primeira que data de 1995 até 2000 e abrange os volumes de 1 ao 10 e um segundo momento, que data de 2001 até 2004, abrangendo os volumes 11 ao 16. Além da alteração no logotipo e nas imagens que compunham as capas, já citada anteriormente, os volumes passaram também por uma alteração interna. Na primeira fase, as duas seções permanentes da revista eram compostas, majoritariamente, por textos que abordavam a problemática indígena e/ou zapatista no território mexicano, em especial o caso chiapaneco, bem como os efeitos neoliberais nessa região. Na segunda fase, por sua vez, é possível notar que a revista ampliou o número de artigos que abordavam as problemáticas do neoliberalismo no continente latino-americano como um todo, bem como nos movimentos de resistência a esse, deixando de lado a ênfase exclusiva no caso mexicano.¹³¹ A

¹²⁷ Informações retiradas do site da própria instituição: https://www.clacso.org.ar/institucional/que_es_clacso.php?s=2&idioma=

¹²⁸ Em 2002, o grupo anuncia a mudança do nome do Grupo de Trabalho para “Hegemonias y emancipaciones”. Cf: CECENÁ, Ana Ester; SADER, Emir. Introducción: Hegemonías y emancipaciones. Desafíos al pensamiento libertario. In: CECENÁ, Ana Ester; SADER, Emir (comp). *La guerra infinita. Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, febrero de 2002.

¹²⁹ Emir Sader é um filósofo e sociólogo brasileiro, é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor da mesma instituição.

¹³⁰ Através do sistema de busca, encontramos os volumes acima citados disponíveis no site do CLACSO, o *download* dos volumes, no entanto, não estava funcionando quando acessamos. Cf.: http://www.clacso.org.ar/librerialatinoamericana/buscar_libro_resultado.php?campo=titulo&texto=chiapas&imageField.x=0&imageField.y=0 (Acesso em 20/04/2015).

¹³¹ Conferir Gráfico 4, página 74.

mudança também pode ser percebida na própria composição das seções que a compunham, já que a partir do volume onze a seção *Debate* se torna muito mais frequente.¹³² Houve, nesse sentido, uma mudança da sua estrutura interna e, também, no escopo de análise da revista, uma vez que há uma ampliação dos espaços geográficos analisados.

É difícil precisar se a mudança da revista ocorre a partir da aproximação da diretora com o CLACSO ou se o caminho teria sido o inverso. Além disso, as alterações da publicação podem ser relacionadas também à conjuntura política no México, tendo em vista que suas maiores mudanças coincidem com a saída do Partido Revolucionario Institucional (PRI) da presidência do país, depois de ter estado à frente da presidência por 71 anos, com a eleição de Vicente Fox (2000-2006), do Partido Acción Nacional (PAN).

Os leitores de *Chiapas* tinham a possibilidade de comprar a revista através do site da *Ediciones Era*. Além disso, podiam assinar a publicação pagando uma taxa anual — que correspondia à compra de três volumes — no valor de \$129 pesos ou U\$19 dólares, taxa que posteriormente aumenta, passando para \$250 pesos ou U\$28 dólares.¹³³ Como é possível perceber, o preço da revista cresceu substancialmente em pouco tempo. No entanto, as causas para tal aumento são incertas, podendo estar relacionadas tanto à desvalorização do peso mexicano no cenário internacional, quanto ao aumento do prestígio que a publicação agregou ao longo dos anos, dentre outros motivos. A revista podia também ser comprada internacionalmente por correio, através do pagamento adicional dos custos de postagem, nos seguintes valores: América do Norte e América Central – U\$9, Europa e América do Sul – U\$9, Ásia e Oceania U\$21.¹³⁴ Como a produção da revista recebia apoio da UNAM, através do Instituto de Investigaciones Económicas (IIEC) e da Dirección General de Asuntos del Personal

¹³² Conferir Gráfico 3, na página 56.

¹³³ Esses primeiros valores correspondem aos preços encontrados nos volumes dois (1996), quatro (1997) e seis (1998), enquanto que nos volumes nove (2000), dez (2000), onze (2001), doze (2001) e quinze (2003), foram encontrados os últimos valores.

¹³⁴ A partir do volume nove (2000), o preço da postagem para a Ásia e Oceania diminui para U\$12.

Acadêmico (DGAPA), garantiu-se certa estabilidade para a publicação, fazendo com que pelo menos um exemplar fosse publicado por ano.¹³⁵

A revista possuiu uma tiragem variada, que girou em torno de 2000 a 3000 exemplares produzidos por número. Alguns volumes contaram também com mais de uma edição, aumentando essa cifra, conforme indica a tabela a seguir:

Tabela 2: Tiragem dos volumes de *Chiapas*

Volume	Tiragem		Volume	Tiragem	
	Impressão	Reimpressão		Impressão	Reimpressão
1	2000	500	9	3000	
2	2000		10	2000	
3	2000	1000	11	?	
4	3000		12	?	
5	3000		13	2000	
6	3000		14	?	
7	3000		15	2000	
8	3000		16	?	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos de *Chiapas*.

A disponibilidade para a compra e postagem internacional demonstra que a publicação almejava conquistar um público fora do território mexicano e, o fato de alguns exemplares da

¹³⁵ A distribuição da quantidade de volumes publicados por ano pode ser consultada na Tabela 1, na página 55.

publicação terem sido encontrados no acervo de bibliotecas internacionais demonstra que, em alguma medida, o periódico conseguiu alcançar essa projeção.

Vale ressaltar que *Chiapas* também circulou no formato digital, o que representou um aumento na zona de difusão da publicação. Os primeiros dados que temos a respeito de sua circulação digital apontam que o primeiro site foi lançado na *web* no ano 2000, no endereço <http://www.multimania.com/revistachiapas/>. Ao longo de sua existência, e mesmo depois que a revista parou de ser editada, *Chiapas* possuiu diferentes *sites*: <http://www33.brinkster.com/revistachiapas>, *host* estadunidense; <http://membres.lycos.fr/revistachiapas>, *host* francês e, posteriormente, passou a ter um site próprio <http://www.revistachiapas.org>, onde ainda hoje é possível encontrar os volumes da revista. Além disso, o site do Exército Zapatista, criado por Justin Paulson em 1994,¹³⁶ divulgava links que davam acesso aos diferentes sites da revista, auxiliando em sua projeção.

1.2.3 Dimensão material e imaterial: aspectos de conteúdo

Alguns aspectos de uma revista, aqui denominados de aspectos de conteúdo, estão no entremeio do material e do imaterial. Explorá-los nos possibilita entender de que forma as escolhas por parte da equipe editorial são peças para entender o programa da publicação, como aponta Beatriz Sarlo:

Conviene recordar, sin embargo, que la sintaxis de una revista es casi siempre producto de juicios de valor tanto como la elección de los textos que se ordenaran según esa sintaxis. La política de una revista es un orden, una paginación, una forma de titular que, por lo menos idealmente, sirven para definir el campo de lo deseable y lo posible de un proyecto.¹³⁷

¹³⁶ Sobre Justin Paulson, conferir: EZLN y la guerra en la internet. Entrevista a Justin Paulson (creador del sitio web del EZLN). In: *Razón y palabra*. N° 13, año 4, 1999. Disponível em <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n13/eزلn13.html> (Acesso 05/02/2018). O antigo site do EZLN era <http://www.eزلn.org>

¹³⁷ SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICCAL*. Paris, Sorbonne la Nouvelle, n 9-10, 1992, p. 9-15.

O programa de *Chiapas*, aliás, era conciso. Definimos que ela possuía um “editorialismo programático”¹³⁸ bem definido, tendo em vista que os volumes dialogam uns com os outros e formam um todo coerente. O editorialismo programático da publicação, nesse sentido, buscava fazer a revista um veículo de debate, divulgação e defesa de pautas pertencentes ao espectro das esquerdas, baseada na luta e projeção de uma sociedade que tivesse suas bases tanto na igualdade econômica e social, como no direito à diferença, para além de defender ideias anticapitalistas.

O primeiro aspecto que merece ser abordado é o próprio título da publicação, que deve ser compreendido à luz do contexto no qual a revista surgiu. A motivação para a criação da revista veio da insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional, movimento social de maioria indígena que promoveu sua primeira aparição armada no estado mexicano de Chiapas no dia 1º de janeiro de 1994, data em que o *Tratado de Livre Comércio* (TLC) ou *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) entrava em vigor. O TLC promoveu a consolidação de uma parceria comercial entre os Estados Unidos, Canadá e México, criando um dos maiores blocos econômicos mundiais. O tratado, que institucionalizava a política econômica neoliberal no México, representaria, de acordo com o Subcomandante Marcos¹³⁹, porta-voz do movimento¹⁴⁰, uma sentença de morte às etnias indígenas no país. O movimento foi descrito

¹³⁸ Fernanda Beigel define o editorialismo programático como uma espécie de maquinaria editorial, que seria responsável por definir os setores que as revistas pretendiam representar e os objetivos que marcariam o futuro das publicações. Cf BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Año 8, nº 20, marzo, 2003, p. 105-115.

¹³⁹ *Apud* ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luis Bernardo (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 184.

¹⁴⁰ Entre a primeira aparição pública do EZLN, em janeiro de 1994, até maio de 2014, o Subcomandante Marcos foi o principal porta-voz do movimento. Em um comunicado zapatista publicado em 24 de maio de 2014, intitulado “Entre la luz y la sombra”, o Subcomandante Marcos declarou o seu fim e o nascimento do “Subcomandante Insurgente Galeano”, um ato de homenagem ao zapatista de mesmo nome que havia sido assassinado pouco dias antes. Cf: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/05/25/entre-la-luz-y-la-sombra/> A partir dessa data, não só os comunicados passam a ser assinados como Subcomandante Galeano, como o protagonismo dos comunicados passa a ser dividido com outros Subcomandantes e Comandantes do EZLN.

por Bill Weinberg como o “primeiro movimento revolucionário a declarar guerra não somente a um governo, mas a um acordo internacional”.¹⁴¹

O EZLN atraiu a atenção internacional ao ocupar as cidades de San Cristóbal de las Casas, Altamirano, Ocosingo, Oxchuc, Chanal, Huixtan e Las Margaridas, e ao tornar público o documento *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, onde reivindicava onze elementos básicos para os indígenas: “trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz”.¹⁴² De acordo com a diretora da revista, a publicação nasceu com a finalidade de “contribuir a desentrañar las raíces más profundas del conflicto chiapaneco”¹⁴³, o que demonstra uma consonância entre o título e a proposta do periódico.

Não sabemos exatamente o que levou a revista *Chiapas* a encerrar suas atividades, mas acreditamos que, assim como a sua motivação inicial, o seu fim pode estar conectado com as ações do próprio EZLN. Apesar do governo mexicano ter assinado um acordo com o EZLN, em 1996, conhecido como Acordos de San Andrés, o governo do presidente Ernesto Zedillo (1994-2000) não os enviou ao Congresso para que pudessem ser incorporados à Constituição, optando por redigir sua própria proposta legislativa. A eleição do presidente Vicente Fox, do PAN, em 2000, foi vista pelo EZLN como uma nova oportunidade de buscar o cumprimento dos Acordos, o que fez com que seus membros tentassem aproveitar o momento.¹⁴⁴

¹⁴¹ “First revolutionary movement to declare war not only on a government, but on an international agreement” WEINBERG, Bill. *Homage to Chiapas: The new struggles in Mexico*. New York: Verso, 2000, p. 66, tradução nossa.

¹⁴² Primera Declaración de la Selva Lacandona (EZLN, 1/1/1994). In: *EZLN: Documentos y comunicados*, vol.1, México: Ediciones Era, 1994, p. 33.

¹⁴³ Entrevista com Ana Esther Ceceña. “Hay una lucha contracultural que cuestiona la apropiación tecnológica de la naturaleza”. Revista *Teína*. Espanha, Valencia: nº 10; nov-dic-ene, 2005/06. Disponível em: <<http://www.revistateina.es/teina/web/teina10/dos5.htm>> Acesso em 20/04/2015.

¹⁴⁴ HARVEY, Neil. La signification politique du zapatisme. *Alternatives Sud*. Zapatisme: la rebellion qui dure. Centre Tricontinental et Édition Syllepse. Vol. 21; 2014/2, p. 48.

Os zapatistas organizaram a *Marcha del color de la tierra*¹⁴⁵ ou *Marcha por la Dignidad Indígena*, que percorreu 13 estados e realizou 77 atos públicos, com o objetivo de dialogar com a sociedade civil para obter apoio no reconhecimento dos Acordos. Além de diversas declarações públicas, os zapatistas entraram no Congresso Nacional para falar com os parlamentares e pressionar para que votassem a proposta. Contudo, a comissão do Senado responsável por elaborar emendas na Constituição estava nas mãos de senadores que acreditavam que os Acordos fortaleceriam o EZLN e o movimento indígena no país. As reformas que foram aprovadas pelo Congresso — que, aliás, receberam votos dos três maiores partidos, Partido Revolucionário Institucional (PRI), Partido Acción Nacional (PAN) e até do Partido da Revolução Democrática (PRD), que mantinha uma relação próxima como o EZLN — ficaram conhecidas como *Lei Indígena*, e eram muito limitadas quando comparadas com San Andrés. De acordo com Neil Harvey, o governo preferiu manter uma relação “paternalista” com os povos indígenas e impedi-los de exercer seu direito à autonomia indígena.¹⁴⁶ Os zapatistas, por sua vez, consideraram a *Lei Indígena* uma traição aos Acordos e a rejeitaram. Ante a falta de cumprimento de San Andrés, o EZLN decidiu aplicar por sua conta o acordado e procedeu ao fortalecimento da instauração de jurisdições autônomas zapatistas, como uma estratégia para estabelecer sua própria via de cumprimento dos Acordos.¹⁴⁷ Tal momento foi marcado também por uma postura mais silenciosa do movimento. Dessa forma, durante o período de 2001 e 2003, o movimento zapatista divulgou poucos comunicados e voltou-se para um trabalho interno em suas comunidades base, período que ficou conhecido como “silêncio zapatista”.

¹⁴⁵ Vários documentos da *Marcha del color de la tierra* foram publicados em *Chiapas*, no volume 11 (2001), inclusive a fala da Comandante Esther, um das lideranças zapatistas, ao Congresso Nacional mexicano.

¹⁴⁶ HARVEY, Neil. La signification politique du zapatisme. *Alternatives Sud*. Zapatisme: la rebellion qui dure. Centre Tricontinental et Édition Syllepse. Vol. 21; 2014/2, p. 48.

¹⁴⁷ CAL y MAYOR, Araceli Burguete. Una década de autonomías de facto en Chiapas (1994-2004): los límites. In: DÁVALOS, Pablo (comp.). *Pueblos indígenas, Estado y Democracia*. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

O fim da revista coincidiu com esse momento, tendo em vista que o último número publicado foi editado em 2004. Em seu último número, percebemos uma certa tonalidade sobre seu fechamento, tanto em sua apresentação, quanto em alguns artigos publicados. Foi também ressaltado, ao longo do volume, que o movimento zapatista completara dez anos desde a sua primeira aparição. A maioria dos intelectuais que publicou nesse último volume, por sua vez, pertence ao grupo dos colaboradores mais frequentes, como é o caso de Ana Esther Ceceña, Armando Bartra, Catherine Héau-Lambert, Enrique Rajchenberg e John Holloway. Sendo todos esses, aliás, pertencentes ao grupo de intelectuais que estava envolvido na própria elaboração da revista. No entanto, nenhuma menção ao fim da revista foi feita no volume, fazendo com que o motivo que levou ao seu fim não ficasse explícito.

Em 2005, o EZLN lançou a *Sexta Declaración de la Selva Lacandona*, inaugurando uma nova fase do seu movimento, *La Otra Campaña*.¹⁴⁸ Nessa fase, o movimento decidiu deixar de lado a via institucional da política, dos partidos e de suas eleições. Durante agosto e setembro de 2005, os zapatistas lançaram uma convocação para que se reunissem em suas terras os diferentes sujeitos e coletivos que se opunham ao neoliberalismo, onde foram organizadas seis reuniões setoriais e uma assembleia. Posteriormente, o movimento enviou delegações zapatistas para todo o território mexicano, a fim de elaborar uma luta nacional anticapitalista e de esquerda, e lutar por uma nova Constituição, através da articulação de organizações, coletivos e indivíduos. É interessante notar que o fim da revista não significou um afastamento total entre os intelectuais que colaboraram com *Chiapas* e o EZLN, tendo em vista que alguns deles — como Adriana López Monjardin, Ana Esther Ceceña, Carlos Aguirre Rojas, Luis Hernández Navaro, Gilberto López y Rivas — participaram da *Otra Campaña*. O antropólogo

¹⁴⁸ Sobre a *Otra Campaña*, cf. ALONSO, Jorge. *La Otra Campaña Zapatista*. *Asian Journal of Latin American Studies*, vol. 19, nº 2, 2006, p.5-36. Disponível em <http://www.catedraalonso-ciesas.udg.mx/sites/default/files/laotracampanazapatista.pdf> Acesso 18/07/18.

mexicano Gilberto López e Rivas, por exemplo, escreveu um artigo para o *La Jornada* para firmar seu compromisso com a *Otra Campaña*:

Se hace camino al andar. El mayor reto de la otra campaña es reconstituir la cultura y la práctica políticas con el propósito de estar a la altura de las necesidades del momento histórico que se vive, en el que es necesario definir un rumbo distinto para nuestra patria y establecer un compromiso con base en la acción colectiva de largo aliento. Va mi adscripción pública a la otra campaña.¹⁴⁹

O jornalista Luis Hernández Navarro, que contribuiu em cinco volumes de *Chiapas*, por sua vez, em um artigo também no *La Jornada*, declarou que a *Otra Campaña* agrupou diferentes sujeitos e coletivos em torno do EZLN:

Están allí los sobrevivientes del naufragio del socialismo junto a los jóvenes que no lo vivieron, pero quieren cambiar el mundo y se niegan a pagar facturas que no son suyas. Así son unos y otros; así llegaron hasta allí. Están una parte nada despreciable de las fuerzas sociales que han acompañado al EZLN durante casi 11 años. Y están, también, los hijos del zapatismo: la generación que nació a la política a raíz del levantamiento armado de enero de 1994, que se ha educado con los escritos del subcomandante Marcos y que ha sido parte de sus iniciativas, como la Marcha del Color de la Tierra de febrero-marzo de 2001.

La otra campaña les ha proporcionado a todos ellos visibilidad pública, un espacio de convergencia y un horizonte de lucha que ninguno tenía en lo individual. Ha dado un lugar de encuentro a proyectos con distintas tradiciones, esquemas de organización y lenguajes. Lo ha hecho, además, a contracorriente de la contienda electoral.¹⁵⁰

Cabe mostrar que as apresentações, presentes em todos os volumes de *Chiapas*, funcionavam como uma espécie de editorial. Apesar de serem textos curtos — uma média de uma a três páginas — são textos claros em demarcar a posição da revista. Na apresentação de seu primeiro volume, por exemplo, o estado de Chiapas é descrito como uma das regiões em que se concentra a maior pobreza e riqueza do México, onde convivem métodos de exploração modernos e arcaicos, e onde estão presentes várias outras contradições, fazendo dele a síntese da realidade nacional. Nesse primeiro texto, mais geral, fica demarcada a intenção inicial da

¹⁴⁹ LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. En torno a la otra campaña. *La Jornada*. 9/9/2005. Disponível em: <http://www.jornada.com.mx/2005/09/09/index.php?section=opinion&article=023a2pol> Acesso 23/07/18

¹⁵⁰ HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis. *La otra campaña*: las cuentas del collar. *La Jornada*. 20/09/2005 Disponível em <http://www.jornada.com.mx/2005/09/20/index.php?section=opinion&article=025a2pol> Acesso 23/07/18

revista: a busca pela problematização e análise da realidade chiapaneca por meio de diferentes campos do conhecimento, para uma melhor compreensão do México. Assim, de acordo com a revista: “Estamos convencidos de que entender ahora a Chiapas en toda su profundidad y riqueza nos da la clave para entender a México, sus posibilidades y sus límites”.¹⁵¹

O movimento zapatista despertou o interesse de diferentes intelectuais, tanto no México, quanto internacionalmente, de modo que a revista nasceu com o objetivo de analisar sua formação e atuação. A diretora da revista, ao falar de seu surgimento, o relaciona diretamente ao levante zapatista e todas as dúvidas que surgiram naquele momento:

Bueno, la hicimos [la revista] fundamentalmente porque no entendíamos que pasaba. Yo creo que el levantamiento zapatista en Chiapas sorprendió a propios y a extraños, a todo mundo. No entendíamos muchísimas cosas, entre otras, por ejemplo, ¿por qué justamente en Chiapas?¹⁵²

Chiapas buscou, dessa forma, também problematizar de que modo o estado de Chiapas, palco do levante, poderia ser representativo do México como um todo, já que era visto como o local de articulação de problemáticas locais, nacionais e mundiais, o que também fica claro na fala da diretora da revista:

Sentimos también que si no entendemos Chiapas, no entendemos el mundo. Se no entendemos lo que pasó ahí, tampoco podemos a ver que lo está pasando en el país. De alguna manera, Chiapas es así como la expresión condensada de todo lo que es la problemática nacional en este momento y, de alguna manera también, la problemática mundial.¹⁵³

A ideia de que o estado chiapaneco era a chave de compreensão dos problemas nacionais se faz presente em vários momentos na revista, mas aparece com uma maior força em seus

¹⁵¹ Presentación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995, p. 5.

¹⁵² Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña e Eugenia Gutierrez: “Chiapas: tres años del levantamiento armado”. Programa de Rádio *Momento Económico* (10/4/1997), transcrição nossa. Disponível em : <<http://ru.iiec.unam.mx/id/eprint/391>> Acesso em 06/09/2017.

¹⁵³ Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña e Eugenia Gutierrez: “Chiapas: tres años del levantamiento armado”. Programa de Rádio *Momento Económico* (10/4/1997), transcrição nossa. Disponível em : <<http://ru.iiec.unam.mx/id/eprint/391>> Acesso em 06/09/2017.

primeiros volumes, como fica evidenciado no texto de Armando Bartra, que compõe o quarto volume, intitulado *Chiapas, Aleph*:

La directora y los miembros del comité editorial que desde 1995 publicamos *Chiapas* somos estudiosos de la perspectiva nacional y si nos apuran hasta mundial.

¿Por qué, entonces, pergeñar una revista cuyo nombre y contenido remiten a un remoto estado del sureste de la república mexicana?

Simplemente, porque a partir de la insurrección de Las Cañadas Chiapas se había transformado en el epicentro de la política nacional y en foco irradiador de un sismo ideológico que sacudía todos los rincones del planeta.

Porque desde 1994 Chiapas es metáfora de la ignominia y emblema de la resistencia. Porque desde la aparición del EZLN el sureste esta siendo leído como compendio de la república, como breviario del subdesarrollo.¹⁵⁴

A apresentação do último volume, escrita em 2004, por sua vez, faz uma espécie de balanço, remonta os momentos iniciais de insurreição zapatista, marcados por um contexto de intensificação do neoliberalismo e, também, aponta as transformações que ocorreram no contexto nacional mexicano e nas ações zapatistas. Com uma tonalidade esperançosa, essa apresentação aponta que os dez anos que se passaram desde a insurreição zapatista deveriam ser celebrados pela conquista das comunidades autogestionadas, mas que ainda assim, novos desafios estariam a frente. As frases finais demonstram que havia a vontade de seguir acompanhando lado a lado o desenrolar do movimento:

Diez años más tarde, celebrando la constitución de las juntas de buen gobierno como instancias de autogestión comunitaria, México se encuentra más comprometido que nunca, ya no sólo con el neoliberalismo, sino con la política neofascista emprendida por Estados Unidos. Mientras el gobierno cede terreno y jurisdicción, las comunidades zapatistas refuerzan su soberanía. La disputa, por lo mismo, desborda el ámbito nacional y enfrenta nuevos retos y nuevos peligros. Desafíos internos porque la autogestión supone una construcción hacia adentro de sí mismos; desafíos externos porque la sociedad civil, los movimientos de resistencia y el poder en ejercicio pleno son diferentes hoy, transitan por otras vertientes y desarrollan nuevos mecanismos. Hay una mayor polarización "dice el subcomandante Marcos", también hay muchos más sueños y esperanzas. Hay mayores riesgos, pero ya casi no queda qué perder y cada paso es ganancia.

[...]

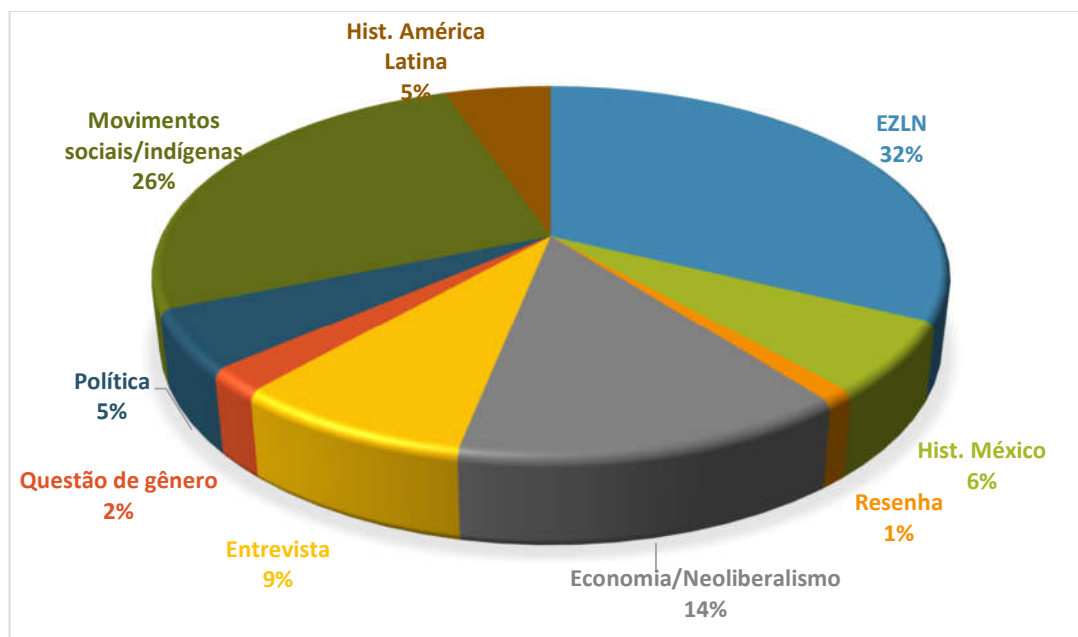
Que su caminar siga preguntando y abriendo rutas y puentes. Que nuestro andar siga al lado del suyo para "que la pluma sea también una espada, y que su filo corte el

¹⁵⁴ BARTRA, Armando. *Chiapas, Aleph*. Chiapas, UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997, p. 155.

oscuro muro por el que habrá de colarse el mañana" (Subcomandante Insurgente Marcos, encuentro de intelectuales "En defensa de la humanidad").

Cabe ressaltar que, desde suas primeiras declarações, o EZLN traçou questionamentos e críticas a aspectos da realidade mexicana, seja no que se refere às desigualdades sociais, políticas ou econômicas, fazendo frente ao governo mexicano e, principalmente, à política econômica neoliberal, que vinha sendo implementada desde a década de oitenta no país.¹⁵⁵ O EZLN representou na revista *Chiapas* o seu eixo central, mas, ainda assim, não se constituiu como o único tema nela abordado. Como fica evidenciado no gráfico abaixo — que demonstra os temas dos textos que compunham a seção principal de *Chiapas* durante todo o período em que a revista circulou — para além do EZLN, os textos abordavam questões econômicas ou as problemáticas em torno do neoliberalismo, os movimentos sociais, indígenas ou não, a História do México, a História da América Latina, dentre outros:

Gráfico 4: Temas dos textos da seção principal de *Chiapas*

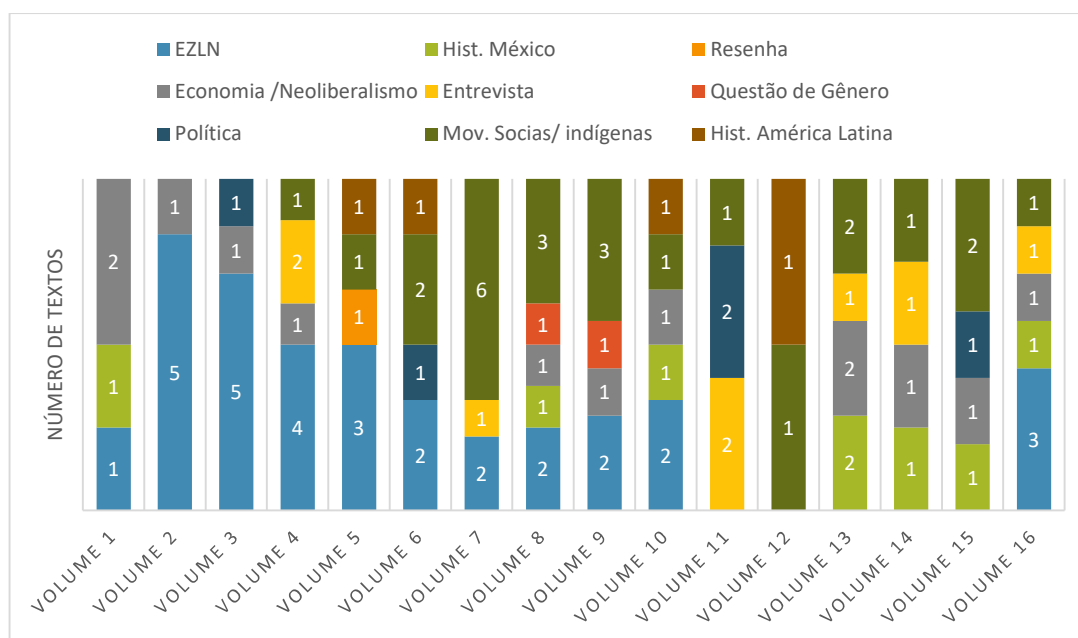


Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos de *Chiapas*.

¹⁵⁵ Iremos abordar de forma mais detalhada a adoção do neoliberalismo no Capítulo II.

Analisando o montante total de textos da seção principal e seus respectivos temas, é fácil perceber a centralidade que o movimento zapatista teve na publicação. No entanto, é interessante analisar a composição de cada volume da revista, para entender melhor a alteração interna da publicação ao longo dos anos:

Gráfico 5: Principais temas da seção principal por volume de *Chiapas*



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos de *Chiapas*.

Como é possível perceber pelo gráfico, ao longo dos anos, a revista foi diversificando seus temas, na medida em que os textos publicados não se limitaram a analisar a realidade do estado de Chiapas e a atuação do EZLN. Assim, em alguns volumes, não existem textos em sua seção principal que abordem diretamente o movimento zapatista. No entanto, cabe ressaltar que os outros assuntos tratados na revista dialogavam direta ou indiretamente com as discussões suscitadas a partir do movimento, focando, por exemplo, em movimentos sociais, indígenas ou não, e nos impactos do neoliberalismo em diferentes sociedades. Havia, assim, artigo sobre a

insurgência social na Bolívia,¹⁵⁶ outro sobre os levantamentos populares no Equador em 1999,¹⁵⁷ outro sobre a questão latifundiária no Brasil,¹⁵⁸ sem esquecer das entrevistas e dos textos que tinham um enfoque histórico.

De acordo com Ceceña, o maior logro do movimento zapatista foi que “Consiguió colocar en el mundo la problemática indígena y la de la exclusión así como plantear la existencia de alternativas frente al neoliberalismo, algo que no estaba presente antes del levantamiento zapatista”.¹⁵⁹ Tal afirmação deve ser relativizada, tendo em vista que a questão indígena, bem como uma discussão em torno da adoção do neoliberalismo, já estava em debate na sociedade mexicana há anos. Contudo, o aparecimento do EZLN fez com que esse debate tomasse novos contornos. Acreditamos que um dos impactos do movimento para o debate intelectual foi o surgimento da revista *Chiapas*, a qual vemos não somente como um meio de publicização do conhecimento, mas também como um local de sociabilidade intelectual. Nos interessa, nesse sentido, compreender as ideias que circularam na publicação de forma contextualizada, na tentativa de entender como a mesma se configurou como um espaço de resistência e embate político, econômico e social.

Acreditamos que compreender o debate intelectual em torno do movimento zapatista, por meio da análise da revista, nos leva a uma melhor compreensão do mundo globalizado contemporâneo. As mudanças que os movimentos indígenas demandam dizem respeito não só às populações indígenas, mas o país como um todo, uma vez que buscam a transformação que abarque questões sociais, econômicas e políticas. Os intelectuais que colaboraram com a revista *Chiapas* reconhecem a importância do EZLN para a política e para a sociedade mexicana,

¹⁵⁶ Cf. GARCÍA LINERA, Álvaro. Multitud y comunidad: La insurgencia social en Bolivia. *Chiapas*. UNAM/Era, Vol. 11, 2001.

¹⁵⁷ Cf. VERA HERRERA, Ramón. Ecuador: bitácora de un levantamiento popular. *Chiapas*. UNAM/Era, Vol. 10, 2000.

¹⁵⁸ STÉDILE, João Pedro. Latifundio: el pecado agrario brasileño. *Chiapas*. UNAM/Era, Vol. 9, 2000.

¹⁵⁹ Entrevista com Ana Esther Ceceña: “Aprender del zapatismo”. Lavaca, 2/12/2003. Disponível em <<http://www.lavaca.org/notas/ana-esther-cecena-aprender-del-zapatismo/>>.

Acesso em 14/06/2016.

fomentando debates e propostas que confluíssem com os postulados do movimento ao longo de seus volumes, como podemos perceber em:

Sólo la construcción social de los sujetos permitirá contrarrestar la imposición autoritaria de un régimen de depredación y exterminio. La nación debe ser refundada y el diálogo nacional por la paz, incluyendo la participación de representantes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, es uno de los mecanismos de reconstrucción.¹⁶⁰

Também podemos perceber a escolha consciente por parte da equipe editorial quando analisamos de que forma eram preenchidos os espaços em branco da revista, especialmente os localizados entre um texto e outro e entre as seções. É importante notar que esses espaços não eram preenchidos com recursos visuais, como imagens ou desenhos, mas com trechos de livros — de literatura ou acadêmicos — e de entrevistas. Em sua maioria, os trechos selecionados para preencher esses espaços estavam relacionados à problemática indígena — possuindo caráter de denúncia — ou estavam relacionados à realidade política, econômica e social, trazendo reflexões e trançando futuros distintos:

[...] es necesaria una nueva fuerza que levante un nuevo proyecto de nación. Frente al estado-nación homogéneo, la nación plural, constituida por la unión de los pueblos, culturas diversas; junto al derecho a la igualdad de todos los ciudadanos, el respecto a sus diferencias; contra el individualismo imperante, los valores comunitarios; frente al poder vertical centralizado, el de las comunidades y asociaciones, el del pueblo real y no sólo supuestamente representado. Luis Villoro (*Chiapas*, vol. 3, 1996, p. 18)

Ellos tienen razón al exigir ciertas cosas. Pero son tan imprudentes como los niños. Hay que cuidarlos para que no pidan lo que no les conviene. ¡Ejidos! Los indios no trabajan si la punta del chicote no les escuece el lomo. ¡Escuela! Para aprender a leer. ¿A leer qué? Para aprender español. Ningún ladino que se respete condescenderá a hablar en español con un indio. Rosario Castellanos, *Balún Canán* (*Chiapas*, Vol. 6, 1998, p. 92)

Debido a engaños en el pasado y malos manejos del liderazgo como forma de representación, el movimiento ha optado por no permitir la existencia de representación a través de algún individuo o individuos que toman decisiones por todo un conjunto. Esta pretensión de horizontalidad en el movimiento ha generado una lentitud para decidir — ya que tiene que consultarse con toda la comunidad involucrada—, que puede ser criticable, pero por el consenso en las demandas es una buena vía puesto que la negociación debe incluir a todos y no sólo a un grupo pequeño de ‘representantes’, que por naturaleza tienen su propia concepción. Es imposible que una persona englobe el sentir de toda una comunidad y, en todo caso, así se cumple con las demandas más íntegramente y de desactiva la idea de buscar cabezas. Isaías

¹⁶⁰ Presentación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996, p. 6.

Barrientos, delegado al CGH por la Facultad de Química y miembro de la Comisión de Enlace (*Chiapas*, Vol. 9, 2000, p. 60)

[...] Se sabe que no hay un ‘adentro’ deseable [...]. Nosotros no queremos inclusión. Por lo menos yo no quiero volver a ser explotado. MTD Solado, Conversaciones con el Colectivo Situaciones (*Chiapas*, Vol. 16, 2004, p. 164)

A escolha desses trechos — onde também figuram excertos do peruano José Carlos Mariátegui, dos uruguaios Mario Benedetti e Eduardo Galeano; do português José Saramago e também do líder revolucionário mexicano Emiliano Zapata, além de outros — por parte da equipe editorial, demonstra que o preenchimento desses espaços era também uma parte das engrenagens do projeto intelectual e, por tanto, era feito através de um processo de escolha consciente. Como afirma Alexandra Pita González, as citações de outras figuras intelectuais — que podem até mesmo já estar mortas — tem por função criar uma certa genealogia intelectual, onde os atores do presente se vinculam aos do passado, criando temporalmente um processo de longa duração para legitimar suas posições.¹⁶¹

Ao longo desse capítulo, buscamos fazer o exercício de separar as diferentes partes da revista *Chiapas* para facilitar um olhar mais detalhado e analítico. Buscamos, também, mostrar como essas diferentes partes relacionavam-se entre si. Apesar de ter tido sua duração circunscrita em apenas dez anos, percebemos que *Chiapas* era uma publicação que possuía um projeto editorial conciso e bem elaborado por parte da sua equipe editorial, e sobretudo, de sua diretora, Ana Esther Ceceña. Além disso, a revista conseguiu transformar suas páginas em um importante espaço para a exposição de ideias, onde diferentes intelectuais se posicionavam de forma crítica e analisavam de forma densa diversas questões caras à sua época.

¹⁶¹ PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Las revistas culturales como fuente de estudios de redes intelectuales. In: PALÁCIO MONTIEL, Celia del; MARTÍNEZ MENDOZA, Sarelly (coord.). *Voces en papel. La prensa en Iberoamérica de 1792 a 1970*. México, Universidad Autónoma de Chiapas, 2008, p. 7.

CAPÍTULO 2

A REVISTA *CHIAPAS* E O DEBATE INTELECTUAL CONTRA O NEOLIBERALISMO

2.1 Neoliberalismo no México

2.1.1 O governo de Miguel de la Madrid e a adoção do neoliberalismo (1982–1988)

Como já apontamos no capítulo anterior, a década de 1980 foi marcada por uma ampla e grave crise econômica no México. Tanto os setores produtores como os financeiros foram afetados, pois coexistiam crise agrícola, desarticulação industrial, déficit na balança de pagamentos, déficit fiscal, alto índice inflacionário, alta de preços e tarifas e uma crescente dívida pública, como aponta Francisco Salazar.¹⁶² O autor também enfatiza que o déficit público foi assinalado como uma das principais causas para essa crise. O governo mexicano, desse modo, buscou uma resposta para a crise através de propostas neoliberais, as quais prometiam sanar o déficit por meio da diminuição dos gastos estatais, com a privatização de empresas públicas e a redução do aparato burocrático, bem como o desmantelamento do “Estado social”. Mais do que uma simples alteração pontual na economia, o governo defendia que havia a necessidade de uma mudança estrutural em todo o modelo econômico.

As mudanças estruturais foram iniciadas já no governo de Miguel de la Madrid (1982–1988) que, juntamente com um grupo de tecnocratas,¹⁶³ decretou a inviabilidade da manutenção do modelo de industrialização protegida, baseado em um mercado interno pequeno. Até 1985, o governo mexicano vinha adotando programas que buscavam

¹⁶² SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en México. *El cotidiano*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco. Vol. 20, nº 126, julho-ago 2004.

¹⁶³ Ficaram conhecidos como “tecnocratas” os altos funcionários do governo e alguns presidentes mexicanos que possuíam pós-graduação em universidades estrangeiras em seus currículos, especialmente em economia. Cf. MEYER, Lorenzo. El presidencialismo. Del populismo al neoliberalismo. *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 55, n. 2, p. 57-81, abril-jun, 1993, p. 67.

exclusivamente a estabilização, a partir desse momento, então, um novo projeto se iniciou, que apostou na liberalização e desregulação econômica.¹⁶⁴ Após várias décadas de condução de políticas que protegiam a economia, os esforços passaram a se direcionar para uma abertura econômica, seguindo o modelo neoliberal já em voga em outros países.

Em novembro de 1982, o governo mexicano redigiu uma Carta de Intenção para ser avaliada e assinada pelo FMI, que continham as propostas que o governo possuía para ajustar sua economia com base nas diretrizes globais de política econômica. Com o documento, o México se propôs a efetuar cinco mudanças: 1) melhorar as finanças do Estado, 2) incentivar investidores com taxas de juros atrativas e fomentar o mercado de valores, 3) flexibilizar a política de preços, 4) flexibilizar o controle do câmbio, 5) abrir ao mercado externo e limitar o protecionismo da indústria nacional.¹⁶⁵ A partir do momento em que o México incluiu mudanças econômicas ditadas pelo organismo internacional, o FMI se dispôs a auxiliar financeiramente o país, através da concessão de empréstimos.

Em dezembro de 1982, esse documento foi ampliado para dez pontos que deram forma a um programa governamental que recebeu o nome de *Programa Inmediato de Reordenación Económica* (PIRE), tendo sido complementado com estratégias de médio e longo prazo consolidados no *Plan Nacional de Desarrollo 1983-1988* (PND). Assim, o governo de Miguel de la Madrid acatou o PIRE elaborado pelo FMI, o que deu a possibilidade do México renegociar sua dívida externa e se tornar sujeito de crédito internacional com respaldo da instituição. Segundo Salazar, a aplicação do PIRE resultou em uma fugaz diminuição do déficit público, mas provocou uma intensa contração de várias atividades produtivas, o que agudizou a recessão econômica, assim como o número de desempregados.¹⁶⁶ O autor também aponta

¹⁶⁴ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002.

¹⁶⁵ SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en México. *El cotidiano*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco. Vol. 20, nº 126, julho-ago, 2004.

¹⁶⁶ *Idem*

que o *superávit* registrado na balança comercial foi ocasionado mais pela diminuição de importações do que pelo aumento das exportações, ou seja, o *superávit* foi produto de uma contração e não de um maior dinamismo das exportações. Além disso, o problema da dívida externa se transformou em um dos maiores obstáculos para o crescimento econômico no sexênio.

Em 1986, o preço do petróleo caiu novamente no cenário internacional, fazendo com que o governo mexicano deixasse de receber mais de 8 bilhões de dólares, impactando toda a estrutura econômica do país. Nesse momento, foi registrado um aumento do déficit público, da dívida externa e da inflação¹⁶⁷, houve uma contração da atividade econômica – com o PIB caindo a -4%, e uma redução dos gastos públicos.¹⁶⁸ Sob essas circunstâncias, o governo delamadrilista decidiu se incorporar ao *General Agreement on Tariffs and Trades* (GATT), organismo internacional cuja missão era destruir as barreiras do comércio internacional.¹⁶⁹ Tal adesão representou a institucionalização a nível internacional da abertura do México ao exterior sob o aspecto comercial, vinculando-se aos compromissos contraídos com o FMI e consolidando a integração em um modelo de dependência externa.¹⁷⁰ Paulatinamente, a configuração do Estado passava por uma grande mudança, tanto com a retirada das medidas protecionistas quanto a sua própria contração, exemplo evidente disso foi a série de privatizações que ocorreram no período. Ao final do governo de López Portillo (1976–1982), havia 1155 empresas e organizações estatais, as quais foram reduzidas a um contingente de 412 no governo de De la Madrid.¹⁷¹

¹⁶⁷ De acordo com Francisco Salazar, a inflação chegou a níveis alarmantes, alcançando 105% ao ano. Cf. SALAZAR, Francisco. *Op. Cit.*

¹⁶⁸ *Idem*

¹⁶⁹ MEYER, Lorenzo. El presidencialismo. Del populismo al neoliberalismo. *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 55, n. 2, p. 57-81, abril- jun, 1993.

¹⁷⁰ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001, p. 64.

¹⁷¹ MEYER, Lorenzo. *Op. cit.* p. 69.

A resposta para a nova recessão, marcada pela retração do PIB, veio através do *Programa de Aliento y Crecimiento* (PAC), que propunha a revitalização econômica e a obtenção de dinheiro para reativar o crescimento e controlar a inflação. Assim, um novo acordo foi firmado com o FMI, sob a ótica do “crescer para pagar”, no qual o México obteve um crédito de 7 bilhões de dólares, que, de acordo com o governo, possibilitaria a correta aplicação do PAC. Contudo, o resultado do PAC foi longe do esperado: em 1987, o PIB voltou a registrar um índice negativo de -3,4%, enquanto a inflação chegou a 167%.¹⁷²

Não bastasse a ineficiência do PAC, em 1987 a Bolsa de Valores Mexicanos entrou em colapso, levando a uma enorme fuga de capitais, uma espiral inflacionária e uma queda na atividade econômica. O governo respondeu a esse cenário crítico com o *Pacto de Solidariedade Económica* (PSE), firmado em dezembro 1987, que tinha por objetivo diminuir a espiral inflacionária. Segundo Salazar, tal pacto vinha por romper com a ortodoxia¹⁷³ da política econômica neoliberal que vinha sendo aplicada até então, na medida em que visava acordos entre governo, empresários e setores assalariados.¹⁷⁴ O governo atuou como mediador, enquanto os empresários se comprometeram a não aumentar artificialmente os preços, os setores assalariados, por sua vez, foram obrigados a não demandar aumentos salariais acima do pacto. De acordo com Ortiz Wadgyr, o verdadeiro significado do PSE foi congelar artificialmente as variáveis econômicas, sendo o salário a única parte realmente afetada.¹⁷⁵

Ao final do sexênio de Miguel de la Madrid, a crise e os problemas econômicos estavam longe de serem resolvidos. O PIB sofreu uma grande variação¹⁷⁶, e, ainda que ao final do

¹⁷² SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en México. *El cotidiano*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco. Vol. 20, nº 126, julho-ago 2004.

¹⁷³ O PSE pode ser entendido como uma medida de base heterodoxa, uma vez que se abandonou o princípio de absoluta liberdade econômica, tendo em vista que o governo interviu nas variáveis econômicas com o objetivo de corrigi-las.

¹⁷⁴ SALAZAR, Francisco. *Op. Cit*

¹⁷⁵ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

¹⁷⁶ Segundo Francisco Salazar, a variação do PIB no período foi a seguinte: 1982: -0,6; 1983: -4,1; 1984: 2,6; 1985: 2,5 ; 1986: -3,7; 1987: 1,8; 1988: 1,2. Cf. SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en

governo esse registrasse uma cifra positiva, estava longe de cumprir com aquilo que prometia. O índice inflacionário, por sua vez, teve uma alta galopante, segundo nos aponta Salazar: 100% em 1982, 80% em 1983, 60% em 1984, 80% em 1985, 105% em 1986, 167% em 1987; em 1988 caiu para 80%.¹⁷⁷ Cabe notar que, entre os anos de 1987 e 1988, houve uma queda na inflação, que só foi alcançada quando o governo rompeu com a ortodoxia do FMI e instituiu o PSE. Através do aumento de tarifas, impostos, redução de gastos públicos, venda de paraestatais, demissão de burocratas, dentre outras medidas, buscou-se sanar as finanças do Estado. Segundo Ortiz Wadgymar, a tarefa mostrou-se impossível, tendo em vistas que os juros das dívidas interna e externa passavam sempre em 70% dos orçamentos do governo.¹⁷⁸

O modelo neoliberal tornou a economia mexicana extremamente dependente e vulnerável às oscilações externas, além de que esse mostrou responder aos interesses internacionais, demonstrando que seu propósito estava muito mais centrado no pagamento oportuno da dívida externa do que na estabilização econômica do país. Os custos sociais foram altíssimos, pois, além da inflação, o período registrou arrocho salarial, alto nível de desemprego e uma redução nos gastos sociais por parte do Estado. Os indicadores sociais relativos à educação, saúde e habitação pararam seu crescimento, ainda que, até então, fossem marcados por uma melhora constante. Além disso, pela primeira vez, em décadas, os filhos daqueles com educação superior tiveram uma escolaridade menor que a de seus pais.¹⁷⁹

México. *El cotidiano*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco. Vol. 20, nº 126, julho-ago, 2004.

¹⁷⁷ SALAZAR, Francisco. *Op. cit.*

¹⁷⁸ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

¹⁷⁹ CÁRDENAS SÁNCHEZ, Enrique. La restructuración económica de 1982 a 1994. In: SERVÍN, Elisa (Org.). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

2.1.2 O governo de Carlos Salinas de Gortari e a consolidação do modelo neoliberal (1988–1994)

Em 1988, sob um processo eleitoral controverso e duvidoso, foi eleito presidente Carlos Salinas de Gortari, economista mexicano que havia ocupado o cargo de secretário na *Secretaría de Programación y Presupuesto* no governo delamadrilista. Segundo Salazar, durante o mandato de Salinas (1988-1994) houve uma certa recuperação econômica em três aspectos: contenção da inflação, crescimento da produção e renegociação da dívida externa.¹⁸⁰

O programa governamental utilizado durante todo o mandato recebeu o nome de *Pacto de Estabilidad y Crecimiento Económico* (PECE) e possuiu diferentes fases. Com esse programa, houve um congelamento virtual dos preços, fazendo com que a altíssima inflação conseguisse ser controlada.¹⁸¹ Segundo Salazar, o índice inflacionário em 1987 era de 167%, em 1988 caiu para 80%, em 1989 diminuiu para 60%, em 1990 para 40%, em 1991 para 20%, em 1992 para 14%, em 1993 e 1994 baixou para apenas um dígito, chegando a 8% e 7.1%, respectivamente. Houve também aumento na atividade econômica, fazendo com que o PIB registrasse um crescimento quase que gradual durante o período.¹⁸² O crescimento do PIB, que foi possível através de um incremento na produção industrial, não significou, no entanto, que houvesse um aumento salarial que acompanhasse esse crescimento, de modo que durante todo o sexênio houve uma perda no poder de compra da população.

Cabe ressaltar que a estabilidade do câmbio, através da manutenção do preço do dólar praticamente congelado, produziu um impacto negativo sobre as reservas internacionais mexicanas. Como nos apontam Aguilar Camín e Meyer, a implementação do PECE foi

¹⁸⁰ SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en México. *El cotidiano*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco. Vol. 20, nº 126, julho-ago, 2004.

¹⁸¹ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *A sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 324.

¹⁸² Segundo Francisco Salazar, a variação do PIB no período foi a seguinte: 1988=1.4%, 1989=2.9%, 1990=3.9%, 1991=3.5%, 1992=2.6%, 1993=0.4%, 1994=2.4% . Cf. SALAZAR, Francisco. *Op. cit.*

acompanhada por uma agressiva abertura comercial, como uma forma de reduzir e conter os preços internos, gerando um crescimento das importações e um impacto negativo sobre as reservas.¹⁸³ Na tentativa de evitar corridas especulativas dos capitais contra o peso e fugas de capitais por possíveis desvalorizações, o governo manteve taxas de juros internas altas, o que gerou um aumento na sua dívida interna e colocou um freio no fluxo de capitais para as áreas produtivas. Somente após a negociação com os bancos credores foi possível garantir a estabilidade do peso e permitir uma transição gradual para taxas de juros mais baixas, além de uma paulatina transferência de capital especulativo para o investimento produtivo.

No governo de Miguel de la Madrid, a decisão de pagar a todo custo os juros da dívida acarretou graves problemas econômicos, dentre eles a contração econômica e o aumento do déficit público. Assim, a renegociação da dívida promovida por Salinas foi positiva na medida em que houve uma redução no capital que era transferido para o exterior, fazendo com que houvesse uma liberação de recursos para o desenvolvimento do país. Segundo Aguilar Camín e Meyer, a nova proposta apresentada aos credores internacionais foi a redução de 50% da dívida com os bancos comerciais – que crescia a aproximadamente 55 bilhões de dólares – além de uma redução nas taxas de juros e a garantia de novos financiamentos durante os cinco anos seguintes.¹⁸⁴ O lançamento do Plano Brady¹⁸⁵, pelo governo estadunidense, em 1989, reforçou a iniciativa mexicana, já que tal plano defendia que era necessário melhorar as condições de pagamento com os países devedores. Apesar de todas essas medidas, o problema da dívida externa estava longe de ser resolvido: a dívida externa pública era de 82 bilhões de dólares, e, somada com a dívida privada, o valor chegava a 125 bilhões de dólares ao final do governo de

¹⁸³ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *A sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

¹⁸⁴ AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *Op. cit.* p. 323.

¹⁸⁵ Ficou conhecido como Plano Brady – em referência ao secretário de Tesouro dos Estados Unidos Nicholas Brady – o plano econômico que tinha por objetivo reestruturar a dívida externa em países em desenvolvimento, mediante a troca por bônus. O bônus incluía o abatimento dos encargos da dívida, seja através da redução do seu montante ou pela redução de juros.

Salinas.¹⁸⁶ Apesar dessa realidade, o presidente declarou oficialmente que o problema da dívida externa estava solucionado. Com o apoio dos meios de comunicação, o tema deixou de ser tão frequente, fazendo com que o assunto ficasse em segundo plano.

O governo de Salinas de Gortari também ficou conhecido como o sexênio do *Tratado de Livre Comércio* (TLC) – ou em inglês *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) – tendo em vista que houve um grande esforço em torno da sua aprovação. A postura externa do México foi marcada pela abertura e submissão aos Estados Unidos, uma vez que qualquer desacordo com o vizinho do norte poderia provocar uma suspensão do tratado, visto como prioridade e a promessa para inserir o México na “modernidade” e no rol dos países de primeiro mundo.

Segundo Ortiz Wadgymar, a base do TLC já vinha se configurando desde 1989, com a lei estadunidense *Omnibus Trade Act*, que substituiu o investimento através de empréstimos pela inversão estrangeira direta, possibilitada através da abertura externa mexicana.¹⁸⁷ No entanto, para que tais investimentos chegassem ao México, era necessária uma série de medidas que dariam segurança aos investidores. Com o TLC, o México, Canadá e os Estados Unidos formariam, teoricamente, um bloco econômico comum, com leis próprias que prometiam levar um melhor desempenho econômico para todas as partes.

Para levar à frente a proposta do tratado, o governo mexicano teve que adequar sua legislação constitucional às exigências do TLC, o que incluiu alterar o Artigo 27 da Constituição, referente à questão agrária. Com a alteração do Artigo 27, em 1992, a reforma agrária dava-se por terminada, bem como a proteção e a não alienação dos *ejidos* e das

¹⁸⁶ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001, p. 117.

¹⁸⁷ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Op. cit.*

comunidades agrárias.¹⁸⁸ Além disso, foram modificados também alguns regulamentos que se referiam a investimentos estrangeiros, além de terem sido aprovadas emendas nas leis aduaneiras, comerciais e financeiras. Ao final do ano de 1992, passadas todas as alterações necessárias, o texto final do TLC estava pronto para ser assinado pelos governos dos três países.

Para o México, o TLC significava uma maior abertura de mercado aos produtos que vinham dos Estados Unidos, bem como uma maior facilidade para que o capital estadunidense participasse em suas áreas de interesse, tais como petróleo, petroquímica, bancos, finanças, dentre outras. O governo mexicano buscava, pois, aumentar os investimentos estrangeiros e o retorno do capital mexicano no exterior.¹⁸⁹ Em contrapartida, o Estados Unidos se comprometeram a apoiar o México em assuntos como reciprocidade comercial, melhores preços de matérias-primas etc. Isabelle Rousseau ressalta que, muito antes de ser apenas um mecanismo unicamente comercial e econômico, o Tratado, antes de mais nada, foi um produto de cálculo político, uma vez que ao atar comercialmente o México ao restante da América do Norte, o TLC assegurava que a linha de conduta econômica e comercial deixaria de ser limitada pela escolha dos dirigentes, sobretudo se a oposição chegasse ao poder depois de 1994.¹⁹⁰

O TLC, que institucionalizou e aprofundou a política neoliberal no México, passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1994. Para a surpresa do governo mexicano, bem como para

¹⁸⁸ No México existem diferentes formas de propriedade da terra: a propriedade privada, a propriedade do Estado e a propriedade social, essa última refere-se a terra que foi redistribuída por causa da reforma agrária estabelecida pelo Artigo 27 após a Revolução de 1910. Nesse tipo de propriedade estão incluídos os *ejidos* e as comunidades agrárias. Os primeiros referem-se a terras que o Estado redistribuiu através do desmembramento de propriedades privadas ou da colonização de “terras nacionais” não utilizadas. As últimas referem-se a terras historicamente pertencentes a comunidades indígenas, assim como comunidades estabelecidas através de petições de recuperação, ou seja, recuperadas da invasão de proprietários privados. Nesse sentido, a “propriedade social” eram formas de propriedade de terra que eram protegidas e não poderiam ser comercializadas, conforme indicava a Constituição. Tal proteção foi alterada a partir da reforma de 1992. Cf. HARVEY, Neil. Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle. *Third World Quarterly*. Vol. 16, No. 1, 1995, p. 39-73. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3992973>. Acesso em 22/06/2014.

¹⁸⁹ CÁRDENAS SÁNCHEZ, Enrique. La restructuración económica de 1982 a 1994. In: SERVÍN, Elisa (Org.). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

¹⁹⁰ ROUSSEAU, Isabelle. Las nuevas elites y su proyecto modernizador. In: SERVÍN, Elisa (Org.). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

a população em geral, foi esse mesmo dia que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) escolheu para fazer sua primeira aparição armada no estado de Chiapas, localizado no sudeste mexicano. O movimento social de maioria indígena escolheu a data não por acaso. Como aponta Eugenia Gutiérrez, os povos indígenas, já acostumados a resistir e a lutar contra qualquer coisa que atentasse contra suas vidas, tomaram aquele momento como ideal para se rebelarem:

Ellos esperaran que tuvieron las condiciones necesarias para decir el mundo “aquí estamos, nos han olvidado, nos han tratado de aislar, han tratado incluso de exterminarnos como indígenas, pero estamos vivos, estamos aquí presentes y queremos vivir con dignidad, queremos libertad, justicia y democracia”¹⁹¹

A intensificação do neoliberalismo, vinha, pois, por agudizar as péssimas condições de vida dessas populações. Nesse sentido, o EZLN punha-se contrário tanto ao Tratado como ao próprio neoliberalismo, configurando-se como uma forma de resistência ao projeto que propunha finalmente levar o desenvolvimento ao México. Nesse episódio, o movimento ocupou militarmente sete cabeceiras municipais, momento esse em que também tornaram pública a *Primera Declaración de la Selva Lacandona*.¹⁹²

A resposta do governo foi enviar milhares de soldados para conter violentamente o levante. A imprensa estrangeira, ao noticiar os abusos e violações dos direitos humanos por parte do Exército mexicano, fez com que a imagem de Salinas passasse a ser questionada. O estado de Chiapas, palco do levante, colocava em cheque, entre outros, a imagem do México moderno e desenvolvido, ingressante no “Primeiro Mundo”, ao evidenciar a situação de despojo em que se encontrava uma parcela da população. A tensão gerada pelo levante no cenário mexicano foi também responsável por criar uma certa instabilidade no governo e na economia,

¹⁹¹ Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña e Eugenia Gutierrez: “Chiapas: tres años del levantamiento armado”. Programa de Rádio *Momento Económico* (10/4/1997), transcrição nossa. Disponível em : <<http://ru.iiec.unam.mx/id/eprint/391>> Acesso em 06/09/2017.

¹⁹² CRUZ, Júlia Melo Azevedo. *Armas, palavras, autonomias: o complexo repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005)*, Dissertação (Mestrado em História), FAFICH, UFMG, 2017.

gerando uma insegurança que influenciou no desequilíbrio da bolsa de valores e na falta de confiança entre investidores.¹⁹³

A partir de outubro de 1994, apesar do colapso das reservas internacionais, Salinas decidiu postergar a desvalorização do peso mexicano. Nesse contexto, em que Ernesto Zedillo Ponce de León (1994-2000) já se encontrava eleito como presidente, o governo estabeleceu uma ampliação na faixa de taxa de câmbio – de 15 %. Ao anunciar aos empresários a futura desvalorização, muitos estrangeiros retiraram seus investimentos, acarretando em uma fuga massiva de capital. Entre os dias 20 e 21 de dezembro, as reservas mexicanas se reduziram a quase 5 bilhões de dólares, o que forçou Zedillo a decretar a livre flutuação do câmbio. O episódio, que ficou conhecido como “erro de dezembro”, levou pânico aos mercados financeiros. No âmbito internacional, o resultado ficou conhecido como “efeito tequila”, que se configurou como uma situação de emergência financeira e a queda das bolsas de valores na América Latina.¹⁹⁴

Os saldos do neoliberalismo no período não foram os esperados: os anos de 1993 e 1994 foram marcados por uma recessão econômica que, somada com a abertura provocada pelo TLC, resultou em uma desleal competitividade entre os produtos internos e estrangeiros. O efeito foi a quebra de diversas pequenas e médias empresas em todo o território. A nova legislação possibilitava que as empresas passassem por um processo de “racionalização”, o que significou, na prática, a demissão de funcionários e a baixa de salários. Segundo Ortiz Wadgymar, um dos maiores efeitos da consolidação do neoliberalismo, desse modo, foi o aumento do desemprego, o crescimento da economia informal, bem como da violência e do narcotráfico.¹⁹⁵ A redução

¹⁹³ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

¹⁹⁴ SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en México. *El cotidiano*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco. Vol. 20, nº 126, julho-ago 2004.

¹⁹⁵ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

do Estado resultou tanto no corte de pessoal que outrora era empregado pelo governo, quanto na redução de gastos sociais, de modo que a educação e a saúde foram duramente impactadas durante o período. Ao final do salinato, uma das maiores consequências do neoliberalismo já se evidenciava: o aumento da desigualdade social.

2.2 A revista *Chiapas* e luta antineoliberal

Os governos priístas, durante os setenta e um anos em que estiveram à frente da Presidência mexicana (1929-2000), sempre buscaram legitimar suas ações através de uma retórica baseada na vinculação do presente com o passado, pautada em um “nacionalismo revolucionário”.¹⁹⁶ A exceção dessa regra pode ser encontrada no governo de Salinas de Gortari, que buscou substituir o “nacionalismo revolucionário” pelo “liberalismo social”, que prometia se situar como um caminho intermediário entre o estatismo e o neoliberalismo, com o objetivo de corrigir os excessos de um e de outro.¹⁹⁷ A filosofia, apresentada em seu discurso para celebrar o LXIII aniversário do PRI, em 4 de março de 1992, era uma forma de apresentar as mudanças econômicas neoliberais, tanto para os integrantes do partido, quanto para a população mexicana, de forma mais palatável. É interessante perceber que essa retórica ecoa sobre a produção historiográfica mexicana, tendo em vista que essa é, em sua maioria, marcadamente nacionalista. No momento em que se produz na sociedade mexicana uma liberalização tanto política quanto econômica, as duas são vistas quase como um processo único e há uma certa defesa da abertura econômica, quase como se a transição democrática

¹⁹⁶ Fábio Baião demonstra essa vinculação do presente ao passado por meio da análise dos discursos presidenciais. Cf. BAIÃO, Fábio. “Arautos da Revolução”: os presidentes mexicanos e os usos da história nacional (1940-1994). 2016. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

¹⁹⁷ ROUSSEAU, Isabelle. Las nuevas elites y su proyecto modernizador. In: SERVÍN, Elisa (Org.). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

dependesse desta.¹⁹⁸ Tendo isso em vista, muitas obras ignoram as consequências sociais negativas que advêm da adoção do modelo neoliberal.

A revista *Chiapas*, contudo, foi composta, como já apontamos, por uma parcela da intelectualidade que era crítica ao sistema político mexicano e que se opunha ao neoliberalismo e, dessa forma, constituiu-se como um espaço de sociabilidade intelectual capaz de agregar intelectuais para discutir, se aproximar, tecer críticas e apontar caminhos futuros, no que diz respeito à sociedade mexicana, latino-americana ou, até mesmo, mundial. Nosso objetivo aqui é analisar as críticas sobre o neoliberalismo expostas na revista, com a finalidade de demonstrar que essa representou um local de resistência e embate intelectual contrário a esse projeto econômico e político. Para isso, analisamos quais foram as principais críticas que circularam na publicação e quais foram os principais intelectuais que se mobilizaram para essa questão. Buscamos, também, demonstrar de que forma a revista se aproximou do movimento zapatista nesse embate.

Como já mostramos, o primeiro volume da revista *Chiapas* foi publicado no México no ano de 1995, momento em que o país passava por uma série de transformações, tanto econômicas quanto políticas. A adoção do neoliberalismo foi uma das mudanças que alterou a configuração econômica, política e social, trazendo grandes consequências para a sociedade mexicana como um todo. Vale ressaltar, novamente, que a entrada do México no *TLC*, em 1994, marcou a intensificação e a institucionalização do processo de neoliberalização do país. Nesse sentido, a revista passou a ser publicada em um momento em que o neoliberalismo já vigorava há dois sexênios presidenciais — os governos de De la Madrid e de Salinas de Gortari — e

¹⁹⁸ Tal visão pode ser encontrada, por exemplo, em: CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002.; PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F. Editorial Diana, 1986; CASTAÑEDA, Jorge. *Mañana Forever? Mexico an the Mexicans*. New York: Vintage Books, 2011.

encontrava-se naquele momento em profunda consolidação e expansão, sob o governo de Ernesto Zedillo (1994– 2000).

Desde a apresentação de seu primeiro volume, a revista deixou evidente que a temática neoliberal seria central, o que demonstra que os colaboradores viam uma certa urgência em se discutir o tema. A publicação trata de forma recorrente o neoliberalismo: contextualizando-o, mostrando seus impactos a nível nacional e internacional, tecendo diversas críticas a ele e projetando alternativas futuras distintas. É interessante notar que, apesar de ser proveniente da Faculdade de Economia, são poucos os economistas que contribuem com a publicação, dado seu caráter plural, os volumes eram compostos por intelectuais que possuíam diferentes formações. Além disso, os artigos que abordam o neoliberalismo prezam mais por uma análise política e social do mesmo, buscando tratar mais dos seus impactos do que fazer uma análise mais economicista das reformas neoliberais ou, ainda, uma análise teórica aprofundada acerca da corrente neoliberal que vigorava no México.

A ênfase dada ao neoliberalismo, juntamente à dada ao EZLN, são os pilares que nortearam a revista *Chiapas* durante toda a sua existência, marcas do seu editorialismo programático bem definido. Com isso, queremos afirmar que a presença constante da temática neoliberal e da discussão em torno do EZLN partiu de uma escolha consciente por parte da equipe editorial, de maneira que todos os volumes formam um todo coerente.

Ainda que se configure um tema frequente, a abordagem dispensada sobre o neoliberalismo não permanece a mesma ao longo dos anos. Os primeiros volumes da revista, nesse sentido, estão centrados na análise do estado de Chiapas, uma vez que a grande maioria dos textos busca compreender suas especificidades econômicas, políticas, sociais, bem como traçar os motivos pelos quais o movimento zapatista teve sua origem lá. Posteriormente, a realidade indígena em outros estados mexicanos e em outros países latino-americanos começa a aparecer na publicação, assim como a questão de diferentes movimentos sociais — de base

indígena ou não — evidenciando que o neoliberalismo afetava também a realidade vivida em outras regiões. É somente a partir do seu décimo primeiro volume, publicado em 2001, que o neoliberalismo a nível latino-americano e internacional começa a aparecer de forma mais contundente na revista, podendo ser equiparável ao espaço destinado ao EZLN e ao estado de Chiapas. Acreditamos que tal mudança pode estar relacionada com a intensificação do neoliberalismo em outros países da América Latina, como são os casos argentino e boliviano.

Como afirmando anteriormente, os intelectuais que colaboraram com *Chiapas* não produziram uma reflexão densa sobre as bases teóricas do neoliberalismo que vinha sendo aplicado no México ou uma análise aprofundada das reformas produzidas com esse viés. Contudo, é importante frisar que existiu uma preocupação em mostrar as múltiplas dimensões do neoliberalismo no contexto em que viviam, em especial no que diz respeito à realidade mexicana. Nesse sentido, é interessante perceber que são enfatizadas de forma mais frequente quatro dimensões neoliberais, as quais podemos descrever como histórica, política, ideológica e cotidiana. Há também um enfoque sobre um aspecto exterior ao neoliberalismo, mas relacionado a esse: o que chamamos de dimensão da resistência. Essas cinco dimensões, que são interligadas entre si,¹⁹⁹ foram pensadas a partir da análise de José Francisco Puello-Socarras²⁰⁰ e são analisadas na revista *Chiapas* no decorrer do capítulo. Por se tratar de uma publicação que contou com a colaboração de diversos intelectuais, as definições acerca do neoliberalismo são também diversas, de forma que uma não sobrepõe a outra. Não existe, no entanto, uma pluralidade de visões políticas tão acentuada na revista, tendo em vista que, apesar de opiniões diversas, essas podem ser demarcadas como pertencentes ao espectro das esquerdas.

¹⁹⁹ Analisaremos cada uma dessas dimensões de forma separada, destacamos que essa opção é parte de um esforço para facilitar a compreensão do que próprio da análise, tendo em vista que na maioria das vezes essas dimensões são indissociáveis.

²⁰⁰ PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo: Episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: ROJAS VILLAGRA, Luis [coord.]. *Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas*. 1ªed – Asunción: CLACSO, 2015.

Assim, não há, por exemplo, um espaço destinado à defesa do neoliberalismo, algo que é encontrado na historiografia sobre o tema.²⁰¹

*

A dimensão histórica à qual estamos nos referindo se aproxima da ideia apresentada por Puello-Socarrás, quando define o neoliberalismo como a “fase superior do capitalismo”, marcada pela expansão dos mercados a nível mundial,²⁰² como já apontamos anteriormente. Tal dimensão desnaturaliza o neoliberalismo, mostrando que o mesmo é fruto de processos históricos amplos, evidenciando que a transformação pela qual a sociedade mexicana estava passando deveria ser compreendida à luz do contexto latino-americano e mundial. No quarto volume de *Chiapas*, no texto *Neoliberalismo e insubordinación*, Ana Esther Ceceña enuncia essa ideia de maneira muito clara: “Desde una perspectiva histórica y bajo las consideraciones anteriores, el neoliberalismo se ubica entonces como la modalidad capitalista contemporánea en un sentido integral.”²⁰³

Sob essa perspectiva histórica, também fica evidente a crítica que é destinada ao papel central que os Estados Unidos tiveram no cenário de consolidação do processo neoliberal e na articulação do Tratado de Livre Comércio, sempre citado de forma crítica. Na apresentação do segundo volume de *Chiapas*, assim, é possível perceber a crítica destinada ao papel exercido pelo vizinho do norte: “Sustentado en una versátil revolución tecnológica que todavía no termina de sorprendernos, el gran capital mundial, ése que no tiene patria pero se hace representar fundamentalmente por el Estado estadounidense, ha iniciado una nueva fase de

²⁰¹ A defesa da adoção do modelo neoliberal é feita de forma mais ou menos contundente em diferentes obras de caráter historiográfico, Cf. CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002; PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F. Editorial Diana, 1986; CASTAÑEDA, Jorge. *Mañana Forever? Mexico an the Mexicans*. New York: Vintage Books, 2011.

²⁰² PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo: Episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: ROJAS VILLAGRA, Luis [coord.]. *Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas*. 1ªed – Asunción: CLACSO, 2015.

²⁰³ CECEÑA, Ana Esther. *Neoliberalismo y insubordinación.. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997.

expansión.”²⁰⁴ Nesse, e em vários outros momentos, é ressaltado o papel hegemônico que os EUA têm na economia mundial e de que forma sua atuação demonstra seu caráter imperialista²⁰⁵, ideia que se faz presente, por exemplo, no texto *Resistencia internacional a la globalización neoliberal*, publicado no décimo segundo volume e escrito por Julio Gambina, economista e professor argentino.²⁰⁶

O caráter imperialista, tanto do TLC, quanto dos Estados Unidos, também é criticado por Edur Velasco e Richard Roman,²⁰⁷ no texto *Migración, mercados laborales y pobreza en el Septentrión Americano*, que compõe o sexto volume. Tendo em vista que a adoção do modelo neoliberal causou uma alta no desemprego no México, uma de suas consequências foi o aumento na taxa de imigração laboral, com destino à América do Norte. Como bem apontam os autores, o TLC pressupõe a livre circulação de mercadorias, mas não de pessoas. Logo tal imigração, na maioria das vezes, tem caráter ilegal. Dada essa ilegalidade, ao ocupar postos de trabalho, os mexicanos – bem como outros latino-americanos – encontram péssimas condições trabalhistas e baixos salários. Além do impacto econômico proveniente do neoliberalismo, o imperialismo estadunidense, de acordo com os autores, tem seu componente social, uma vez que subjuga a população latino-americana e promove uma desintegração social em seus países de origem.²⁰⁸

²⁰⁴ Presentación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996.

²⁰⁵ Vale ressaltar que o imperialismo estadunidense com o México não se inicia com o neoliberalismo, tendo em vista que a relação entre os dois países é historicamente marcada por um desequilíbrio de forças, em que o primeiro se impõe econômica, militar e culturalmente sobre o segundo. Tal processo é de longa duração e tem seus primeiros acontecimentos no século XIX, quando o Estados Unidos, após uma guerra, anexa metade do território mexicano. Cf.: SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

²⁰⁶ GAMBINA, Julio C. *Resistencia internacional a la globalización neoliberal. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

²⁰⁷ Edur Velasco é economista e professor da Universidad Autónoma Metropolitana de Azcapotzalco (UAM-A) e Richard Roman é sociólogo e professor da University of Toronto.

²⁰⁸ VELASCO, Edur; ROMAN, Richard. *Migración, mercados laborales y pobreza en el Septentrión Americano. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998.

O aspecto da intervenção política e militar estadunidense é apontado e criticado em *Chiapas*, como, por exemplo, em *Breve historia de las intervenciones de Estados Unidos desde 1945*, texto de William Blum,²⁰⁹ jornalista e historiador estadunidense, que faz parte do décimo volume da revista. Segundo o autor, a máquina de política externa estadunidense atua buscando atingir, principalmente, quatro aspectos: construir um mundo seguro para as corporações norte-americanas; conseguir recursos financeiros para os empreiteiros domésticos que colaboram com os membros do Congresso; prevenir o surgimento de qualquer sociedade suscetível a representar um exemplo exitoso de modelo alternativo ao capitalista e estender a hegemonia política e econômica sobre a área mais ampla que seja possível. Blum, nesse sentido, produziu um breve texto crítico em que elenca algumas das principais intervenções que os EUA efetuaram mundialmente para alcançar tais objetivos.²¹⁰

Por sua vez, Francisco Pineda, antropólogo e professor da ENAH, publicou os artigos *La guerra de baja intensidad* e *Vaciar el Mar (la guerra y la crisis del estado)*, respectivamente no segundo e sexto volumes de *Chiapas*, que também abordam a questão de intervenção militar estadunidense. No primeiro texto, Pineda analisa a tática contrainsurgente militar do Exército norte-americano, que ficou conhecida como “Guerra de Baixa Intensidade” e teve sua origem após os EUA perderem a Guerra do Vietnã (1955–1975). Tal tática militar foi utilizada para combater revoluções, movimentos de libertação nacional ou qualquer conflito que ameaçasse seus interesses. O autor demonstra de que modo a “Guerra de Baixa Intensidade”, apesar de fazer uso de um baixo poderio militar, é extremamente efetiva e danosa ao utilizar da guerra psicológica, dos meios de comunicação e de instrumentos tecnológicos para alcançar seus objetivos. No segundo texto, por sua vez, o autor demonstra de que forma o Exército mexicano

²⁰⁹ O texto foi originalmente publicado na *Prensa Nuevo Amanecer*. Em *Chiapas*, contou com uma versão traduzida por Ana Esther Ceceña.

²¹⁰ BLUM, William. *Breve historia de las intervenciones de Estados Unidos desde 1945*. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 10, 2000.

vinha passando por um processo de renovação, em que sua função primordial deixava de ser o resguardo da soberania nacional e passava a ser o combate às insurgências internas como objetivo central. Nesse sentido, a tática contrainsurgente estadunidense foi repassada ao Exército mexicano para conter os “distúrbios sociais internos”, em que são incluídos os movimentos sociais, tais como o EZLN.²¹¹

Em outros artigos, o próprio estado de Chiapas é analisado através da ótica imperialista, como no texto *Chiapas y sus recursos estratégicos*, escrito por Ana Esther Ceceña e Andrés Barreda.²¹² No artigo, que compõe o primeiro volume da publicação, os autores analisam de que forma a região era atrativa em termos de recursos materiais e estratégicos, dada a sua localização:

[...] Las enormes y estratégicas riquezas de Chiapas lo han colocado en el ojo del huracán y, en esa medida, son la imagen nacional de la tan ansiada integración norteamericana. El TLC, y la propuesta de modernización que conlleva, comprenden la exacerbación de la miseria y la desprotección de los recursos productivos, aun si se usan para precarizar nuestras condiciones de existencia.²¹³

O trecho anterior também é elucidativo para mostrar o lugar central que o estado de Chiapas representou na publicação. Foram várias as análises que buscavam compreender as especificidades do local e demonstrar de que modo a região era cobiçada pelo projeto neoliberal, ao mesmo tempo que foi capaz de produzir um movimento de resistência a ele. A ideia de que Chiapas é um local contraditório, em que as riquezas convivem com a precariedade da vida de sua população, é também um ponto frequentemente abordado na publicação, com um maior peso em seus primeiros volumes.

²¹¹ PINEDA, Francisco. La guerra de baja intensidad. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996; PINEDA, Francisco. *Vaciar el Mar (la guerra y la crisis del estado)*. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998.

²¹² Andrés Barreda Marín é economista, mestre em Sociologia e doutor em Estudos Latino-Americanos, todas titulações concedidas pela UNAM. Além disso, atua como professor da Faculdade de Economia da mesma instituição.

²¹³ CECENÁ, Ana Esther; BARREDA, Andrés. *Chiapas y sus recursos estratégicos*. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995, p. 53.

Em *Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista*, que compõe o primeiro volume da revista, Juan González Esponda e Elizabeth Pólito Barrios²¹⁴ retomam brevemente à história do estado de Chiapas, quando buscam demonstrar os motivos que deram surgimento ao movimento zapatista. Os autores destacam que, em 1824, mediante um plebiscito, o povo chiapaneco decidiu ser incorporado à República mexicana. Durante os três séculos anteriores, a região de Chiapas foi uma província da Capitania Geral da Guatemala. Entre 1824 e 1880, surgiu na região a oligarquia latifundiária, que se apoderou de terras do clero e das comunidades indígenas. Esses fazendeiros dedicavam-se à pecuária extensiva e o trabalho em suas terras era realizado por peões *acasillados*.²¹⁵ Durante o porfiriato (1876–1911), chegaram em Chiapas os investidores estrangeiros, que compraram terras e criaram fazendas de produção de café e exploração de borracha e madeira, onde era utilizada a mão de obra indígena, sob péssimas condições de trabalho.

A Revolução Mexicana, por sua vez, chegou ao estado no ano de 1914, momento em que os políticos porfiristas foram retirados do poder e uma série de leis foram estabelecidas, como a que estabeleceu o salário mínimo, a que aboliu a escravidão por dívidas, entre outras. Tais mudanças levaram a insurreições armadas dos fazendeiros, que decidiram se organizar para enfrentar as medidas carrancistas. Tal embate durou até 1920, quando houve um acordo com o presidente Álvaro Obregón pelo cessar das hostilidades e o líder dos fazendeiros, Tiburcio Fernández Ruiz, tornou-se governador de Chiapas. Além de manter intacto o sistema de servidão, o novo governador emitiu uma lei agrária que beneficiava os latifundiários, fazendo com que o reparto agrário fosse mínimo. Foi durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934–1940) que o território chiapaneco teve uma reforma agrária mais expressiva. Entre os

²¹⁴ Juan González Esponda é professor da *Facultad de Ciencias Sociales da Universidad Autónoma de Chiapas* e Elizabeth Pólito Barrios é pesquisadora do *Centro de Información y Análisis de Chiapas* (CIACH).

²¹⁵ O *acasillamiento* foi um sistema de trabalho compulsório que só chegou ao fim com a Revolução Mexicana (1910).

anos de 1940 e 1960, por sua vez, o repartimento continuou, mas ao invés de atuar sobre grandes propriedades privadas, a repartição focou em terras desocupadas, como as da Selva Lacandona. Desse modo, a estrutura agrária latifundiária, em muitas regiões do estado de Chiapas, permaneceu intacta, tendo em vista que a solução do conflito agrário se deu através de uma política de colonização, inclusive de territórios impróprios para o cultivo. Foi no início dos anos setenta que surgiram os primeiros grupos organizados de camponeses, indígenas e mestiços, os quais passaram a ter uma atuação mais organizada em termos de reivindicação por direitos.²¹⁶ É interessante perceber que, na narrativa histórica do passado chiapaneco, os autores privilegiam os aspectos que demonstram a manutenção da estrutura agrária em latifúndios e da subjugação das populações indígenas.²¹⁷

Fernanda Beigel, ao refletir sobre as revistas como documentos para a história latino-americana, salienta que elas representam um local de encontro entre as trajetórias individuais e projetos coletivos.²¹⁸ Assim, acreditamos que o caráter com o qual a análise do estado de Chiapas foi produzida deve ser relacionado com a figura da diretora da publicação. Ana Esther Ceceña, além de dirigir, é a intelectual que contribuiu com o maior número de textos em *Chiapas*, de modo que sua presença é uma constante na revista como um todo. A sua trajetória — marcada por uma formação e produção que enfocam a geopolítica, o estudo dos recursos naturais, dos movimentos sociais e da hegemonia mundial — dotou a própria revista com essa perspectiva. Se nos primeiros volumes o impacto do neoliberalismo na realidade de outros países latino-americanos e fora do continente só aparece na seção de documentos, tal característica vai mudando gradativamente. Ao longo de seus volumes, assim, vão se tornando

²¹⁶ GONZÁLEZ ESPONDA, Juan; PÓLITO BARRIOS, Elizabeth. Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista. *Chiapas*, UNAM/ Ediciones Era, vol. 1, 1995.

²¹⁷ A visão histórica sobre Chiapas que reforça a exploração vivida pelos indígenas e a manutenção da estrutura agrária em latifúndios se faz presente em outras obras mais aprofundadas Cf. GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *Resistencia y utopía*. México: Era, 1985.

²¹⁸ BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Año 8, n° 20, marzo, 2003, p. 105-115.

mais frequentes textos que abordam outros países, como, por exemplo, Guatemala, Bolívia, Brasil, Argentina, Equador e, até mesmo, textos que tratam da realidade asiática e africana.

Um outro aspecto também relacionado à dimensão histórica de análise é que, a partir da análise do neoliberalismo e da atuação do EZLN, alguns intelectuais produzem uma releitura do passado mexicano. No primeiro volume da revista, a socióloga Catherine Héau-Lambert e economista Enrique Rajchenberg publicaram um artigo intitulado *1914–1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México*.²¹⁹ Como o título sugere, o intuito do artigo é comparar a Soberana Convenção Revolucionária de 1914–1916 com a Convenção Nacional Democrática (CND) de 1994, convocada pelo Exército Zapatista.²²⁰ Apesar de não abordarem em detalhes a de 1994, mostram que ambas convenções têm grandes similaridades, principalmente a ideia do povo mexicano reunido pautando mudanças para o país.

A Soberana Convenção Revolucionária (1914–16) foi o evento da Revolução Mexicana em que estiveram reunidos, em assembleia, diferentes grupos revolucionários para discutir propostas políticas e sociais do processo revolucionário. A primeira reunião ocorreu na Cidade do México, enquanto a segunda deu-se em Aguascalientes e teve uma maior representatividade social, ao contar com a participação de delegados carrancistas, villistas e zapatistas. A Convenção foi convocada pelo chefe do Exército Constitucionalista, Venustiano Carranza, que havia acabado de ocupar o cargo de presidente, após a derrota e renúncia de Victoriano Huerta. Foi, pois, o momento de tentar conciliar os diferentes grupos revolucionários após a derrota do inimigo em comum. O objetivo, no entanto, não foi alcançado. Pouco tempo após o início da segunda reunião, Carranza rompeu com a Convenção, recusando-se a renunciar ao cargo de

²¹⁹ HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. 1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995.

²²⁰ Sobre a Soberana Convenção Revolucionária, cf. ÁVILA ESPINOSA, Felipe Arturo. *Las corrientes revolucionarias y la soberana convención*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México (INEHRM), 2014; sobre a CND, cf. CRUZ, Júlia Melo Azevedo. *Armas, palabras, autonomias: o complexo repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005)*, Dissertação (Mestrado em História), FAFICH, UFMG, 2017.

presidente do país, decisão que havia sido acordada pelos outros chefes. O evento teve continuidade com a participação de villistas e zapatistas. Iniciou-se, também, uma luta entre os dois grupos: de um lado, os “constitucionalistas”, que apoiavam Carranza, e, do outro, os “convencionalistas”, que desconheciam Carranza como presidente.²²¹ A Convenção Nacional Democrática, por sua vez, foi convocada em 1994 pelo EZLN e tinha por objetivo mobilizar a sociedade civil para a elaboração de um programa de democratização política, que rompesse com o partido de Estado e com a política neoliberal excludente.

No artigo em *Chiapas*, o maior esforço de Héau-Lambert e Rajchenberg concentra-se em produzir uma releitura acerca da Soberana Convenção Revolucionária, justificando que a mesma é muito pouco frequentada pela historiografia e pela “consciência nacional”, uma vez que representa um projeto perdedor no decorrer da Revolução Mexicana (já que seu objetivo conciliatório não é alcançado): “La derrota no es sólo entrega de armas y rendición ante el enemigo, sino también silencio histórico.”²²² Em 1994, quando o Subcomandante Marcos propôs a Convenção Nacional Democrática, que ocorreria em um lugar que receberia o nome de Aguascalientes, é esse evento que estaria buscando rememorar ao povo mexicano, tornando pertinente a proposta de comparação dos dois acontecimentos.

Os autores criticam a historiografia corrente, que, segundo eles, simplifica a Convenção como um cenário de conflito pessoal entre Villa e Carranza ou como uma “junta vocinglera de jefes revolucionarios escandalosos”.²²³ Além disso, afirmam que a importância dela estava no fato de ter sido um dos momentos mais democráticos do processo revolucionário, tendo em vista que o povo mexicano estava reunido, representado através das diferentes forças políticas,

²²¹ ÁVILA ESPINOSA, Felipe Arturo. *Las corrientes revolucionarias y la soberana convención*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México (INEHRM), 2014.

²²² HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. 1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995, p. 7.

²²³ AMAYA, Luis. *La Soberana Convención Revolucionaria. 1914-1916*, p. 5. *Apud* HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. 1914-1994: Dos convenciones en la historia contemporánea de México. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995, p. 12.

para elaborar o programa de reformas da Revolução.

Finalmente, o EZLN, em 1994, ao remeter à Soberana Convenção, colocava em pauta a ideia dos cidadãos mexicanos reunidos para debater a situação política e social do país. O movimento defendia, assim, a necessidade de lutar por um governo de transição que se comprometesse a abrir todos os espaços de participação política legal, que elaborasse um programa de democratização política do país e que rompesse com o partido de Estado.²²⁴ O Exército Zapatista, desse modo, dava oportunidade à Convenção Nacional Democrática de exercer uma pressão política pacífica, o que fica claro na declaração do Subcomandante Marcos em outubro de 1994: “Somos un ejército rebelde porque no creemos en las elecciones, pero la diferencia con los otros grupos armados es que estamos dispuestos a dejarnos convencer de que la lucha armada no es necesaria. Así llegamos a la CND”.²²⁵

Javier Garciadiego aponta que a Soberana Convenção de 1914–16 foi marcada pela desordem governamental, tendo em vista que os diferentes grupos políticos tentaram impor seus projetos políticos uns sobre ou outros. Desse modo, as diferenças ideológicas e sociais acabaram minando a força militar dos grupos que se aliaram na Convenção.²²⁶ A retomada desse evento da Revolução por Héau-Lambert e Rajchenberg parece estar mais conectada a uma tentativa de legitimar a Convenção Nacional Democrática, convocada pelo EZLN. Os autores exaltam a abertura para a participação da sociedade civil durante a Convenção Nacional Democrática, fato que veem como essencial para a construção democrática no processo de luta do movimento.

²²⁴ Convención Nacional Democrática (1995). “Los Desafíos de la CND, Propuestas de la Presidencia Colectiva a la Segunda Sesión de la CND”. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995, p. 181-186.

²²⁵ CECEÑA, Ana Esther; ZARAGOZA, José; Equipo *Chiapas*. Cronología del conflicto. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995, p. 175.

²²⁶ GARCADIEGO, Javier. Aproximación sociológica a la historia de la Revolución Mexicana. In: __. *Textos de Revolución Mexicana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010.

No segundo volume da publicação, Héau-Lambert e Rajchenberg publicaram o artigo *Historia y simbolismo en el movimiento zapatista*, onde novamente produziram uma releitura do passado e onde comparavam a luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional com a luta de Emiliano Zapata, um dos principais líderes da Revolução de 1910,²²⁷ e fonte de inspiração para o próprio movimento zapatista, como o próprio nome sugere. Uma parte da historiografia acerca da Revolução Mexicana²²⁸ defende que o movimento de Emiliano Zapata era localizado e tradicionalista.²²⁹ Por outro lado, os autores da revista *Chiapas* se opõem a essa visão, alegando que o zapatismo da Revolução era “progressista”, ao mesmo tempo que recuperava uma tradição de rebeldia. Apontam, por exemplo, que o zapatismo do início do século defendia uma autonomia política e possuía uma luta de cunho anticapitalista, que visava proteger suas terras, tal como o EZLN:

Por el contrario, el zapatismo recuperó una tradición progresista, una palanca de rebeldía. A pesar de estar fuertemente enraizado en redes de sociabilidad antiguas en que coexisten los sistemas de lealtades tradicionales tales como el compadrazgo y las relaciones de parentesco, la tradición zapatista integra elementos de modernidad como la escolarización y la necesidad de producir un excedente económico y no sólo asegurar la autosubsistencia. Asimismo, el legalismo de las acciones zapatistas, reflejado en la publicación de manifiestos escritos, la aceptación de las comisiones agrarias y, sobre todo, la acogida a los intelectuales urbanos después del asesinato de Madero en 1913, nos devuelve una imagen muy distinta de la de una sociedad tradicional replegada, por definición, sobre sí misma. [...] Hicieron valer sus derechos, lucharon por conservar su tradición solidaria frente a un capitalismo bárbaro al igual que lo están haciendo hoy los zapatistas chiapanecos.²³⁰

Já o terceiro volume da revista conta com o texto de Rubén Jiménez Ricárdez, cientista político e professor do *Colegio de Ciencias y Humanidades Plantel Oriente*. O autor escreve o ensaio intitulado *Las razones de la sublevación*, onde produz uma reflexão sobre o passado

²²⁷ HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. *Historia y simbolismo en el movimiento zapatista. Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996.

²²⁸ Sobre a historiografia a respeito da Revolução Mexicana, cf. BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & LOPES, Maria Aparecida de S. *A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas*. In: *História*. São Paulo: Editora UNESP, v. 20, p. 163-198, 2001.

²²⁹ CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 16ª reimpresión, México: Era, 1991.

²³⁰ HÉAU-LAMBERT, Catherine; RAJCHENBERG, Enrique. *Historia y simbolismo en el movimiento zapatista. Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996.

histórico mexicano, relacionando-o à insurreição do EZLN.²³¹ Jiménez Ricárdez vê nessa insurreição um novo momento de reelaboração do passado, o que anuncia logo no início e discorre com maior profundidade ao longo do texto, explanando os diferentes momentos de crise econômica e política pelos quais a sociedade mexicana passou, que culminaram na irrupção do movimento:

A la sublevación zapatista se le debe también – entre otras consecuencias – una modificación de nuestra perspectiva histórica. Nos colocó en una situación privilegiada para ver, como un periodo entero al que corona, un cuarto de siglo de historia mexicana. Podemos ahora recorrerlo con mirada crítica y descubrir en él – quizás – algunos de los principales trazos que en su entrecruzamiento fueron tejiendo la trama y la urdimbre de donde surgieron las razones de la sublevación. Porque esas razones no se encuentran sólo en la voluntad guerrera de los pueblos indios sino fundamentalmente en los acontecimientos de la historia.²³²

Enquanto a insurreição zapatista é vista de forma positiva e remete a um longo processo de luta e resistência na história mexicana, a adoção do neoliberalismo, por sua vez, é tida como um evento negativo. Tal adoção, na visão do autor, representou uma quebra com a sociedade que surgiu a partir do processo revolucionário de 1910 que teria se consolidado durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934–1940), como afirmou em “La sociabilidad surgida de la revolución mexicana, cuya integración concluye el cardenismo, fue destrozada irremediabilmente por la economía y la política ejecutadas por el neoliberalismo”.²³³ O autor retoma rapidamente toda a história do país, desde o processo de colonização espanhola, passando pela Revolução, até o governo de Ernesto Zedillo (1994–2000), que era o presidente no poder no momento em que escreveu. A ênfase maior foi dada aos governos de Miguel de la Madrid (1982–1988), Carlos Salinas (1988–1994) e ao do próprio Zedillo. A abordagem foi feita de forma crítica, uma vez que o autor buscou demonstrar a permanência da violência e da injustiça na sociedade mexicana, bem como da luta e da rebeldia. O neoliberalismo, ao ser

²³¹ JIMÉNEZ RICÁRDEZ, Rubén. Las razones de la sublevación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996, p. 55-72.

²³² *Idem*

²³³ JIMÉNEZ RICÁRDEZ, Rubén. Las razones de la sublevación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996, p. 55-72.

abordado, é visto como algo que intensifica uma das características indesejáveis que foram produzidas tanto antes, quanto nos anos posteriores à Revolução: o caráter concentrador e excludente da economia, pois o modelo atende aos interesses de uma minoria já privilegiada.

*

Os intelectuais que colaboravam com *Chiapas*, ao tratar da dimensão política do neoliberalismo, enfatizaram a falta de participação da população na tomada de decisões na adoção do modelo, que viria a acentuar as desigualdades do país. Essa ideia é expressa em vários momentos, como no já citado texto de Rubén Jiménez Ricardéz, onde vemos:

En 1982 una élite tecnocrática tomó en sus manos las palancas de mando y profundizó la orientación de la política económica en contra de las mayorías. Aplicó un modelo más concentrador y excluyente, perdió o abandonó su sustento nacional y, desde esa fecha, los titulares del Ejecutivo se colocaron bajo el dominio del capital transnacional²³⁴.

Tal ideia também é abordada no texto *Universalidad de la lucha zapatista*, que compõe o segundo volume da revista e é de autoria de Ana Esther Ceceña:

El Tratado de Libre Comercio de América del Norte, por las condiciones en que fue negociado y por sus implicaciones de pérdida de soberanía sobre los recursos nacionales fue el primer elemento detonador. Las negociaciones se llevaron a cabo a puertas completamente cerradas donde sólo algunos funcionarios del gobierno y un selecto grupo de empresarios pudieron participar. Se puso en juego el destino de la nación en contra de la gran mayoría de la población. Los intelectuales y estudiosos de la realidad nacional e internacional no solamente no fueron consultados sino que sus opiniones fueron despreciadas; un amplio sector de empresarios pequeños y medianos, ya bastante golpeado por la crisis, perdió con el tratado las pocas posibilidades que le quedaban de permanencia; el pueblo por supuesto, en vez de vislumbrar un mejoramiento de sus precarias condiciones de vida, quedó expuesto a un reajuste más profundo de la planta productiva; pero el campo, donde se inscribe la mayor parte de la población de nuestros países y lugar de refugio del desempleo y la sobreexplotación urbanos, fue castigado con la privatización a ultranza, propiciando el despojo de tierras, la desorganización de unidades productivas y comunitarias y la pérdida del último recurso de la supervivencia para una buena parte de esos 40 millones de pobres que la ONU ha identificado.²³⁵

²³⁴ *Idem*

²³⁵ CECENÁ, Ana Esther. *Universalidad de la lucha zapatista. Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996.

Os dois trechos citados fazem referência direta ao processo de adoção do neoliberalismo por parte de Miguel de la Madrid. O presidente, acompanhado por um seleto grupo de altos funcionários — que a formação em economia sobrepunha à pouca experiência política— e pela elite empresarial, resolveu adotar um modelo que alteraria toda a estrutura econômica do país. O excerto de Ceceña também ressalta que essa adoção teria um impacto negativo para diferentes setores da população mexicana, como os pequenos e médios empresários, a população trabalhadora de forma geral e, mais especificamente, aquela que vivia no campo. Em consonância com Ortiz Wadgymar, o novo modelo de fato privilegiou os grandes empresários dos setores privados, tanto nacionais quanto internacionais, o que levou à falência em massa de pequenas e médias empresas, pois essas não conseguiram competir no mercado dentro do novo modelo.²³⁶ A crítica feita em relação à pouca participação da população no processo de adoção do TLC, em vários outros momentos, é amplificada e relacionada a outros aspectos da vida política mexicana. O regime político *priísta* é visto como não representativo e marcadamente antidemocrático, tanto pelo seu viés autoritário quanto pelo pouquíssimo espaço aberto para o diálogo e para a participação efetiva da população,²³⁷ crítica recorrente na revista.

Um outro elemento que diz respeito à dimensão política e que se faz presente recorrentemente em *Chiapas* é a questão da perda de soberania que a adoção do modelo neoliberal representou para a sociedade mexicana. No já citado texto de Ceceña, *Universalidad de la lucha zapatista*, que compõe o segundo volume, essa ideia é apresentada, como vemos em: “La modernidad que llegaba a nuestras tierras con el neoliberalismo y el Tratado de Libre Comercio tornaba igualmente obsoletos los conceptos de soberanía, identidad nacional y

²³⁶ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

²³⁷ Para uma análise mais aprofundada sobre o regime político mexicano, cf. CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002.

nación”.²³⁸ De forma complementar, na apresentação do terceiro volume, também é traçada uma crítica no que diz respeito à questão da soberania:

La soberanía del pueblo de México está siendo cuestionada en todos los niveles de su práctica colectiva; la soberanía del pueblo hecho nación es confrontada con los ávidos intereses del gran capital internacional sobre recursos naturales, vidas y comportamientos. La nación es desmantelada para ofrecerse en el mercado y la población es empujada a un proceso de desarticulación que, bajo el signo del caos, encubre nuevos afanes colonizadores y autoritarios.²³⁹

Como já afirmado anteriormente, a adoção do TLC foi condicionada à alteração da Constituição mexicana. O simples fato da Constituição – aqui entendida como o corpo de leis que determina os direitos e deveres de um povo – ter sido submetida a mudanças para que o México se adequasse ao projeto neoliberal já demonstra a força que esse tem sobre o país. Avaliando especificamente uma das suas mudanças, a alteração do artigo 27 chama a atenção, pois, como já apontamos, esse regulamentava o repartimento agrário e a não alienação das terras *ejidais* e comunidades agrárias, declarava que os recursos naturais eram de propriedade da nação, regulamentava a não aquisição de territórios fronteiriços e litorâneos por estrangeiros, além de declarar a proteção contra a destruição da natureza. Como bem aponta Juan José Carrillo Nieto, com a alteração desse artigo não só a reforma agrária dava-se por terminada, mas a venda, compra e aluguel dos *ejidos* e a associação entre *ejiditarios* com empresários passaram a ser legais. A nova lei permitia, dessa forma, a acumulação de terras e o uso dos recursos naturais para a exploração comercial, o que resultou, muitas vezes, em uma exploração indiscriminada por parte de empresas transnacionais.²⁴⁰ A integração do México nessa nova fase do capitalismo mundial significou, em parte, a dissolução das suas próprias fronteiras nacionais e a intensificação da sua dependência econômica em relação ao capital externo. A

²³⁸ CECENÁ, Ana Esther. Universalidad de la lucha zapatista. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996.

²³⁹ Presentación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996, p. 6.

²⁴⁰ O texto de Juan José Carrillo Nieto explora as mudanças pelas quais a Constituição mexicana passou para se enquadrar no projeto neoliberal, Cf. CARRILLO NIETO, Juan José. La transformación del proyecto constitucional mexicano en el neoliberalismo. *Política y cultura*, México, n. 33, p. 107-132, enero 2010. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422010000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 07/06/2017.

crítica à perda da soberania, feita pelos colaboradores de *Chiapas*, também enfatiza o componente humano: ironicamente, o processo globalizador, ao invés de conectar e integrar as pessoas, tende a isolar os sujeitos. A população submetida às regras de mercado torna-se nada menos que uma mão-de-obra barata, fazendo com que suas identidades sejam enfraquecidas:

Desde nuestro ser indígenas, desde nuestro ser mexicanos, desde nuestro ser desposeídos, desde nuestro ser un punto de esa inmensa e inasible red de dominación capitalista articulada por la tecnología y el mercado, desde nuestro ser negados como sujetos, desde nuestro ser atomizados, pulverizados y deshumanizados. La desposesión que sirve de base al neoliberalismo es tan profunda que la rebeldía no puede sino surgir de lo más hondo, de lo más extremo.²⁴¹

*

A dimensão ideológica do neoliberalismo à qual fazemos referência diz respeito ao seu caráter transnacional e complexo, na medida em que o vemos como um programa intelectual, antes de tudo, econômico, formado por um corpo de ideais heterogêneos, que é elaborado por diferentes intelectuais, sejam eles economistas, sociólogos, filósofos etc.²⁴² É frequentemente citada nas páginas de *Chiapas* a atuação dos Estados Unidos, bem como de organismos internacionais (como o FMI e o Banco Mundial), para levar a cabo uma série de medidas que afetam a política e a economia e tem por base esse corpo de ideias. Nesse sentido, enquanto ideologia, o neoliberalismo traz em si a promessa de trazer a modernidade ao México, além de prometer solucionar as crises econômicas que há décadas assolavam o país. O favorecimento aos mercados financeiros e às classes dominantes, em detrimento da grande maioria da população, é um dos elementos duramente criticados pela revista. Essa visão acerca do neoliberalismo pode ser percebida, por exemplo, em uma entrevista publicada no quarto volume de *Chiapas*, intitulada *¿Cómo ve Europa a los zapatistas?*, em que a diretora Ana Esther Ceceña

²⁴¹ CECEÑA, Ana Esther. Neoliberalismo e insubordinación. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997.

²⁴² ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *História mínima del neoliberalismo*. México, D.F.: El Colégio de México, 2015.

conduz uma série de perguntas a um grupo de intelectuais europeus²⁴³, dentre eles Ulrich Brand. Quando questionado a respeito da confluência da luta zapatista com outras lutas, o cientista político alemão enfatiza a importância da luta antineoliberal, descrevendo a ampla dimensão que o neoliberalismo possuía naquele momento:

Un problema para esa confluencia hasta ahora es que "el neoliberalismo" no ha sido bien entendido. Algunos se refieren a él como responsable de todo el mal. Otros ven una política económica de los partidos conservadores que se podría abolir con políticas socialdemócratas. Éstas son perspectivas muy limitadas. Creo que hay que entender que detrás del neoliberalismo hay intereses de grupos poderosos, que el neoliberalismo es el resultado de ciertas estrategias dominantes, del debilitamiento de las clases subalternas, que el neoliberalismo es la causa de la globalización. Si los gobiernos y sus intelectuales quieren hacernos creer que la globalización es algo "natural" hay que decir que los gobiernos mismos, junto con las empresas, construyeron la globalización abriendo las economías nacionales, desregulando los mercados financieros, etcétera. La causa principal es el cambio de las relaciones de fuerza en favor de las clases dominantes, la recuperación de una alta tasa de ganancia, la destrucción de los derechos de los trabajadores. La globalización no es algo "natural", la globalización es lucha de clases, es algo muy real y simultáneamente un argumento muy ideológico para justificar cualquier política en contra de los intereses de la humanidad.²⁴⁴

Na colocação de Brand, encontramos uma crítica a uma parcela da esquerda, aquela que declara o neoliberalismo como o “responsável por todo o mal”, mas falha ao não analisá-lo em sua profundidade. Como contraponto, o autor busca demonstrar em sua fala a complexidade do neoliberalismo enquanto ideologia. Aponta, por exemplo, que governos e seus intelectuais constroem a ideia da globalização como um processo “natural”, enquanto obscurecem a faceta de que esse é articulado pelos próprios governos em conjunto com os setores privados, os quais, buscando uma maior taxa de lucro, tendem a destruir os direitos dos trabalhadores.

²⁴³ Os entrevistados são Adelina Bottero e Luciano Salza, integrantes do Coletivo Internacionalista de Torino; Friederike Habermann, economista alemã; Marc Tomsin, que integrava o Comité de Solidaridad con los Pueblos de Chiapas en Lucha de París; Massimo de Angelis, economista e professor da University of East London.

²⁴⁴ CECEÑA, Ana Esther. ¿Cómo ve Europa a los zapatistas? Entrevista de Ana Esther Ceceña con Adelina Bottero, Luciano Salza, Friederike Habermann, Marc Tomasin, Massimo de Angelis y Ulrich Brand. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997.

Em outros artigos, a crítica à atuação de alguns intelectuais, que são ideólogos do projeto neoliberal, aparece explicitada de forma mais contundente, como no já citado texto de Rubén Jiménez Ricárdez, *Las razones de la sublevación*, presente no terceiro volume da publicação:

Pero al llegar el momento del reflujo, cuyo punto más bajo coincide con el sexenio de Salinas, con la caída del muro de Berlín y con el predominio ideológico del neoliberalismo, decae esa efervescencia cultural y muchos de los cuadros intelectuales que la animaron, para no desmentir una añeja tradición, son cooptados por el gobierno. No existe en la historia nacional otro periodo en que se pueda observar un comportamiento tan paradójico de *una parte* de la *intelligentsia*. Influida o no por distintas corrientes del marxismo, se vincula primero en diferentes formas a las clases subalternas o a la crítica del régimen. Después, como resultado de un deterioro moral y de una pérdida de sentido de solidaridad con los de abajo, algunos – obteniendo beneficios en metálico y/o en prestigio de su conversión ideológica, o por convicción – pasan a la categoría de neoideólogos del neoliberalismo y del Pronasol. Serán los apologetas de Salinas y del modelo económico que lesiona y agravia a las clases subalternas y que esparce también la miseria cultural y moral. Cómplices del desastre nacional, entre sus filas se cuenta un premio Nobel que fue incapaz de ponerse al lado de su pueblo.²⁴⁵

O trecho acima faz referência ao contexto que marcou profundamente o comportamento da intelectualidade mundial, já citado anteriormente. Como bem aponta Adriane Vidal Costa, o final da década de 1980 e início dos anos 1990 foram marcados por diversos acontecimentos importantes, dentre eles a queda do Muro de Berlim, o desaparecimento da URSS e o fim da experiência socialista na Europa, bem como o desfalecimento do marxismo como referência para a prática política. A América Latina, por sua vez, foi marcada pela derrota sandinista na Nicarágua e o desgaste econômico, político e cultural da Revolução Cubana. Todos esses fatores, cada um com um impacto diferente, provocaram um arrefecimento do debate intelectual latino-americano sobre revolução e socialismo e, conseqüentemente, um recuo no papel que os intelectuais de esquerda representaram durante décadas, na medida em que houve uma perda de paradigmas e pontos de referência.²⁴⁶ Perry Anderson aponta que, na disputa entre

²⁴⁵ JIMÉNEZ RICÁRDEZ, Rubén. *Las razones de la sublevación*. Chiapas, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996, p. 55-72.

²⁴⁶ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina. O debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda, 2013.

socialismo e capitalismo, o projeto que saiu vitorioso não foi o de qualquer capitalismo, mas aquele de ideologia neoliberal representado nas figuras de Reagan e Thatcher.²⁴⁷

Jiménez Ricárdez, no trecho anteriormente citado, faz uma crítica direta à atuação de uma parcela dos intelectuais nesse contexto, vendo de forma paradoxal o fato de que alguns deles deixaram de ser críticos ao regime, e atuar em favor das classes menos favorecidas, para se tornarem ideólogos do neoliberalismo durante o governo de Salinas de Gortari (1988–1994). Se observarmos a relação entre intelectuais e o Estado mexicano pós-revolução, é possível notar que sempre houve intelectuais críticos ao regime, ao mesmo tempo em que uma parcela dessa *intelligentsia* se encontrava inserida nas filas do governo priista.²⁴⁸ O incômodo do autor, no entanto, está relacionado àquelas figuras que na sua trajetória de vida não tiveram uma posição ideológica única, passando de uma postura mais à esquerda a uma mais à direita, como foi o caso do ganhador do Nobel de Literatura, o poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz²⁴⁹, a quem o autor faz uma clara referência. Jiménez Ricárdez vê tal atitude como uma traição ao povo mexicano, tendo em vista que acredita que esses intelectuais deveriam ocupar o espaço de defesa dos interesses da maioria da população.

Outro ponto que aparece em *Chiapas* e pode ser relacionado à análise do neoliberalismo enquanto ideologia, é o fato da sua adoção ter sido defendida pelo governo como a forma de trazer a modernidade ao México e inseri-lo no “Primeiro Mundo”. Os intelectuais que colaboraram com a revista atacam veementemente a ideia da modernidade²⁵⁰ como algo

²⁴⁷ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

²⁴⁸ DORELLA, Priscila Ribeiro. *Octavio Paz: estratégias de reconhecimento, polêmicas políticas e debates midiáticos no México*. São Paulo: Alameda, 2013.

²⁴⁹ Priscila Dorella analisa de forma aprofundada a trajetória de Octavio Paz, Cf.: DORELLA, Priscila Ribeiro. *Octavio Paz: estratégias de reconhecimento, polêmicas políticas e debates midiáticos no México*. São Paulo: Alameda, 2013.

²⁵⁰ Os conceitos de “modernidade” e “modernização” possuem significados diferentes. Tomando como referência Enrique Dussel, entendemos *modernidade* como o paradigma que surge ao final do século XV com a conquista do Atlântico pela Europa, que irá alterar as concepções da vida cotidiana, a compreensão histórica, de ciência, de religião etc. O termo carrega a ideia que existe um processo civilizatório de desenvolvimento das sociedades, no qual as sociedades europeias ocidentais seriam o modelo a ser alcançado. Nesse sentido, existe uma hierarquização

unicamente benéfico, demonstrando que o neoliberalismo, sob esse discurso modernizador, esconde a sua outra faceta: a exploração dos recursos naturais e a acentuação da desigualdade social. Tal visão é defendida no já citado texto *Chiapas y sus recursos estratégicos*, escrito por Ana Esther Ceceña e Andrés Barreda, que compõe o primeiro volume da publicação:

[...] El movimiento del EZLN ha mostrado cómo esta miseria es la cara oculta y vergonzosa de esa modernidad, que tan virtuosa aparece en los discursos oficiales. La miseria del pueblo de Chiapas es una de las maravillas que trae aparejada la globalización, e inherente a las nuevas modalidades de acumulación mundial de la riqueza. Los conflictos económicos y políticos locales no son sino la manera más clara en que los capitales internacionales, nacionales y regionales manifiestan sus contradicciones de clase. Las enormes y estratégicas riquezas de Chiapas lo han colocado en el ojo del huracán y, en esa medida, son la imagen nacional de la tan ansiada integración norteamericana. El TLC, y la propuesta de modernización que conlleva, comprenden la exacerbación de la miseria y la desprotección de los recursos productivos, aun si se usan para precarizar nuestras condiciones de existencia.²⁵¹

No trecho acima, como em outros artigos, a ideia de modernidade, que faz parte do discurso oficial, é contraposta com a realidade de vida da população. A exemplificação com o caso de Chiapas é singular, tendo em vista que é um dos estados mexicanos que apresenta os piores índices de desenvolvimento humano. As condições de vida no estado são mobilizadas pelo próprio EZLN e são vistas como algumas das razões que levaram à formação do movimento, como aponta Jiménez Ricárdez no artigo que trata do assunto:

Modernidad o posmodernidad de la cual – para decirlo suavemente – nos encontramos lejos; y no sólo los más de cuarenta millones de pobres que habitan estas tierras. ¿"Sociedad de la comunicación y del control"? ¿En Chiapas? ¿Con las guardias blancas? ¿Con dos tercios de las viviendas sin electricidad? ¿Con un 54 por ciento – y en algunas regiones hasta un 80 por ciento – de población desnutrida? ¿Con 72 niños de cada 100 que no pueden concluir el primer año de primaria? ¿Con el 60 por ciento de los hogares utilizando leña o carbón como combustible doméstico?²⁵²

das sociedades, em que as europeias são tidas como mais desenvolvidas, em termos civilizatórios, do que as sociedades latino-americanas, taxadas como “atrasadas”. A *modernização*, por sua vez, é o processo de desenvolvimento científico-tecnológico que seria capaz de transformar uma sociedade “atrasada” em uma sociedade “moderna”, cf.: DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 227-278.

²⁵¹ CECENÁ, Ana Esther; BARREDA, Andrés. Chiapas y sus recursos estratégicos. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 1, 1995, p. 53-99.

²⁵² JIMÉNEZ RICARDEZ, Rubén. Las razones de la sublevación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996, p. 55-72.

Nesse sentido, o discurso modernizante do governo mexicano é problemático em dois sentidos: primeiramente, porque o processo de modernização e de inclusão do México à economia mundial, através da integração transnacional do neoliberalismo, piora as más condições de vida da maioria da população e acentua a desigualdade social, além de explorar os recursos naturais de forma exacerbada. Em segundo lugar, porque a lógica modernizante não deixa espaço e recursos para que outros modos de vida sobrevivam. Assim, as comunidades indígenas que prezam por uma relação próxima com a terra e a natureza, marcada por um consumo consciente, pela valorização do coletivo, de suas práticas espirituais e dotados de saberes tradicionais, são frequentemente taxadas como “atrasadas” e não encontram meios para sobreviver.

Além de estar presente na revista, essa visão crítica em relação à modernidade é apresentada de forma muito clara por Ceceña quando ela participa do programa de Rádio *Momento Economico*, em entrevista intitulada *Chiapas: três años del levantamiento*. Nessa ocasião, Ceceña responde a um comentário de um ouvinte que questiona que os zapatistas tentavam manter a situação atual dos indígenas, se colando contra as reformas modernizadoras que os converteriam em seres modernos. Sobre isso, a diretora de *Chiapas* respondeu de forma contundente :

Yo creo que hay muchos tipos de modernidad, entonces creo que la modernidad que nos propones las reformas salinistas es justo la que, pelo menos lo que yo no quiero. Es una modernidad muy excluyente, una modernidad que lo que implica es una mayor polarización de la sociedad, polarización que se pauta en todos los espacios de vida cotidiana, pode ser vivida en términos de salud, educación, de muchísimas cosas. La modernidad que está proponiendo Salinas es para el gran capital. La modernidad que queda plasmada en el Artículo 27, lo que implica es abrir el país, el territorio nacional, para que aquellos capitales más poderos hagan uso del él. Y esos capitales más poderos no son ni siquiera mexicanos, y aunque fuera mexicanos, es siempre a costo de la población. Si les da absoluta libertad para el uso de los recursos del suelo e del subsuelo, en mucho de los casos y creo que la concepción que tienes los zapatistas, justamente del territorio es la lucha por la nación, por la patria. Creo que muchos de nosotros, no sé, estamos errando de lado hasta 93 y que de repente cuando los zapatistas si levantan y nos hablan de la bandera y de estas cosas que oigamos en la primaria, quedan un poco ajenas de nosotros. Pues creo que le dieron nuevamente un significado muy profundo a este problema de la nación, de la soberanía, de la patria y del territorio. Los zapatistas no entienden el territorio como tierra, como parcela para lucrar con ella, para tener ganancias, la entienden como historia, el territorio es la

historia, son nuestros antepasados, es nuestra cultura, nuestra vida, nuestra posibilidad de seguir existiendo como mexicanos. Y también como indígenas, pero como mexicanos primero que nada. Cuando se propone entrar al primero mundo en la época de Salinas y que se propone esta reforma modernizadora, en realidad lo que se está diciendo es no vamos a tener desarrollo social para la población, vamos a tener altas ganancias para un grupo, queda clarísimo que este fue su objetivo cuando leemos la lista de Forbes de los súper millonarios y vemos que en este países de miserables, en que la pobreza extrema hay aumentado muchísimo, tenemos 24 súper millonarios que están en la lista del mundo en el momento que Salinas está haciendo esas reformas, a mí me parece escandaloso. Yo, ese tipo de modernidad creo que tenemos que rechazar. Y creo también que esta idea de que hay una sola manera de desarrollarse, una sola respuesta, digamos, a los desafíos económicos y sociales del país, hay que desecharla. Tenemos muchas maneras de resolver los problemas y justamente hay que potenciar esas maneras distintas. Los zapatistas están proponiendo una forma de organización social muy diferente que la estaba proponiendo el salinismo y que, bueno, más o menos continua hasta la fecha. Que no es una propuesta propia de Salinas ni del presidente actual, sino que es una propuesta general que se ha hecho por los grandes capitales en el mundo, que nos viene directamente de Washington y que no veo porque las soluciones de los problemas de ellos tienen que ser idénticas a las soluciones de los problemas nuestros. Más bien, lo que ensena la historia es que la solución de los problemas de ellos hay sido la creación de nuevos problemas para nosotros, el empobrecimiento creciente, ahora tenemos el ejemplo de los migrantes e de los tratos que se da a los migrantes en la frontera norte. Bueno, ¿Es esa la modernidad que queremos? Yo creo que no.²⁵³

Na fala de Ceceña, fica muito evidente a postura crítica que ela tem em relação as mudanças e as promessas de modernidade que o TLC trazia. A diretora evidenciava também o “outro lado da moeda” da modernidade que muitas vezes ficava obscuro, ou seja, a desigualdade e exploração provenientes dessa. Além disso, se colocava ao lado dos zapatistas em negar essa modernidade do governo e propor uma outra modernidade, uma que leva em consideração a história e cultura mexicana.

*

A análise da dimensão cotidiana refere-se aos momentos em que são enfatizados os impactos que o neoliberalismo traz para o dia-a-dia da população, traduzidos em desemprego, pobreza, repressão, destruição do meio ambiente, migração, endividamento, *stress*, doenças,

²⁵³ Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña e Eugenia Gutierrez: “Chiapas: tres años del levantamiento armado”. Programa de Rádio *Momento Económico* (10/4/1997), transcrição nossa. Disponível em : <<http://ru.iiec.unam.mx/id/eprint/391>> Acesso em 06/09/2017.

desintegração social e mortes. Sob essa perspectiva, o econômico e o político se manifestam através de alterações no social:

Las acciones de cuatro presidentes (y las de Zedillo siguen el mismo curso) condujeron sin falla al agravamiento de la crisis, a la inflación, al incremento de la deuda externa, a la caída del salario real, a una situación de catástrofe en el campo, a extender la pobreza, a una impresionante concentración de la riqueza social, a una vasta destrucción de recursos productivos (sobre todo de los fundamentales: el saber y la fuerza de trabajo humanos), al desempleo, al predominio del capital especulativo, a mayor dependencia del exterior, a una disminución de la soberanía nacional, al crecimiento de la delincuencia y de la inseguridad pública y a una ingente corrupción.²⁵⁴

Como bem aponta Ortiz Wadgyr, os setores beneficiados pelo projeto neoliberal no México se encarregaram de difundir nos meios de comunicação de massa os êxitos macroeconômicos do programa, dentre eles as baixas taxas de inflação, o saneamento das finanças públicas e uma taxa de câmbio estável que, combinado com a entrada de investimento estrangeiro, igualaram o déficit na balança de pagamentos.²⁵⁵ No entanto, a outra cara do mesmo modelo se refletiu na agudização dos problemas econômicos e sociais, dos quais a imensa maioria da população mexicana ainda é vítima. O autor aponta os mesmos problemas que são abordados em *Chiapas*, dentre eles a insegurança pública, o desemprego e o subemprego a níveis sem precedentes, violência, narcotráfico. O cotidiano foi afetado, nesse sentido, não somente no estado de Chiapas, mas no México como um todo, tendo em vista que os efeitos são sentidos por grande parte da população.

Ao tratar dos efeitos da política neoliberal no México, Jaime Ornelas Delgado aponta que, para além dos aspectos anteriormente ressaltados, um dos maiores efeitos foi o emprobecimento da população e o aumento da desigualdade social.²⁵⁶ Esse aspecto também é

²⁵⁴ JIMÉNEZ RICARDEZ, Rubén. Las razones de la sublevación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996, p. 55-72.

²⁵⁵ ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

²⁵⁶ Ornelas Delgado, Jaime Algunos efectos sociales del neoliberalismo en México. *Papeles de Población*, núm. 8, julio-septiembre, México: Universidad Autónoma del Estado de México Toluca 1995, p. 5-12.

retomado em *Chiapas*, no texto *Chiapas, América Latina y el sistema-mundo capitalista* de Carlos Antonio Aguirre Rojas, que compõe o décimo volume:

Por eso las demandas aparentemente elementales de trabajo, tierra, techo, alimentación, educación e independencia son otra vez revolucionarias dentro del actual orden económico latinoamericano y mexicano, pues su cabal cumplimiento implicaría el abandono de las actuales políticas privatizadoras y neoliberales que favorecen a las zonas y a los estratos ricos, mientras que abandonan a su suerte y olvidan a los grupos y a las regiones más pobres, que crean sesenta millones de personas viviendo por debajo del límite de la pobreza extrema en México, junto a veinticuatro mexicanos hipermillonarios incluidos en la lista de la revista Forbes, o que siguen al pie de la letra las políticas del FMI aun a costa de incrementar escandalosamente el desempleo, los éxodos rurales a la ciudad, la crisis de la vivienda popular, el deterioro de los niveles de vida, la elitización y el desmantelamiento de las universidades públicas, y la subordinación de nuestro país a los centros financieros y económicos dominantes.²⁵⁷

O texto do qual foi retirado o trecho acima, e muitos outros, pontuam o impacto do neoliberalismo na vida das pessoas fora do México, evidenciando que se trata de um problema que atinge diferentes níveis de realidade: o local, o nacional, o continental e o global. É o que Friederike Habermann, economista alemã, expõe na sua fala quando questionada a respeito da confluência de propósitos que a luta zapatista abarca, na já citada entrevista *¿Cómo ve Europa a los zapatistas?*, que compõe o quarto volume:

Claro que las situaciones son muy distintas en la Selva Lacandona y en la selva metropolitana europea. Pero existen también elementos comunes ya que el neoliberalismo, es decir el capitalismo, penetra en nuestras vidas y las determina, de muy distintas maneras y en niveles que comparativamente pueden parecer más o menos privilegiados, pero siempre con presiones económicas y violencias emocionales. El capitalismo neoliberal nos fuerza universalmente a vender una buena parte de nuestras vidas, de nuestras emociones, de nuestros deseos y anhelos.²⁵⁸

*

A última categoria a ser abordada é a dimensão da resistência, que possui um duplo significado: ao mesmo tempo em que a revista *Chiapas* é em si um local de resistência ao

²⁵⁷ AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Chiapas, América Latina y el sistema-mundo capitalista*. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 10, 2000.

²⁵⁸ CECEÑA, Ana Esther. *¿Cómo ve Europa a los zapatistas?* Entrevista de Ana Esther Ceceña con Adelina Bottero, Luciano Salza, Friederike Habermann, Marc Tomasin, Massino de Angelis y Ulrich Brand. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, Vol. 4, 1997.

neoliberalismo, tendo sido criada também com esse propósito, ela também funciona como instrumento para dar voz aos movimentos antineoliberais. Como bem aponta Puello-Socarrás, o neoliberalismo sempre foi acompanhado por um movimento de resistência a ele. Nesse sentido, o autor defende que o antineoliberalismo pode ser compreendido como o episódio histórico contencioso dentro dos processos de lutas sociais frente ao projeto hegemônico capitalista que representa o neoliberalismo. Seu significado está em ser não só um dispositivo político de mudança no neoliberalismo, mas também um meio de transformação a nível da economia política regional. Através de uma periodização cronológica, Puello-Socarrás aponta que o movimento antineoliberal latino-americano pode ser localizado como tendo início em 1989, no mesmo ano em que o *Consenso de Washington* foi oficialmente promulgado. Episódios como o Caracazo²⁵⁹; o levante do EZLN; as Guerras da Água e do Gás, na Bolívia²⁶⁰; as rebeliões na Argentina e Equador; dentre outros episódios, marcam momentos nesse processo de luta.²⁶¹

Como já afirmado anteriormente, ao longo de seus volumes, a revista *Chiapas* se aproximou do movimento zapatista, fazendo dele o tema mais frequente de seus artigos, além de publicar documentos relacionados à sua luta e relacioná-lo a outros temas. Essa aproximação

²⁵⁹ Ficou conhecido como “Caracazo” ou “Caracazo” o levante social que ocorreu na Venezuela nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, decorrente do aumento do preço das tarifas de transporte público acordado pelo presidente Carlos Andrés Pérez com o FMI, cf.: BRICENO-LEON, Roberto. Tres fases de la violencia homicida en Venezuela. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 3233-3242, Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/10/2017.

²⁶⁰ A Guerra da Água na Bolívia foi uma revolta popular que ocorreu em Cochabamba, entre janeiro e abril de 2000, contra a privatização do sistema municipal de gestão da água. A Guerra do Gás, por sua vez, que ocorreu também na Bolívia em 2003, foi uma mobilização social que demandava a nacionalização dos hidrocarbonetos e se opunha à sua exportação em benefício de um consórcio de empresas multinacionais. Sobre a Guerra da Água, conferir BASCUAS, Maisa; PROVENZANO, Irene. El agua en Bolivia después de la crisis neoliberal: entre la apertura democratizadora y los límites del andamiaje estatal. La revista del CCC [ONLINE]. Septiembre / Diciembre 2013, n° 19. Disponível em <<http://www.centrocultural.coop/revista/19/el-agua-en-bolivia-despues-de-la-crisis-neoliberal-entre-la-apertura-democratizadora-y>> Acesso 10/10/17. Sobre a Guerra do Gás, conferir ARZE VARGAS, Carlos. Las rebeliones populares de 2003 y la demanda de nacionalización de los hidrocarburos: ¿fin de la era neoliberal en Bolivia? CDC [online]. 2004, vol. 21, n° 56, p. 87-107. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40305605>. Acesso 10/10/17.

²⁶¹ PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo: Episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: ROJAS VILLAGRA, Luis [coord.]. *Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas*. 1ªed – Asunción: CLACSO, 2015.

também se deu através da confluência na luta antineoliberal, uma vez que movimento zapatista declara-se contrário ao neoliberalismo desde seus primeiros comunicados. John Holloway, um dos principais intelectuais a colaborar com *Chiapas*, debruça-se sobre os temas da resistência antineoliberal na luta zapatista. Em seus textos, o autor defende que a forma de luta do EZLN deve ser compreendida à luz do capitalismo em escala mundial, ideia que aparece, por exemplo, no texto *La resonancia del zapatismo*, presente no terceiro volume da publicação:

Es obvio que los indígenas de Chiapas que se ven despojados de las condiciones para sobrevivir no son menos parte de este proceso que los obreros automotrices europeos que sienten el estrés físico y mental de la reorganización del proceso de trabajo, o que los estudiantes de Atenas que saben que no van a encontrar un empleo digno cuando terminen sus estudios, o que las madres solteras suecas que luchan contra la reducción del apoyo estatal que reciben. Es el hecho de ser parte de este proceso global que es la base de la resonancia de la lucha zapatista y de su capacidad extraordinaria de cristalizar tantos temas de las discusiones mundiales de los últimos veinte años.²⁶²

Holloway chama a atenção para o fato de que o neoliberalismo é um processo global, fazendo com que sociedades muito distintas sintam seus efeitos, como a intensificação da desigualdade social, a falta de perspectiva para com o futuro, o aumento do *stress* físico e mental e até mesmo a redução da atuação do Estado em gerar um bem-estar social para suas populações. O autor reconhece que o movimento zapatista tem sido capaz de analisar essa realidade global, suscitada pelo neoliberalismo, e de trazer para discussão elementos que são comuns em sociedade tão distintas.

A leitura de Holloway se aproxima à de Ceceña no texto *Neoliberalismo e insubordinación*, que compõe o quarto volume de *Chiapas*, na medida em que ambos pensam o movimento em uma escala mundial. Em seu texto, a autora chama a atenção para o fato contraditório do neoliberalismo estar provocando um forte movimento de reação a ele. O EZLN, composto majoritariamente por indígenas, seria um dos grupos que vêm sendo afetados

²⁶² HOLLOWAY, John. La resonancia del Zapatismo. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996.

pela realidade que o sistema neoliberal impõe e, nessa medida, vem se somando às forças insubordinadas que lutam contra o projeto neoliberal:

Las fuerzas de la competencia, del mercado, de la individualización y de la deshumanización que impulsa el neoliberalismo están propiciando, contradictoriamente, la mayor cruzada humanitaria de que se tenga noticia: la insubordinación de los distintos, de las minorías, de los individuos, de las mujeres, de los indígenas y de los pequeños, a través de su construcción como colectivo, como mayoría, como humanidad.²⁶³

Além de tratar sobre a perspectiva globalizante na luta zapatista contra o projeto neoliberal, Ceceña, em outros textos, aponta que a riqueza do movimento também deve ser vista no fato de que esse consegue articular o global com o particular, de modo que os problemas que encontram em sua vivência local, bem como os problemas da realidade nacional, são abordados em conjunção com a temática neoliberal, o que demonstra seu caráter universalista, como aponta em *Universalidad de la lucha zapatista*:

Los objetivos centrales de este movimiento logran conjugar armónicamente las problemáticas local y global de la acumulación capitalista. Se levantan en contra del Tratado de Libre Comercio, contra la dictadura del partido de estado, contra el racismo y el régimen caciquil, es decir, sus demandas responden a la globalización salvaje que asola población y recursos naturales de América Latina, a la entrega de la soberanía por parte de oligarquías semiparásitas y a la recuperación y validación social de una identidad nacional (¿ciudadana?) capaz de interpelar y movilizar a gran parte de la sociedad civil.²⁶⁴

Segundo Pablo Rocca, as revistas possuem um olhar bifocal: ao mesmo tempo que vivem e olham para o presente, buscam também fazê-lo olhando e projetando um futuro.²⁶⁵ Nesse sentido, a revista *Chiapas*, além de enfatizar a luta e resistência antineoliberal do EZLN, utiliza das questões levantadas pelo movimento para esboçar projetos futuros distintos. Como o neoliberalismo põe em cheque a soberania nacional e os recursos naturais, alguns intelectuais veem nesse processo de resistência uma luta nacionalista em defesa da pátria e de seus recursos.

²⁶³ CECEÑA, Ana Esther. Neoliberalismo e insubordinación. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997.

²⁶⁴ CECEÑA, Ana Esther. Universalidad de la lucha zapatista. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996.

²⁶⁵ ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). *Hispanamerica*, año XXXIII, nº 99, diciembre de 2004, p. 3-20.

É o que defende, por exemplo, Ceceña, no já citado texto *Universalidad de la lucha zapatista* e em *Neoliberalismo e insubordinación*, respectivamente:

El TLC les dio cohesión y carácter nacional ya que las primeras luchas emanadas de la parálisis neoliberal se organizaron en torno a su rechazo. Si bien los abiertos conflictos de clase habían perdido espacio de expresión, la soberanía amenazada les ofrece un nuevo escenario en el que reaparecen con otro ropaje: los ciudadanos en defensa de los valores patrios y de los recursos estratégicos de la nación.²⁶⁶

Frente al afán apropiador o privatizador del capital, la soberanía se convierte en un punto de resistencia fundamental en contra de las bases sobre las que se asienta el capitalismo de nuestros días.²⁶⁷

Nos dois trechos, fica evidente a visão da defesa da soberania nacional como um ponto de resistência fundamental contra o capitalismo transnacional e o processo neoliberalizante. Além disso, vale ressaltar que essa visão acerca da luta antineoliberal é algo que aparece nos próprios discursos do movimento zapatista. O texto *7 piezas sueltas del rompecabezas mundial*, escrito pelo Subcomandante Marcos — porta voz do ELZN — é publicado no quinto volume de *Chiapas*, na seção de documentos intitulada *Para el archivo*. Nesse texto, marcado por uma crítica direta ao neoliberalismo e pelo uso de ironia, fica evidente que o movimento — apesar de ser acusado pela oposição e pela mídia de buscar a fragmentação nacional — luta, na realidade, pela soberania nacional:

Ya en el tema de indígenas rebeldes conviene un paréntesis: los zapatistas piensan que, en México [ojo: en México] la recuperación y defensa de la soberanía nacional es parte de una revolución antineoliberal. Paradójicamente, el **EZLN** es acusado de pretender la fragmentación de la nación mexicana.²⁶⁸

Tendo em vista que a luta de resistência ao neoliberalismo é vista como nacionalista, em alguns momentos, aparece em *Chiapas* a necessidade de reconstrução da cidadania mexicana, almejando uma reestruturação da nação como um todo. É interessante notar que, ao

²⁶⁶ CECENÁ, Ana Esther. *Universalidad de la lucha zapatista*. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 2, 1996.

²⁶⁷ CECENÁ, Ana Esther. *Neoliberalismo e insubordinación*. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997.

²⁶⁸ MARCOS, Subcomandante. *7 piezas sueltas del rompecabezas mundial*. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 5, 1997. Grifo do autor.

propor isso, esses intelectuais reconhecem a complexidade e amplitude do neoliberalismo, pois esse afeta o econômico, o político e as relações sociais. Sobre isso, a apresentação do terceiro volume é bastante elucidativa:

La sociedad mexicana se encuentra hoy más que nunca frente a la disyuntiva de su derecho al ser o su eliminación mediante el sometimiento. De su fortalecimiento creativo mediante la apertura de espacios de diálogo nacional en los que participen todos los actores, o de su desarticulación y aislamiento mediante la aceptación, voluntaria o no, de los mecanismos de represión y control desatados por el estado. Sólo la construcción social de los sujetos permitirá contrarrestar la imposición autoritaria de un régimen de depredación y exterminio. La nación debe ser refundada y el diálogo nacional por la paz, incluyendo la participación de representantes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, es uno de los mecanismos de reconstrucción. Es el inicio de un nuevo Congreso Constituyente en el que todas las fuerzas, grupos e individuos confluyan y se reconozcan como parte de esta nueva nación.²⁶⁹

No trecho acima, fica explícita a crítica ao autoritarismo do Estado mexicano, marcado por mecanismos de controle e repressão, o que intensifica a necessidade de reconstrução da nação. Além disso, *Chiapas* defende que tal reconstrução deve ser pautada pela participação da população em sua diversidade, através de mecanismos que prezem pelo diálogo.

Na elaboração de projetos futuros distintos, a equipe *Chiapas* sempre remete ao EZLN, buscando inclui-lo em uma possível nova sociedade futura e, até mesmo, utilizando-se de elementos discursivos dos comunicados do próprio movimento. Como apontam Maria del Carmen Grillo e Alexandra Pita González, ao utilizar revistas como fontes para o estudo historiográfico é necessário atentar para aqueles textos que demarcam a intenção da revista enquanto coletivo.²⁷⁰ Nesse sentido, tal como nesse último trecho citado, os textos de apresentações dos volumes funcionam como espécie de manifestos, aonde a equipe editorial demarca seus objetivos mais amplos enquanto defensora de um projeto. Na apresentação do

²⁶⁹ Presentación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996, p. 6.

²⁷⁰ PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. 5, n. 01, 2015, p. 3-30.

quarto volume, parte do repertório de ação política do movimento zapatista é retomado:

“dignidade”, “luta pela humanidade” e “democracia participativa”, como vemos em:

El proyecto libertario de los zapatistas es por la humanidad y con la humanidad; es por el respeto mutuo; es por la dignidad y el orgullo de ser. No es un proyecto indígena aunque también lo es, ni siquiera se restringe a una zona geográfica aunque reivindica el carácter histórico del territorio en tanto construcción social. Es el proyecto de recuperación de la dignidad, de reconstrucción del ser, y de ahí su carácter universal y utópico, y de ahí su luz y su esperanza. La lucha por una paz digna es responsabilidad de todos; los caminos de la democracia participativa tienen puentes en todas las esquinas.²⁷¹

Os elementos que compõem o repertório de ação política do movimento também são retomados no artigo *La revuelta de la dignidad*, que compõe o quinto volume de *Chiapas* e tem a autoria de John Holloway. Ao longo do texto, o autor utiliza a categoria de “dignidade” para a compreensão da luta zapatista enquanto um processo revolucionário renovador:

No hay ningún programa transicional, ninguna meta definida. Hay, por supuesto, una propuesta: crear una sociedad basada en la dignidad, o, en las palabras del lema zapatista, en la "democracia, libertad y justicia". Pero nunca se especifica exactamente lo que eso quiere decir, ni cuáles son los pasos concretos necesarios para lograrlo. Eso ha sido criticado a veces por gente educada en la tradición revolucionaria clásica como un indicio de la falta de madurez política de los zapatistas o de su reformismo, pero en realidad es el complemento lógico de poner a la dignidad en el centro del proyecto revolucionario. Si la revolución se construye a partir de la dignidad de la gente en lucha, si un principio central es la idea de "preguntando caminamos", entonces se sigue que la revolución tiene que ser auto-creativa, una revolución creada en el transcurso de la lucha. Si la revolución es democrática no sólo en el sentido de que tiene la democracia como su meta, sino que es democrática en su forma de lucha, entonces es imposible predefinir su camino, o incluso concebir un punto de llegada preciso.²⁷²

A democracia, nesse sentido, toma novos significados e aparece como sendo necessária no próprio processo revolucionário. É interessante notar que Holloway, em algumas passagens, destoava dos outros colaboradores de *Chiapas*, ao defender um caminho revolucionário que prezava pela destruição do capitalismo, por meio de um processo que não passasse pelo Estado.

²⁷¹ Presentación. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997, p. 6.

²⁷² HOLLOWAY, John. *La revuelta de la dignidad*. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 5, 1997.

Holloway via a tomada do poder estatal como um projeto historicamente fracassado, como fica evidente no trecho:

La revolución no es un evento en el futuro, sino la inversión total de la relación entre la dignidad y la degradación en el presente, la afirmación acumulativa del poder sobre nuestras propias vidas, la construcción progresiva de la autonomía. Mientras que el capitalismo existe (y mientras que el dinero existe), la degradación de la dignidad, la explotación del trabajo, la deshumanización y precarización de la existencia seguirá: la afirmación de la dignidad choca de forma inmediata con la reproducción del capitalismo. Este conflicto se puede resolver sólo mediante la destrucción total del capitalismo. ¿Qué forma podría tomar? ¿cómo podría conducir a la abolición del capitalismo la unificación acumulativa de las dignidades? No está claro. No puede estarlo cuando se trata de un proceso auto-creativo. Lo que sí está claro es que toda la experiencia de los últimos cien años indica que la transformación social no se puede lograr a través de la conquista (sea "democrática" o no) del poder estatal.²⁷³

Contudo, cabe ressaltar que a posição de Holloway é uma exceção quando comparada aos outros colaboradores de *Chiapas*. Ainda que muitos textos explorem a luta por autonomia das comunidades indígenas, a retomada dos elementos do movimento zapatista normalmente não é feita somente com o intuito de respaldar o EZLN, mas também de demonstrar a importância da resistência e participação indígena na construção de uma sociedade diferente, inclusive através de uma participação na política institucional. Com isso, a revista busca criticar aspectos da realidade mexicana, como a falta de participação na vida política do país, a permanência de uma política econômica excludente, dentre outros. Muitas vezes, além de tecer críticas a aspectos econômicos, políticos e sociais, a construção de projetos distintos toma uma tonalidade ontológica, conjecturando que há a necessidade de reconstrução dos próprios sujeitos, almejando uma reconstrução da humanidade como um todo, como é possível perceber no texto de Ceceña, *Neoliberalismo e insubordinación*, que faz parte do quarto volume da revista:

Atendiendo a los distintos planos de contradicción de la sociedad capitalista contemporánea, a su carácter internacional y a sus múltiples determinaciones, nuestro reconocimiento en el otro supone un cuestionamiento de todos los niveles de nuestra vida social. Por eso la resistencia frente al neoliberalismo debe darse en todos los

²⁷³ *Idem*

espacios y todos los niveles, locales e internacionales, públicos y privados, particulares y universales. En este proceso de práctica comunitaria, las identidades tangibles como primeros espacios de reconocimiento y la pluriculturalidad han de constituirse como base de la alternativa para la reconstrucción de la humanidad. En la nueva ofensiva del mercado ya no quedan *periferias* o *zonas de refugio*, es necesario construir la alternativa a través de la subversión de los fundamentos del neoliberalismo, es necesario por ello refundar el mundo.²⁷⁴

Nesse mesmo texto, a autora aponta que estaria surgindo no México uma nova cultura política, marcada pela participação e por novas formas de representação, fazendo referência às práticas nas comunidades zapatistas que têm por base a utilização da democracia direta na vida política, já que nas comunidades zapatistas as instâncias de poder prezam pela participação de todos os integrantes das comunidades.²⁷⁵ Nesse sentido, percebemos que a experiência zapatista mobilizou esses intelectuais a refletirem sobre novas formas de aperfeiçoamento do sistema político democrático do país. O texto em questão dialoga diretamente com o documento *Foro Especial para la reforma del Estado*, que compõe o terceiro volume de *Chiapas*, na seção de documentos. O documento foi produzido em 1996, pelo próprio EZLN, quando o movimento convocou a população para se reunir em mesas de discussão sobre temas diversos, principalmente que diziam respeito à vida política, econômica e social do país:

Para enfrentar al neoliberalismo, el pueblo de México debe imponer un proyecto económico cuyo principio fundamental sea atender las necesidades de todos los mexicanos.

[...] Sólo un proyecto económico democrático, basado y nutrido por las dieciséis demandas fundamentales del pueblo mexicano, será capaz de permitir que nuestro pueblo recupere para siempre aquello que el neoliberalismo insiste en arrebatarle: la esperanza en un mañana mejor.

[...] Es urgente formular una estrategia global e integrada en forma de un proyecto de régimen social alternativo, en el sentido económico, político, social y cultural. La construcción de la humanidad es un proceso en el cual hay que rescatar y resignificar viejos valores como justicia, dignidad, democracia y el mandar obedeciendo. La resistencia al neoliberalismo se da en un horizonte marcado *no por lo viable* (lo que se puede hacer dentro del neoliberalismo), *sino por lo posible* (lo que se puede hacer en contra del neoliberalismo).²⁷⁶

²⁷⁴ CECENÁ, Ana Esther. Neoliberalismo e insubordinación. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 4, 1997.

²⁷⁵ CRUZ, Júlia Melo Azevedo. *Armas, palavras, autonomias: o complexo repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005)*, Dissertação (Mestrado em História), FAFICH, UFMG, 2017.

²⁷⁶ Foro Especial para la reforma del Estado. *Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 3, 1996.

A seção *Para el archivo* aparece em todos os números de *Chiapas* e é composta por documentos diversos. Nos primeiros anos da publicação, a maioria dos documentos lá presentes estava relacionada com o EZLN, mas, com o passar dos anos, a seção foi abrindo espaços e passou a funcionar como um local de conjunção de lutas, ao passo que documentos de diferentes movimentos também passaram a ser publicados. Nesse sentido, é nessa parte da revista em que se encontram os documentos que buscam denunciar a realidade vivida por diferentes grupos, assim como também é o espaço em que projetos distintos são traçados, tendo, muitas vezes, como autoria os próprios movimentos, como podemos perceber nos trechos acima.²⁷⁷

Vale ressaltar que não só essa seção passa por esse processo de ampliação de escopo das análises, mas é perceptível que, com o passar dos anos, essa ampliação abranja a revista como um todo. Desse modo, os primeiros volumes estão centrados em textos que abordam o movimento zapatista, o estado de Chiapas ou algum aspecto específico da realidade mexicana, característica que se faz presente tanto na seção central, como na seção de documentos. Posteriormente, a seção de documentos passa a publicar textos e documentos referentes a realidades que não dizem respeito à mexicana ou ao EZLN. Nos últimos volumes da revista, textos abordando movimentos sociais em outros países passam a ocupar a seção central, além da seção de documentos, abrangendo o escopo da revista para além do México. Em outras palavras, a ampliação do modelo neoliberal para outros países na América Latina, e os movimentos de resistência que neles surgiram, geraram uma mudança na estrutura interna de *Chiapas*.

Ao longo desse capítulo, buscamos apresentar como se deu a aplicação do modelo neoliberal no México nos governos de Miguel de la Madrid (1982 – 1988) e Carlos Salinas de

²⁷⁷ Alguns dos movimentos que publicam documentos são: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil); Union Revolucionaria Nacional Gualtemalteca (Guatemala). Documentos produzidos em encontros são também publicados, como no III Fórum Mesoamericano, II Fórum Social Panamazónico, III Fórum Social Mundial, II Encuentro Hemisferico de Lucha contra al ALCA.

Gortari (1988 – 1944). Para além de não resolver os problemas econômicos do país, ficou evidente de que modo essa adoção representou uma piora nas condições sociais e econômicas da população, com o aumento do desemprego e precarização do trabalho, o achatamento dos salários, o aumento da desigualdade social, um decréscimo do investimento em saúde e educação, dentre outros. Tendo em vista a complexidade do neoliberalismo, tomamos com referência a análise que Puello-Socarrás elaborou desse, e assim, buscamos relacionar as cinco dimensões citadas por ele – sendo elas as dimensões histórica, política, ideológica, cotidiana e a dimensão da resistência – para evidenciar de que modo o assunto era abordado nas páginas de *Chiapas*. Buscamos também demonstrar de que modo a revista *Chiapas* representou um local de embate ao modelo neoliberal, tecendo diferentes críticas sob diferentes aspectos desse durante todo o período em que circulou.

CAPÍTULO 3

A RESSONÂNCIA ZAPATISTA EM *CHIAPAS* E OS DEBATES SOBRE O MUNDO CONTEMPORÂNEO

A partir da análise feita sobre o movimento zapatista, várias outras questões surgiram em *Chiapas* a respeito do mundo contemporâneo. Dessa forma, o movimento serviu como norte e fez desdobrar na revista uma longa discussão sobre o papel do Estado, as autonomias indígenas, a luta dos movimentos sociais no mundo marcado pela reconfiguração do neoliberalismo a nível global, dentre outros. O objetivo desse capítulo, nesse sentido, é analisar os debates que se deram nas páginas de *Chiapas*.

Como bem aponta Pablo Dávalos, a década de 1990 marcou na América Latina a eclosão dos chamados novos movimentos sociais. Essa eclosão se produziu no momento em que o bloco socialista se dissolveu, quando havia sido registrada a derrota estratégica da classe operária, em que se deu a consolidação de políticas neoliberais de Estado mínimo, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos se consolidavam como a única potência hegemônica. A presença dos movimentos indígenas na América Latina outorgou uma nova dimensão à participação e à luta social, ao mesmo tempo em que incorporou novos temas na agenda política. Um dos seus resultados foram mobilizações contra as reformas estruturais, mas também pela autonomia e o respeito aos seus direitos, que protagonizaram os movimentos indígenas em quase todo o continente.²⁷⁸

Dávalos também ressaltou um outro elemento que merece destaque: a profunda crise política que atravessou o continente, relacionada com a imposição de ajuste e de reforma neoliberal do Estado. A presença de movimentos indígenas dentro dessa crise não só se

²⁷⁸ DÁVALOS, Pablo. Movimientos Indígenas en América Latina: El derecho a la palabra. In: DÁVALOS, Pablo (comp.). *Pueblos indígenas, Estado y Democracia*. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

legitimou em uma posição de defesa de sua cultura e sua identidade, como também buscou propostas para reformular o regime político, para transformar o Estado, para mudar os sistemas de representação, para outorgar novos critérios à democracia a partir da participação comunitária. Assim, uma das tarefas históricas que o movimento indígena incorporou à sua agenda foi de “transformar a un Estado excluyente, autoritario, violento, en un Estado pluralista, tolerante, participativo, democrático en sus procedimientos y en sus instituciones”.²⁷⁹

Ainda que toda a revista contenha textos que ora ou outra abordam questões políticas, é na seção *Debate* onde vemos textos cujo propósito é a contraposição de ideias políticas. A análise dessa seção, assim, é essencial para compreendermos de que forma as ideias eram discutidas e contrapostas pelos intelectuais que colaboraram com a publicação. Tomando como referência Pierre Rosanvallon, ao nos referirmos *ao* político e não *à* política, estamos pensando no:

[...] poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma de tudo aquilo que constitui a *polis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições.²⁸⁰

Em diálogo com Quentin Skinner e sua abordagem contextual das ideias, vemos os textos como atos linguísticos inscritos em universos de significado reconhecíveis. Assim, os textos são lidos como discursos, e seus objetivos podem ser compreendidos caso as intenções dos autores sejam contextualizadas.²⁸¹

Como apontamos anteriormente, a seção *Debate* aparece nas duas etapas da revista.²⁸² Na primeira etapa (1995-2000), que compreende os números de 1 a 10, a seção aparece apenas

²⁷⁹ DÁVALOS, Pablo. *Op. Cit.* p. 29.

²⁸⁰ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 73.

²⁸¹ SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Algés: DIFEL, 2005, p. 81-124.

²⁸² Essa distribuição pode ser melhor observada no Gráfico 3, na página 56.

no sexto volume. Na segunda etapa (2001-2004), que compreende os números 11 ao 16, a seção aparece em todos os volumes, exceto no décimo primeiro.²⁸³

3.1 Os Acordos de San Andrés (1996) em pauta na revista *Chiapas*

O primeiro assunto discutido nesta seção, em um longo texto de 58 páginas, intitulado *Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz e la guerra*, como próprio título sugere, foram os Acordos de San Andrés, no sexto volume, publicado em 1998. Entre 1995 e 1996, os zapatistas e representantes do Governo Federal, encabeçado pelo presidente Ernesto Zedillo, realizaram um diálogo de negociação para a resolução dos conflitos e o estabelecimento de um acordo de paz. Nesse processo, foi criada a Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA), comissão legislativa composta por deputados e senadores dos quatro partidos mais importante do México — Partido Revolucionário Institucional (PRI), Partido da Ação Nacional (PAN), Partido da Revolução Democrática (PRD) e Partido do Trabalho (PT) — que acompanharam o processo de diálogo. O EZLN propôs, dentre outras, a mesa de diálogo de Direito e Cultura Indígena, que se realizou em outubro de 1995.

Além do EZLN e da delegação governamental, fizeram parte da discussão 500 representantes de 35 dos 56 povos indígenas do país e aproximadamente 180 organizações indígenas. Esses debates continham temas que abordavam aspectos locais, regionais e nacionais. As principais demandas ali abordadas se referiam ao reconhecimento dos povos indígenas e de sua cultura; à reivindicação de autonomia territorial, política, econômica e jurídica; à questão do uso coletivo da terra e à participação dos povos indígenas na política. Depois dos debates e de um processo de consulta com suas bases, o EZLN firmou acordos com

²⁸³ O décimo primeiro volume destina boa parte de suas páginas para a publicação de documentos zapatistas, relacionados à Marcha por la Dignidade Indígena, realizada em 2001. Sobre a *Marcha*, ver página 69.

o governo federal, que ficaram conhecidos como Acordos de San Andrés, nome do povoado onde ocorreram as negociações, em fevereiro de 1996.²⁸⁴

Nessa série de documentos, ficou estabelecido que o governo se comprometeria a reconhecer os povos indígenas na Constituição, através da outorga de direitos a eles, ampliando a sua participação e representação política. Se comprometeria, também, a garantir a esses povos o acesso à justiça, assegurar sua educação e capacitação, garantir a satisfação de suas necessidades básicas e reformar diversos artigos da Constituição para assegurar todos esses pontos.²⁸⁵ Um dos principais pontos de compromisso assumidos pelo governo federal referia-se à livre determinação, autonomia e reconhecimento dos indígenas e sua identidade:

Reconocer a los pueblos indígenas en la Constitución general. El Estado debe promover el reconocimiento, como garantía constitucional, del derecho a la libre determinación de los pueblos indígenas [...] El derecho a la libre determinación se ejercerá en un marco constitucional de autonomía asegurando la unidad nacional. Podrán, en consecuencia, decidir su forma de gobierno interna y sus maneras de organizarse política, social, económica y culturalmente. El marco constitucional de autonomía permitirá alcanzar la efectividad de los derechos sociales, económicos, culturales y políticos con respeto a su identidad.²⁸⁶

Além de não cumprir os Acordos, o governo federal continuou com as ofensivas militares na região de Chiapas e com uma campanha de silenciamento do movimento zapatista na imprensa. Os zapatistas pediram, assim, a interferência da COCOPA, que teve que alterar o documento que as duas partes haviam assinado, tendo em vista que o governo declarava não estar ciente dos Acordos. Depois de outras negociações e novas versões dos Acordos, o governo se negou a assinar a proposta da Comissão, que ficou conhecida como iniciativa de Lei Cocopa, em janeiro de 1997.²⁸⁷

²⁸⁴ CRUZ, Júlia Melo Azevedo. *Armas, palavras, autonomias: o complexo repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005)*, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte 2017

²⁸⁵ CRUZ, Júlia Melo Azevedo. p. 158.

²⁸⁶ “Pronunciamento Conjunto que el Gobierno Federal y el EZLN enviarán a las instancias de debate y decisión nacional.” Disponível em <http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/sanandres/pronuncia.html>. Acesso em 22/01/ 2019.

²⁸⁷ CRUZ, Júlia Melo Azevedo. *Op. cit.* p. 160.

O texto de *Chiapas* sobre o assunto, *Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz e la guerra*, parece ter sido escrito a partir de um debate presencial, tendo em vista que as falas dos intelectuais se complementam, contrapõem e são dirigidas umas às outras. Participam desse debate promovido pela revista os intelectuais mexicanos Ana Esther Ceceña, Armando Bartra, Gustavo Esteva, Alfredo López Austin, Adriana López Monjardin, Francisco Pineda, Andrés Barreda, Francisco López Bárcenas, Dolores González, Sergio Rodríguez, Javier Elorriaga, Eugenia Gutiérrez, Paz Carmona, Ramón Vera e Eugenio Bermejillo.

A discussão promovida pela revista, segundo os próprios intelectuais que a compunham, surgiu da preocupação compartilhada entre os intelectuais da retomada dos confrontos no México — entre o EZLN, as tropas militares e milicianas — e pelo cancelamento dos espaços de participação cidadã, de construção da dignidade coletiva que foram conquistados. Nesse sentido, a revista afirma que o governo insistia em colocar o EZLN e as comunidades indígenas do país como inimigos a serem vencidos, ao invés de propiciar a busca de soluções às causas que originaram o conflito.

O debate foi iniciado como um apontamento de Ana Esther Ceceña que expunha o contexto político e econômico em que se dava a discussão, marcado tanto pelo projeto econômico neoliberal, quanto por uma reforma política negociada. Além disso, ela expunha a centralidade da problemática em torno do conflito chiapaneco e da amplitude da luta zapatista:

Ante un proyecto económico fuertemente depredador y excluyente y ante una reforma política perversamente regateada, el escenario en que nos encontramos a finales de 1997 augura enormes dificultades. Constituye un desafío para las fuerzas democráticas tanto en la perspectiva de construcción de sujetos sociales más amplios y sólidos, como en la resistencia frente a las delicias y riesgos del poder. La convicción de que no es posible resolver el país si no se resuelve Chiapas obliga a una profunda reflexión acerca de la universalidad de la lucha zapatista, de la importancia estratégica de la Ley Cocopa y los Acuerdos de San Andrés y de las posibilidades que ofrecen los proyectos de autonomía. Todas estas reflexiones están cruzadas por cuestiones más bien pragmáticas ligadas a la acción cotidiana y a las coyunturas y por cuestiones de un carácter mucho más abstracto y general que tienen que ver con la construcción de utopías o de un proyecto civilizatorio en los que quepan todos los mundos.

Asimismo, una de las preocupaciones centrales que nos convoca es la de encontrar los puentes que comunican los diferentes niveles y los distintos mundos.²⁸⁸

O primeiro assunto debatido foi o incumprimento dos Acordos de San Andrés por parte do Governo Federal. O jornalista Luis Hernández Navarro apontou que acreditava que o incumprimento se dava porque o governo havia assinado os Acordos com a ideia de que não teria necessariamente que os cumprir, algo que ele via como tradição da política mexicana. Ao seu ver, o governo, no entanto, entendia que a questão indígena era um assunto pendente, levando a assinatura dos Acordos. O zapatismo tinha adquirido legitimidade em setores muito amplos da opinião pública nacional, precisamente por levantar entre suas bandeiras a causa indígena.²⁸⁹ Nesse sentido, segundo o autor, ao assinar os Acordos, o governo queria mostrar à opinião pública que estava em vias de pagar essa dívida. Ao mesmo tempo, neutralizaria o EZLN, já que o colocaria em uma dinâmica de acordo e poderia evitar que novas ações fossem tomadas pelo movimento. A antropóloga Adriana López Monjardin complementou a fala de Navarro, apontando a dúvida em torno do caráter institucional da Lei Cocopa, e ressaltou:

Por último, se trata de un proyecto de ley que tiene que ver con un proceso de guerra, entonces, lo que está en juego es la apertura de posibilidades para una solución pacífica. Sin embargo, esto es lo que los propios legisladores están dejando de lado cuando reclaman la participación del Legislativo, como si no la hubiera tenido.²⁹⁰

O escritor e jornalista Sergio Rodríguez, por sua vez, ressaltou que processos de negociação entre um movimento social armado e o seu governo correspondente já haviam acontecido em outras ocasiões na América Latina. Para ele, a novidade desta negociação era que o EZLN utilizou uma tática de não negociar apenas com o governo, mas de envolver outros

²⁸⁸ CECENÁ, Ana Esther. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 153.

²⁸⁹ HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 153-154.

²⁹⁰ LÓPEZ MONJARDIN, Adriana. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 155.

setores sociais.²⁹¹ López Monjardin complementou a visão do autor, apontando que outra novidade era o caráter indígena do ator social envolvido no processo, ator que não tinha canais suficientes de participação ou representação.²⁹² A antropóloga chamou a atenção para o acontecimento de uma negociação de grande porte entre um movimento indígena e o governo federal, o qual havia se comprometido a promover mudanças relevantes na Constituição relativas a esses povos. A dimensão desse processo, assim, era uma novidade no país.

Ceceña,²⁹³ que mediou o debate, sintetizava as ideias apresentadas e encaminhava a discussão, pontuou, por exemplo, que a resolução do conflito desde a assinatura dos Acordos teria aparentemente mudado de conjuntura com a aproximação das eleições.²⁹⁴ O antropólogo Francisco Pineda apontou que a intenção do governo de ir para uma mesa de negociação com o EZLN era de conter e fixar o conflito, para logo vencer o movimento através de concessões e golpes sujos.²⁹⁵

O EZLN, após a assinatura do Acordos, não manteve uma postura passiva de espera, pelo contrário, ele reivindicou o cumprimento da primeira fase, mas instituiu as autonomias pelas vias de fato. Para Pineda, a institucionalização dessas havia conseguido multiplicar e ampliar a atuação do movimento, algo que avaliou de forma positiva, ainda que o governo atrasasse o processo da reforma constitucional: “En esa misma medida el proceso legal, jurídico, tendrá nuevas condiciones y deberá ajustarse a ratificar lo que ya se está construyendo. Es una carta fuerte del **EZLN** haber pasado a la instrumentación práctica de la autonomía.”²⁹⁶

²⁹¹ RODRÍGUEZ, Sergio. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 157.

²⁹² LÓPEZ MONJARDIN, Adriana. *Op. cit.* p. 157.

²⁹³ CECEÑA, Ana Esther. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 158.

²⁹⁴ Em 1997, ocorreram eleições legislativas no México, de senadores e deputados federais. Foi a primeira vez que o PRI perdeu a maioria na Câmara Federal. Em 1998, por sua vez, ocorreram eleições para governadores, congressos locais e conselhos municipais.

²⁹⁵ PINEDA, Francisco. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 158.

²⁹⁶ PINEDA, Francisco. *Op. cit.* p. 159. Grifo do autor

O filósofo Armando Bartra, por sua vez, demonstrou como a questão das autonomias indígenas dizia respeito a um conjunto de fatores muito mais amplos e complexos, que se relacionava também com a vida dos não-indígenas: “La autonomía es un problema de todos, no sólo de los indios. La democracia a nivel local es un problema de todos, no sólo de los indios.”²⁹⁷ O jornalista Javier Elorriaga também seguiu essa linha de raciocínio, buscando articular as demandas indígenas com pautas mais amplas, fazendo referência ao fortalecimento de procedimentos democráticos no México. Concordando com a fala de Ceceña, apontou que as eleições de fato mudaram a correlação de forças, tendo em vista que a composição do Congresso sofreu alterações.²⁹⁸ Nesse sentido, defendia que deveria haver um esforço para se universalizar os problemas que aparentemente eram apenas indígenas —a falta de participação e representação política —, ao discutir a importância de San Andrés para a construção democrática no México.²⁹⁹

O debate em torno da importância dos Acordos e de seu cumprimento mostrava como esses intelectuais viam que essa pauta, apesar de representar algo que dizia a respeito diretamente a realidade das comunidades indígenas, podiam facilmente ser relacionada a outras questões latentes no México. Discuti-lo levava a reflexão a cerca da disposição do governo em dialogar com um movimento social, a capacidade do movimento de pressionar o governo e exigir espaços de participação mais efetivas na política institucional.

Por isso, em diferentes momentos, a ideia da necessidade de se universalizar a luta zapatista e a discussão em torno das pautas indígenas foi reforçada, o que ocorreu dado ao

²⁹⁷ BARTRA, Armando. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 162.

²⁹⁸ Como apontado anteriormente, o PRI perdeu a maioria na Câmara de Deputados. O Congresso, composto por 128 senadores, possuía a seguinte composição antes das eleições: senadores PRI – 95, PAN- 25, PRD-8. Após o processo eleitoral a composição ficou da seguinte forma: senadores PRI- 77, PAN- 33, PRD- 16, PVEM- 1, PT-1.

²⁹⁹ ELORRIAGA, Javier. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 163.

momento de “abertura política” que estava se processando na sociedade mexicana.³⁰⁰ De fato, após uma prolongada crise política no México, marcada pelo autoritarismo do PRI à frente do governo federal durante décadas, iniciou-se um processo de reformas que visavam dar maior estabilidade ao governo e que prometiam uma maior democratização dos processos eleitorais e da configuração política do país. Das oito reformas constitucionais que ocorreram no México desde 1977, quatro se processaram na década de 1990. A reforma de 1990 mudou a estrutura eleitoral, criando o Instituto Federal Electoral³⁰¹ e o Tribunal Federal.³⁰² A reforma de 1996, por sua vez, deu continuidade a esse processo e acelerou as mudanças, promovendo alterações nas regras para a composição da Câmara de Deputados, no Senado, facilitando o processo de surgimento de partidos e a formação de coalizações eleitorais, fortalecendo instituições, dentre outros.³⁰³

Desta forma, os intelectuais que colaboravam com *Chiapas* apontavam a importância de uma articulação para que a liberalização política³⁰⁴ pudesse de fato favorecer a construção de espaços democráticos na sociedade. No entanto, era retomada com grande frequência uma descrença no processo de “transição política”, que era visto apenas como um processo de mudanças no sistema político-eleitoral, que possibilitariam a alternância de partidos, mas não a efetiva construção de uma democracia. Tendo isso em vista, as colocações apontavam a necessidade de uma rearticulação e organização social, que fosse, ao mesmo tempo, capaz de se consolidar como um espaço de resistência cotidiana, mas que também almejasse uma

³⁰⁰ Sobre o ciclo de reformas eleitorais, Cf. : ALCOCER V., Jorge. El ciclo de las reformas electorales en México. Revista Mexicana de Derecho Electoral, [S.l.], jan. 2014. ISSN 2448-7910. Disponível em: <<https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-electoral/article/view/10071/12099>>. Acesso em 22/01/2019.

³⁰¹ Órgão responsável pela organização das eleições federais no México.

³⁰² Tribunal responsável por resolver as impugnações eleitorais e a proteção dos direitos políticos.

³⁰³ GARCÍA BARTOLO, Moisés Sinuhé, Las reformas electorales a nivel federal en México. *El Cotidiano* [en línea] 2011, (Marzo-Abril). Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32518423009>> Acesso 22/01/2019

³⁰⁴ Para o conceito de liberalização política aqui utilizado, ver página 19.

construção democrática de longa duração. Tal ideia é explorada, por exemplo, por Armando Bartra, quem demonstrou também a dificuldade de se articular o particular com o universal:

En un sentido amplio, la organización social, no política, es un espacio que consiste en la negociación y el regateo cotidiano, en la resistencia, y eso significa estar organizado para hacer frente a problemas inmediatos y específicos. Es la organización de la resistencia, la organización cotidiana. Otra es la propuesta a la legislación y la utopía, más allá del pragmatismo político. Las dos cosas, lo más particular, lo más inmediato, lo más tangible y al mismo tiempo esta visión de futuro que puede liberarse por el momento evidentemente de lo más tangible e inmediato, pero también del realismo político, de la *real politik*, son espacios que se han medio cubierto y que el zapatismo ha potenciado notablemente, no la política electoral o partidista sino los espacios para que la organización social en general, la sociedad civil —que incluye gremios, sindicatos, organizaciones sociales, pero también opinión pública, activistas, académicos y notables o algunos representados a través de los notables—, puedan cumplir esta doble función: la resistencia cotidiana, la negociación, el regateo, los derechos sociales, el reformismo e incluso el peticionismo, que satisfagan las necesidades mínimas y por otro lado, la utopía. Sólo que esto implica algo que no estamos o están acostumbrados a plantear y es que estos particulares, este reino de la particularidad que es la sociedad civil, sean capaces de combinar lo particular y lo universal de la propuesta. ¿Cómo hacer un planteamiento desde lo particular, desde lo gremial, desde la comunidad, desde la localidad, desde la etnia, desde los pueblos indios, desde los obreros, desde las mujeres, etc., que sea un planteamiento universal a la vez? ¿Cómo reivindicar los derechos particulares y a la vez caber dentro de un proyecto global? ¿Cómo por lo tanto negociar, pero no sólo la solución concreta sino la utopía?³⁰⁵

Apesar da dúvida em relação a uma efetiva articulação da problemática local com a universal, é possível perceber que Bartra defendia que o zapatismo teria potencializado a organização social em torno de espaços em que a sociedade civil poderia se articular, possibilitado, ao mesmo tempo, a construção da resistência e da utopia. Bartra se referia ao próprio processo dos Acordos, em que a sociedade civil — movimentos sociais, ONGs, organizações indígenas e não indígenas, acadêmicos, etc — foram convidados para participar das mesas de debate. O autor acreditava que a construção desses espaços de diálogo seriam importantes ferramentas para a inclusão dos povos indígenas e para a consolidação dos direitos de todos os mexicanos.

Ana Esther Ceceña, em um dos momentos em que interveio no debate, apontou que todos ali presentes eram céticos em relação à aprovação da Lei Cocopa e ainda assim, todos

³⁰⁵ BARTRA, Armando. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 179.

concordavam que era necessário exigir o cumprimento dos Acordos de San Andrés. Na visão de Ceceña, o cumprimento dos Acordos, apesar de ser uma demanda central, não se restringia a Lei em si, mas possuía um caráter muito mais universal do que continha a própria lei. A economista pontuou que acreditava que duas partes de San Andrés eram importantes: tanto o seu procedimento de discussão, uma vez que promoveu uma convocatória ampla a toda a sociedade, quanto os seus conteúdos, sobre os quais afirmou: “Por un lado, se requiere tejer nuevas alianzas y consensos en torno a los contenidos y, por otro, convertir el procedimiento democrático que significa la discusión en San Andrés en una práctica general”.³⁰⁶ Outro assunto apontado pela autora com grande ênfase foi a questão da paramilitarização³⁰⁷, vista como uma política de longo prazo. Sobre isso, questionava se os projetos de autonomia eram efetivamente uma contrapartida real e possível, capaz de combater-la e ser o caminho para se alcançar uma confluência em torno da paz. Para Luis Hernández Navarro, o proceso que estaria ocorrendo no México dava-se justamente ao contrário: “Más bien al revés: la paramilitarización es la respuesta a los procesos de autoorganización de la gente.”³⁰⁸

Adriana López Monjardín, respondendo o questionamento à respeito do período eleitoral, assinalou que o fato de que as eleições seriam mais limpas no México não resolveria os problemas econômicos, nem os sociais, nem os indígenas. Ao declarar que haviam espaços sociais que não eram suficientemente atendidos e representados pelos espaços partidaristas, a autora defendia que a necessidade maior não era necessariamente de se inserir no sistema partidário ou nas Câmaras, mas sim de desenvolver outros espaços, tendo em vista que sistema

³⁰⁶ CECENÁ, Ana Esther. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 180.

³⁰⁷ Ceceña fazia referência aos grupos paramilitares (milícias) que haviam acentuado sua atuação na época. Tais grupos eram tanto independentes, quanto financiados pelo governo, como uma forma de enfraquecer movimentos sociais como o EZLN.

³⁰⁸ HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 181.

político no país era insuficiente para tratar uma série de problemas sociais.³⁰⁹ López Monjardín pediu que Dolores Gonzáles abordasse um pouco da situação do movimento municipalista³¹⁰, suas propostas e de que forma esse se relacionava com o movimento indígena. Gonzáles apontou que o movimento municipalista era diverso e formado por diferentes vertentes, mas que vinha defendendo a autonomia como uma forma de relação com o governo estatal, federal e, em alguns casos, inclusive com a comunidade, uma vez que os municípios se tornariam atores centrais no desenvolvimento econômico e social e fariam interlocução com o governo.³¹¹

Francisco López Bárcenas, concordando com o apontamento de Gustavo Esteva de que um modelo de lei guarda-chuva³¹² poderia ser uma solução para se pensar as autonomias, ressaltou que existia, assim, a necessidade de uma norma mínima: enquanto as particularidades não podiam ser homogeneizadas, a autonomia não poderia ter um modelo porque deixaria de ser autônoma. Nesse sentido, López Barcena apontou que acreditava que a questão da autonomia se diferia da proposta municipalista, uma vez que nesta, buscava-se regular para modificar (mudar a lei, etc), enquanto na autonomia não se tratava de regular de formas distintas, mas sim estabelecer um marco que se reconhecesse as formas de organização política existentes.³¹³ Sobre essa diferenciação, Ramón Vera pontuou que quase sempre que a discussão entre o modelo autonomista e o municipalista³¹⁴ aparecia, era impossível tomar um partido, e defendia que os dois modelos deviam ser mantidos:

³⁰⁹ LÓPEZ MONJARDÍN, Adriana. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 182.

³¹⁰ O movimento municipalista busca promover mudanças no âmbito municipal, através da articulação de organizações da sociedade civil que propõem reformas que impulsionem o desenvolvimento e a democratização dos espaços locais.

³¹¹ GONZÁLEZ, Dolores. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 184-185.

³¹² Acreditamos que a lei guarda-chuva é um modelo de lei que estabelece algumas premissas básicas, mas dá a liberdade e o poder para que cada comunidade estabeleça a sua aplicação e seus detalhes, conforme as necessidades locais.

³¹³ LÓPEZ BÁRCENAS, Francisco. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 187-188.

³¹⁴ No nosso entendimento, os dois modelos partiram de um princípio comum que é a descentralização política. O projeto municipalista buscava o estabelecimento de um marco legal para garantir a independência de gestão financeira e administração dos governos municipais. A autonomia, por sua vez, buscava o reconhecimento legal

Con los municipios y la autonomía en general no puede hablarse de oposición por el hecho de que los municipios estén planteando una regulación municipal concreta, incluso del tipo paraguas, más bien las luchas municipales que agregan algún tipo de protección paraguas para amparar la diversidad municipal va a ayudar muchísimo a cualquier tipo de autonomía, sea regional, comunitaria o municipal.³¹⁵

O debate girou também em torno da diferença entre a Lei Cocopa e os Acordos de San Andrés, e em até que ponto a luta de um estava contida na luta do outro. Vale ressaltar que ao se referir aos Acordos esses intelectuais estavam pensando no processo das mesas de diálogo em que a sociedade participou ativamente e estabeleceu suas reivindicações. A Lei Cocopa, por sua vez, foi proveniente desse processo de diálogo e refere-se a reforma constitucional proposta a partir de todo o processo de debate.

Dolores González, por exemplo, acreditava que os Acordos e a Lei eram de natureza diferentes: apontou que a Lei Cocopa significava a implementação do marco constitucional para as autonomias e não continha uma série de elementos que estavam nos Acordos.³¹⁶ Gustavo Esteva, por sua vez, apontou que o consenso do debate não era renunciar a Lei Cocopa, mas simplesmente acreditava haver um consenso-diagnóstico que a sua efetivação era inviável na correlação de forças existentes. Defendia, desse modo, que não havia a necessidade de abandonar a aprovação da Lei, essa deveria continuar sendo levada como uma bandeira, tanto pelo seu conteúdo, quanto pelo procedimento do qual ela era oriunda.³¹⁷ Ana Esther Ceceña ressaltou que, em um primeiro momento, dizia-se que a briga era pela Lei para se obter os Acordos, logo a Lei como tal não tinha importância. A autora concordou que, efetivamente, o mais relevante eram os Acordos, em termos de processo social, de conteúdo e muitas coisas, porém acreditava que a Lei era a cristalização do próprio processo em que se deram os Acordos.

dos usos e costumes das comunidades indígenas, garantindo que as organizações políticas, econômicas, sociais e culturais existentes fossem reconhecidas como válidas.

³¹⁵ VERA, Ramón. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 189.

³¹⁶ GONZÁLEZ, Dolores. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 190-191.

³¹⁷ ESTEVA, Gustavo. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 191.

Ceceña defendia que a correção de forças supusesse um consenso social muito amplo, não apenas das duas partes do conflito, e questionou: “¿Es posible entonces pretender pelear por los Acuerdos de San Andrés escindiéndolos de la Ley? Sin considerar la falta de disposición del gobierno federal ¿podemos luchar por los Acuerdos de San Andrés independientemente de la Ley?”³¹⁸ Além de questionar se a lei era realmente inviável, a autora pontuou que para o EZLN a efetivação da Lei não era vista como impossível e o movimento estava esperando o cumprimento dessa etapa dos Acordos, ou seja, a própria aprovação da Lei.

Gustavo Esteva, respondendo aos questionamentos, afirmou que a luta pela Lei Cocopa deveria sim, continuar, mas essa luta não deveria limitar as ações dos zapatistas, nem para si próprios. E defendia que essa deveria continuar sendo cobrada, mas não com exclusividade. Reconhecia que sua probabilidade de aprovação era mínima naquela conjuntura, o que significava que a luta deveria seguir por outros caminhos, reivindicando, por exemplo, que as outras condições para o diálogo fossem exigidas: o cessar fogo, a retirada das tropas federais, o fim dos ataques às comunidades rurais, dentre outros.³¹⁹ Dolores González acrescentou que os projetos autonômicos de fato já estavam ocorrendo em vários estados e não estavam limitados ao cumprimento dos Acordos, ainda que esse representasse um marco:

Son dimensiones distintas de la misma lucha, una que está en el terreno de lo legal, lo legítimo, de la dimensión de lo nacional, de los actores políticos fundamentales, y otra que es la lucha cotidiana del movimiento y que obviamente está en el marco de los Acuerdos, porque éstos encuadran sus reivindicaciones más cotidianas. Y ahí no hay opción, son luchas que se dan todos los días en todo el país.³²⁰

Ceceña também ressaltou que, assim como as autonomias avançavam, também avançava a paramilitarização e a decomposição social promovida como parte da “guerra

³¹⁸ CECENÁ, Ana Esther. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 195-196.

³¹⁹ ESTEVA, Gustavo. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 196- 197.

³²⁰ GONZÁLEZ, Dolores. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 197.

contrainsurgente”³²¹. Gustavo Esteva, Ramón Vera e Paz Carmona, apontaram que acreditavam que as autonomias a nível das comunidades eram uma forma de se deter a paramilitarização, uma vez que sob esse modelo as comunidades estariam organizadas e assumiriam o controle da sua própria segurança. Esse processo vinha sendo capaz de reconstruir os sujeitos sociais e vinha possibilitando a construção de laços de união entre as comunidades.

Ao debater sobre os problemas locais e universais e de que forma esses se relacionavam, Ceceña ressaltou que os problemas que advinham do modelo neoliberal afetavam a vida cotidiana, mas que o rechaço ao modelo não deveria ocorrer apenas a nível individual. Defendia, nesse sentido, a necessidade de uma união entre as minorias, que, por mais diversas que fossem, conjuntamente formavam uma maioria.³²² Esteva, concordando com Ceceña que existiam diferenças profundas entre os diferentes grupos sociais, apontava a dificuldade de um autêntico acordo para se viver em harmonia, processo que seria lento e complexo, e ressaltou: “Realmente no hay la menor idea de los acuerdos que se podrían tener. No hay ni una sola palabra que tenga la misma comprensión en todos los hombres, mujeres y niños que forman este país. Las palabras *paz*, *justicia* o *dignidad* significan distintas cosas para distintas gentes.”³²³ Apontava também a necessidade de se discutir um regime juridicamente pluralista, o que significava, também, repensar o projeto de Estado-Nação vigente. Francisco López-Bárceñas complementou essa ideia, defendendo que reconhecer os “usos e costumes” era algo que permitiria as pessoas a atuarem de acordo com as suas concepções de homem, harmonia e segurança. Juridicamente, existia a necessidade de criar uma norma “que permitisse” e que

³²¹ Como abordado no capítulo II, o governo mexicano utilizava de táticas da “Guerra de Baixa Intensidade” para conter movimentos sociais internos. Ver página 96.

³²² CECENA, Ana Esther. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 200-202.

³²³ ESTEVA, Gustavo. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 201.

facultasse o que as pessoas estavam acostumadas a fazer. A ideia de uma legislação guarda-chuvas não era isolar, mas sim encontrar um modo de se relacionar um com os outros.³²⁴

Esse primeiro debate termina de forma aberta, tendo em vista que os últimos comentários versavam a respeito de aspectos jurídicos sobre a necessidade ou não de se estabelecer nos termos da lei quais os limites e os contornos dos sujeitos indígenas. Ao final, não foi feito qualquer comentário por parte da mediadora para o encerramento do debate ou sintetizar os assuntos discutidos. Terminar o debate dessa forma condizia com a proposta da seção, tendo em vista que, mais do que estabelecer respostas definitivas para as questões levantadas, essa buscava ser um local para troca de ideias e para que novas perguntas pudessem ser levantadas. Nesse sentido, o sexto volume já dava indícios que um espaço de contraposição de ideias poderia representar um aprofundamento do olhar em questões latentes da sociedade mexicana, principalmente através de uma pluralidade de visões.

3.2 John Holloway *versus* Atilio Boron

3.2.1 Atilio Boron: *La selva y la polis*

A seção debate só apareceu novamente em *Chiapas* já na sua segunda fase (2001 -2004), no seu décimo segundo volume, de 2001. No entanto, o formato da seção se modifica. Se na sua primeira aparição a seção foi escrita a partir de comentários simultâneos de diferentes intelectuais, na sua segunda aparição ela foi composta por textos em que os intelectuais criticavam e debatiam a produção teórica um dos outros. A revista *Chiapas*, a partir desse debate, passou a destinar um espaço relevante para discussões em que a maioria dos intelectuais envolvidos seguiam uma tendência marxista de análise. Os primeiros textos que iniciam esse

³²⁴ LÓPEZ BÁRCENAS, Francisco. Los Acuerdos de San Andrés: entre la paz y la guerra. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 6, 1998, p. 202.

debate foram escritos pelo sociólogo argentino Atilio Boron³²⁵ e o cientista político irlandês John Holloway, e foram originalmente publicados na revista *Observatorio Social de América Latina* (OSAL), no número 4, do CLACSO.³²⁶ Além do intercâmbio de artigos entre esses dois, outros intelectuais também participaram desse debate, tomando o lado de um ou de outro em seus textos.

O texto que inicia o debate é um longo artigo de Atilio Boron, de vinte e seis páginas, intitulado *La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo*. Em um primeiro momento, Boron aponta como o zapatismo tornou-se um fenômeno que foi analisado sob diferentes ângulos, dentro e fora da América Latina. Segundo o autor, o objetivo do texto era fazer uma reflexão da teoria política do socialismo, a partir do discurso e da prática do zapatismo. O que na verdade Boron fez foi criticar os discursos e práticas do movimento pela falta de compromisso com os preceitos socialistas marxistas, algo que, no entanto, não fazia parte do compromisso do EZLN.

Além de analisar alguns pontos centrais das ideias zapatista, o autor criticou o uso de alguns conceitos pelo movimento e terminou criticando algumas ideias que John Holloway elaborou sobre o zapatismo, em textos que havia publicado anteriormente em *Chiapas*, como *La revuelta de la dignidade*, presente no quinto volume (1997) e *El zapatismo y las Ciencias Sociales en América Latina*, presente no décimo volume (2000). Aliás, a produção de Holloway sobre o zapatismo irá motivá-lo a escrever, posteriormente, uma obra intitulada *Cambiar el*

³²⁵ Atilio Boron também era um membro da CLACSO, tendo publicado vários livros, dentre eles: ; BORON, Atilio *Tras el búho de Minerva: Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*. Buenos Aires: CLACSO e FCE, 2000. BORON, Atilio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004; BORON, Atilio. *Imperio & Imperialismo: Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

³²⁶ Revista *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*. El zapatismo y los derechos de los pueblos indígenas. Buenos Aires: CLACSO. Num. 4, 2001. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110210035129/osal4.pdf> Acesso 15/11/2018.

mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy,³²⁷ que por si só inaugurou uma série de debates entre intelectuais de esquerda, causando um grande rechaço por alguns desses intelectuais.³²⁸

Primeiramente, o sociólogo apontou que três traços do zapatismo definiam sua transcendência no cenário contemporâneo. Primeiro, porque tratava-se de um “movimento de massa” que convocava a uma resistência global, armada contra o neoliberalismo. Em segundo lugar, por ter produzido uma grande comoção no México, a maior desde a Revolução de 1910. De acordo com o autor, a insurgência zapatista desempenhou um papel fundamental em precipitar a derrota eleitoral do PRI em 2000, ao apontar todas as falhas do sistema e denunciar a dívida histórica com os camponeses e indígenas no México. Tal afirmativa é difícil de ser comprovada, tendo em vista que o processo de reformas eleitorais que culminaram com a saída do PRI da presidência já havia se iniciado antes da primeira aparição do movimento. No entanto, o EZLN de fato aprofundou a crise política pela qual o México passava naquela época.

O terceiro traço apontado foi a reconfiguração que o movimento promoveu sobre as Ciências Sociais na região:

[...] el zapatismo ha tenido, en el plano de las ciencias sociales, un mérito enorme: el de haber reintroducido en la enrarecida atmósfera académica de los noventa -envuelta en los nada inocentes vapores embriagantes del posmodernismo, el "giro lingüístico", el posmarxismo, el individualismo metodológico y otras extravagancias por el estilo- la problemática de los sujetos y del conflicto social que en su extravío teórico había sido abandonada por los intelectuales poseídos por eso que Platón denominaba "el afán de novedad". Como bien observa John Holloway, el 1º de enero de 1994 los zapatistas "llegaron como gente prehistórica saliendo de sus cuevas, hablando de dignidad y humanidad" (Holloway, 2001a: p. 172). La súbita irrupción de campesinos, indígenas y otros "condenados de la tierra" que habían sido olvidados por el saber convencional -que tuvieron que cubrir sus rostros para que los poderosos se dignaran verlos- puso fin a estériles escolasticismos y precipitó la reconfiguración de la agenda de las ciencias sociales de la región.³²⁹

³²⁷ Cf. HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2002. Existe também a edição brasileira: HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo, 2003.

³²⁸ Parte desse debate foi compilado pelo *International Institute for Research and Education* (IIRE), em um folheto disponível em https://web.archive.org/web/20110726172523/http://archive.iire.org/pamphlet_nsf_2006.pdf Acesso 15/11/2018. A parte desse debate que se deu em *Chiapas* será analisado posteriormente nesse capítulo.

³²⁹ BORON, Atilio. La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001

Além disso, Boron retomou o sociólogo mexicano Pablo González Casanova para afirmar que a “contribuição universal” do zapatismo era o projeto de uma democracia universal, de uma democracia alternativa que estruturava os poderes nas comunidades sociais sobre as bases de um governo plural e respeitoso. O argentino também apontou que era importante se perguntar sobre os ensinamentos que os movimentos sociais de contestação e as forças progressistas da América Latina poderiam extrair de algumas teses políticas sustentadas pelo EZLN e por alguns de seus “porta-vozes”, “ciertamente no siempre ‘oficiales’ y no pocas veces autoproclamados’.

Apontou, então, que o zapatismo havia introduzido uma inovação nas concepções teóricas da esquerda, porém não definiu quais inovações eram essas. O autor julgava pertinente examinar e discutir alguns problemas emanados da renovação teórica proveniente do zapatismo. Nesse momento, ele declarou também que analisaria formulações que nem sempre foram formuladas pela liderança zapatista, em muitos casos foram elaboradas por intelectuais vinculados mais ou menos indiretamente ao zapatismo. Dessa forma, o sociólogo já dava pistas que iria polemizar com os escritos de John Holloway.

As críticas de Atilio Boron, tanto ao EZLN quanto a Holloway, são fortemente marcadas pela orientação marxista e pelo compromisso com o socialismo para a América Latina. O primeiro termo utilizado pelo movimento que foi analisado pelo autor foi o de “sociedade civil”. Segundo ele, em diversos discursos do Subcomandante Marcos e em muitos documentos do EZLN, aparecem frequentes referências à “humanidade” ou à “sociedade civil”, termos que o autor considerava ambíguos, e ressaltou que o uso e abuso de tais categorias — não só pelos zapatistas, mas também por boa parte do pensamento crítico latino-americano — poderia induzir uma série de equívocos.

Ao traçar a genealogia do conceito, apontou que no contexto da experiência socialista da União Soviética, o termo “sociedade civil” passou a ser concebido de forma maniqueísta, como tudo aquilo que não era o Estado, e que, por isso, era antitético e oposto a ele. Após a queda dos socialismos autoritários, então, “sociedade civil” tornou-se um sinônimo da esfera da liberdade, enquanto o Estado era taxado de despótico e coercitivo. Portanto, esse teria sido o primeiro sentido do conceito usado pelo movimento zapatista, para apontar a crise que separava a sociedade mexicana de seu sistema de representação política, especialmente o Estado priísta.

O autor tomava como referência a obra Ellen Meiksins Wood³³⁰, em que se destacam duas leituras do termo. Em Antonio Gramsci o conceito de “sociedade civil” se ampliou, superando as conotações fortemente econômicas que marcavam a tradição clássica para tentar abarcar os elementos ideológicos, culturais e políticos inerentes à hegemonia burguesa e buscar, a partir disso, uma estratégia de luta contra o capitalismo. No seu uso mais contemporâneo, a “sociedade civil” aparece justamente como a expressão do esgotamento dessa luta. Ou seja, passa a ter o sentido da conjunção de uma série de grupos e categorias sociais, instituições, identidades e organizações (especialmente as ONGs), marcando o florescimento de diversidades a partir do capitalismo moderno. O autor defendia, então, que o uso era problemático, uma vez que diluía a relevância da existência das classes sociais:

En la sutileza de su reconstrucción actual no niega la existencia de las clases sociales, pero diluye por completo su relevancia y desdibuja el conflicto estructural que las opone, fundiéndolas en la miríada de sujetos que componen la "sociedad civil". Tal como señala Meiksins Wood, la categoría de "sociedad civil" cumple una función muy precisa en la batalla ideológica de nuestros días: obstaculizar la percepción de la sociedad de clases y la explotación que le es inherente, e invisibilizar al capitalismo que, de este modo, queda completamente "naturalizado" y, por eso mismo, al margen de toda crítica. Como dice Hayek, ¿qué sentido tiene hablar de la "maldad" o "injusticia" de un terremoto?³³¹

³³⁰ Meiksins Wood, Ellen. *The Communist Manifesto 150 Years Later*. In: MARX, Karl Marx; ENGELS, Friedrich. *The Communist Manifesto*. Nueva York: Monthly Review Press, 1998.

³³¹ BORON, Atilio. *La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

O sociólogo questionava, então, se era razoável supor que os zapatistas aderiram à tese — ainda que por omissão — que anunciava que o capitalismo globalizado teria feito desaparecer as classes sociais e que, portanto, seu antagonismo teria se diluído. Assim, tal uso seria problemático, representando uma grande contradição no discurso zapatista, porque ao mesmo tempo que o movimento encampava uma luta anticapitalista, apagava as diferenças das classes sociais. O autor apontou que o rechaço zapatista de algumas das teses do “marxismo oficial” da URSS, que reduziam o conflito social apenas à luta de classes, não deveria ser feito às custas de adotar uma concepção que negasse a existência de classes sociais e a exploração capitalista. O sociólogo amenizou a crítica ao declarar que não parecia haver qualquer razão para supor que os zapatistas acreditassem que a “sociedade civil” pudesse ser concebida como uma entidade que superasse a divisão capitalista entre exploradores e explorados. No entanto, ressaltava que a “frouxidão” no emprego de algumas expressões propiciava uma confusão, que poderia ter consequências futuras para o zapatismo e para as forças de esquerda na América Latina.

“Democracia” é o segundo conceito usado pelos zapatistas que o autor analisou, questionando até que ponto se introduziu no discurso zapatista certos elementos de uma concepção de Estado e de democracia próprios do liberalismo político. Sobre esse conceito, Boron apontou que em alguns momentos parecia não haver uma consciência clara de que a democracia fosse uma forma estatal e que, no capitalismo, as democracias fossem a cristalização de um pacto no qual as classes subalternas abdicavam seu direito à revolução e negociavam as condições de sua própria exploração. No seu entendimento, na tradição liberal, em contraposição, a democracia teria se esvaziado de conteúdos igualitários e emancipatórios e recairia sob uma abstração do procedimento administrativo puro. Ou seja, nessa tradição, a democracia seria apenas um procedimento, um método.

Nesse sentido, qualquer projeto que propusesse a construção de uma “democracia universal” não pareceria ser um guia suficiente para orientar a ação dos agentes sociais de mudança e transformação estrutural da América Latina. A “democracia de todos”, defendida pelo zapatismo, era vista por Boron como um ideal nobre pelo qual valia a pena lutar, mas que, ao ser colocada em prática, suporia, de antemão, uma superação da sociedade de classes.

Após criticar o uso que o movimento zapatista fazia de alguns conceitos, Atilio Boron passou a criticar de forma mais direta a leitura que John Holloway fez do movimento zapatista e a teoria política que elaborou a partir dele. A crítica iniciou-se com a ideia defendida por Holloway no texto *La revuelta de la dignidad*, publicado no quinto volume de *Chiapas*, quando afirmou que o núcleo do movimento zapatista era um projeto de mudar o mundo sem tomar o poder.³³² Para Holloway, o zapatismo teria permitido a esquerda superar a “ilusão estatal”, uma vez que os movimentos revolucionários/reformistas de até então viam na conquista do poder estatal o caminho para promover uma transformação na sociedade. Boron assinalava que tal visão sobre conquista do Estado não poderia ser atribuída à uma concepção que a própria liderança do movimento zapatista aderiria. De fato, como já apontamos anteriormente, a visão que Holloway elaborou sobre o movimento não era uma unanimidade nem mesmo dentro de *Chiapas*, como também não era no próprio movimento e nos meios intelectuais que refletiam sobre o EZLN.

Boron apontou que o pensamento de Holloway ignorava que era o próprio capitalismo que vinha adotando cada vez mais um padrão estadocêntrico de organização, visão que aparece no marxismo clássico, em maior ou menor medida. Nessa visão, o capitalismo teria um traço marcante: o seu papel como organizador da dominação dos capitalistas, ao mesmo tempo que agia como um desorganizador das classes subordinadas. Tendo isso em vista, Boron defendia que uma força anticapitalista não poderia se dar ao luxo de ignorar, ou subestimar tal traço, uma

³³² HOLLOWAY, John. *La revuelta de la dignidad. Chiapas*, UNAM/Ediciones Era, vol. 5, 1997.

vez que, apesar de discurso antiestatal, o capitalismo utilizava do próprio Estado para fortalecer suas práticas:

El capitalismo contemporáneo promueve una cruzada teórica en contra del estado, mientras en el plano práctico no cesa de fortalecerlo y asignarle nuevas tareas y funciones. En realidad, la "ilusión estatal" parecería más bien anidar en aquellas concepciones que, pese a las evidencias en contrario, no alcanzan a distinguir la retórica antiestatista de la práctica estatizante del capitalismo "realmente existente", ni a percibir el carácter cada vez más estratégico que el estado ha asumido para garantizar la continuidad de la dominación capitalista.³³³

O argentino ressaltou que havia limitações no diagnóstico de Holloway ao incorporar uma tese cara do pensamento neoliberal, como a afirmação de que os Estados não seriam mais centros de poder. Esse pensamento terminaria por proclamar uma suposta desapareção do capital nacional e sua substituição por um capital global, operando a partir do apoio que lhe oferecia à mundialização das operações econômicas. O sociólogo afirmou que tal diagnóstico era insatisfatório, uma vez que as mudanças operadas na anatomia e no funcionamento dos aparatos estatais não eram suficientes para postular a diluição do Estado. Defendia, em contraposição, que:

La evidencia disponible demuestra que las transformaciones sufridas por el estado burgués lejos de debilitarlo lo que hicieron fue cambiar las modalidades y los instrumentos de su intervención en el proceso de reproducción capitalista, redefiniendo más que nunca su perfil clasista y opresor en relación a las clases subalternas y perfeccionando la funcionalidad de sus comportamientos para las clases dominantes.³³⁴

O autor também enfatizou que a ideia de que os principais atores da cena econômica global, as “megacorporações”, teriam se tornado completamente independentes de qualquer “base nacional”, nada mais era do que uma lenda neoliberal. Através de questionamentos e provocações muito pertinentes, o sociólogo reforçava a ideia que essa total independência era bastante questionável:

¿Cómo reconciliar el carácter supuestamente “posnacional” de las grandes corporaciones “globales” con el hecho de que menos de 2 por ciento de los miembros

³³³ BORON, Atilio. La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³³⁴ BORON, Atilio. *Op. cit.*

de los directorios de las megacorporaciones americanas y europeas son extranjeros, y que más de 85 por ciento de todos sus desarrollos tecnológicos se originan dentro de sus fronteras “nacionales”? A pesar del alcance global de sus operaciones, cosa que no está en discusión, la Boeing o la Exxon son firmas estadounidenses, como la Volkswagen y la Siemens son alemanas y la Toyota y la Sony son japonesas. Cuando algún gobierno amenaza sus intereses, o cuando algún competidor “desleal” pone en cuestión su dominio del mercado, no son el secretario general de la ONU o el Consejo de Seguridad quienes toman cartas en el asunto, sino los embajadores de Estados Unidos, Alemania o Japón que tratarán de corregir el rumbo y proteger a “sus” empresas.³³⁵

Dessa forma, o autor buscou demonstrar que Holloway, ao construir a ideia de uma “ilusão estatal”, tendo como um dos argumentos o enfraquecimento do poder do Estado-Nação, ignorava elementos caros do capitalismo internacional. Assim, reforçava a ideia de que os Estados nacionais seguiam sendo atores de primeira ordem no capitalismo. Como bem assinalou Óscar García Agustín, Atilio Boron atribui ao Estado a função de construir um mundo novo, já que apenas a partir dele poder-se-ia modificar a correlação de forças e derrotar, assim, as classes dirigentes³³⁶, e é por isso que o autor foi tão enfático em negar a tese de Holloway.

A desconstrução da ideia de uma “ilusão estatal” também passa pela análise do processo revolucionário soviético, sobretudo da elaboração teórica de Lenin. Boron apontou que Lenin, a partir da história comparativa das lutas operárias e socialistas no princípio do século XX, insistiu na necessidade de distinguir entre os “começos da revolução” e o desenrolar do processo revolucionário. Se no primeiro caso a conquista do poder político e a conversão do proletariado em uma classe dominante era uma condição indispensável para o sucesso do processo revolucionário, seu efetivo avanço exigia diferentes políticas e iniciativas que transcendiam o primeiro.

Dialogando com a teoria gramsciniana, Boron apontou a necessidade das lutas insurgentes contra-hegemônicas exercerem um duplo papel: serem dirigentes — capazes de

³³⁵ BORON, Atilio. La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³³⁶ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Poder y cambio social. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 86.

exercer uma “direção intelectual e moral” sobre grandes setores da sociedade — e dominantes — capazes de estabelecer sua hegemonia. Ao apontar isso, o autor demonstrou que certas expressões do zapatismo, ao separar a direção do domínio, apresentavam um projeto revolucionário inviável: “No se construye un mundo nuevo, como quiere el zapatismo, si no se modifican radicalmente las correlaciones de fuerzas y se derrota a poderosísimos enemigos. Y el estado es precisamente el lugar donde se condensan las correlaciones de fuerzas.”³³⁷ Ele acrescentou, ainda, que o Estado deveria ser também o espaço em que vencedores poderiam transformar seus interesses em leis e construir um marco normativo e institucional que garantiria a estabilidade de suas conquistas. Após uma densa argumentação teórica, o autor se dirigiu de forma ainda mais direta à John Holloway, se opondo à tese da “ilusão estatal”:

De lo anterior se desprende que no más aceptable puede resultar la tesis de la "ilusión del poder", que engloba a la anterior y que predica la necesidad de abandonar la conquista del poder político. "No es un proyecto de hacernos poderosos", dice Holloway, "sino de disolver las relaciones de poder" (Holloway, 2001a: p. 174). Concedamos por hipótesis que Holloway está en lo cierto, pero admitamos también la legitimidad de las siguientes preguntas: ¿cómo disolver esas cristalizadas relaciones de poder que, por ejemplo en Chiapas, han condenado a los pueblos originarios a más de quinientos años de opresión y explotación? ¿Es razonable suponer que los beneficiarios de un sistema insanablemente inhumano e injusto -los latifundistas, los paramilitares, los caciques locales, etcétera- aceptarán hidalgamente su derrota en el plano de la sociedad civil y la disolución de sus estructuras de poder sin oponer una encarnizada resistencia? ¿Cómo se construyen esas "formas alternativas" de organización social y "el antipoder antiestatal" del que nos hablaba Holloway más arriba? ¿Será posible que la revolución requerida para fundar esas formas alternativas "avance preguntando"? ¿Basta sólo con preguntar, con imaginar, con soñar? Si es así, y reconociendo la extraordinaria creatividad del zapatismo en estos terrenos, ¿cómo es que la revolución ya no se ha consumado? ¿Cómo hacer para obligar a los detentadores del poder para que de ahora en más "manden obedeciendo"? ¿Se resuelven estos candentes problemas prácticos recurriendo a ingeniosos juegos de palabras? ¿No son esas "formas alternativas" de organización social, de poder y de estado si no otros nombres para referirse a una revolución social que destruye el orden capitalista e instaura otro nuevo? ¿No estará acaso esta revolución también ella oculta, como los rostros de los zapatistas, detrás de un discurso bellamente poético?³³⁸

Fica evidente que, para além de ver no movimento zapatista contradições conceituais, o autor apontou que o movimento se furtava de estabelecer resoluções praticáveis, ou até mesmo

³³⁷ BORON, Atilio. La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³³⁸ *Idem*

projetos revolucionários, recorrendo, frequentemente, a discursos poéticos que pouco haviam levado a uma nova organização social e de poder. Para amenizar as duras críticas, tanto ao movimento zapatista quanto a Holloway, Boron encerrou essa parte do texto reconhecendo a originalidade do movimento zapatista. Além disso, o autor incluiu o movimento zapatista em uma tradição latino-americana de luta revolucionária:

En fin, las interrogantes serían interminables y rinden tributo a la originalidad del zapatismo como movimiento social y también a la riqueza de los planteamientos de quienes se han dado a la noble tarea de elaborar intelectualmente sus legados. Digamos, para concluir con esta parte, que a los insurgentes chiapanecos les asiste toda la razón cuando previenen en contra de la ilusión de que basta con la toma del poder para producir los formidables cambios que tiene en su agenda una revolución que no se nombra pero que se presiente. El rotundo fracaso del sandinismo en Nicaragua -conquista del poder no seguida de una transformación revolucionaria y malograda por la degeneración burocrática del proceso- fue tan aleccionador que desoír la advertencia de los zapatistas sería un imperdonable error. Pero no se combate al reduccionismo aparatístico o vanguardista de quienes agotan el proyecto revolucionario en la sola conquista del poder con un error simétrico, pero de sentido contrario, y consistente en pretender que la cuestión del poder se resuelve en el plano del discurso.³³⁹

Em seguida, Boron criticou a distinção zapatista, elaborada pelo Subcomandante Marcos, entre os conceitos de “revolucionário” e “rebelde social”. De acordo com o argentino, o Subcomandante definiu um revolucionário como aquele que buscava transformar as coisas desde “acima”, não desde “abaixo”, ao contrário do rebelde social: "El revolucionario se plantea: vamos a hacer un movimiento, tomo el poder y desde arriba transformo las cosas [...] El rebelde social organiza a las masas y desde abajo va transformando sin tener que plantearse la cuestión de la toma del poder"³⁴⁰. Dessa forma, ao, seu ver, o porta-voz do movimento zapatista negava o sentido clássico do que deveria ser “revolucionário” e se definia enquanto um rebelde. Boron contra-argumentou o Subcomandante Marcos, apontando uma certa idealização na sua fala do que seria um “rebelde social”, e ressaltou que a relação entre Estado e líderes sociais era mais complexa do que a apresentada pelo zapatista. Além disso, apontou

³³⁹ BORON, Atilio. *Op. cit.*

³⁴⁰ SCHERER GARCÍA, Julio. La entrevista insólita. *Proceso*. México, n.º 1271, 11 de marzo de 2001, p. 11-16. *Apud*: BORON, Atilio. La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

que a “satanização da política e do Estado”, presente nos discursos do movimento, era fruto tanto do profundo desencanto da sociedade mexicana decorrente do predomínio priísta, como também do *zeitgeist* da época:

Por otra parte, no deja de llamar la atención una cierta idealización de los "rebeldes sociales". La historia latinoamericana está repleta de líderes sociales que pese a su inmensa y bien ganada legitimidad de origen fueron presa de los sutiles mecanismos de cooptación, asimilación e integración en los cuales es pródiga la sociedad burguesa. Tal presunción refleja la existencia de una especie de verdad axiomática que declara la supuesta incorruptibilidad de los líderes sociales al paso que proclama la inevitable corruptibilidad de los políticos, y como tal dicho axioma es indefendible. La historia de la revolución mexicana y del estado priísta demuestra la enorme capacidad del *establishment* para reclutar para sus filas a algunos de los más brillantes luchadores sociales provenientes de las clases y capas subalternas. Tal como se dice en México, antes de ser "charro" es preciso ser líder social y contar con la representatividad de la base. La "antipolítica" del zapatismo es peligrosa: primero, porque se trata de un grave error, sobre todo para un movimiento empeñado nada menos que en construir un mundo nuevo; segundo, por su proximidad semántica con la prédica neoliberal que fulmina a la política como un "ruido" o una "externalidad negativa" e irracional que altera el sereno funcionamiento de los mercados. En este sentido, flota en el argumento de los zapatistas una cierta satanización de la política y lo estatal que refleja tanto el profundo desencanto de la sociedad mexicana ante la descomposición de la vida pública luego de décadas de predominio priísta como el *zeitgeist* de nuestra época dominada por el sentido común construido por el neoliberalismo.³⁴¹

O sociólogo reforçou a importância de se evitar que o movimento zapatista seja sacralizado e seus dirigentes convertidos em profetas, o que o ocorria muitas vezes nos estudos acerca do movimento. Tal visão foi apontada também por Mark Berger,³⁴² ao afirmar que existe uma certa romantização entre os estudos cujo objeto era o EZLN. A leitura de Boron sobre o movimento buscava colocar em uma mesma balança os aspectos positivos e as críticas sobre os pontos que julgava problemáticos, como percebemos:

Precisamente por ello es necesario evitar que, tal como ha ocurrido en otras oportunidades, un movimiento emblemático que resume en sí mismo las universales aspiraciones de la humanidad sea sacralizado, sus dirigentes convertidos en profetas y sus palabras transformadas en dogmas inapelables e indiscutibles. El heroísmo, la abnegación y los sufrimientos de las comunidades indígenas y campesinas zapatistas, así como la entrega que hacen sus dirigentes en pos de un proyecto de redención

³⁴¹ BORON, Atilio. La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁴² BERGER, Mark T. Romancing the Zapatistas. *International Intellectuals and the Chiapas Rebellion*. *Latin American Perspectives*, issue 117, vol. 28, no. 2, March, 2001, p. 149-170.

universal, no deberían traducirse en una actitud de religiosa aceptación de todo lo proveniente del EZLN.³⁴³

Ainda que Atilio Boron tenha feito diversas críticas ao movimento zapatista, ele não o fazia com o intuito de deslegitimá-lo. Todas as críticas vinham acompanhadas de algum elogio ao movimento e, além disso, o autor defendia que o exercício da crítica ao movimento era feito com o intuito de contribuir com o êxito da luta emancipadora do zapatismo. Tratava-se, portanto, de uma crítica de dentro das esquerdas.

3.2.2 John Holloway: *La lucha de clases es asimétrica*

John Holloway respondeu às duras críticas de Boron em um curto texto, de seis páginas, intitulado *La lucha de clases es asimétrica*, que também compôs o décimo segundo volume de *Chiapas*. Como aponta Óscar García Agustín, o pensamento de Holloway se caracterizava pelo rechaço do Estado e pela confiança na mudança política por meio da recomposição do fluxo social.³⁴⁴ O irlandês construiu a sua argumentação com base na justificativa que existia uma assimetria na luta de classes, como já indica o título do texto.

Para Holloway, na concepção capitalista de poder, estão ocultos dois sentidos: o poder-fazer e o poder-sobre. Essa distinção é uma das principais bases dos seus fundamentos teóricos, em suas palavras:

Por "poder-hacer" quiero decir nuestra capacidad de hacer cosas. Éste es el sentido que usamos muchas veces cuando decimos, por ejemplo, que nos sentimos poderosos o que el movimiento feminista ha dado a las mujeres un sentido de su poder. El poder-hacer es siempre social: nuestro hacer depende siempre del hacer de otros, en el pasado o en el presente, y nuestro hacer crea normalmente las condiciones del hacer de otros. El poder-hacer refiere al flujo social del hacer.

En el capitalismo (o en cualquier sociedad clasista, pero es el capitalismo el que nos interesa aquí), el poder-hacer se metamorfosea en poder-sobre. El poder-sobre es la ruptura del flujo

³⁴³ BORON, Atilio. *Op. Cit.*

³⁴⁴ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Poder y cambio social. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011.

social del hacer. Los que ejercen el poder-sobre separan lo hecho del hacer y del hacedor, y dicen "esto es mío". Este hecho es una precondition para el hacer de otros, de tal forma que los que apropian lo hecho se han apropiado las condiciones de hacer ("los medios de producción") y pueden comandar entonces el hacer de los otros. Cuando lo hecho está separado del hacer, la capacidad de hacer (el poder-hacer) se transforma en poder-sobre, en la capacidad de mandar el hacer de otros. Para estos otros, el poder-hacer se convierte en impotencia. El hacer es todavía social, pero su carácter social está negado por su forma de existencia. El poder-sobre se basa en la negación del carácter social del hacer (su subordinación a la propiedad privada).

A importância dessa distinção para Holloway, como fica evidente na última frase, é que nesse processo a possibilidade de “fazer” é negada a uma maioria, enquanto uma minoria se apropria do “fazer” dessa maioria. Nesse esquema, o Estado é o lugar que produz essa separação e se apresenta como se estivesse acima da rede das relações sociais. Qualquer movimento cuja aspiração seja a mudança social através da conquista do poder e através do Estado, fracassa em seu propósito porque prevalece a separação do fluxo social e o poder sobre se fortalece. Assim, a luta do zapatismo não poderia ser a luta pelo poder, não poderia ser o contrapoder, deveria ser, sim, o antipoder, porque deveria buscar a unificação a favor do poder-fazer:

El anti-poder conllevaría la emancipación del poder-hacer con respecto al poder-sobre. El antagonismo se da, pues, entre dos fuerzas: el poder-sobre, asociado al Estado, y el poder-hacer, empeñado en reconstruir el Rujo social en espacios no estatales. La sociedad autoemancipada, que reestablezca el ilujo social, debe construirse sobre el principio de dignidad.³⁴⁵

De acordo com García Agustín, o poder e o capital não seriam coisas, mas relações sociais que separariam o feito do fazer, na visão de Holloway. O Estado seria, dessa forma, o inimigo, sempre controlado pelo capital, e a política seria um momento da relação do capital.³⁴⁶ O movimento do capital seria um movimento constante para impor simetria para institucionalizar a integração as formas anticapitalistas de luta. Por isso, Holloway defendia que a luta contra o capital deveria ser antipolítica para escapar da aparente simetria da sociedade

³⁴⁵ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. *Op. cit.*

³⁴⁶ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. *Op. cit.* p. 58.

capitalista. Além disso, essa luta antipolítica seria necessariamente experimental, o que significa que é propensa a se equivocar.

A alternativa frente ao controle estatal seria a luta pela autodeterminação. O caminho para se alcançar uma nova sociedade seria indeterminado e não poderia ser baseado em um modelo preestabelecido. Segundo García Agustín, tomando como referência o “mandar obedecendo”³⁴⁷ zapatista e as experiências de autonomia das comunidades de base do movimento, Holloway elaborou uma teoria para toda a sociedade, na qual a rebeldia seria uma prática cotidiana e não dependeria de grandes processos revolucionários, nem de líderes, nem de reformas empreendidas pelo Estado.³⁴⁸

Ainda que Boron e Holloway partissem de um ponto de vista diferente a respeito do EZLN e elaborassem leituras muito diferentes sobre o movimento, os dois autores acabam por incorrer em uma análise um pouco problemática. Os dois autores projetam sobre o movimento zapatista as suas próprias expectativas teóricas e utópicas, mais do que propriamente o analisam. Eles tomam como base seus discursos, mas raramente fazem referência as ações práticas que o orientaram ao longo dos anos. Dessa forma, enquanto Boron aplicava uma leitura crítica do marxismo ao movimento, Holloway aplicava uma frustração histórica a respeito da conquista do poder estatal.

3.2.3 Os desdobramentos do debate Holloway-Boron

Nesse mesmo volume de *Chiapas*, o cientista político brasileiro, Emir Sader, publicou o artigo *La izquierda latinoamericana en el siglo XXI*, dando continuidade ao debate entre

³⁴⁷“Mandar obedecendo” é um dos lemas zapatistas que questiona e subverte a noção de representação política. Segundo os zapatistas, a pessoa – ou pessoas – que governam deveriam mandar obedecendo às vontades e interesses da população. No contexto das comunidades autônomas, seria como dizer que quem manda são os indígenas e os que exercem poder nas juntas de governo obedecem a eles.

³⁴⁸ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. *Op.cit.*

Boron e Holloway. Apesar de não apoiar abertamente a visão de um ou de outro, os argumentos de Sader se aproximavam mais da visão que Atilio Boron possuía acerca de uma luta contra-hegemônica e anticapitalista. O autor buscou fazer um balanço sobre as lutas das esquerdas latino-americanas, discorrendo sobre a importância deste debate para o amadurecimento destas na contemporaneidade:

El debate entre John Holloway y Atilio Boron apunta hacia la relación entre continuidad y ruptura en las estrategias de la izquierda frente al desafío de la construcción de un proyecto hegemónico capaz de superar al neoliberalismo, y se desenvuelve como una especie de diálogo entre los problemas que emergen de la novedad del movimiento zapatista y su discurso y los de las experiencias acumuladas por el movimiento revolucionario; entre los caminos y descaminos del pasado y el futuro por definir del movimiento anticapitalista.³⁴⁹

Sader apontou que a América Latina estaria transitando para uma nova fase política, que teria se iniciado em 1989, com uma série de eventos que marcaram profundamente diferentes sociedades, entre eles, destacou: a passagem da Revolução Cubana para um fase defensiva; a crise dos partidos comunistas; a conversão de reformismos clássicos a políticas neoliberais; a derrota e o fim do governo sandinista; a difusão de ideologias neoliberais; o isolamento dos sindicatos e a resistência de algumas forças de esquerda. Nesse contexto, os debates teriam girado em torno, principalmente, das dificuldades para se lutar contra o novo modelo hegemônico do capitalismo em escala nacional e mundial. O autor também ressaltou que as formas de resistência mais eficazes ao novo modelo provinham mais de movimentos sociais — como o zapatismo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os movimentos indígenas andinos, as rebeliões locais, as mobilizações contra as privatizações — do que as lutas diretamente políticas, em particular as protagonizadas por partidos políticos. Sader ressaltou que era nesse contexto em que se dava o debate de Holloway e Boron. Não era casual, nesse sentido, que debatessem sobre a prática e o discurso do movimento zapatista, e julgava que: “También es significativo que el debate se centre en el sentido de términos como

³⁴⁹ SADER, Emir. La izquierda latinoamericana en el siglo XXI. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

"democracia" y "sociedad civil" y, en consecuencia, en la naturaleza de la estrategia de poder y el significado de las prácticas políticas antisistémicas.”³⁵⁰ O autor continuou o debate ao contextualizar os conceitos de “ciudadanía”, “sociedade civil”, e “democracia” na história latino-americana recente:

La izquierda —en gran parte los nuevos movimientos sociales surgidos de la lucha contra las dictaduras y partidos como el Partido de los Trabajadores de Brasil— incorporó categorías como "ciudadanía", "sociedad civil", "democracia", y se presentó como la fuerza más democrática, aunque sin articular las luchas política y social y sin tener un proyecto de democracia distinto. Se generó la expectativa de que el "retorno" de la democracia resolvería los problemas básicos de países como Argentina, Brasil, Chile, Uruguay y Bolivia, y esto terminó pesando decisivamente en los términos del debate político más general de la izquierda del continente.³⁵¹

Segundo o autor, o que havia se esgotado não eram os regimes políticos ditatoriais, mas sim um modelo de acumulação e as formas de Estado e os regimes políticos a esse implícito. A recuperação do Estado veio acompanhada de uma reforma radical e uma redefinição das relações sociais, operadas pelo neoliberalismo. Essa girada à direita teria sido possibilitada pela crise por qual o modelo passava:

Como suele suceder históricamente, una vez agotado el modelo de acumulación, si la izquierda no rompe con él, la derecha lo hace. Y lo hizo introduciendo un nuevo patrón de acumulación centrado en la desregulación, en la integración subordinada a los mercados internacionales, en la privatización de empresas, en la centralidad del ajuste fiscal y del control inflacionario, con el abandono de las metas de desarrollo económico.³⁵²

Para Sader, o conceito de “democracia” operado por parte esquerda à época era marcado pelo liberalismo, uma vez que sua história recente era marcada por uma luta antiditatorial. No entanto, tal afirmação deve ser relativizada, tendo em vista que as lutas antiditatorias encampadas pelas esquerdas eram de vertentes múltiplas, nem sempre orientadas por um viés

³⁵⁰ SADER, Emir. La izquierda latinoamericana en el siglo XXI. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁵¹ *Idem*

³⁵² *Idem*

liberal. Para o brasileiro, a polarização entre sociedade civil e Estado, nesse caso, teve um sentido muito claro durante as ditaduras militares. Sader concordava com Boron que, muitas vezes, alguns conceitos eram utilizados de forma generalizada. Também concordava que o conceito de “sociedade civil”, em sua origem liberal, de fato escondia as relações mercantis e seus conflitos sociais internos. Em substituição, o conceito de “sociedade civil” contrapunha o “indivíduo” — a unidade mínima que conforma a “sociedade civil” — e o Estado.

Apontou ainda que a crítica ao estatismo foi incorporada também por setores da esquerda como uma extensão da crítica ao modelo soviético. O resultado disso, ressaltou, foi uma confusão, no qual “o outro” da sociedade civil era o Estado, e com ele os partidos e, inclusive, a política. O autor reivindicava um conceito em que os membros da sociedade civil fossem participantes das esferas de poder: “Lo menos que se puede decir es que si tiene algún sentido la reivindicación de la sociedad civil es en términos de una comunidad compuesta por ciudadanos, sujetos de derecho, que tiene en la política — como esfera de lucha por los intereses públicos — su continuidad.”³⁵³

Sader também ressaltou a necessidade da construção teórica e prática de um modelo hegemônico alternativo, e acreditava que a superação do neoliberalismo deveria passar por um resgate da política, em particular no seu caráter público. Nesse sentido, defendia uma reforma democrática radical do Estado, como um momento de luta pela emancipação geral.

Em relação à divergência de Boron e Holloway acerca da tomada ou não do poder, o cientista político se aproximou mais do primeiro, e defendeu a construção de um poder popular: “Las formas históricas pueden cambiar pero, para no subestimar el poder del capitalismo, debemos colocarnos como objetivo la construcción, desde abajo, de un poder popular, que desemboque en un estado controlado directamente por la ciudadanía organizada”³⁵⁴. Apontou,

³⁵³ SADER, Emir. *La izquierda latinoamericana en el siglo XXI. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁵⁴ *Idem*

também, a necessidade de criar um amplo e profundo consenso sobre o novo mundo que queriam. A luta também seria contra a hegemonia estadunidense, através de uma coalizão alternativa que confluísse a maioria da humanidade em aliança com as forças radicalmente democráticas do primeiro mundo, como, por exemplo, os movimentos que se mobilizaram desde Seattle.³⁵⁵ O Fórum Social Mundial de Porto Alegre também foi apontado como um evento relevante nesse processo de articulação de lutas.³⁵⁶

Sader finalizou seu texto de forma esperançosa e defendeu uma luta que fosse criativa e sensível às diferentes forças sociais que coexistiam nas sociedades latino-americanas. Reivindicou, ainda, a importância de se conhecer as lutas das esquerdas do continente:

La lucha por un mundo nuevo requerirá mucha creatividad y sensibilidad de todas las fuerzas sociales y políticas que luchan por él. La historia no empieza ni termina hoy. Aprender de las experiencias del pasado con conciencia de las nuevas situaciones que enfrentamos es la condición que permitirá colocar a nuestro favor los avances y reveses que tuvimos, para que estemos a la altura de las victorias que el nuevo mundo posible reclama y que la izquierda tiene la responsabilidad de protagonizar en el siglo XXI.³⁵⁷

O último texto que fez parte da seção *Debate* é do historiador e sociólogo guatemalteco Sergio Tischler,³⁵⁸ intitulado *La crisis del sujeto leninista y la circunstancia zapatista*. Ao refletir sobre o conhecimento produzido sobre o EZLN, o autor ressaltou que se era evidente que havia uma abundante produção em torno do tema da autonomia indígena e da questão étnica, o mesmo não poderia ser dito à respeito dos problemas gerais da ação revolucionária, o que julgava como compreensível, dado o clima ideológico e de sensibilidade dominante depois do fracasso do comunismo soviético e a ideia de revolução a ela associada. Nesse contexto,

³⁵⁵ Em 1999, ocorreram em Seattle manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio, reunindo entre 40 a 100 mil pessoas.

³⁵⁶ O Fórum Social Mundial é um evento organizado por movimentos sociais com o objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. O primeiro encontro ocorreu na cidade de Porto Alegre em 2001.

³⁵⁷ SADER, Emir. *La izquierda latinoamericana en el siglo XXI. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁵⁸ Tischler é professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, mesma instituição onde atua Holloway.

Tischler chamava a atenção para a produção teórica de John Holloway, inspirada na experiência zapatista e na urgência de reinventar um processo revolucionário. O ensaio de Boron foi também por ele reconhecido, tanto pela sua argumentação e densidade de reflexão, quanto por iniciar uma polêmica aberta e de caráter teórico em torno do zapatismo e da ação revolucionária.

O historiador apontou que sua reflexão passaria pela discussão da crise do sujeito leninista, assunto que congregava uma problemática teórica e histórica, em que justificava: “Histórico, porque uno de los acontecimientos que marcan hoy la escena contemporánea y la actual “relación de fuerzas” es el fracaso de la revolución inspirada en el canon leninista. Teórico, porque el concepto de sujeto y de lucha de clases asociado al leninismo es parte de ese fracaso.”³⁵⁹ A reflexão acerca da construção de um sujeito alternativo foi feita tomando como base o marxismo enquanto “teoria negativa”³⁶⁰ e o zapatismo enquanto movimento e discurso.

Inicialmente, Tischler retomou algumas ideias de Vladimir Lenin, na sua obra *Que fazer?*, destacando que acreditava que havia na obra uma divisão entre a luta econômica e a luta política, assim como o papel da consciência de classe e o partido revolucionário na luta de classes. Segundo o historiador, a argumentação de Lenin era baseada na ideia de que na luta contra o capital, os operários poderiam chegar a desenvolver uma consciência econômica (sindicalista). O sindicato, como forma de organização e luta, se movia no terreno das relações econômicas, na esfera de negociação da venda da força de trabalho, ou seja, não implicaria uma luta para além do capital. Para que existisse uma “verdadeira luta de classes”, seria necessária uma organização de profissionais (o partido) que levaria a consciência de classe aos operários, que, de outra maneira, não poderiam produzir ação revolucionária consciente, pois a consciência de classe somente poderia ser levada a todos “desde fora”, pelo partido. Segundo

³⁵⁹ TISCHLER, Sergio. La crisis del sujeto leninista y la circunstancia zapatista. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁶⁰ Acreditamos que Tischler fazia referência a abordagem de Theodor Adorno em *Dialética negativa*. Em contraposição à teoria positivista que confirma e legitima o sistema através da ideologia, a “dialética negativa” se propõe a discutir o processo, negar suas premissas para buscar a verdade legítima.

Tischler, a tese leninista sobre a organização, a consciência de classe, e o partido implicava a ideia básica de que dentro do capital seria impossível que se produzisse uma consciência de classe, e complementou:

Lo que ahora nos interesa destacar es que la dichosa "productividad autónoma de la política" no sólo introduce el tema de lo político como dominio de las élites en el campo revolucionario, sino que impregna la lucha de clases de una noción reificada: el partido. Del fetichismo de las "leyes objetivas independientes" se pasa al fetichismo del partido-estado que construye "desde afuera", a partir de su propia lógica, la lógica que corresponde al Leviatán moderno. Esto opera sobre la base teórica antes señalada. Sólo considerando el capital como un objeto y a las masas como soportes de la política se puede imaginar el vuelo autónomo del partido como sujeto total.³⁶¹

Após retomar a teoria leninista, Sergio Tischler relacionou as ideias centrais com as preposições de John Holloway, compartilhando da visão que o irlandês tinha a respeito da acumulação de poder e da tomada do Estado:

Sobre este asunto, la tesis de Holloway (2001) acerca de la *asimetría de la lucha de clases* parece dar en el clavo. Si no interpretamos mal, lo que tiene en mente con ese término es que el concepto de revolución hoy no puede reproducir el canon burgués de la lucha de clases que remata en el estado. En otras palabras, que en las actuales circunstancias no se puede pensar el cambio social radical en términos de una teoría de la organización que sea equivalente a una teoría del estado. El "mandar obedeciendo" del zapatismo va en esa dirección.³⁶²

Tischler apontou que essa questão tinha grande importância, uma vez que implicava no rompimento com o núcleo da teoria política leninista e apontava em direção à crítica de toda teoria política. O autor ressaltou que a concepção leninista da política continha a noção de Estado como o núcleo da ação revolucionária. Essa condição, junto com o processo soviético de estatização, permitiu a transformação das formulações teóricas de Lenin no paradigma da organização e da ação revolucionárias. Consequentemente, a mesma Revolução Russa foi codificada como o modelo da revolução, como parte de um processo ligado à construção do

³⁶¹ TISCHLER, Sergio. La crisis del sujeto leninista y la circunstancia zapatista. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁶² *Idem*

Estado soviético, em que a base da legitimidade era se apresentar naquelas circunstâncias históricas como o único poder alternativo à barbárie capitalista. O autor, através dessa argumentação teórica, buscava demonstrar que a tomada de poder pelos bolcheviques não era suficiente para a transformação do leninismo em um modelo ideológico da revolução:

Con esto queremos plantear que la toma del poder por los bolcheviques no era condición suficiente para la transformación del leninismo en el modelo ideológico de la revolución, y que las "condiciones de posibilidad" más profundas habría que buscarlas en un fenómeno más complejo como el de la derrota de la revolución socialista europea y la transformación de la revolución rusa en una forma estatal particular (defensiva frente al exterior y represiva en el interior), en parte como respuesta a esa derrota. Se podría decir, en el mismo sentido, que el *¿Qué hacer?* pudo irradiar el poder de convocatoria y seducción debido, de alguna manera, a que la ola revolucionaria mundial no logró transformarse en revolución triunfante en el centro del sistema y, por consiguiente, en experiencia a seguir, ya que también la derrota se estabilizó o cristalizó como fracaso teórico de grandes consecuencias culturales. Una buena parte de la relevancia teórica de ese problema se encuentra entonces en ese límite y fracaso, y no precisamente en el triunfo (positividad) de la revolución, en el "eslabón más débil de la cadena". Y de esto no podemos culpar a Lenin, pues era consciente del carácter subdesarrollado de la experiencia rusa frente al Occidente más desarrollado.³⁶³

Ao refletir sobre a luta de classes e seu processo dialético, Tischler afirmou que a ideia leninista de sujeito implicava uma concepção instrumentalista da ideia de classe e da luta de classe. Com isso, afirmava que, a nível teórico, haveria uma divisão entre sujeito e objeto. Nesse sentido, o sujeito terminaria por se reduzir ao partido ou ao Estado, enquanto a classe empírica exerceria um papel de suporte ou se apresentaria como reconstrução desde um centro da consciência política "real". O autor também retomou as elaborações de E.P Thompson e de Rosa Luxemburgo a respeito dessa dialética. Do primeiro, concluiu que: "Sin embargo, aparte de criticar la visión instrumental dominante en la izquierda, plantea una cuestión fundamental: con un concepto autoritario de la clase nunca se podrá construir un socialismo democrático."³⁶⁴ E da última, concluiu que: "En Rosa Luxemburgo, las formas son constituidas por la lucha, por el conflicto, lo cual las hace inestables y perecederas. El socialismo es entendido como un

³⁶³ TISCHLER, Sergio. La crisis del sujeto leninista y la circunstancia zapatista. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁶⁴ *Idem*

proceso en acto, como una lucha destinada a abolir la sociedad capitalista a partir de la autorganización de los trabajadores.”³⁶⁵ Além disso, também retomou Walter Benjamin, em especial sua noção de um pensamento de “emergência”:

La imagen apocalíptica de la revolución que nos presenta Benjamin poco tiene de pensamiento religioso. Su lenguaje es decididamente antipositivista. Un lenguaje violento que denuncia la reificación conceptual de la idea de historia dentro del movimiento obrero. Y esto es posible en una situación de emergencia, de peligro, como él señala. Más que una certeza, la revolución es un pensamiento de "emergencia". El capital sigue siendo la principal expresión teórica de esa condición.³⁶⁶

Ao final de sua reflexão, Sergio Tischler aproximava as ideias apresentadas das propostas zapatistas. Em contraposição à ideia de que o movimento negaria uma luta de classes, o autor apontou que o pensamento do movimento demonstrava a necessidade de se repensar o conceito de luta de classes, se aproximando da visão benjaminiana:

Frases del discurso zapatista como "mandar obedeciendo", "caminar hasta encontrarnos nuestra espalda", o las que van en el sentido de luchar hasta "no ser necesarios" implican una noción de lucha que no remata en la toma del poder o en el estado. Son imágenes de un pensamiento de "emergencia" contra el poder, más que una elaboración teórica sistemática sobre el mismo. Imágenes que expresan una "estructura de sentimiento" (Williams, 1980), cuyo núcleo es el rechazo a la idea elitista e instrumentalista de revolución. Lejos de rechazar el concepto de lucha de clases, plantean la conciencia de la necesidad de reelaborarlo, de resignificarlo.³⁶⁷

Nesse sentido, o autor defendia que a proposta zapatista, ainda que não de maneira explícita, estaria propondo um rompimento com a leitura leninista e uma aproximação com a leitura de Benjamin, ao passo que buscava liberar a tensão do conceito de luta de classes de sua proposição instrumental. Além disso, o autor apontou que o conceito de “sociedade civil” do zapatismo não era alheio à luta de classe, uma vez que acreditava que a proposta do movimento era a de resignificar o conceito liberal de “sociedade civil” a partir do desenvolvimento das

³⁶⁵ TISCHLER, Sergio. La crisis del sujeto leninista y la circunstancia zapatista. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁶⁶ *Idem*

³⁶⁷ *Idem*

contradições de classes que esse continha, mas reconhecendo seu peso na “correlação de forças cultural” contemporânea. A defesa da tese de Holloway também apareceu explicitamente, quando o autor pontuou que:

A nivel teórico, los conceptos del "antipoder" y de "asimetría de la lucha de clases" de Holloway son parte de la elaboración de un concepto desreificado de la lucha de clases. A partir de esos conceptos, se puede comenzar a desarrollar una teoría de la lucha cuyo centro no es la certidumbre, ya que ésta, como hemos tratado de exponer, es parte de una trama de poder.³⁶⁸

Dessa forma, o argumento de Tischler passava pela ideia de que a assimilação teórica de uma forma particular de assumir a luta de classes era parte do processo de constituição de um novo sujeito: “En ese sentido, más que defender la supuesta fortaleza de una teoría política (marxista) habría que enfrentar sus cárceles constitutivas.”³⁶⁹ Ou seja, a crise do sujeito leninista, em conjunto com as preposições zapatistas, possibilitaria a construção de um novo sujeito, marcado por margens pouco definidas.

O debate em torno dos movimentos sociais e sua relação com a mudança social continuou no décimo terceiro volume de *Chiapas*, iniciando-se com o texto *Poder y representación: ese estado que llevamos dentro*, do jornalista e investigador-militante uruguaio Raúl Zibechi. Zibechi compartilhava com Holloway alguns pontos de vista: é perceptível que os dois autores estavam interessados em pensar e teorizar uma mudança social e se aproximavam quando negavam a tomada do poder como um caminho possível. Como bem aponta Óscar García Agustín, enquanto Holloway partia de uma abordagem abstrata e universal, Zibechi fundamentava suas afirmações em movimentos sociais concretos,³⁷⁰ como o EZLN, o

³⁶⁸ TISCHLER, Sergio. La crisis del sujeto leninista y la circunstancia zapatista. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁶⁹ *Idem*

³⁷⁰ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Poder y cambio social. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 66.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os indígenas equatorianos e os “guerreiros da água” de Cochabamba.³⁷¹

A negação da tomada do poder por parte do autor baseava-se na argumentação que a transformação da sociedade através do poder reduzia o potencial democrático às formas clássicas de representação política, como assinala García Agustin. Partindo de uma análise da longa trajetória do movimento operário, bem como da ação desse relacionado aos sindicatos, Zibechi defendia que a delegação do poder aos representantes se converteu em uma forma de interiorização do Estado e dos sujeitos — como foi o caso não só dos sindicatos, mas também de partidos e outras associações — culminando na renúncia pela protagonização da mudança social, uma vez que entregavam toda a capacidade de ação aos seus representantes.

Através da análise da experiência de alguns movimentos sociais, o autor buscava demonstrar como poderia ser um mundo onde esses não necessitassem de nenhum tipo de representação. Estabeleceu, nesse sentido, alguns dos elementos compartilhados entre o EZLN, o MST, os indígenas equatorianos e os “guerreiros da água” cochabambinos, sendo o primeiro elemento o fato de que esses movimentos estavam enraizados no território, espaços físicos que foram reconquistados ou recuperados. O autor demonstrava que esse aspecto era importante, uma vez que essa experiência ensinava como transitar das organizações como espaços de luta e resistência, de socialização para a territorialização de lutas, passando pela ocupação do espaço público e sua conversão em espaços de luta e resistência, e complementou:

Sin este paso, es imposible sostener luchas de largo aliento. Es en esos espacios donde se dan las condiciones para el surgimiento de una nueva subjetividad, ya que se crean espacios multidimensionales: de comunicación e intercomunicación que habilitan la elaboración de nuevas matrices discursivas; el surgimiento de una cultura nueva, intersubjetiva, donde conviven múltiples identidades; espacios, en fin, en los que se afianza un sujeto social que en sus prácticas de vida cotidiana construye ya los

³⁷¹ Como já apontamos anteriormente, a Guerra da Água na Bolívia foi uma revolta popular que ocorreu em Cochabamba, entre janeiro e abril de 2000, contra a privatização do sistema municipal de gestão da água

elementos de la nueva sociedad (educación y salud, producción y distribución). Son espacios de identidad y autonomía.³⁷²

O segundo elemento que destacou era a busca desses movimentos pela autonomia em relação a estados e partidos políticos. Ainda que em diversas situações esses movimentos chegassem a acordos com os governos nacionais, estaduais e municipais, Zibechi destacou que eles buscavam manter um espaço próprio, fora do alcance da influência exterior. O terceiro elemento, por sua vez, foi o fato de que esses movimentos não se limitavam a exigir do Estado o cumprimento das suas “obrigações”, tendo em vista que sabiam que o Estado normalmente não os levaria em consideração. Assim, já haviam renunciado a “sensibilizar” os governantes: “No piden, exigen.”³⁷³ Diferentemente do movimento operário que era setorizado e buscava melhorias no salário, ou na habitação, tais movimentos sociais eram integrais — possuindo lutas com pautas mais amplas— e buscavam resolver questões relacionadas a saúde e educação, mas também relacionados a produção e distribuição. Zibechi defendia que esse elemento possibilitava uma maior força a esses movimentos:

No dependen del patrón ni del estado y aunque están en una sociedad dominada por el mercado y los monopolios, en cada territorio organizan la vida, la producción, la salud, la educación, el cuidado de los niños, etcétera, como ellos quieren. Esto afirma su autoestima y su autonomía, les da una enorme fuerza estratégica; la fuerza de la alternativa al sistema.³⁷⁴

O quarto elemento apontado pelo autor foi que a reconstrução dos sujeitos sociais através desses movimentos era um processo constante, contínuo e demorado. Sob esse aspecto, o autor defendia que se fazia necessário quebrar com o padrão organizativo hierárquico e verticalizado que se assemelhava às estruturas simbólicas de dominação. Por último, Zibechi

³⁷² ZIBECHI, Raúl. Poder y representación: ese estado que llevamos dentro. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

³⁷³ *Idem*

³⁷⁴ *Idem*

apontou que esses movimentos trabalhavam na revalorização de sua cultura e identidade, processo que permitiria que um grupo social se convertesse em sujeito.

A preocupação de Zibechi, ao listar todos esses elementos compartilhados entre diferentes movimentos sociais, foi a de demonstrar que existiam novas formas de se fazer política, que não necessariamente estariam voltadas para a uma atuação desde o Estado e que escapava da tradição do movimento operário e dos partidos de esquerda. Dessa forma, segundo o autor, “La reflexión crítica y autocrítica de la práctica en nuestros movimientos es más enriquecedora que la repetición de "tesis" y "principios" supuestamente derivados de los clásicos del socialismo.”³⁷⁵ Nesse sentido, o movimento zapatista foi um dos exemplos que o uruguaio recorreu para demonstrar a construção do poder diferente de um modelo que prezasse pela organização centralizada e hierarquizada, uma vez que a experiência zapatista baseava-se no desenvolvimento da experiência das comunidades indígenas que tinha uma organização horizontal e participativa.

Segundo Zibechi, o desafio maior não seria a tomada do poder, mas sim a transformação social e a fundação de uma nova cultura do não-poder, em que houvesse a transformação do poder de dominação para um poder de capacidade. Para tal, o uruguaio fazia um apelo pela renúncia de se tentar dirigir a “multidão”, ocupando o lugar de vanguarda ou de sua representação. O esforço conjunto dar-se-ia, então, através do diálogo e da cooperação respeitosa:

De ese caos saldrá un orden, no sabemos cuándo ni cómo; un orden que podemos contribuir a que sea más justo, solidario y libre. Una de las condiciones es ayudarlo a nacer, aunque a veces no comprendamos exactamente hacia dónde se encamina. Debemos desde ya renunciar a dirigir a la multitud, desistir de la tentación de ser su vanguardia o representarla. Renunciemos a actuar como estado. Trabajemos por disolver la forma estado en nuestra imaginación y en los movimientos sociales. Podemos elegir el camino de dialogar con la multitud, cooperar y acompañarla desde

³⁷⁵ ZIBECHI, Raúl. Poder y representación: ese estado que llevamos dentro. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

el respeto. No es poco. La autonomía tiene una condición que los seres humanos, sobre todo en la actividad política, nos resistimos a admitir: la autolimitación³⁷⁶.

O texto que sucedeu o de Zibechi também dialogava com o debate iniciado no décimo segundo volume de *Chiapas*. De autoria conjunta de Ana Esther Ceceña, Adriana Ornelas e Raúl Ornelas, o artigo intitulado *No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy* se propunha a dialogar diretamente com Atilio Boron. Porém, mais do que uma resposta, os autores buscaram sistematizar as ideias centrais do Exército Zapatista, tendo em vista que eles defendiam que nem sempre as ideias do movimento haviam sido recuperadas em sua complexidade pelo autor.

Dessa forma, o texto trouxe as críticas que Boron teceu ao movimento acompanhadas de trechos de documentos que o próprio EZLN produziu. A contra-argumentação das críticas não passava por uma elaboração maior dos autores, mas sim pela seleção das ideias que, de alguma forma, iam contra aquilo que o autor dizia pertencer à teoria zapatista. É claro que esses trechos elencados já haviam passado por uma interpretação e seleção intencionada por parte dos intelectuais que escreveram o texto, sendo esse exercício uma forma de legitimar o movimento e a visão que os próprios autores tinham dele, que se afastava das críticas elaboradas pelo argentino. Muitas vezes, os trechos de documentos selecionados não respeitavam uma ordem cronológica ou até mesmo a visão mais recente que o movimento tinha das questões debatidas, os autores utilizavam trechos que respondiam mais ou menos de forma direta às críticas e provocações de Boron. Além disso, vez ou outra, os autores do artigo faziam algum comentário acompanhado dos trechos de documentos.

O primeiro elemento que os autores enfatizaram foi a distinção entre o “rebelde e o revolucionário”, que Boron analisou de forma crítica. Retomando a entrevista em que o

³⁷⁶ ZIBECHI, Raúl. Poder y representación: ese estado que llevamos dentro. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

Subcomandante Marcos abordou tal questão, os autores buscaram demonstrar que a fala do zapatista teria sido mal interpretada:

Pero ¿qué es lo que realmente dice el Subcomandante Insurgente Marcos en esa entrevista?

Scherer: ¿Es usted un rebelde que exige cambios profundos o un revolucionario que lucha por transformaciones radicales, otra manera de hacer patria?

Marcos: Nosotros nos ubicamos más como un rebelde que quiere cambios sociales. Es decir, la definición como el revolucionario clásico no nos queda. En el contexto en el que surgimos, en las comunidades indígenas, no existía esa expectativa. Porque el sujeto colectivo lo es también en el proceso revolucionario, y es el que marca las pautas.

Scherer: ¿Si fracasara usted como rebelde, optaría por la vía revolucionaria?

Marcos: El destino es diferente. El revolucionario tiende a convertirse en un político y el rebelde social no deja de ser un rebelde social. En el momento en que Marcos o el zapatismo se conviertan en un proyecto revolucionario, es decir, en algo que devenga en un actor político dentro de la clase política, el zapatismo va a fracasar como propuesta alternativa (Scherer, 2001).³⁷⁷

Nesse sentido, a distinção entre um “rebelde” e um “revolucionário” deu-se na própria pergunta do entrevistador. Ademais, a fala do Subcomandante Marcos, mais do que fazer uma crítica ao modelo do revolucionário clássico, enfatizava a direção e o significado que atribuía à própria luta coletiva das comunidades indígenas e, sobretudo, a localização da luta, tendo em vista que a autonomia da classe política era vista pelo movimento como algo importante naquele momento.

O argentino criticou a pouca praticidade nas propostas zapatistas e que essas não estabeleciam um projeto que fosse realmente revolucionário. Em resposta a isso, o documento zapatista selecionado pontuava que a revolução se daria através de múltiplas frentes:

Nosotros pensamos que el cambio revolucionario en México no será producto de la acción en un solo sentido. Es decir, no será, en sentido estricto, una revolución armada o una revolución pacífica. Será primordialmente, una revolución que resulte de la lucha en variados frentes sociales, con muchos métodos, bajo diferentes formas sociales, con grados diversos de compromiso y participación. Y su resultado será, no el de un partido, organización o alianza de organizaciones triunfante con su propuesta

³⁷⁷ SCHERER GARCÍA, Julio. Una entrevista insólita, *Proceso*, n. 1271, México, 11 de marzo de 2001. *Apud*: CECENÁ, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

social específica, sino una suerte de espacio democrático de resolución de la confrontación entre diversas propuestas políticas. Este espacio democrático de resolución tendrá tres premisas fundamentales que son inseparables, ya, históricamente, la democracia para decidir la propuesta social dominante, la libertad para suscribir una u otra propuesta y la justicia a la que todas las propuestas deberán ceñirse (25 de enero de 1994).³⁷⁸

Além desse documento, haviam também outros que abordavam a resistência civil e a defesa da vontade popular em contraposição ao autoritarismo governamental. Respondendo à provocação de que muitos rebeldes sociais haviam sido recrutados e compunham o *establishment*, alguns documentos ressaltavam que o EZLN era uma organização em que todos eram livres para entrar e sair livremente e que não havia qualquer tipo de remuneração. Se por um lado a história era marcada por exemplos de figuras que haviam se rendido e passaram para o outro lado — o do *establishment*—, essa mesma história era também composta por aqueles que não se renderam e continuaram resistindo e brigando por aquilo que acreditavam. Além de selecionar tais trechos, ora ou outra os autores do artigo faziam apontamentos também em defesa do zapatismo, como quando ressaltaram que o movimento havia provocado uma importante revisão de pensamento e da prática política:

Uno de los mayores aportes del zapatismo es justamente el haber provocado una profunda revisión de la iconografía revolucionaria a partir de una práctica política nueva. El pensamiento, que en los zapatistas es un resultado de la expresión colectiva, intersubjetiva, cotidiana y viva de su lucha, ha sido uno de los terrenos más subversivos de su quehacer. Es un pensamiento (o una praxis) que no se detiene, que incorpora, que resignifica, que crea, propone y confronta para recoger, para enriquecerse y caminar; que se repiensa a cada paso.³⁷⁹

Em contraposição às críticas que Boron teceu a respeito dos usos conceituais que o movimento zapatista fazia, os autores do texto mostraram que nos documentos produzidos pelo EZLN havia uma maior elaboração do que aquela apresentada pelo argentino, como foi o caso

³⁷⁸ EZLN, *Documentos y comunicados*, t. 1, Era, México, 1994. *Apud* CECENÁ, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

³⁷⁹ CECENÁ, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

do uso que o movimento fazia de “sociedade civil”. Enquanto Boron defendia que o uso que o EZLN fazia do conceito pressupunha um apagamento da sociedade de classes e da exploração que marcava o capitalismo, os autores destacavam documentos que exprimiam que o movimento era ciente e crítico à estrutura interna de uma sociedade capitalista:

Nos quitan las tierras y en ellas, con ellos de patrones, levantamos aeropuertos y nunca viajaremos en avión, construimos autopistas y nunca tendremos automóvil, erigimos centros de diversión y nunca tendremos acceso a ellos, levantamos centros comerciales y nunca tendremos dinero para comprar en ellos, construimos zonas urbanas con todos los servicios y sólo las veremos de lejos, erigimos modernos hoteles y nunca nos hospedaremos en ellos.

En suma, levantamos un mundo que nos excluye, uno que nunca nos aceptará y que, sin embargo, no existiría sin nosotros.

Y nosotros somos tú.

Hiciste la casa, pusiste la luz, el agua, el drenaje. Pavimentaste la calle. Sembraste el jardín. Construiste los muebles. Pintaste las paredes. Adornaste las mesas. Conseguiste los alimentos. Preparaste la comida.

Y quedaste fuera.

Otro vino a ocupar la casa.

Otro es el que ilumina su vida. Otro el que se asea. Otro el que va en el vehículo. Otro el que usa los muebles. Otro el que disfruta. Otro el que se alimenta.

Para ti quedó, como casa, un rincón sucio y oscuro (16 de marzo de 2001)³⁸⁰

Os documentos também apontavam que a concepção que o movimento tinha acerca de “sociedade civil” estava longe de apaziguar as relações sociais capitalistas, tendo em vista que tratava-se de uma concepção resignificada que “a través de una práctica intersubjetiva de relacionamiento entre los insurgentes zapatistas, las comunidades de base y el resto de la sociedad, nacional y mundial, se ha convertido en un espacio de construcción de la nueva cultura política de la que reiteradamente hablan los zapatistas.”³⁸¹ Tenho isso em vista, o conceito carregava o sentido de um coletivo de pessoas que eram exploradas, excluídas, oprimidas, discriminadas, escravizadas e de todas as formas inferiorizados, ideia que ficava clara na colocação do Subcomandante Marcos quando questionado sobre quem ele era:

Marcos es gay en San Francisco, negro en Sudáfrica, asiático en Europa, chicano en San Isidro, anarquista en España, palestino en Israel, indígena en las calles de San

³⁸⁰ CECEÑA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

³⁸¹ *Idem*

Cristóbal, chavo banda en Neza, rockero en CU, judío en Alemania, ombudsman en la Sedena, feminista en los partidos políticos, comunista en la posguerra fría, preso en Cintalapa, pacifista en Bosnia, mapuche en los Andes, maestro en la CNTE, artista sin galería ni portafolios, ama de casa un sábado por la noche en cualquier colonia de cualquier ciudad de cualquier México, guerrillero en el México de fin del siglo XX, huelguista en la CTM, reportero de nota de relleno en interiores, machista en el movimiento feminista, mujer sola en el metro a las 10 p.m., jubilado en plantón en el Zócalo, campesino sin tierra, editor marginal, obrero desempleado, médico sin plaza, estudiante inconforme, disidente en el neoliberalismo, escritor sin libros ni lectores, y, es seguro, zapatista en el Sureste mexicano. En fin, Marcos es un ser humano cualquiera en este mundo. Marcos es todas las minorías intoleradas, oprimidas, resistiendo, explotando, diciendo "¡ya basta!" Todas las minorías a la hora de hablar y mayorías a la hora de callar y aguantar. Todos los intolerados buscando una palabra, su palabra, lo que devuelva la mayoría a los eternos fragmentados, nosotros. Todo lo que incomoda al poder y a las buenas conciencias, eso es Marcos (28 de mayo de 1994).³⁸²

Outra concepção muito criticada por Boron, que era vista como problemática por tender a apagar as contradições inerentes ao capitalismo, era a noção de uma “democracia de todos”. Como já apontamos anteriormente, o argentino defendia que essa concepção pressuporia uma convivência pacífica e harmoniosa entre opressores e oprimidos. O que Ceceña, Ornelas e Ornelas defendiam sobre esse aspecto era que o movimento não apagava as diferenças entre opressores e oprimidos, muito pelo contrário, o movimento buscava mostrar que essa diferença era nítida, e defendia uma sociedade e uma democracia em que haveria espaço e respeito para esse “outro”, para esse “diferente” que estava socialmente marginalizado. Dessa forma, a própria noção de “democracia” era resignificada e passava necessariamente a ser construída cotidianamente por diferentes pessoas:

Queremos encontrar una política que vaya de abajo hacia arriba, una en la que el "mandar obedeciendo" sea más que una consigna; una en la que el poder no sea el objetivo, una en la que "referéndum" y "plebiscito" sean más que palabras de difícil ortografía; una en la que un funcionario pueda ser removido de su cargo por elección popular. En la idea zapatista, la democracia es algo que se construye desde abajo y con todos, incluso con aquellos que piensan diferente a nosotros. La democracia es el ejercicio del poder por la gente todo el tiempo y en todos los lugares (19 de junio de 2000).³⁸³

³⁸² EZLN, *Documentos y comunicados*, t. 1, Era, México, 1994. *Apud* CECEÑA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

³⁸³ CECEÑA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

Os autores também apontavam que a democracia defendida pelos zapatistas não seria aquela em que se negociavam as condições da própria situação de exploração, como sugeriria a crítica de Boron. Não se tratava, pois, de uma negociação, mas sim de um diálogo e de um processo de decisão que deveria incluir a todos, que não pressupusesse a aceitação das relações de dominação, mas a sua dissolução.

Para além disso, o argentino faz uma provocação ao movimento zapatista ao questionar o que seria um projeto de criação de uma nova sociedade que pudesse prescindir de um dispositivo estratégico como o Estado. Questionou, ainda, por que o movimento estaria esperando a sanção de uma legislação que outorgasse plena autonomia às comunidades indígenas, tendo em vista que a transformação “desde abaixo” contava como um importante grau de legitimidade. Para contrapor a isso, Ceceña, Ornelas e Ornelas destacavam uns dos primeiros documentos do movimento, em 1994, em que os zapatistas afirmavam respeitar o direito constitucional, mas propunham que uma nova Constituição e um governo de transição eram necessários. Sobre as autonomias, os autores apontavam que ainda que o processo de reconhecimento por parte do Estado ainda não houvesse ocorrido, isso não fazia com que o EZLN parasse a construção das comunidades autônomas:

Muy poco tiempo después del levantamiento zapatista comienza la construcción de los municipios autónomos que se gobiernan mediante concejos representativos de las comunidades incluidas en cada municipio y que practican el mandar obedeciendo, la revocabilidad y la rotatividad. Actualmente hay en Chiapas treinta y dos municipios autónomos apegados a los principios establecidos por la sociedad y el gobierno mexicanos en San Andrés pero, a pesar de ser una realidad, no están reconocidos en la Carta Magna. No obstante, el proceso de construcción de las autonomías no se detiene.³⁸⁴

Várias outras provocações foram tecidas por Boron, dentre elas quando questionou que o movimento trazia apenas sonhos e ideias, mas que não representava projetos práticos: “Si es así, y reconociendo la extraordinaria creatividad del zapatismo en estos terrenos, ¿cómo es que

³⁸⁴ CECEÑA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

la revolución ya no se ha consumado?”³⁸⁵ Sobre isso, os autores replicaram um longo trecho de um comunicado que afirmava que as abstrações zapatistas tinham seu lado prático em suas comunidades, o que demonstrava que viviam o projeto que defendiam:

Sabemos que, en estos tiempos frenéticos de política realista, de banderas caídas, de encuestas que suplen a la democracia, de criminales neoliberales que llaman a cruzadas contra lo que esconden y los alimenta, de camaleónicas transformaciones; en estos tiempos decir que queremos sembrar el árbol del mañana suena tonto y loco, que, en todo caso, no pasa de ser una frase efectista o una utopía trasnochada.

Lo sabemos y, sin embargo, eso queremos. No sólo eso, eso hacemos. ¿Cuántas personas en los mundos que el mundo habitan pueden decir lo mismo que nosotros, es decir, que están haciendo lo que quieren hacer? Nosotros pensamos que son muchas, que están los mundos del mundo llenos de locos y tontos que siembran sus respectivos árboles de sus respectivos mañanas, y que llegará el día en que esta ladera del universo que algunos llaman "planeta Tierra" se llenará de árboles de todos los colores y habrá tantos pájaros y alivios que sí, es probable, nadie se acuerde de los primeros, porque todo el ayer que hoy nos acongoja no será más que una página vieja en el viejo libro de la vieja historia.

Es ese árbol del mañana un espacio donde están los todos, donde el otro sabe y respeta a los otros otros, y donde la falsa luz pierde su última batalla. Si me apuran a ser preciso, les diré que es un lugar con democracia, libertad y justicia: ése es el árbol del mañana (agosto de 1999).³⁸⁶

Os próprios autores complementavam essa ideia demonstrando que a construção efetiva e ampliada desse processo cabia à sociedade como um todo:

La revolución (con minúsculas) es un proceso. Lo importante no es la meta sino el camino, y es en ese camino, modesta pero incansablemente, donde se va transformando el mañana, porque, de acuerdo con la propuesta zapatista: a unos les toca empezar pero terminar es labor de todos (EZLN, 2001: p. 144).³⁸⁷

Isso significava que o processo de mudança poderia até ter sido iniciado pelos zapatistas, mas a luta pela liberdade, justiça e democracia era algo de responsabilidade de todos os mexicanos, cada qual com um papel e sua forma de luta.

³⁸⁵ BORON, Atilio. La selva y la polis: Interrogantes en torno a la teoría política del zapatismo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 12, 2001.

³⁸⁶ CECEÑA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. *Op. cit.*

³⁸⁷ CECEÑA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

Boron também questionava se a ideia da “ilusão do poder” e as propostas de “formas alternativas” de organização social, de poder e de Estado não seriam elas próprias outros nomes para se referir a uma revolução social que destruía a ordem capitalista e instaurava o novo. Os trechos de documentos destacados pelos autores, aprofundavam os pontos de vista a respeito da política e do poder, como em:

pensamos que había que replantear el problema del poder, no repetir la fórmula de que para cambiar al mundo es necesario tomar el poder, y ya en el poder, entonces sí lo vamos a organizar como mejor le conviene al mundo, es decir, como mejor me conviene a mí que estoy en el poder. Hemos pensado que si concebíamos un cambio de premisa al ver el poder, el problema del poder, planteando que no queríamos tomarlo, éste iba a producir otra forma de hacer política y otro tipo de político, otros seres humanos que hicieran política diferente a la de los políticos que padecemos hoy en todo el espectro político (30 de julio de 1996).

El problema del poder no será quién es el titular, sino quién lo ejerce. Si el poder lo ejerce la mayoría, los partidos políticos se verán obligados a confrontarse a esa mayoría y no entre sí. Replantear el problema del poder en este marco [...] obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos (12 de junio de 1994).³⁸⁸

Ainda sobre a visão zapatista acerca da política, os autores a defenderam de forma ainda mais explícita, quando afirmaram que: “Al contrario de la interpretación de Boron, nosotros pensamos que la apuesta zapatista por el rescate y la resignificación de la política no tiene precedente. Pero la política como discurso de la libertad, no como institucionalización de los juegos del poder.”³⁸⁹ Os autores destacaram vários outros trechos de documentos que demonstravam que o movimento zapatista se via apenas como uma das partes que estariam interessadas em uma renovação social, acompanhada de uma resignificação política:

Transición a la democracia como el proyecto de reconstrucción del país; la defensa de la soberanía nacional; la justicia y la esperanza como anhelos; la verdad y el mandar obedeciendo como guía de jefatura; la estabilidad y la seguridad que dan la democracia y la libertad; el diálogo, la tolerancia y la inclusión como nueva forma de hacer política. Este proyecto está por hacerse y corresponderá no a una fuerza política hegemónica o a la genialidad de un individuo, sino a un amplio movimiento opositor que recoja los sentimientos de la nación. Una nueva sociedad plural, tolerante, incluyente, democrática, justa y libre, sólo es posible, hoy, en una patria nueva. No será el poder el constructor. El poder hoy es sólo el agente de ventas de los escombros de un país destruido por los verdaderos subversivos y desestabilizadores: los

³⁸⁸ EZLN, *Documentos y comunicados*, t. 3, Era, México, 1997 e EZLN, *Documentos y comunicados*, t. 1, Era, México, 1994. *Apud* CECENA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

³⁸⁹ CECENA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. *Op. cit.*

gobernantes. Los proyectos de oposición independiente tenemos una carencia que, hoy, se hace más decisiva: nos oponemos a un proyecto de país que implica su destrucción, pero carecemos de una propuesta de nueva nación, una propuesta de reconstrucción (2 de enero de 1996).³⁹⁰

Ao final, os autores fizeram novamente um elogio ao zapatistas e defenderam a importância da postura emancipadora, descolonizadora e rebelde, que contribuiu para que aquele debate houvesse se iniciado. Para além disso, justificaram que seu texto não pretendia ser uma resposta com verdades únicas e absolutas a respeito do zapatismo:

Esa audacia de la que habla Boron, ese espíritu crítico, es lo que reclaman los zapatistas cuando se presentan como rebeldes; rebeldes subvirtiendo el orden establecido pero, sobre todo, subvirtiéndose a sí mismos. Eso es el zapatismo. Ese puente que permite pasar de un lado al otro. Y a este afán emancipador, descolonizador y rebelde contribuye, enormemente, un debate como el que ha incitado Boron y una práctica de lucha consecuente. Por eso esta recopilación no pretendió ser una respuesta a los cuestionamientos de Boron. La respuesta no existe. No hay verdades únicas e inamovibles. Lo que hay son caminos que se construyen en colectivo. Los cuestionamientos de Boron, sobre los que habrá que seguir dando vueltas, son una aportación valiente y valiosa a desbrozar esos caminos. La riqueza del pensamiento será la medida de las posibilidades de la acción y este debate, a pesar de sus antecedentes históricos, no ha hecho sino comenzar. Todos estamos convocados.³⁹¹

O que, de uma forma ou de outra, os autores tentaram provar a partir dos trechos dos documentos destacados era que a leitura de Boron acerca do zapatismo e de suas ideias era superficial. Os argumentos do autor pareciam estar muito mais centrados em polemizar com a leitura que Holloway elaborou do movimento, do que propriamente em analisar em profundidade os discursos do EZLN e de que forma esse foi se transformando ao longo dos anos de luta. Ao evidenciar os argumentos do próprio movimento, Ceceña, Ornelas e Ornelas mostraram que a elaboração de ideias do EZLN estava em constante construção e que muitas das leituras que o próprio Holloway elaborou acerca dele não correspondia exatamente as definições e proposições que os zapatistas apresentavam em seus discursos.

³⁹⁰ EZLN, *Documentos y comunicados*, t. 3, Era, México, 1997. *Apud* CECEÑA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

³⁹¹ CECEÑA, Ana Esther; ORNELAS, Adriana; ORNELAS, Raúl. No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros hoy. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

3.3 Os zapatistas e o *Império* de Hardt e Negri

O terceiro debate em *Chiapas* girou em torno do livro *Império*, escrito pelo filósofo político italiano Antonio Negri e pelo teórico literário estadunidense Michael Hardt, publicado originalmente em 2000.³⁹² A tese central defendida no livro é que o mundo contemporâneo é marcado por uma mudança na soberania política: a soberania dos Estados-Nações — que não desapareceram — tem gradualmente diminuído e se integrado a uma estrutura supranacional que se consolida e é denominada pelos os autores de império. Durante a modernidade, o Estado-Nação era o centro territorial e da soberania, e o imperialismo sua extensão para além de suas fronteiras. Por outro lado, o império não possui centro, nem limites, pretendendo ser uma ordem eterna e abarcar a totalidade do espaço mundial. A multidão, por sua vez, seria um novo sujeito capaz de contestar essa forma de domínio supranacional, uma força capaz de se levantar contra o império para construir autonomamente uma alternativa aos intercâmbios globais: o contraimpério.

Segundo García Agustín, a vitalidade da discussão sobre o tema do poder e seu vínculo com a prática zapatista foi enriquecida com a publicação desse livro, já que gerou um intenso debate sobre os objetivos e as estratégias da esquerda em um contexto marcado por um movimento contra a globalização neoliberal.³⁹³ Para avaliar a relevância dos movimentos sociais nesse contexto, Hardt e Negri consideraram uma série de lutas do final do século XX: “os eventos da Praça Tiananmen, em 1989;³⁹⁴ a intifada contra a autoridade estatal de Israel; a

³⁹² Cf. HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Harvard University Press, 2000. O livro foi traduzido para o espanhol em 2002, Cf. HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Imperio*. Barcelona: Paidó; e possui também uma versão em português: HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

³⁹³ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Poder y cambio social. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011.

³⁹⁴ O Protesto na Praça da Paz Celestial (Tiananmen) em 1989, consistiu em uma série de manifestações lideradas por estudantes na República Popular da China.

revolta de maio de 1992 em Los Angeles;³⁹⁵ o levante em Chiapas, que começou em 1994; a série de greves que paralisou a França em dezembro de 1995,³⁹⁶ e a que mobilizou a Coreia do sul³⁹⁷ em 1996.”³⁹⁸ No entanto, os autores avaliaram que nenhuma dessas lutas representa a nova fase política, por se tratarem de lutas locais, que não formam parte de uma corrente de revoltas globais. Os autores reconheceram que o levante chiapaneco se tratava de uma resposta ao NAFTA, mas defenderam que ele era fundamentalmente local, causado por “problemas de exclusão e falta de representação específica diante da sociedade e do estado mexicanos.”³⁹⁹ García Agustín aponta que essa posição inicial se modificou em obras posteriores, uma vez que a esquerda europeia — especialmente a italiana e a espanhola — receptora das ideias de Negri, abandonou a interpretação da luta zapatista em termos locais e passou a considerá-la como parte da rede de resistências globais, como, por exemplo, Manuel Castells, sociólogo espanhol.⁴⁰⁰

Parte do debate em torno de *Império* e sua relação com o movimento zapatista se deu nas páginas de *Chiapas*, iniciado no décimo terceiro volume (2002), com o texto do historiador francês Jérôme Baschet, intitulado *Los zapatistas contra el imperio? Una invitación a debatir el libro de Michael Hardt y Toni Negri*. Segundo Baschet, a originalidade do livro de Hardt e Negri consistiria em dar força — devido a sua amplitude e coerência de análise — à ideia de que estamos entrando em outro mundo, ou seja, iniciando um novo período histórico. Segundo o autor, a configuração de ontem — marcada pelo Estado-Nação, mercado nacional com suas extensões imperialistas e modernidade — foi substituída pela de hoje e de amanhã — marcada pelo império, posição dominante dos mercados mundiais e pós-modernidade.

³⁹⁵ Os distúrbios de Los Angeles em 1992, foram desencadeadas quando um júri absolveu oficiais do Departamento de Polícia de Los Angeles acusados de agressão contra um motorista negro, após uma perseguição em alta velocidade.

³⁹⁶ Série de greves que ocorreram na França em 1995, no setor público e privado contra o Plano Juppé, um projeto de reforma nas aposentadorias e previdência social.

³⁹⁷ Série de greves que ocorreram na Coreia do Sul a partir de 1996, contra modificações nas leis trabalhistas.

³⁹⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 73.

³⁹⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 74.

⁴⁰⁰ Cf. CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade, Volume II*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Tendo em vista que estaríamos passando por uma mudança de época, o historiador via como imprescindível um esforço para se repensar as análises e as estratégias de luta. Era nesse sentido que enxergava uma possível aproximação na luta zapatista e da teoria de Hardt e Negri:

En este contexto, podríamos considerar al movimiento zapatista como uno de los primeros en formular, por lo menos parcialmente, las exigencias específicas de la resistencia antimperial y en explorar las nuevas formas que puede asumir. La teoría de Hardt y Negri puede verse como una invitación a valorar de manera aún más profunda las aportaciones de la experiencia zapatista (sin que esto implique conferirle el estatuto de vanguardia que tanto se preocupa en rechazar).⁴⁰¹

Inicialmente, Baschet traçou alguns paralelos conceituais e de propostas que via entre o *Império* e o movimento zapatista. A crítica ao modelo político representativo de Hardt e Negri, Baschet relacionou com a prática do “mandar obedecendo” zapatista, já que esta subverteu a noção de representação e determina que quem governa deve “mandar obedecendo” as vontades e interesses da população. Outro aspecto apontado pelo francês foi a insistência dos autores que as novas lutas, no contexto do império, eram indissociavelmente econômicas, sociais e políticas. Sobre esse aspecto, o historiador traçou como paralelo à ideia zapatista da luta pela “dignidade”, noção que também abarca todos os aspectos da vida. A “multidão” de Hardt e Negri, tida como as forças vivas capazes de subverter o mundo imperial, Baschet aproximou a concepção que os zapatistas tinham da “sociedade civil”. Nesse sentido, as potencialidades libertadoras do mundo atual eram vistas nas duas propostas: a “multidão contra o império” e na luta “pela humanidade e contra o neoliberalismo”.

Além de fazer essas aproximações, Baschet comparou um dos aspectos mais controversos de *Império*, segundo García Agustín: “el principio nacional como liberador — frente al exterior— y opresivo —frente al interior— con la defensa de la soberanía nacional

⁴⁰¹ BASCHET, Jérôme. *Los zapatistas contra el imperio? Una invitación a debatir el libro de Michael Hardt y Toni Negri. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

mexicana formulada por Marcos.”⁴⁰² Para os autores, o Estado-Nação estava em vias de enfraquecimento no plano global. Por outro lado, em alguns comunicados zapatistas, era possível ver a defesa da soberania nacional mexicana. Assim, enquanto Hardt e Negri mantinham em seu livro uma oposição entre o local e o universal, postulando sua incompatibilidade, o movimento zapatista demonstrava a possibilidade de lutar conjuntamente por uma autonomia localizada e por uma convergência planetária de resistências, articulando o local com o global. Se para os autores era inútil lutar em nome do Estado-Nação, Baschet via na proposta zapatista uma forma de se repensar o Estado-Nação em si e suas potencialidades:

Sin embargo, es imposible reducir la posición zapatista a una simple defensa del estado-nación, y debemos plantear una doble articulación que modifica su significado y le quita a la referencia al marco nacional su valor absoluto. De un lado, tales afirmaciones confluyen con el llamado a construir una "internacional de la esperanza" y la definición de la dignidad como una "patria sin nacionalidad que [...] se burla de fronteras, aduanas y guerras"; del otro, la defensa de la soberanía nacional se combina con el abandono de la lucha por el poder de estado y la afirmación de la preeminencia de la sociedad en busca de su autorganización. Entonces, el EZLN reivindica el estado contra la globalización neoliberal, pero también la sociedad contra el estado y la movilización de la multitud por encima de las fronteras nacionales.⁴⁰³

Para Baschet, a defesa zapatista da soberania nacional se referia às virtudes libertadores do Estado-Nação (ao exterior), reconhecidas por Hardt e Negri. A proposta zapatista de autonomia (como reconhecimento da autodeterminação dos povos indígenas e como regra de governo da sociedade) pretendia eliminar a dimensão opressiva (ao interior) do Estado-Nação. Dessa forma, a teoria de Hardt e Negri e as propostas zapatistas eram compatíveis para o autor.

O debate em torno do livro continuou no volume seguinte, o décimo quarto (2002), com o texto *Linajes imperiales: sobre Imperio, de Michael Hardt y Antonio Negri*, do economista político italiano Giovanni Arrighi. Em *Império*, Hardt e Negri criticam diretamente a obra de

⁴⁰² GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Poder y cambio social. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 80.

⁴⁰³ BASCHET, Jérôme. *Los zapatistas contra el imperio? Una invitación a debatir el libro de Michael Hardt y Toni Negri. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 13, 2002.

Giovanni Arrighi *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*,⁴⁰⁴ especificamente a sua análise baseada em estudar ciclos históricos. Segundo os autores, Arrighi busca compreender o quanto a crise dos Estados Unidos e da acumulação na década de 1970 é uma virada na História do capitalismo mundial, mas, para fazer isso, situa essa crise na longa história dos ciclos de acumulação capitalista. Nesse sentido, a crise que estaria acontecendo com o sistema capitalista hoje, comandado pelos Estados Unidos, teria acontecido cem anos antes com os ingleses, e antes disso com os holandeses e antes disso com os genoveses. A crítica à interpretação de Arrighi centra-se nesse caráter cíclico:

O que mais nos preocupa é que no contexto do argumento cíclico de Arrighi é impossível reconhecer uma ruptura do sistema, uma mudança de paradigma, um acontecimento. Em vez disso, tudo deve sempre se repetir, e a história do capitalismo torna-se, dessa forma, o eterno retorno da mesma coisa. No fim, essa análise mascara o motor do processo de crise e reestruturação. Apesar de Arrighi ter feito ampla pesquisa sobre as condições e os movimentos da classe operária no mundo, no contexto do seu livro, e sob o peso do seu aparato histórico, parece que a crise da década de 1970 foi simplesmente parte dos ciclos objetivos e inevitáveis de acumulação capitalista, e não o resultado do ataque proletário e anticapitalista nos países dominantes e nos países subordinados. A acumulação dessas lutas foi o motor da crise, e elas determinaram os termos e a natureza da reestruturação capitalista. Mais importante do que qualquer debate histórico sobre a crise da década de 1970, entretanto, são as possibilidades de ruptura hoje. Precisamos reconhecer onde, nas redes transnacionais de produção, nos circuitos do mercado mundial, e nas estruturas globais de domínio capitalista existem o potencial de ruptura e o motor de um futuro que não esteja simplesmente condenado a repetir os ciclos passados do capitalismo.⁴⁰⁵

Enquanto o texto de Baschet elogiava bastante a obra de Hardt e Negri, e buscava aproxima-la das propostas zapatistas, o artigo de Giovanni Arrighi em *Chiapas* era menos otimista e era, mais do que tudo, uma resposta às críticas tecidas a ele em *Império*. De início, o economista italiano apontou um certo otimismo exacerbado na obra de Negri e Hardt, já que, apesar dos autores denunciarem os aspectos destrutivos da globalização, eles a celebravam como uma nova era cheia de promessas para a realização dos desejos dos “condenados da

⁴⁰⁴ ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*. Londres: Verso, 1994. Conta também como uma versão em português, Cf.: ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1996.

⁴⁰⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 258-259.

terra.”⁴⁰⁶ Além disso, Arrighi se comprometeu em assinalar dois problemas centrais na obra, um primeiro, relativo à suposta “suavidade” do espaço do império — se referindo ao enfraquecimento das fronteiras dos Estados-Nações e a formação de um espaço supranacional — e um segundo, sobre a forma em que a atual mobilidade do trabalho e do capital igualavam as condições de produção e reprodução em todo esse espaço.

Primeiramente, o economista pontuou que era difícil questionar que a desapareição do segundo mundo — referindo-se ao bloco socialista soviético — teria tornado anacrônica a referência a um primeiro e um terceiro mundos. Ele afirmou isso, para em seguida, pontuar que a pobreza do velho terceiro mundo (o sul) e a riqueza do velho primeiro mundo (o norte) não diminuíram de maneira significativa. Isso demonstrava que a ideia de Hardt e Negri sobre o desaparecimento entre a brecha norte e sul seria falsa. Afinal, o fluxo de capital ocorria de maneira muito mais significativa entre os países ricos do que entre os países ricos e pobres. Nesse sentido, as conclusões políticas de *Império* não expressariam a realidade atual:

Porque el optimismo de Hardt y Negri sobre las oportunidades que abre la globalización para la liberación de la multitud descansa en buena medida sobre el supuesto de que bajo el imperio el capital tiende a un doble igualamiento de las condiciones de existencia de la multitud: igualamiento a través de la movilidad del capital del norte al sur e igualamiento a través de la movilidad de la mano de obra del sur hacia el norte. Si estos mecanismos no operan -como por el momento parecen no operar-, el camino hacia la ciudadanía global y hacia un ingreso garantizado para todos los ciudadanos puede ser mucho más largo, más accidentado y más traicionero de lo que a Hardt y Negri les gustaría que pensáramos.⁴⁰⁷

Após criticar esses aspectos de *Império*, Arrighi se ocupou de contra-argumentar as críticas que os autores haviam feito à sua obra. A primeira coisa que pontuou é que há trinta anos, ele vinha trabalhando em uma tese sobre a crise dos anos 1970, que em muitos aspectos se assemelhava ao que, segundo Hardt e Negri, o *The Long Twentieth Century* ofuscava: as novidades das transformações contemporâneas. Em segundo lugar, afirmou que ainda que o

⁴⁰⁶ Referência ao livro *Condenados da Terra*, de Franz Fanon.

⁴⁰⁷ ARRIGHI, Giovanni. Linajes imperiales: sobre Imperio, de Michael Hardt y Antonio Negri. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 14, 2002.

livro construíse ciclos, seu argumento não era absolutamente cíclico, nem contradizia sua tese anterior sobre a crise dos anos 1970, mas simplesmente a localizava em uma perspectiva histórica mais ampla.

Arrighi apontou que a partir de premissas e linha de argumentação distintas de Hardt e Negri, ele havia chegado a conclusões similares aos dos autores. Contudo, afirmou que matizava suas conclusões, evitando confiar excessivamente no plano marxiano das coisas. Tendo isso em vista, as suas conclusões eram muito menos otimistas, já que não acreditava que sob a nova integração do mercado mundial, a “saída” proletária — migrações norte e sul — e a “voz” proletária — lutas contra a exploração, exclusão e opressão — conseguiriam promover uma maior solidariedade, igualdade e democracia que sobrepujasse as divisões nacionais, civilizatórias, raciais e de gênero. E completou:

En mi opinión los años noventa proporcionaron abundantes pruebas tanto contra la concepción idealizada e idealista de la multitud que proponen Hardt y Negri en *Empire*, como a favor de mi anterior advertencia de que la intensificación de la competencia en el mercado mundial -incluida y sobre todo su intensificación a través de la migración de la mano de obra- podía muy bien fortalecer la disposición patriarcal, racista y chovinista del proletariado mundial. Ésa es la primera razón importante por la que en mi opinión podemos esperar que el camino a la ciudadanía global y a un ingreso garantizado para todos los ciudadanos será mucho más largo, accidentado y traicionero de lo que creen Hardt y Negri.⁴⁰⁸

Para além disso, o italiano ainda fez uma defesa da sua análise baseada em ciclos sistêmicos, aspecto duramente criticado em *Império*, afirmando que seus autores interpretaram esse uso de forma errônea e insuficiente:

En realidad, hace exactamente lo contrario al mostrar que, en la historia mundial, las rupturas sistémicas y los cambios de paradigma se producen precisamente cuando lo "mismo" (bajo la forma de recurrentes expansiones de todo el sistema) parece retornar (y en un sentido en efecto retorna). Además, al comparar los periodos sucesivos de retorno/ruptura, esa reconstrucción muestra cómo ha cambiado el motor de la crisis y reestructuración (así como el agente de la expansión capitalista) a lo largo del tiempo, de modo que la actual crisis es novedosa en varios aspectos claves.⁴⁰⁹

⁴⁰⁸ ARRIGHI, Giovanni. Linajes imperiales: sobre Imperio, de Michael Hardt y Antonio Negri. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 14, 2002.

⁴⁰⁹ *Idem*

Utilizando sua metodologia de análise de grandes ciclos sistêmicos, Arrighi afirmou que o processo de transição a uma nova fase, a qual não se opunha em denominá-la de império, seria um processo muito mais lento e complexo do que o proposto por Negri e Hardt. O economista também criticou a centralidade euroamericana da análise dos autores, que nem sequer considerou a possibilidade de hibridização com linhagens asiáticas. E concluiu a sua defesa de forma provocativa:

En resumen, el imperio puede en efecto estar en construcción, pero si es así, puede pasar un siglo o más antes de que la humanidad sepa si su constitución ha triunfado o fracasado y, en caso de que haya triunfado, cuáles serán sus contenidos sociales y culturales. Entre tanto, todo lo que podemos desear es que las clases dominantes de aquellos centros de la economía global que están en decadencia y en ascenso desplieguen en sus acciones una inteligencia mayor que hasta ahora; que las luchas proletarias acaben con sus tentaciones patriarcales, racistas y chovinistas, y que los activistas e intelectuales de buena voluntad logren comprender mejor de dónde viene el imperio y adónde puede o no puede ir.⁴¹⁰

No décimo quinto volume (2003) de *Chiapas*, as discussões em torno de *Império* continuaram inclusive na seção principal, com o texto *Negri por Zapata: el poder constituyente e los limites de la autonomia*, de José Rebas. Em um denso ensaio, o autor buscou relacionar a força e os limites das propostas autonômicas zapatistas como um projeto contra imperial, relacionando a teoria de *Império* com o passado mexicano e as ideias do EZLN.⁴¹¹ Algumas ideias acerca do livro também apareceram na seção *Debate*, contudo a discussão que teve maior centralidade nesse volume girou em torno do livro de John Holloway, *Cambiar el mundo sin tomar el poder*, caracterizando o quarto e último debate de *Chiapas*.

⁴¹⁰ ARRIGHI, Giovanni. Linajes imperiales: sobre Imperio, de Michael Hardt y Antonio Negri. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 14, 2002.

⁴¹¹ REBASA, José. Negri por Zapata: el poder constituyente y los límites de la autonomía. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

3.4 *Cambiar el mundo sin tomar el poder* de John Holloway

O quarto debate que ocupou o décimo quinto (2003) e o décimo sexto (2004) volumes de *Chiapas*, girou em torno do livro *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy*, de John Holloway, publicado originalmente em 2002. O sociólogo irlandês foi um dos intelectuais que mais colaborou com a revista, tendo alguns de seus textos e propostas debatidos em volumes anteriores.⁴¹² Dessa forma, esse último debate retomou questões que já haviam sido discutidas em volumes anteriores da publicação e trouxe outras novas, baseadas na obra.

Como abordado anteriormente, Holloway parte da premissa de que as tentativas de mudança social —para a construção de uma sociedade comunista— que encontramos no nosso passado teriam falhado porque almejaram essa mudança através da conquista do poder estatal. Essa premissa, oriunda de análises que o autor tinha do movimento zapatista, já havia sido esboçada em alguns textos que ele publicou em *Chiapas*, e ganhou ainda mais corpo com a publicação desse livro, gerando inúmeras reações, positivas e negativas.⁴¹³ A recusa pela tomada do poder estatal se faz presente logo no segundo capítulo do livro, onde Holloway afirma que lutar pela conquista do poder estatal como meio de transformação seria adotar a lógica do poder que se almeja destruir:

Assim, a idéia de mudar a sociedade por meio da conquista do poder culmina ao se conseguir o oposto do que se propõe alcançar. Em lugar de essa conquista ser um passo para a abolição das relações de poder, a tentativa de conquista-lo implica a extensão do campo de suas relações no interior da lutar contra o poder.⁴¹⁴

⁴¹² Conferir página 142.

⁴¹³ As reações foram tão grandes que levaram John Holloway a publicar um livro sobre as reflexões que o livro gerou, Cf.: HOLLOWAY, John. *Contra y más allá del capital: Reflexiones a partir del debate sobre el libro "Cambiar el mundo sin tomar el poder"*. Buenos Aires: Editora Herramienta y Universidad Autónoma de Puebla, 2006.

⁴¹⁴ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo, 2003, p.32.

Em *Chiapas*, o texto que iniciou o debate em torno do livro, era do filósofo mexicano Armando Bartra, intitulado *La llama y la piedra. De cómo cambiar el mundo sin tomar el poder según John Holloway*. O autor iniciou seu ensaio fazendo um paralelo entre o livro de Holloway e o livro *La crítica de la razón dialéctica*, de Jean-Paul Sartre,⁴¹⁵ uma vez que via os dois livros como sendo marcados pelo momento em que surgiram, apesar das referências à política e à história serem marginais: o de Sartre, marcado pela Guerra Fria, o enfraquecimento do socialismo, e na contracorrente a libertação da Argélia e a Revolução Cubana; e o de Holloway, marcado pelo colapso do mundo socialista, o nascimento de um novo império e, no sentido oposto, a emergência do neozapatismo chiapaneco e do movimento de antiglobalização.

O artigo de Bartra, a princípio, destacou que o livro se propunha a uma crítica impiedosa do fetichismo, tanto o sistêmico quanto o revolucionário. O mexicano apontou também que a obra era uma leitura exigente e que Holloway privilegiou um enfoque lógico-estrutural mais do que histórico, característica que o mexicano interpretou como uma falha no livro:

Y es que sólo en la perspectiva de la historia concreta se pueden dilucidar las relaciones entre poder, contrapoder y antipoder (y de paso lo que algunos llamaron el en sí y el para sí de la clase obrera, la dialéctica reformismo-revolución, etcétera). La negación que recae en lo negado en vez de superarlo, debe ser explicada históricamente; de otra manera la "verdadera" revolución, la "auténtica" emancipación, se fetichizan, mientras que se desestiman las revoluciones realmente existentes.⁴¹⁶

O mexicano compartilhava com Holloway a ideia que a simples tomada do poder não traria necessariamente a emancipação, pensamento que era uma marca do marxismo. Contudo, criticava a forma com a qual o irlandês desqualificava processos históricos multidimensionais

⁴¹⁵ A obra conta com uma edição brasileira. Cf: SARTRE, Jean Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro RJ: Ed. DP&A editora, 2002.

⁴¹⁶ BARTRA, Armando. *La llama y la piedra. De cómo cambiar el mundo sin tomar el poder según John Holloway. Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

e complexos com essa premissa. Para articular essa crítica, Bartra tomou como exemplo alguns movimentos que almejavam a emancipação, e fez referência à própria insurgência zapatista:

Pero no creo tampoco que los trescientos pueblos chiapanecos que en 1993 decidieron en asamblea ir a la guerra, estuvieran engañados por la fetichización del contrapoder introducida por Marcos y el FLN, por el contrario, creo que cuando menos en parte la insurrección respondió a una lógica ancestral; creo que para muchos la razón del alzamiento era enderezar un orden que se había "pervertido", hacer que los poderosos "cumplieran con su responsabilidad de proveer", crear o recrear un orden idílico. Pero ni el revolucionarismo clásico del FLN ni el presunto milenarismo de los pueblos mayas agotan el significado de la insurrección, y mucho menos explican su capacidad creativa. Cómo se transita del contrapoder al antipoder, ésa es la pregunta, y la respuesta está en la historia.⁴¹⁷

Em alguns aspectos, Bartra se mostrou mais próximo das ideias de Holloway, como quando afirmou que não só as greves operárias e rebeliões espetaculares tinham sua relevância, mas também os combates das comunidades rurais por dignidade, autogoverno e economia solidária e “también en insurrecciones que tienen por materia la vida cotidiana y por territorio las cocinas, las camas o los escritorios donde se escribieron este libro y su comentario,”⁴¹⁸ legitimando a diversidade e potência das diferentes formas de atuação.

Contudo, diferentemente de Holloway, Bartra acreditava que muitas das lutas que o autor citava como antipolíticas não poderiam ser assim definidas, uma vez que buscavam através de meios institucionais do Estado a legitimação de suas lutas e o reconhecimento de seus direitos. Nesse sentido, Bartra defendia que as instituições já existentes deveriam ser usadas para que mudanças fossem levadas à frente:

Si no podemos escapar nunca por completo de las inercias fetichizantes, y si el "comunismo" no es el paraíso prometido sino un "proceso", como dicen Marx y John, entonces tendremos que admitir que la utopía no es un proyecto posdatado sino en curso. Un sueño que se materializa aquí y ahora en eventos y relaciones vivas, pero también en estructuras, normas, aparatos y sistemas de ideas y valores, que con frecuencia se petrifican y nos arrastran en su propia inercia. Y es que por el momento la utopía es marginal y precaria, sólo existe a contracorriente en los intersticios -"las costuras"- del sistema. Pero si queremos que los sueños diurnos devengan mundo, debemos acumular fuerzas: zonas liberadas, autogobiernos, redes solidarias,

⁴¹⁷ BARTRA, Armando. La llama y la piedra. De cómo cambiar el mundo sin tomar el poder según John Holloway. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

⁴¹⁸ *Idem*

"mercados justos", economía popular, comunidades recíprocas, gobiernos que mandan obedeciendo... Si tiene realmente vocación de universalidad, el sujeto crítico -lo que el Sartre de la *Crítica de la razón dialéctica* llamaría "grupo en fusión"- debe correr el riesgo de la institucionalidad y con ella de la inercia, de la identificación que si nos descuidamos petrifica. Debe correr el riesgo de la política y de la economía a contrapelo, debe entreverarse con el Estado y con el mercado.⁴¹⁹

A defesa do mexicano, nesse sentido, era de que todas as formas de luta deveriam ser perseguidas para se alcançar uma mudança na sociedade, seja por dentro dos aparatos institucionais do Estado ou fora dele. O importante era manter uma postura crítica em relação ao próprio Estado e ao poder alcançado:

Para cambiar el mundo no basta tomar el poder, sin embargo hay que derrotar al Estado, y tanto para derrocarlo como para cambiarlo por cualquier otra cosa parecen irrenunciabiles las formas propias del poder, desde la apelación a las armas -en ciertas épocas y circunstancias- hasta la creación y acumulación de estructuras organizativas. Yo diría entonces que para cambiar el mundo hay que hacer muchas cosas, entre ellas tomar el poder, pero evitando que el poder nos tome a nosotros.⁴²⁰

Finalmente, o mexicano também insistiu que essas sociedades utópicas libertadas seriam um processo e não um fim em si mesmo, concordando com Holloway que não existia um modelo universal e fechado a ser aplicado por toda parte. A força dessa mudança estaria justamente na sua pluralidade:

Y de ser así, éstas serán utopías posibilistas. Posibilistas y plurales, pues aun admitiendo que la multiplicidad de la alienación se funda en una dicotomía básica, la negación creativa siempre será específica. Porque la utopía de una sociedad agraria difiere de las urbanas; los sueños en el iglú no son iguales que en la hamaca. Lo otro es la mundialización uniformizante de la esperanza. Y no la queremos.⁴²¹

A discussão em torno do livro *Cambiar em mundo sin tomar el poder* continuou no artigo *Poder, "contrapoder" y "antipoder"*. *Notas sobre um extravio teórico-político en el pensamiento crítico contemporáneo*, de Atilio Boron, intelectual argentino que já havia

⁴¹⁹ BARTRA, Armando. La llama y la piedra. De cómo cambiar el mundo sin tomar el poder según John Holloway. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

⁴²⁰ *Idem*

⁴²¹ BARTRA, Armando. La llama y la piedra. De cómo cambiar el mundo sin tomar el poder según John Holloway. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

debatido com Holloway em volumes anteriores. Para o argentino, a obra de Holloway e de Negri e Hardt eram comparáveis, porque ambas veem o Estado-Nação como despossuído de funções e de capacidade de ação em um mundo globalizado. Boron interpretou isso como uma “colonização ideológica”, uma vez que entendeu que os ataques da esquerda ao Estado seriam concessões ao pensamento liberal, concluindo que “lejos de instalarse en el terreno político del pensamiento contestatario, son plenamente compatibles con el discurso neoliberal dominante”⁴²²

Apesar dessa primeira aproximação entre as obras, o texto de Boron destinou um espaço para tecer críticas diretas ao livro de Hardt e Negri e, posteriormente, abordou a obra de Holloway. Sobre *Império*, o argentino dedicou-se apenas a discutir a noção de “contrapoder” que os autores propunham, tendo em vista que ele já havia publicado uma obra crítica ao livro, intitulada *Imperio & Imperialismo*.⁴²³ De acordo com Boron, a noção de “contrapoder” se relacionava diretamente à insurreição, porém os autores afirmaram que a “insurrección nacional era en realidad ilusoria.”⁴²⁴ Qualificar o caráter das tentativas revolucionárias que marcaram o século XX como “ilusórios”, parecia a Boron, um erro de apreciação histórica:

En efecto: ¿qué significa exactamente la palabra "ilusorio"? El hecho de que una insurrección popular precipite una impresionante contraofensiva internacional llamada a asegurar el sometimiento y control de los rebeldes, con un abanico de políticas que van desde el aislamiento diplomático hasta el genocidio de los insurrectos, demuestra precisamente que en tal situación no hay nada de "ilusorio" y sí mucho de real, y que las fuerzas imperialistas reaccionan con su reconocida ferocidad ante lo que consideran como una inadmisible amenaza a sus intereses.⁴²⁵

Para o argentino, a obra de Holloway propõe uma tese que é muito mais radical do que a de Hardt e Negri, ainda que se aproxime daquela. Se em *Império* existe uma suposta fórmula

⁴²² BORON, Atilio. Poder, “contrapoder” y “antipoder”. Notas sobre um extravio teórico-político en el pensamiento crítico contemporáneo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

⁴²³ BORON, Atilio. *Imperio & Imperialismo: Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

⁴²⁴ BORON, Atilio. Poder, “contrapoder” y “antipoder”. Notas sobre um extravio teórico-político en el pensamiento crítico contemporáneo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

⁴²⁵ *Idem*

para enfrentar o poder real exercido pelas classes dominantes, em *Cambiar el mundo*, Holloway advoga a favor da total erradicação do poder da Terra. Tendo em vista que a conquista do poder estatal representa para Holloway um projeto historicamente fracassado, o irlandês defende que há a necessidade de construir um antipoder, como afirma: “O que está em discussão na transformação revolucionária do mundo não é de *quem* é o poder, mas como criar um mundo baseado no mútuo reconhecimento da dignidade humana, na formação de relações sociais que não sejam relações de poder.”⁴²⁶

Para Boron, a proposta de Holloway era facilmente resumida na instauração de uma “sociedade comunista”, tendo em vista que: “No otra cosa significaría poner fin a la separación entre Estado y sociedad, instituir el autogobierno de los productores y, de ese modo, lograr la tan anhelada extinción del Estado.”⁴²⁷ Além disso, o argentino também questionou a proposta de dissolução de todas as relações de poder. Apesar de ser um objetivo louvável, tinha um aspecto quimérico, já que não apresentava as mediações históricas para ser feita. Boron também criticou a forma como Holloway concebia o político, por parecer estar unicamente ligado ao Estado. Ou seja, o político era visto apenas como uma ferramenta de domínio, Holloway ignorava, assim, as bases sociais que davam sustentação ao poder. A crítica se estendeu também ao próprio EZLN:

No se construye un mundo nuevo, como quiere el zapatismo, si no se modifican radicalmente las correlaciones de fuerzas y se derrota a poderosísimos enemigos. Al contrario de lo que proponen Hardt, Negri y Holloway -¡que en esto coinciden con Castells!-, el poder social, en tren de imaginar metáforas, se asemeja mucho más a una tela de araña que a una red amorfa y difusa, carente de un foco central, y el Estado es precisamente ese foco, el lugar donde se condensan las correlaciones de fuerzas y desde el cual, por ejemplo, los vencedores pueden transformar sus intereses en leyes y construir un marco normativo e institucional que garantice la estabilidad y eventual irreversibilidad de sus conquistas. No se trata, por cierto, del único lugar desde el cual se ejerce el poder social, pero es sin duda alguna el espacio privilegiado de su ejercicio en una sociedad de clases. De ahí que un "triunfo" político o ideológico en el plano de la sociedad civil sea importantísimo, pero él mismo carece de efectos imperativos: ¿o alguien duda de la arrasadora victoria que los zapatistas cosecharon con la Marcha

⁴²⁶ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viamundo, 2003, p.33

⁴²⁷ BORON, Atilio. Poder, “contrapoder” y “antipoder”. Notas sobre um extravio teórico-político en el pensamiento crítico contemporáneo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

de la Dignidad? Sin embargo, poco después el Congreso mexicano produciría una vergonzosa legislación que retrotrajo la crisis chiapaneca a sus peores momentos, con total prescindencia del "clima de opinión" prevaleciente en la sociedad civil. Conclusión: por más que algunos teóricos hablen de la "desestatización" o el "descentramiento" del Estado, éste seguirá siendo por bastante tiempo un componente fundamental de cualquier sociedad de clases. Y más nos vale contar con diagnósticos precisos acerca de su estructura y funcionamiento, y con estrategias adecuadas para enfrentarlo porque la realidad del poder no se disuelve en el aire diáfano de la mañana gracias a una apasionada invocación a las bondades del "antipoder" o del "contrapoder".⁴²⁸

A visão de Holloway, Hardt e Negri a respeito do enfraquecimento do Estado-Nação, para Boron, no plano teórico, fortaleceu a cruzada contra o Estado que o capitalismo contemporâneo vem promovendo, enquanto que no plano prático, esse Estado era fortalecido e ganhava novas tarefas e funções. Esse foi o maior ponto de embate com Holloway, uma vez que Boron acreditava que esse tipo de proposta tendia a fortalecer as teorias próprias do capitalismo e a retirar das classes dominadas a luta pelo poder:

Para retomar el hilo de nuestra argumentación, la conclusión es entonces que las propuestas de Hardt, Negri y Holloway son la proyección sobre el plano de la producción intelectual -como dijimos, mediatizada y nunca lineal- del reflujo experimentado por las fuerzas populares a partir de finales de los años setenta. Un revés que en el caso de estos autores no se manifiesta, como ocurriera con los "renegados" de nuestro tiempo, por una vergonzosa adhesión al capitalismo y la sociedad burguesa sino por la radical indefensión de su pensamiento contestatario ante las premisas fundamentales de las ideas dominantes en nuestra época. De este modo, teóricos declaradamente contrarios al capitalismo hacen suyas, inadvertidamente, tesis centrales al pensamiento neoliberal, por ejemplo removiendo de la agenda de los pueblos oprimidos una temática crucial como la del poder y canalizando las energías de los descontentos y las víctimas del sistema hacia regiones ideológicamente etéreas y políticamente irrelevantes. No sorprende comprobar, en cambio, cómo mientras desde el campo intelectual de la izquierda se desvía la vista hacia estas construcciones ilusorias o quiméricas en relación al "poder realmente existente", las clases dominantes prosiguen sin pausa su tarea de acrecentar la eficacia del poder que ya disponen, diseñando nuevas modalidades de su ejercicio que les aseguren una renovada capacidad para controlar a las clases y capas subalternas y seguir, de este modo, siendo dueñas de la historia.⁴²⁹

O debate em torno de *Cambiar* continuou no texto *El hacedor* do cientista político mexicano Adolfo Gilly. Por se tratar de um texto que foi lido em uma apresentação desse livro

⁴²⁸ BORON, Atilio. Poder, "contrapoder" y "antipoder". Notas sobre um extravio teórico-político en el pensamiento crítico contemporáneo. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

⁴²⁹ *Idem*

na UNAM, esse possuía um caráter menos crítico, uma vez que buscou sintetizar algumas das ideias da obra de forma elogiosa. Logo de início, o texto destacou a distinção de poder, já citada anteriormente, elaborada por Holloway, tendo em vista a sua centralidade na obra:

Afirma John Holloway que cambiar el mundo por medio del Estado ha sido el paradigma de la izquierda en el último siglo, cuando en realidad "tomar el poder" significa conservar, transfiguradas, las relaciones de dominación que ese poder encarna. De lo que se trata, prosigue (si es que yo bien traduzco y simplifico para ustedes y para mí sus postulados), es de destruir, desmontar, deshacer la relación de poder en cuanto poder de unos seres humanos sobre otros: lo que Holloway llama en su libro el poder-sobre. De lo que se trata, prosigue, es de liberar al poder-hacer, a la capacidad de hacer, definitoria de la condición humana de cada uno, del poder-sobre ella que la domina y la niega. De lo que se trata es de que, siendo esa capacidad, el hacer, en su existencia misma, la negación del poder sobre ella que la domina, encierra en sí misma la posibilidad -la única que la tiene- de destruir ese poder en el acto y el proceso de su liberación, es decir, de su libre realización como poder-hacer.⁴³⁰

No entanto, de forma provocativa, Gilly se preocupou em destacar que a teoria para se tornar viva deveria saltar para a história, para a esfera do cotidiano e do mundo da vida. O fato do livro de Holloway não ter conclusão expressaria, talvez, essa falta de integração entre a teoria e a prática. Ao final, Gilly utilizou da própria teoria de poder de Holloway para destacar o sentido do poder-fazer e sua relação com a necessidade de se pensar a união entre a teoria e experiência do poder na vida, justificando o próprio título do texto:

El impulso vital del hombre responde a todas las interrogaciones de la vida antes que la investigación filosófica. El hombre iletrado no se preocupa de la relatividad de su mito. No le sería dable siquiera comprenderla. Pero generalmente encuentra, mejor que el literato y que el filósofo, su propio camino. Puesto que debe actuar, actúa. Puesto que debe creer, cree. Puesto que debe combatir, combate. Nada sabe de la relativa insignificancia de su esfuerzo en el tiempo y en el espacio. Su instinto lo desvía de la duda estéril. No ambiciona más que lo que puede y debe ambicionar todo hombre: cumplir bien su jornada.

Y éste no es aquel que dice "yo soy el que soy", sino aquel que dice "yo soy el que hace". Es decir, el hacedor.⁴³¹

O próximo texto da seção *Debate* que abordou o livro de Holloway encontra-se no décimo sexto volume (2004) de *Chiapas*, último número da publicação. Intitulado *Poder y*

⁴³⁰ GILLY, Adolfo. El hacedor. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 15, 2003.

⁴³¹ *Idem*

antipoder. Acerca del libro de John Holloway “Cambiar el mundo sin tomar el poder”, do cientista político alemão Joachim Hirsch. O texto também buscou sintetizar algumas ideias centrais do livro, porém se iniciou de forma muito mais crítica do que o de Gilly: “Quien espera un consejo práctico de cómo hacer para cambiar de una vez por todas el mundo quedará decepcionado con este libro.”⁴³²

Apesar desse início provocativo, Hirsch compartilhava com Holloway algumas ideias a respeito da efetivação de uma mudança social e a relação entre o poder, o Estado e a sociedade, como o fato de que as relações de poder e contrapoder reproduzem as relações instrumentais de poder em distintas formas. De tal maneira, o próprio Estado, assim como as mercadorias e o dinheiro, seria uma expressão da fetichização das relações sociais.

Essa aproximação, no entanto, não significava que o alemão não tivesse críticas à *Cambiar*, muito pelo contrário. Em poucas páginas, mas partindo de uma leitura crítica da teoria e da tradição teórica a qual Holloway era herdeiro e utilizava, Hirsch afirmou que o irlandês não havia sido crítico em sua análise. Sua maior discordância, nesse sentido, era a falta de rigor em sua obra:

Holloway presenta argumentos importantes y en manera extraordinaria considerables para una crítica de las teorías de izquierda; entre otros, su positivismo como siempre soslayado, su funcionalismo, su familiaridad en última instancia con el poder dominante. Al mismo tiempo demuestra una falta de rigor a la hora de tratarlos con mayor profundidad.

[...] Tomar más en serio a Foucault hubiera significado problematizar el principio de oposición entre "poder" y "antipoder" sobre el cual descansa todo su argumento.⁴³³

Hirsch também teceu críticas sobre conceitos usados e criados por Holloway, como, por exemplo, sua noção de “anti-poder”. Ao utilizar um prefixo de “anti” o conceito ganhou um

⁴³² HIRSCH, Joachim. Poder y antipoder. Acerca del libro de John Holloway “Cambiar el mundo sin tomar el poder”. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 16, 2004.

⁴³³ *Idem*

caráter de oposição abstrata, sem, contudo, ser capaz de redefinir o conceito de política em busca de se tornar um elemento para transformar de maneira radical a sociedade:

En el prefacio cita con empatía el lema de los rebeldes argentinos: "¡Que se vayan todos!" Suena bonito. Pero mientras tanto, la experiencia demostró que eso solo no implica una transformación social si no se logran desarrollar concepciones sociales alternativas que superen las luchas fragmentadas.⁴³⁴

A forma abstrata de estruturar toda sua teoria — seja quando define “luta”, “revolução”, etc, — foi algo duramente criticado por Hirsch, visto como uma forma do autor se furtar de definir mais claramente aquilo que estava defendendo. Assim como Boron, o alemão também via certa semelhança entre a obra de Holloway com a de Negri e Hardt:

En consecuencia, el concepto de revolución queda tan difuso como abstracto. Ciertamente que la revolución debe ser llevada adelante por sujetos que son formados por el poder dominante, y que la contradicción que este hecho acarrea recién podrá superarse en luchas y conflictos en los cuales la transformación de las personas mismas es esencial. ¿Pero quién lucha entonces, quién se rebela, quién se decide por la negación? La respuesta de Holloway es: todos nosotros, o al menos "la mayoría de las personas" (p. 230). Al final casi todos somos víctimas de la fetichización y del poder instrumental; mirándolo bien, tampoco están excluidos los propios capitalistas. A pesar de su acertada crítica a Hardt y Negri por los equívocos teóricos que contiene Imperio (pp. 242 y ss) y de no compartir su afirmación secreta del neoliberalismo, recae en un modo argumentativo sorprendentemente similar. También él postula que la crisis del capital es una expresión de "nuestra" fortaleza, es decir de la capacidad de sustraerse a la fetichización y al poder instrumental. Ése es un sobrentendido en tanto la lucha de clases y la crisis están implícitas en el concepto del capital. La cuestión es ahora en qué condiciones y en qué formas las luchas son aptas para trascender la reproducción del capital y cuestionarlo de manera efectiva, con lo cual la política vuelve a estar a la orden del día.⁴³⁵

Holloway também foi acusado por Hirsch de desenvolver um conceito similar ao de “multidão” de Hardt e Negri, tendo em vista que defendia a existência de um coletivo rebelde em luta. Para Hirsch, isso se justificaria pela perda das velhas certezas revolucionárias e pela reorientação teórica que proveio desse momento:

La reacción ante la pérdida del sujeto revolucionario concreto consiste en su generalización difusa. El llamado a la negación, a la ruptura con el statu quo, al no-

⁴³⁴ HIRSCH, Joachim. Poder y antipoder. Acerca del libro de John Holloway “Cambiar el mundo sin tomar el poder”. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 16, 2004.

⁴³⁵ *Idem*

participar-más es sin duda importante, pero sólo produce impacto político cuando se articula a nivel teórico con un análisis detallado de las formas cambiantes de reproducción del capitalismo y sus transformaciones históricas concretas; en resumen, de todo aquello que Holloway denuncia genéricamente como teoría legitimante del statu quo.⁴³⁶

Devido a todas essas críticas, Hirsch apontou que o propósito do livro de Holloway não seria exatamente de estruturar uma possível mudança no mundo sem a tomada do poder, mas sim de ser uma teoria que buscava despertar a esperança. No entanto, Hirsch ressaltou que a esperança só poderia conquistar um efeito transformador no contexto de uma utopia concreta, que levaria em consideração o *status quo* com todas as suas contradições, algo que lhe parecia faltar em *Cambiar*. Holloway, ao seu ver, incorria no “peligro de quedarse en un llamado idealista al cambio de conciencia.”⁴³⁷

O texto que encerrou esse debate era do próprio John Holloway, intitulado *Gente común, es decir, rebelde. Mucho más que una respuesta a Atilio Boron*. Como o título já anunciava, o texto de Holloway era uma resposta direta ao artigo de Boron. O breve texto de Holloway se baseou na ideia de que ele confiava que as pessoas que julgamos serem comuns, na verdade, são rebeldes. Afirmou isso tomando como base a própria experiência zapatista:

La afirmación rara de que la gente común es rebelde es el núcleo de la política zapatista. Tantas veces Marcos ha contado la historia de cómo el grupo original de revolucionarios quería hablar a la gente de la selva Lacandona del capitalismo, de la opresión y la revolución, y de cómo entonces, en lugar de hablar, aprendieron a escuchar y descubrieron que la gente ya era rebelde. El tema se enfatiza otra vez en la imagen de los caracoles y la política de hablar-escuchar que implica. Podríamos decir que con la afirmación de que la gente común es rebelde están hablando sólo de los indígenas, que los quinientos años de opresión los convirtieron en rebeldes naturales. Pero eso sería reducir el zapatismo a un movimiento indígena, es decir, pensar en los zapatistas como un "ellos" con los cuales expresamos solidaridad, pero sin sentirnos directamente interpelados.⁴³⁸

⁴³⁶ HIRSCH, Joachim. Poder y antipoder. Acerca del libro de John Holloway “Cambiar el mundo sin tomar el poder”. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 16, 2004.

⁴³⁷ *Idem*

⁴³⁸ HOLLOWAY, John. Gente común, es decir, rebelde. Mucho más que una respuesta a Atilio Boron. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 16, 2004.

Para Holloway, as pessoas, ainda que não estejam se rebelando de maneira visível, são, ao mesmo tempo, rebeldes e não rebeldes. Ou seja, de alguma forma as pessoas reprimem sua rebeldia. O caminho para revolução não seria levar a consciência que está localizada fora, mas sim buscar o conhecimento, que ainda de forma reprimida e embrionária, já está presente nos sujeitos. Esse conhecimento deveria ser desperto através de um processo de fala-escuta, que privilegiaria uma autodeterminação coletiva: “Por un lado la lógica del partido, por el otro la lógica es menos definida. No estoy hablando de la combustión espontánea individual, sino de una forma de organización que toma como base la rebeldía y dignidad de la gente, y pone la autodeterminación colectiva en el centro.”⁴³⁹

Após escrever sobre a função dos partidos, de conselhos e do sujeito revolucionário, Holloway se centrou em responder às críticas de Boron, se defendendo inicialmente da ideia de que seu livro e o de Negri e Hardt poderiam ser aproximados. Para o irlandês, os dois livros surgiram de tradições muito distintas e desenvolveram argumentos muito diferentes. Contudo, a semelhança seria que “ambos han tenido la fortuna de ser ampliamente discutidos por gente involucrada en las luchas para expresar la rebeldía en formas no partidarias.”⁴⁴⁰

Contra a acusação que sua obra ignoraria uma dimensão histórica e que por isso, tenderia por fortalecer a teoria capitalista neoliberal, Holloway se defendeu na mesma moeda, acusando o argumento de faltar com sua própria historicidade:

Aunque insisten en la importancia de estudiar la historia, están totalmente ciegos respecto a la historicidad de su propio argumento. No ven que el canon leninista (o gramsciano, ya que hay muy poca diferencia) que ellos defienden fue la perspectiva dominante durante cierto periodo de la lucha de clases. La crisis del capitalismo de los años setenta fue también una crisis de las formas de organización del movimiento anticapitalista. El periodo desde entonces ha visto la emergencia de nuevas formas de lucha de clases que han surgido de la crisis del canon leninista. Descalificar estas nuevas formas de lucha como "un reflujo", o como inmaduras o posmodernas-y-por-

⁴³⁹ HOLLOWAY, John. Gente común, es decir, rebelde. Mucho más que una respuesta a Atilio Boron. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 16, 2004.

⁴⁴⁰ *Idem*

lo-tanto-reaccionarias es ignorar por completo el acondicionamiento histórico de su propia visión, de su propio argumento.⁴⁴¹

Para o irlandês, Boron e outros estariam cegos em não perceber uma crise do cânone leninista, que ele acreditava ser uma forma de impor as novas lutas, velhas formas de agir. Por isso, sua defesa final se centrou em entender as lutas contemporâneas, fazendo menção aos dez anos que se contavam desde o levantamento zapatista: “En lugar de medir las luchas de hoy por los estándares abstractos de un pasado idealizado, es mejor enfocarnos en ellas y en todos los problemas que enfrentan. Preguntando caminamos, preguntando y celebrando los diez años del levantamiento zapatista.”⁴⁴²

Conclui-se a partir desses debates que a teoria sobre e a partir do zapatismo foi capaz de dar corpo a uma discussão que tinha por objetivo analisar, propor mudanças e teorizar sobre diferentes sociedades. Para Holloway, essa teoria deveria ter por base que a “rebeldía es una práctica cotidiana y no depende de grandes procesos revolucionarios ni de líderes sociales ni de reformas emprendidas por el Estado.”⁴⁴³ Nesse sentido, ao final do artigo em *Chiapas*, como também ao final de *Cambiar*, o irlandês reforçava a ideia que o processo revolucionário contemporâneo que era possível de trazer a mudança social era aquele que recusava os modelos de luta do passado e se construía no seu próprio processo. Ao utilizar esses argumentos, o autor, de certa forma, recusava as críticas que lhe foram tecidas e reforçava a ideia que não defendia um modelo pronto a ser seguido:

Então, como mudamos o mundo sem tomar o poder? No final desse livro, como no começo, não sabemos. Os leninistas sabem, costumavam saber. Nós não. A mudança revolucionária é mais desesperadamente urgente do que nunca, mas já não sabemos o que significa “revolução”. Quando nos perguntam, tendemos a tossir e a gaguejar e tratamos de mudar de assunto. Nosso não saber é, em parte, o não-saber daqueles que

⁴⁴¹ HOLLOWAY, John. Gente común, es decir, rebelde. Mucho más que una respuesta a Atilio Boron. *Chiapas*. UNAM/Ediciones Era, vol. 16, 2004.

⁴⁴² *Idem*

⁴⁴³ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Poder y cambio social. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011, p. 66.

estão historicamente perdidos: o saber dos revolucionários do século passado foi derrotado. Mas é mais do que isso: nosso não-saber é também o não-saber daqueles que compreendem que não-saber é parte do processo revolucionário. Perdemos toda certeza, mas a abertura da incerteza é fundamental para a revolução. “Perguntando, caminhando”, dizem os zapatistas. Nós perguntamos não só porque não conhecemos o caminho (não o conhecemos), como também porque perguntar pelo caminho é parte do próprio processo revolucionário.⁴⁴⁴

Podemos afirmar que o movimento zapatista, seus comunicados e sua experiência prática deram origem a um interessante debate teórico sobre as estratégias de luta das esquerdas nas sociedades contemporâneas. Como bem aponta Óscar García Agustín, toda essa discussão foi marcada por uma conjuntura política e social específicas. Se de um lado existiam lutas como a do EZLN, a dos piqueteros na Argentina, por movimentos dos indígenas no Equador e Bolívia; do outro lado estavam as forças dos projetos políticos de mudança que representavam os governos Luis Inácio Lula da Silva (2002–2010), Tabaré Vázquez (2005–2010), Néstor Kirchner (2003–2007), Evo Morales (2006–presente), Rafael Correa (2007–2017) e Hugo Chávez (1999–2013).⁴⁴⁵

A teorização do poder em torno da experiência zapatista não foi exclusiva da revista *Chiapas*, muito pelo contrário: o debate se estendeu para outras revistas, artigos de jornais, levou à publicação de livros, mobilizando diferentes intelectuais a discutir propostas para a mudança social. Segundo García Agustín, as principais teorias que incorporaram alguns aspectos do zapatismo assumem que o rechaço a tomada do poder era um fato novo não exclusivo do EZLN, mas aplicável a um novo contexto político. Holloway é o intelectual que levou mais além a teorização sobre o zapatismo e deu valor universal a algumas propostas do EZLN.⁴⁴⁶

⁴⁴⁴ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viamundo, 2003, p.315.

⁴⁴⁵ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Poder y cambio social. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011.

⁴⁴⁶ *Idem*

A publicação de *Império* e as análises feitas que aproximaram o livro e as propostas zapatistas, por sua vez, deram um maior alento à discussão teórica em torno do zapatismo. As obras influenciadas por esse livro, em sua versão mais radical, puderam ser caracterizadas pelo “rechazo al sistema representativo y a cualquier cambio promovido por los partidos políticos dentro de la lógica estatal.”⁴⁴⁷ Aqueles mais críticos ao zapatismo, consideravam um erro o rechaço da mudança social realizada através do Estado. Intelectuais como Boron, nesse sentido, insistiram que esse tipo de teoria, que nega o Estado, acabava por legitimar os objetivos neoliberais de desmantelamento do Estado e deixava a esfera política nas mãos das classes dominantes.

Em suma, as ações do EZLN foram capazes de promover um espaço de reflexão teórica que desdobra ainda hoje, renovando e atualizando questões sobre o poder, o papel do Estado e a mudança social. Concordamos com García Agustín quando afirma que o zapatismo, além de abrir novos questionamentos, obriga as perspectivas já assentadas a pensar novos argumentos, estimulando ainda mais um debate.⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. *Op. cit.* p. 90.

⁴⁴⁸ GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. *Op. cit.* p. 91.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

El EZLN es, ahora y para siempre, una esperanza. Y la esperanza, como el corazón, está del lado izquierdo del pecho.

Carlos Antonio Aguirre Rojas
Chiapas, volume 10.

Nosso trabalho analisou a criação e atuação da revista *Chiapas* com ênfase no seu surgimento; nos seus objetivos; nos intelectuais envolvidos em sua elaboração; nas ideias que defendeu; no seu editorialismo programático e projeto intelectual; nos debates que veiculou em suas páginas. Um dos enfoques da nossa pesquisa foi compreender de que modo se deu a relação dos intelectuais de *Chiapas* com o Exército Zapatista de Libertação Nacional e de que forma esse movimento social impactou na teoria e na prática intelectual dos sujeitos envolvidos em sua produção.

A consolidação das políticas neoliberais no México a partir da assinatura e entrada do país no NAFTA, na década de 1990, significou para a grande maioria da população mexicana um agravamento nos problemas econômicos e nas condições sociais. As populações indígenas, de forma mais específica, viram suas culturas, seus modos de viver e suas vidas ameaçadas com o ingresso do país nesse acordo, que prometia transformar o México em um país de “primeiro mundo”. Para o EZLN, movimento de maioria indígena, o ingresso no NAFTA significou um momento chave para colocar suas pautas e reivindicações de uma forma mais contundente no espaço público, levando à sua insurreição em 1994. Paralelamente, o contexto político, econômico e, sobretudo, essa insurreição, incentivaram um grupo de intelectuais da UNAM a se mobilizarem e engajarem na publicação de uma revista que tinha por finalidade analisar o movimento e seu desdobramento. Desse projeto conjunto nasceu *Chiapas*, cujo objetivo inicial se tornou mais complexo e denso ao longo dos anos. De uma análise detida sobre o EZLN, suas

origens e seus desdobramentos no estado em Chiapas, a revista paulatinamente abriu espaço para pensar os impactos do neoliberalismo em outras esferas mexicanas, mas também latino-americanas e mundiais. Em outros momentos, buscou também trabalhar as intersecções do EZLN com outros movimentos sociais, abarcando outras lutas antineoliberais. A aproximação de *Chiapas* com o movimento zapatista levou alguns intelectuais a refletir sobre o fazer teórico e a própria prática intelectual, o que nos mostra o quanto importante é a academia caminhar lado-a-lado dos movimentos sociais, sobretudo em tempos sombrios e de crises. *Chiapas* foi um espaço no qual intelectuais colocavam no espaço público — ainda que restrito — suas ideias, mas foi também um lugar de resistência intelectual, que congregou majoritariamente acadêmicos de formações, trajetórias e nacionalidades diversas. Em algumas oportunidades, esses intelectuais buscaram dar eco para as discussões em outros espaços, como em jornais, programas de rádios, entrevistas e até outras revistas, ampliando o alcance de debates que eram, muitas vezes, restritos a um público especializado.

O debate mais detido e denso a respeito das esquerdas, das mudanças sociais, do poder e do papel do Estado no mundo contemporâneo só ocupou maior espaço em *Chiapas* na segunda fase da seção *Debate*, que foi de 2001 até 2004. Nesse momento, que coincide com a saída do Partido Revolucionário Institucional (PRI) da presidência do país, o debate deslocou-se de uma participação majoritária de autores mexicanos, figurando também intelectuais latino-americanos e europeus. Acreditamos que a permanência do PRI por setenta e um anos à frente da presidência do México, mesclando partido e Estado, causou uma certa atrofia nas esquerdas mexicanas. Essa longa permanência no poder, e os vícios provenientes dela, causaram em alguns intelectuais de esquerda no México uma recusa por defender o Estado e seu papel regulador. Pois, ao mesmo tempo que defendiam pautas de esquerdas, eram também críticos da herança priísta. No entanto, acreditamos que isso não limite a definição desses intelectuais como pertencentes ao espectro das esquerdas. A postura e atuação antineoliberal; a defesa de

uma igualdade econômica e social; do direito a diferença; da preservação da natureza; da participação efetiva da população na construção do político, dentre outros, são, para nós, suficientes para essa definição.

As discussões que apareceram nas páginas de *Chiapas*, marcadas por argumentação e contrargumentação, que revelam as contradições internas das análises e dos discursos e os possíveis limites das teorias, nos fazem enxergar melhor os contornos das esquerdas contemporâneas. São, nesse sentido, extremamente relevantes para que elas se redefinam e se renovem, acompanhando também as mudanças que se dão em nossas sociedades. Sob esse olhar, compartilhamos das reflexões de Eliane Brum, ao abordar as revoltas recentes que as sociedades brasileira e mundial assistiram nos últimos anos, e, de certa forma, acreditamos que suas reflexões e conclusões valem pra América Latina como um todo:

Se a ambiguidade é uma marca das revoltas recentes no Brasil e no mundo, me parece que o desafio não está em superar os conceitos de esquerda ou de direita, mas sim de atualizar os conceitos de esquerda e de direita, exatamente para que as pessoas consigam estabelecer as diferenças. Não são os conceitos que estão ultrapassados, mas muitos dos pensadores de esquerda é que decidiram parar de pensar, com medo de enfrentar as contradições, e se blocaram em significados de um mundo que já não é. O pensador só é vivo enquanto continuar pensando e se pensando. O que estanca, paralisa, é dogma.⁴⁴⁹

A riqueza das esquerdas é que elas permitem e necessitam da pluralidade de vozes para se construir e se fortalecer. Se hoje é necessário atualizar os conceitos de direita e esquerda, essa discussão precisa partir de um diálogo amplo com os diferentes sujeitos das nossas sociedades, fazendo valer o princípio zapatista do “caminar preguntando.”

⁴⁴⁹ BRUM, Eliane. A esquerda que não sabe quem é. *El país*. (19/12/2018). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/19/opinion/1545240940_077902.html Acesso: 18/01/2019.

REFERÊNCIAS

a) Documentais

Revistas

Chiapas, Volumes 1 ao 16, UNAM/ Ediciones Era, 1995–2004.

Jornais

HERNANDEZ NAVARRO, Luis. *La otra campaña: las cuentas del collar*. *La Jornada*. 20/09/2005. Disponível em

<http://www.jornada.com.mx/2005/09/20/index.php?section=opinion&article=025a2pol>

Acesso 23/07/18

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. Nação e Zapatismo. *La Jornada* (13/1/1998). IN: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. En torno a la otra campaña. *La Jornada*. 9/9/2005. Disponível em: <http://www.jornada.com.mx/2005/09/09/index.php?section=opinion&article=023a2pol>

Acesso 23/07/18

Documentos do EZLN

EZLN: Documentos y comunicados, Volumes 1 ao 5. México: Ediciones Era, 1994–2003.

Entrevistas

Entrevista com Ana Esther Ceceña. “Hay una lucha contracultural que cuestiona la apropiación tecnológica de la naturaleza”. Revista *Teína*. Espanha, Valencia: nº 10; nov-dic-ene, 2005/06. Disponível em: <<http://www.revistateina.es/teina/web/teina10/dos5.htm>.> Acesso em 20/04/2015.

Entrevista com Ana Esther Ceceña: “Aprender del zapatismo”. *Lavaca*, 2/12/2003. Disponível em <<http://www.lavaca.org/notas/ana-esther-cecena-aprender-del-zapatismo/>.> Acesso em 14/06/2016.

Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña e Eugenia Gutierrez: “Chiapas: tres años del levantamiento armado”. Programa de Rádio *Momento Economico* (10/4/1997),

transcrição nossa. Disponível em : <<http://ru.iiec.unam.mx/id/eprint/391>> Acesso em 06/09/2017.

Entrevista de Marina Chávez Hoyos com Ana Esther Ceceña, Josefina Morales e Ramón Vera: “Chiapas 4 años después”. Programa de rádio *Momento Económico* (08/01/1998) , disponível em <http://ru.iiec.unam.mx/996/1/1998ENES2.mp3> Acesso em 06/09/2017

b) Bibliográficas

AGUILAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, 2000.

AGUILAR CAMÍN, Héctor. *México: a cinza e a semente*. São Paulo: Bei Comunicações, 2002.

ALCOCER V., Jorge. El ciclo de las reformas electorales en México. *Revista Mexicana de Derecho Electoral*, [S.l.], jan. 2014. ISSN 2448-7910. Disponível em: <<https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-electoral/article/view/10071/12099>>. Acesso em 22/01/2019.

ALONSO, Jorge. La Otra Campaña Zapatista. *Asian Journal of Latin American Studies*, vol. 19, nº 2, 2006, p.5-36. Disponível em <http://www.catedraalonsocietas.udg.mx/sites/default/files/laotracampanazapatista.pdf> Acesso 18/07/18.

ALTAMIRANO, Carlos. Élités culturales en el siglo XX latinoamericano. Introducción al volumen II. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina II: los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación sobre una tribu inquieta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: o anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luis Bernardo (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: UNESP, 1996.

ARZE VARGAS, Carlos. Las rebeliones populares de 2003 y la demanda de nacionalización de los hidrocarburos: ¿fin de la era neoliberal en Bolivia? CDC [online]. 2004, vol.21, n.56, p. 87-107. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40305605>. Acesso 10/10/17.

ÁVILA ESPINOSA, Felipe Arturo. *Las corrientes revolucionarias y la soberana convención*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México (INEHRM), 2014.

AZUARA MONTER, Iván. Resonancias Zapatistas en el ámbito científico. ¿ Otra forma de hacer ciência es posible? BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011.

BAIÃO, Fábio. “Arautos da Revolução”: os presidentes mexicanos e os usos da história nacional (1940–1994). 2016. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília , v. 45, n. 2, p. 135-146, Dec. 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14/09/17.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & LOPES, Maria Aparecida de S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. In: *História*. São Paulo: Editora UNESP, v. 20, p. 163-198, 2001.

BASCUAS, Maisa; PROVENZANO, Irene. El agua en Bolivia después de la crisis neoliberal: entre la apertura democratizadora y los límites del andamiaje estatal. La revista del CCC [ONLINE]. Septiembre / Diciembre 2013, n° 19. Disponível em <<http://www.centrocultural.coop/revista/19/el-agua-en-bolivia-despues-de-la-crisis-neoliberal-entre-la-apertura-democratizadora-y>> Acesso 10/10/17.

BAYLE, Mariana. “México como escenario latinoamericano”. Dictadura, revolución y democracia en las revistas Cuadernos Políticos (1974-1999). *Cuadernos del CEL*, Vol. II, Núm. 3, 2017, pp. 300-314. Disponível em <http://www.celcuadernos.com.ar/upload/pdf/17.%20Bayle.pdf> Acesso 03/08/18.

BEIGEL, Fernanda. Las revistas culturales como documentos de la historia Latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Año 8, n° 20, marzo, 2003, p. 105-115.

BERGER, Mark T. Romancing the Zapatistas. *International Intellectuals and the Chiapas Rebellion. Latin American Perspectives*, issue 117, vol. 28, no. 2, March, 2001, p. 149-170.

BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne. Prólogo. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011.

BORON, Atilio *Tras el búho de Minerva: Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*. Buenos Aires: CLACSO e FCE, 2000.

BORON, Atilio. *Estado, capitalismo y democracia em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

BORON, Atilio. *Imperio & Imperialismo: Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

BRICENO-LEON, Roberto. Tres fases de la violencia homicida en Venezuela. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 17, n. 12, p. 3233-3242, Dec. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413812320120012000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/10/ 2017.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAL y MAYOR, Araceli Burguete. Una década de autonomías de facto en Chiapas (1994-2004): los límites. In: DÁVALOS, Pablo (comp.). *Pueblos indígenas, Estado y Democracia*. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

CANSINO, César. *La transición mexicana, 1977-2000*. México, D.F: Ediciones del Centro de Estudios de Política Comparada (CEPCOM), 2000.

CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México, D.F.: UNAM, 2002.

CÁRDENAS SÁNCHEZ, Enrique. La restructuración económica de 1982 a 1994. In: SERVÍN, Elisa (Org.). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CARPIZO, Jorge. *El presidencialismo mexicano*. México, Siglo XXI, 1978.

CARR, Barry. *La izquierda mexicana a través del siglo XX*. México: Ediciones Era, 1996.

CARRILLO NIETO, Juan José. La transformación del proyecto constitucional mexicano en el neoliberalismo. *Política y cultura*, México, n. 33, p. 107-132, enero 2010. Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422010000100006&lng=es&nrm=iso)

77422010000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 07/06/2017.

CASANOVA CARDIEL, Hugo; LÓPEZ GARCÍA, Juan Carlos. Educación superior en México: los límites del neoliberalismo (2000-2010). *Linhas Críticas*, vol. 19, núm. 38, enero-abril, 2013, pp. 109-128 Universidade de Brasília Brasília, Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193526311008>. Acesso 05/03/2018.

CASTAÑEDA, Jorge. *Mañana Forever? Mexico an the Mexicans*. New York: Vintage Books, 2011.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade, Volume II*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Catálogo histórico de publicaciones, 1930 – 2010. 1ª edición, octubre 2010. UNAM- IIEC.

Disponível em http://ru.iiec.unam.mx/93/2/CatalogoHistorico_IIEc.pdf. Acesso 22/01/2018.

CECEÑA MARTORELLA, Ana Esther (cord.) *La Internacionalización del capital y sus fronteras tecnológicas*. México: Ediciones El Caballito, 1995.

CECEÑA MARTORELLA, Ana Esther (cord.) *La Tecnología como instrumento de poder*. México: Ediciones El Caballito y DGAPA, 1998.

CECEÑA MARTORELLA, Ana Esther; ORNELAS, Raúl;. *Nación mexicana frente a los monopolios*. México: IIEC, 2007.

CECEÑA, Ana Ester; SADER, Emir. Introducción: Hegemonías y emancipaciones. Desafíos al pensamiento libertario. In: CECEÑA, Ana Ester; SADER, Emir (comp). *La guerra infinita. Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, febrero de 2002.

CECEÑA, Ana Esther. Rebelión en la UNAM. *Observatorio Social de América Latina*. n°1, CLACSO: Buenos Aires, junio 2000.

CÓRDOVA, Arnaldo. *La Ideología de la Revolución Mexicana*. 16ª reimpresión, México: Era, 1991.

CÓRDOVA, Arnaldo. *La Revolución y el Estado en México*. México, Era, 1989.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina. O debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa*. São Paulo: Alameda, 2013.

CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. *Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales*. Colima, Universidad de Colima, 2010, p. 2. Publicación en CD-ROM.

CRUZ, Júlia Melo Azevedo. *Armas, palavras, autonomias: o complexo repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005)*, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÁVALOS, Pablo. Movimientos Indígenas en América Latina: El derecho a la palabra. In: DÁVALOS, Pablo (comp.). *Pueblos indígenas, Estado y Democracia*. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

DÉVES-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago: Universidad Santiago de Chile, 2007.

DORELLA, Priscila Ribeiro. *Octavio Paz: estratégias de reconhecimento, polêmicas políticas e debates midiáticos no México*. São Paulo: Alameda, 2013.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 227-278.

DUSSEL, Enrique. Palabras preliminares. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011.

DUTERME, Bernard. Zapatisme: la rébellion qui dure. *Alternatives Sud*. Zapatisme: la rébellion qui dure. Centre Tricontinental et Édition Syllepse. Vol. 21; 2014/2.

ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *História mínima del neoliberalismo*. México, D.F.: El Colégio de México, 2015.

EZLN y la guerra en la internet. Entrevista a Justin Paulson (creador del sitio web del EZLN). In: *Razón y palabra*. Nº 13, año 4, 1999. Disponível em <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n13/eZln13.html> Acesso 05/02/2018.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidade: tres décadas de política económica en Chile*. Santiago de Chile: LOM Editores, 2003.

FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Scritta, 1995.

GAMBRILL, Mónica. *Diez años del TLCAN em México*. México: IIEC, 2006.

GARCÍA AGUSTÍN, Óscar. Poder y cambio social. In: BERGHE, Kristine Vanden; HUFFSCHMID, Anne; LEFERE, Robin (eds). *El EZLN y sus intérpretes: resonancias del zapatismo en la academia y la literatura*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2011.

GARCÍA BARTOLO, Moisés Sinuhé, Las reformas electorales a nivel federal en México. *El Cotidiano* [en línea] 2011, (Marzo-Abril). Disponible em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32518423009>> Acesso 22/01/2019

GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *Resistencia y utopía*. México: Era, 1985.

GARCIADIEGO, Javier. Aproximación sociológica a la historia de la Revolución Mexicana. In: __. *Textos de Revolución Mexicana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010.

GARRIDO, Luís Javier. *El partido de la Revolución institucionalizada. Medio siglo de poder político en México. La formación del nuevo Estado (1928-1945)*. México: SEP: Siglo XXI, 1986.

GIL, Antonio Carlos Amador. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfiguração da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aves de Água, 2013.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRANADOS, Aimer (coord.) *Las revistas en la historia intelectual de América Latina: redes, política, sociedade y cultura*. México, D.F: UAM Cuajimalpa, 2012.

GUZMÁN, Tracy Devine. *Native and national in Brazil: indigeneity after Independence*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2013.

HALL, Stuart. The Local and the Global: Globalization and Ethnicity. In: KING, Anthony D (ed), *Culture, Globalization, and the World System: Contemporary Conditions for the Representation of Identity*. Macmillan Press, 1991.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARVEY, Neil. La signification politique du zapatisme. *Alternatives Sud*. Zapatisme: la rebellion qui dure. Centre Tricontinental et Édition Syllepse. Vol. 21; 2014/2.

HARVEY, Neil. Rebellion in Chiapas: Rural Reforms and Popular Struggle. *Third World Quarterly*. Vol. 16, No. 1, 1995, p. 39-73. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3992973> Acesso em 22/06/2014.

HARVEY, Neil. *The Chiapas Rebellion: The Struggle for Land and Democracy*. Durham: Duke University Press, 1998.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo, 2003.

KRAUZE, Enrique. La presidencia imperial. Ascenso y caída del sistema político mexicano (1940-1996). México, D.F.: Tusquets Editores, 1997.

LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. México: Plaza y Janes, 1998.

LORA CAM, Jorge; RECÉNDEZ, Cristina. La universidad neoliberal y la crisis educativa: De cómo año tras año llegaron las evaluaciones. *Reflexión Política*, vol. 5, núm. 10, junio, 2003, pp. 70-79. Universidad Autónoma de Bucaramanga: Bucaramanga, Colombia. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11051006>. Acesso em 05/03/2018.

MATAMOROS PONCE, Fernando. *Memoria y utopia en México: Imaginarios en la génesis del neozapatismo*. Buenos Aires: Hierramienta, 2009.

MATO, Daniel. *Think Tanks*, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro (Comp.) *Cultura y neoliberalismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 19-42. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100919072253/grimson.pdf>>. Acesso: 24/05/2017.

MEYER, Lorenzo. El presidencialismo. Del populismo al neoliberalismo. *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 55, n. 2, p. 57-81, abril- jun, 1993.

MIGNOLO, Walter. “The geopolitics of knowledge and the colonial difference.” In: MORANA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos (editors). *Coloniality at large – Latin America and the Postcolonial Debate*. Duke University Press, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas Políticas na História: novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOYANO BARAHONA, Cristina; MELLA POLANCO, Marcelo. La Revista *Proposiciones*: Espacio de sociabilidad intelectual y producción de saberes en el campo intelectual de la izquierda chilena durante los 80. *Revista Austral de Ciencias Sociales*, [S.l.], n. 32, p. 77-98, jan. 2018. Disponível em: <<http://revistas.uach.cl/index.php/racs/article/view/1223>>. Acesso em: 14/07/ 2018.

Observatorio Social de América Latina (OSAL). El zapatismo y los derechos de los pueblos indígenas. Buenos Aires: CLACSO. Num. 4, 2001. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110210035129/osal4.pdf> Acesso 15/11/ 2018.

OLAVE CASTILLO, Patricia. *Chile: neoliberalismo, pobreza y desigualdad social*. México: IIEC, 2003.

Ornelas Delgado, Jaime Algunos efectos sociales del neoliberalismo en México. *Papeles de Población*, núm. 8, julio-septiembre, México: Universidad Autónoma del Estado de México Toluca 1995, p. 5-12.

ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México 1982-2000: el fracaso neoliberal*. 9ª ed. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

PAZOS, Luis. *Democracia a la mexicana*. México, D.F. Editorial Diana, 1986.

PAZOS, Luis. *Radiografía de un gobierno: Exitos y fracasos del sexenio 1976-1982*. México, D.F. Editorial Diana, 1981.

PICÓ, Josep; PECOURT, Juan. El estudio de los intelectuales: una reflexión. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Nº 123, p. 35- 58, 2008. Disponible en http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_123_021215166970765.pdf. Acceso en 01/09/2017.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. (comp.) *Redes intelectuales transnacionales en América Latina durante la entreguerra*. México: Editorial Miguel Ángel Porrúa, Universidad de Colima, 2016.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra. Las revistas culturales como fuente de estudios de redes intelectuales. In: PALÁCIO MONTIEL, Celia del; MARTÍNEZ MENDOZA, Sarelly (coord.). *Voces en papel. La prensa en Iberoamérica de 1792 a 1970*. México, Universidad Autónoma de Chiapas, 2008.

PITA GONZÁLEZ, Alexandra; GRILLO, Maria del Carmen. Una propuesta de análisis para el estudio de revistas culturales. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. 5, n. 01, 2015, p. 3-30.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo: Episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: ROJAS VILLAGRA, Luis [coord.]. *Neoliberalismo en América Latina: crisis, tendencias y alternativas*. 1ªed – Asunción: CLACSO, 2015.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaliza y su función en el campo cultural latino-americano). *Hispamerica*, año XXXIII, nº 99, diciembre de 2004, p. 3-20.

RODRIGUEZ-GOMEZ, ROBERTO; CASANOVA CARDIEL, HUGO. Modernización incierta: Un balance de las políticas de educación superior en México. *Perfiles educativos*, México, v. 27, n. 107, p. 40-56, enero 2005. Disponible en

<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982005000300003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 05/03/2018.

ROSANVALON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p.55-6.

ROUSSEAU, Isabelle. Las nuevas elites y su proyecto modernizador. In: SERVÍN, Elisa (Org.). *Del nacionalismo al neoliberalismo, 1940-1994*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ROVIRA, Guiomar. *Mujeres de Maíz*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1997.

ROVIRA, Guiomar. *Zapatistas sin frontera: Las redes de solidaridad con Chiapas y el altermundismo*. Ciudad de México: Ediciones Era, 2009.

SALAZAR, Francisco. Globalización y política neoliberal en México. *El cotidiano*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Azcapotzalco. Vol. 20, nº 126, julho-ago 2004. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32512604>> Acesso em 20/03/2017.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *America, Cahiers du CRICCAL*. Paris, Sorbonne la Nouvelle, n 9-10, 1992, p. 9-15.

SARTRE, Jean Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro RJ: Ed. DP&A editora, 2002.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Algés: DIFEL, 2005, p. 81-124.

SOSNOWSKI, Saúl. *La cultura de un siglo*. América Latina en sus revistas. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999.

TOSCANO, Verónica Zárate. La historia intelectual en México y sus conexiones. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 401-422, Aug. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000200401&lng=en&nrm=iso . Acesso em 03/08/2018.

WALSH, Catherine. "Political epistemic insurgency social movements and the refounding of the state." In: MORAÑA, Mabel; GUSTAFSON, Bret (eds), *Rethinking Intellectuals in Latin America*. Iberoamericana, 2010, p. 199-211.

WEINBERG, Bill. *Homage to Chiapas: The new struggles in Mexico*. New York: Verso, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. The Communist Manifesto 150 Years Later. In: MARX, Karl Marx; ENGELS, Friedrich. *The Communist Manifesto*. Nueva York : Monthly Review Press, 1998.

ZARAGOZA, José. *História de la deuda externa de México 1823-1861*. México: Editorial Cambio XXI, 1996.